

GOVERNMENT OF INDIA
ARCHÆOLOGICAL SURVEY OF INDIA
**CENTRAL
ARCHÆOLOGICAL
LIBRARY**

ACCESSION NO.

571.60

CALL No.

141.0057/C.P.

D.G.A. 79

O ORIENTE PORTUGUEZ

REVISTA DA COMMISSÃO ARCHEOLOGICA

DA

INDIA PORTUGUEZA

VOLUME V—1908

Número de janeiro e fevereiro



Não me mandas contar estranha história;
Mas mandas-me louvar dos meus a glória.

CAMÕES, *Lus.*, c. III, est. III.

NOVA GOA

IMPRENSA NACIONAL

1908

SUMMARIO

Dos n.^{os} 1 e 2

- I.—OS SOBREVIVOS DE BACAIM, (continuação) por *J. A. Ismael Gracias.*
- II.—CERTIDÃO DO INVENTARIO DO VICE-REI CONDE DE ALVA, por *J. M. do Carmo Nazareth.*
- III.—VIGARIOS PROVINCIAES DOS RELIGIOSOS DA ORDEM DE S. AGOSTINHO NA INDIA, por *F. X. Vaz (Pe.).*
- IV.—UM TEMPLO ARCHEOLOGICO EM GOA, por *Viriato A. C. B. de Albuquerque.*
- V.—DIALECTO INDO-PORTUGUEZ DE CEILÃO, por *B. C. Tavares de Mello.*
- VI.—D. ANTONIO SEBASTIÃO VALENTE, 1.^o PATRIARCHA DAS INDIAS ORIENTAES, por *F. X. Vaz (Pe.).*
- VII.—SUA MAGESTADE EL REI D. CARLOS I E SUA ALTEZA REAL O PRÍNCIPE D. LUIS FILIPPE
- VIII.—EXPEDIENTE.

Comissão de redacção

- Alberto Osorio de Castro (ausente).
- J. A. Ismael Gracias.
- José Mendes R. Norton de Mattos.
- Rodrigo J. Rodrigues.
- Visconde de Castelões (ausente).
- J. M. do Carmo Nazareth — secretario.

DIRECTOR — J. A. Ismael Gracias.



O ORIENTE PORTUGUEZ

REVISTA DA COMISSÃO ARCHEOLOGICA

DA

INDIA PORTUGUEZA

VOLUME V—1908



Não me mandas contar estranha historia
Mas mandas-me louvar dos meus a gloria.

CAMÕES, *Lus.*, c. III, est. III.

NOVA GOA

IMPRENSA NACIONAL

1908

946.905

O. P.



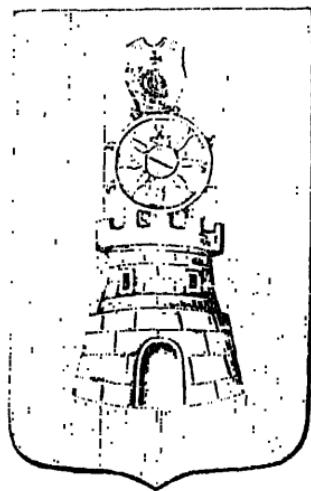
CENTRAL LIBRARY, UNIVERSITY
LIBRARY, NEW DELHI

Acc. No..... 59116

Date..... 21-12-25.....

Call No.... 946.9e6 S... j6.1

G P



ew D

O ORIENTE PORTUGUEZ

5.^o ANNO. 1908

NUMERO DE JANEIRO E FEVEREIRO



OS SOBREVIVOS DE BAÇAIM

Excerptos d'um livro inédito intitulado
Como, porque e quando se perdeu Baçaim
(Continuação da pg. 395 do vol. IV)

João de Sousa Ferraz

Deste oficial e fidalgo já têm notícia os nossos leitores nos precedentes artigos sobre Baçaim⁽¹⁾. Ao tempo da capitulação, João de Souza Ferraz, que era muito aceito aos inglezes assistentes em Bombaim, como se viu atraç⁽²⁾, exercia abi o cargo de Residente Portuguez, para o qual fôra nomeado pelo vice-rei Conde de Sandomil em

⁽¹⁾ *O Oriente Portuguez*, III e IV.

⁽²⁾ Ib., IV, 346.

portaria de 22 de fevereiro de 1734, com o vencimento annual de 3 mil xerafins, que devia perceber desde 10 de outubro de 1733 (¹). Mas, de facto não recebeu mais que o ordenado d'um anno, de novembro de 1739 a outubro de 1740.

Perdeu todos os seus haveres em Baçaim.

Vagára por então o governo de Diu. Pretendeu-o Ferraz, pedindo-o por intermedio e com valimento do governador de Bombaim, Stephen Law, ao Conde de Sandomil; mas este preferiu nomear a José Corrêa de Sá (ou Dessa, como se lê em varios documentos), filho do Visconde de Asseca, desculpando-se para com o governador inglez em carta de 1 de dezembro de 1740 (²).

Allegando a sua pobreza, apresentou em 1743 a provisão do Conselho Ultramarino, de 16 de abril de 1738, pela qual Sua Magestade mandava que o vice-rei Conde de Sandomil informasse sobre a pretensão de ser confirmada a mercê do habito de Christo com uma tença de 12\$000 réis, que lhe fizéra o vice-rei João de Saldanha da Gama, por se ter assinalado na tomada de Bicholim (³). Os governadores D. Francisco de Vasconcellos, Bispo de Cochim, e D. Luis Caetano de Almeida, succes-

(¹) L.^o das monções n.^o 118, fl. 368.

(²) L.^o das monções n.^o 113, fl. 79. Na relação dos governadores de Diu, publicada na *Illustração Goana* por F. N. Xavier, e no livro *Diu* do sr. Jeronymo Quadros, pg. 33, figura o governador Corrêa de Sá com o nome de João. José Corrêa de Sá foi tambem governador de Damão, mas na relação dos governadores d'esta praça, publicada no livro *Noticias e documentos para a historia de Damão*, I, pg. 33, do sr. A. F. Moniz figura com o nome de José Correa de Souza. Um irmão dê José Corrêa de Sá, Caetano Corrêa de Sá, tambem foi governador de Diu em 1757.

(³) L.^o das monções n.^o 114, fl. 34.

sores do vice-rei Marquez do Louriçal informaram em carta de 26 de janeiro de 1743 :

«O supplicante depois da acção de Bicholim, continuou o serviço de Vossa Magestade no posto de capitão de mar e guerra, em tempo do vice-rei João de Saldanha da Gama ; e depois, no tempo do vice-rei Conde de Sandomil, serviu o posto de capitão-mór da ilha de Salcete, do qual passou a Bombaim, onde foi encarregado de tratar os negocios do Estado com os soldos que se lhe arbitraro, os quaes depois de hum anno se lhe suspenderão, e elle tem continuado até o presente a sua assistencia na mesma ilha, onde muitas vezes se lhe encarregão os negocios das dependencias do Estado». (¹)

Não consta se teria sido confirmada a mercê, mas em 1751 foi agraciado com o fôro de fidalgo cavalleiro, len-do-se no respectivo alvará que era filho de Matheus Rodrigues e natural de Coimbra. (²)

Vendo-se absolutamente sem meios de vida, sustentando-se apenas do trabalho dos seus escravos nas fabricas de Bombaim, requereu ainda que se lhe dësssem os vencimentos, já taxados, do cargo de Residente Portuguez, fazendo-se o abono pela feitoria de Diu. O vice-rei Marquez do Castello Novo (depois de Alorna), deferiu-lhe este pedido, com o voto do conselho da fazenda, mas limitando o ordenado a 100 xerafins mensaes, devendo, por cada abono, apresentar uma ordem do governo. (³)

(¹) Cit. L.º das monções fl. 35.

(²) F. N. Xavier, *Nobiliarchia Goana*, I, 101.

(³) Cit. L.º n.º 448, fl. 365 a 368.

Em 1755 foi governador de Damão.
Não encontramos ulteriores noticias de João de Souza Ferraz.



Pedro do Rego Barreto da Gama e Castro

Já o conhecem igualmente os leitores d'esta revista⁽¹⁾.

Na continuaçāo da carta de 29 de julho de 1738, anteriormente publicada em parte⁽²⁾, dizia-lhe o Conde de Sandomil :

«Agora, porém, que me consta a verdade destes factos, agradeço a vμ. o que nelles obrou com assistencia, e bom exemplo de sua pessoa, e do mesmo modo o zelo com que vμ. concorreu para o socorro do presidio do Sabayo com mantimentos para a sua guarnição offerecidos gratuitamente, e da mesma maneira para as despezas desta guerra com o que lhe foi possivel, armando duas manchuas de Garanjá com a artilharia que necessitavão, e tambem o serviço que fez a Sua Magestade em Bombaim, facilitando com a sua diligencia a remessa das monições que erão necessarias em Baçaim, e trazendo para a dita praça os soldados portuguezes que achou naquelle ilha cujo serviço me será sempre presente e do mesmo modo a frequencia com que vμ. assistio sempre nas muralhas dessa praça com toda a sua familia, sobre o que torno a repetir a

(¹) III, 100, 278 e 284, — IV, 212, 258, 388 e 39.

(²) III, 160.

vm. o meu agradecimento, e não deixarei de dar conta a Sua Magestade de tudo o que tenho referido.»⁽¹⁾

Sendo o unico que a principio não quiz convir, nem assignar na entrega de Baçaim, foi a quem se deveu depois a honrada capitulação com que foi rendida.⁽²⁾

Perdeu ali todos os seus haveres e regressou a Goa com outros em 1739. Pouco depois foi nomeado Ajudante General «cargo de muito trabalho e despeza pelo neccessario luzimento com que era obrigado a tratar-se», mas em que percebia apenas 70 xerafins por mez. Em 1743 governou Moçambique, onde «em vez de enriquecer como outros, mais se empobreceu, e construiu a casa da alfandega». Voltando a Goa, serviu de General de Salsete no impedimento do coronel D. Luis de Pierrepont⁽³⁾, e em seguida novamente occupou o cargo de Ajudante General.

(1) L.º da corr. com as autoridades do Norte, 1737-39, fl. 95v.-96.

(2) Carta do engenheiro Gavila, IV, 258 — e carta de Caetano de Sousa Pereira, ib., 212.

(3) Official francez ao serviço de Portugal. Veio do reino em 1744 acompanhando o vice-rei Marquez do Louriçal, — *Catalogo do assentamento da gente de guerra*, pg. 6. Prestou na India relevantes serviços em varias campanhas, — Balsemão, *Os Portuguezes no Oriente*, III. Foi ultimamente General da província de Salsete, cargo para que fôra nomeado interinamente pelo vice-rei e que, por A. R. de 27 de março de 1748 (L.º das monções n.º 121, fl. 118), lhe foi dado vitalício e com a pensão annual de mil xerafins. Regressou ao reino na monção de 1752. Em carta de 7 de janeiro de 1747 (L.º das monções n.º 119, fl. 303) dizia a seu respeito o vice-rei Marquez de Alorna ao Secretario d'Estado, Antonio Guedes Pereira :

«O seu genio é summamente delicado, como já fiz presente a v. ex.^a na monção passada, e a qualquer disconsciencia declara que, por estrangeiro, não vendeu a sua liberdade só pelo soldo para a perder na India, o que supposto, sendo não só necessaria a sua pessoa, mas unica na

Em 1749 dirigiu um requerimento a Sua Magestade, expondo todos os seus serviços e a pobreza em que tinha ficado, — allegando que D. Luis de Pierrepont, que, em 1742, era tenente-coronel no reino, já era general de batalha, e que Columbano Pinto da Silva (¹), sargento-mór de infantaria em 1746, tinha já a patente de brigadeiro, succedendo, por isto, dever servir sob as suas ordens o requerente, — invocando o decreto de 20 de fevereiro de 1748 que mandava considerar os serviços feitos na India como se o fôram em Portugal, — e pedindo em conclusão para ser promovido a sargento-mór de batalha, para ficar pelo menos egualado a Pierrepont. (²)

Esta petição veiu a informar ao vice-rei em provisão do Conselho Ultramarino, de 23 de maio de 1750 (³), e o Marquez de Tavora informou, em carta de 30 de dezembro de 1752, ser verdade o allegado com respeito tanto aos serviços, como á pobreza de Pedro do Rego. Acres-

sua profissão, convinha muito ao serviço de Sua Magestade continental-o de sorte que elle ficasse voluntariamente na India, e tenho toda a certeza de que elle perderá a lembrança de Europa. Se Sua Magestade lhe fizér a mercê que pede, e eu seria de parecer que Sua Magestade fosse servido conceder-lhe tudo, e quando muito abater alguma cousa na pensão que pede, porque por general de Salsete, que hoje occupa e que pede em sua vida, tem alguns emolumentos, o mal é que qualquer graça que Sua Magestade lhe faça, será talvez de pouca duração, por se achar de quasi setenta annos, e que as ultimas feridas que recebeu na Alorna, lhe quebrantaram bastante a saude, e que em qualquer occasião de perigo não pode conter o seu valor sem ser o primeiro que se exponha a elle.»

(¹) Veio do reino em 1748, natural de Cambres, Lamego. Foi General das provincias de Bardez e Salsete. Regressou na monção de 1754, — cit. *Catalogo, Portuguezes no Oriente e Nobiliarquia Goana.*

(²) L.^o das monções n.^o 125, fl. 268 a 269.

(³) L.^o cit., fl. 268.

centou que Sua Magestade lhe podia fazer a graça solicitada, porque o exercicio que o requerente tinha de Ajudante general (¹), era com as honras e prerrogativas de General de Timor, e o primeiro posto general do exercito era o de sargento-mór de batalha, da qual havia já na India os exemplos de D. Francisco Xavier Mascarenhas e D. Luis de Pierrepont. (²)

Não se sabe qual foi o despacho d'esta petição. Pedro do Rego regressou ao reino em 1754 na não *N. Sra. da Caridade e S. Francisco de Paula*, que saiu de Goa em janeiro d'esse anno. O vice-rei escreveu na mesma monção a Sua Magestade encarecendo o merecimento e serviços d'este official. (³)

(Continua)

J. A. ISMAEL GRACIAS.



N.B.

Recebemos, ha pouco, uma carta do sr. Vamona Anta Xette Collopo, de Mapuçá, o qual, declarando que tem lido os nossos precedentes artigos sobre Baçaim (vol. III e IV), diz que lhe parece de muita utilidade a publicação da correspondencia do Maratha sobre a guerra de

(¹) Pedro do Rego foi Ajudante General dos vice-reis Conde de Sandomil e Marquez do Lourical, dos governadores que a este sucederam, e dos vice-reis Marquez de Alorna e Marquez de Tavora.

(²) L.^o cit., fl. 270.

(³) Carta de 31 de janeiro de 1754, L.^o das monções n.^o 126, fl. 624.

1739. Acrescenta que o sr. Visvonata Kashinath Razavadê, escriptor maratha, possúe varias cartas d'essa epoca, que o sr. Collopo se offerece a obter e pôr á nossa disposição, enviando-nos por emquanto uma que foi publicada no jornal *Dnyan Prakash* (¹), de Poona, n.^o de 8 de setembro ultimo. E' sobre a tomada de Tarapôr e tem a data de 24 de janeiro de 1739. Agradecendo a amavel offerta, esperamos receber os documentos promettidos pelo sr. Collopo, e damos em seguida a versão da citada carta, feita pelo nosso prestimoso collega e amigo, professor da cadeira de maratha do Lyceu Nacional, sr. pe. Joaquim José de Sant'Anna Saldanha:

«Tarapur, 4.^a feira, 24 de soval (janeiro) de 1739, 3 horas e 45 minutos a. m.

Ao Respeitabilissimo Soberano Sr. Bagirau Bollal Peshwá.

O seu venerador servo Chimnagi Apá com a mais profunda humildade e respeito escreve com exactidão as seguintes particularidades :

Hontem á noite Mallarbá Holkar pôde apromptar 4 a 5 minas. Do mesmo modo, tendo sido dividida a mina das tropas reaes em tres ramificações, foram estas levadas até ao pé da muralha. Esvontráu Povar tambem apromptou uma. Ranobá não conseguiu arranjar nenhuma. Hoje dc manhã, a uma hora menos um quarto, deu-se fogo ao rastilho das minas que estavam promptas. Toda a multidão, entre grandes e pequenos, foi retirada do porto e collocada em um grupo, sentado no chão, atraz das fortificações. As minas explodiram, uma em seguida á

(¹) Sg. *A Luz da Razão*.

outra, com algum intervallo. A brecha que abriu a mina da tropa real, foi bem grande. A principal mina de Mallarbá era ao pé do baluarte. Ahi tambem se fez uma brecha grande. A' sua direita ficavam outras minas, onde igualmente houve algumas rupturas. A força da retaguarda, que ficava pelo lado direito, com uma bravura extraordinaria adaptou á fortaleza uma escada de mão e escalou a muralha. O mais bravo, que subira primeiro, cahiu ferido por uma bala; em seguida subiu um outro que teve igual sorte. Nestas circumstancias a escada ficou por um momento desoccupada. Mas, a nossa gente, tendo subido novamente com um energico e concentrado esforço para a fortaleza, fez ahi uma intensa mortandade. Ao pé da bandeira da tropa real estavam Sua Alteza Bagi Bivaráu e Ramachondra Ory, como tambem ficavam por ahi todos os distinctos guerreiros. Avançaram com grande firmeza. Do mesmo modo estavam junto da bandeira real quasi trezentos homens do sequito com Utectar e Ballagi Chondra Rau. A' direita desta ficavam todos os estandartes de Mallarbá, como tambem os de Ranogi Bounsuló. Estes tambem fizeram o esforço que podiam. Aquém da fortaleza havia um fosso, de profundidade de 7 a 8 mãos, e largura de 8 a 10, resultando d'isto mais d'uma dificuldade a vencer. Pois, era preciso transpôr primeiro o fosso para depois podermos trepar a muralha. A gente que ficava dentro da praça, tinha reunido junto do forte grande montão de projectis, de que resultou um chuveiro por aquelle lado da fortaleza. Os portuguezes até ao fim não perderam a sua coragem; pois continuaram com descargas de bombardas, canhões e mosquetes com grande intensidade. No porto existe uma atalaia, d'onde observámos toda a batalha juntamente com Mallarbá que, por ter um

tumor na perna, se deixou ficar comnosco. Entre a nossa gente, como tambem na de Mallarbá havia Angriás. Ranogi Bounsuló dirigiu denodadamente o ataque. Sua Alteza Bagi Bivarau tambem continuou as descargas esplendidamente. E' escusado descrever aqui os prodigios do seu valor. A' esquerda da bateria real estava Govinda Ory, que igualmente avançou com valor. Ranobá tinha apromptado as escadas de mão para subir; pois, por aquelle lado ainda não estava prompta a mina. Tambem este, depois de ter ultrapassado o fosso com estrenuo esforço e applicado as escadas, deve ter escalado a muralha. A' esquerda de Govinda Ory, estava Banddá, depois deste Esvontráu, em seguida Tucogi Povar e finalmente Ranobá. Escreverei logo todas as noticias detalhadas d'aquelie lado. Em summa, morreram tambem muitos homens. Averiguando melhor, mandarei depois uma relação nominal de todos elles. O governador metteu-se no meio do pessoal do sequito. Em concluindo, digo, o poder de Vossa Magestade é grande; devido a elle é que se alcançou o triumpho. Até aqui os habitantes continuam a estar nas povoações. Têm-se dado instruções para ser aprisionada toda a gente portugueza. Depois de reunir o conselho, far-se-ha o que n'elle se resolver. Entretanto participo com urgencia esta alegre noticia da tomada da terra. Daqui a 4 dias, isto é, no proximo sabbado, chegará ahi o mensageiro. Peço, queira ter a bondade de dar-lhe as alviçaras que julgar convenientes.»



CERTIDÃO DO INVENTARIO DO VICE-REI CONDE DE ALVA

(1756-1760)



Em um livro de antigállhas, que possuimos, contendo MSS. originaes e copias de varios documentos sobre factos historicos de Goa, nos seculos passados, encontra-se uma «Certidão passada por Francisco Henriques, Escrivão do Juizo da Provedoria-mór dos defunctos e auzentes, residuos e capellas, nessa corte, Estado da India, acerca do inventario dos bens que ficaram por falecimento do Conde de Alva».

E' de uma tal certidão que vamos aqui dar conhecimento aos nossos leitores, que queiram saber de varias especies curiosas que ella contém.

Mas, primeiramente vejamos quem era o possuidor dos bens que na India foram inventariados, sendo que o falecimento ocorrerá em Goa e os herdeiros estavam ausentes em Portugal.

D. Luis Mascarenhas, filho de Fernando Mascarenhas, 2.^o marquez de Fronteira, e de sua mulher D. Leonor de

Toledo e Menezes, tendo estudado no collegio de S. Paulo de Coimbra, foi abade de S. Martinho no arcebispado de Braga.

Depois que partiu a Roma, renunciou ali a vida ecclesiastica para seguir a militar, e tendo regressado a Portugal, serviu como capitão de cavallos na província do Alemtejo, deputado da junta dos tres estados e governador da capitania de S. Paulo (¹).

Por carta regia de 16 de janeiro de 1754, foi nomeado vice-rei da India, recebendo por essa occasião varias mercês regias, sendo uma dellas a do titulo de Conde de Alva, por carta expedida em 13 de março do mesmo anno.

Salindo do Tejo para a India em 1 de abril, chegou ao Mandovy a 15 de setembro daquelle anno; e a 18 deste mez tomou posse do governo da India, das mãos do seu antecessor Francisco de Assiz de Tavora, Marquez de Tavora, na capella-mór da egreja dos Reis Magos, como então se costumava fazer.

D. Luis Mascarenhas, casado com sua sobrinha D. Maria Barbara de Menczes, filha dos segundos condes de S. Thiago, era bravo e illustrado, mas algum tanto desconfiado.

Foi morto no mal succedido ataque á formidavel praça de *Mordongoro* (²) em Pondá, na tarde do dia 28 de

(¹) Colhemos estas noticias dos *Memorias historicas dos Grandes de Portugal* por D. Antônio Caetano de Souza, pag. 109 e 123.

(²) A praça de Pondá denominada Mordongor foi, em 1764, conquistada e demolida pelo vice-rei conde da Ega, o qual em officio dirigido ao governo do reino, com data de 20 de janeiro daquelle anno, diz que *Mordungoro* traduzido em portuguez quer dizer invencível e que era praça situada em uma alta montanha inacessivel.....

junho de 1756, tendo sido vítima da sua indecisão, dos seus maus conselheiros e das tristes circumstâncias em que então se achava.

Segundo diz a Historia, foi assassinado pelos seus próprios soldados, covarde e aleivosamente (¹).

Governou a India pouco menos de dois annos, desde 18 de setembro de 1754 — data de sua posse do governo — até 28 de junho de 1756 — data de sua morte.

O ordenado que, a esse tempo, percebiam os governadores da India era de 24.466 pardaus, que a 300 reis o pardau, fazia 7.339\$800 reis por anno.

Como D. Luis Mascarenhas tivesse falecido em Goa, deixando sua viúva no reino, procedeu-se aqui pela provedoria dos defuntos e ausentes ao inventario de seus bens. E' desse inventario que se passou a certidão seguinte.

«Francisco Henriques, Escrivão do Juizo da Provedoria-Mor dos defuntos e auzentes, residuos e capellas nesta Corte, Estado da India»

(¹) Do assassinato do vice rei Conde de Alva fallam extensamente duas publicações feitas na Imprensa Nacional de Nova Goa pelos secretários que foram do governo deste Estado — Thomaz Ribeiro e Eduardo de Balsemão. Vide pag. 83 do folheto *Entre Palmeiras. De Pangim a Salsete e Pondá*; e pag. 200 e seguintes dos *Portuguezes no Oriente. Parte 3.^a*.

Outro secretário que foi do mesmo governo, A. C. Teixeira de Araújo, dá alguns traços da vida e do governo de D. Luis Mascarenhas, e diz que este foi morto «havendo suspeitas de ter sido vítima da traição de um capitão». Vide *Descrição geral e historica das moedas* pag. 309 e 310 do tomo 3.^º

Vide também a *Encyclopedie portugueza illustrada. Diccionario Universal publicado sob a direcção de Maximiano Lemos*, vol. VIII, pag. 90.

«Certifico prover o inventario e leiloens dos bens que ficarão por fallecimento do Ex.^{mo} Conde de Alva, V. Rey que foy deste Estado, e delle consta importar o monte dos ditos bens ao todo oitenta e dous mil cento trinta e nove x.^{es} (xerafins) quatro tangas cincoenta e cinco reis, e as despezas de dividas de Sua Magestade e das partes, fretes e direitos de marfim, que vejo de Moss.^e (Moçambique), carregação de Maçao (Macan ?), esmollas das missas e as mais que ficarão feitas judicialmente, entrando os Ludemios da Casa de Santa Misericordia, como Thesoureira deste Juizo, arezão de seis por cento, vinte e seis mil seiscientos sincoenta e e dous x.^{es} huma tanga e quatro reis, os quaes abatidos no dito monte, restarão sincoenta e cinco mil quattrocentas oitenta e sete x.^{es} tres tangas cincoenta e hum reis, de cuja copia forão remetidos desanove mil cento vintenove x.^{es} na remeça que foi feita a Cidade de Lisboa, a ser entregue a Exma. Condeza de Alva, viuva e cabeça do casal do dito defunto, a saber sinco mil seiscents e desanove que soy entregue a Thomaz de França e a Jozé Ignacio da Cunha, Piloto e Cirurgião da Nao Santo Antonio e Justiça, de que foi capitão de mar e guerra Izidorio de Moura, no anno de mil setecentos e cincoenta e sete; e treze mil quinhentos e dez x.^{os} na carregação feita no anno de mil setecentos cincoenta e oito, que foi entregue a Augustinho de Souza e Francisco Xavier, Mestre e contra Mestre da Nao S. Jozé, de que foi capitão de mar e guerra Jozé Procopio dos Reis Moreira; e feito o abatimento da dita remeça ficarão no cofre deste Juizo de que he Thesoureira a dita casa de S. Misericordia, trinta e seis mil trezentos sincoenta e oito x.^{es} tres tangas sincoenta e hum reis, da cuja copia cobrou o R. P.^e Manoel de Figueiredo da Compa-

nhia de JESus, como Procurador abastante da dita Procuração, Condeza de Alva Dona Maria Barboza (¹) de Menezes, viuva e herdeira do dito defunto, desanove mil e cem x.^{es}, entrando o anel com hum diamante e dous pequenos ao lado encravado em ouro rematado no leilão por novecentos x.^{es}, e assim mais hum relicario de S. Francisco Xavier, com seu cordão de ouro (²) avaliado por duzentos trinta e cinco x.^{es}, que fica em ser, sem ser arrematado, o qual não entra na contia de que se trata, e huma bolça de damasco (³), hum livro das contas particulares, dadas a Sua Magestade por percatoria de Vedor Geral da Fazenda mil duzentos quarenta e quatro x.^{es} para pagamento de generos, que levou da fazenda o Ba...⁽⁴⁾ por ordem do dito Exmo. Conde V. Rey e duzentos x.^{es} que cobrou por mandado deste Juizo o ourives Vitto-bá Chatim, e feito o dito desconto restarão quinze mil oitocentos e quatorze x.^{es}, tres tangas, sincoenta e hum reis, salvo o erro das contas e melhor juizo, os quaes ficão embargados pelos acredores do dito defunto; a saber, Antonio Pinto Mena, Antonio Garcias, digo, Jacome Gar-

(¹) Barboza, ou Barbara como atraç se disse ?

(²) Uma nota marginal, de letra differente da certidão que estamos copiando, diz neste lugar o seguinte : *Não sei que qualidade de relicario seria este.*

(³) Uma outra nota, tambem de letra differente, faz aqui a seguinte pergunta = O que conteria a bolsa de damasco ? = Suspeitamos que estas notas seriam do pe. Manoel de Figueiredo, da Companhia de Jesus, procurador da Condessa de Alva.

(⁴) Não se pode ler esta palavra, que ficou comida por um borrão de tinta, e que tem mais cinco letras em continuaçao das primeiras duas *Ba....*

cias, Símão Garcias, Silvestre Ferrão, João Fernandes, Miguel Ribeiro, Narana Camotim, Pandu Camotim e Rama Camotim, homens dos negocios desta Cidade, em virtude dos despachos do Desembargador Provedor Mor dos defuntos e auzentos e porteria do Exmo. Conde de Ega (¹) Vice-Rey deste Estado, da data de treze de novembro do anno proximo passado de mil setecentos sincoenta e oito, no cofre deste dito juizo, e declaro que fica em ser huma cadea de ouro gentilica com varios diamantes rozas e rubins avaliada por douis mil cento e cincoenta x.^{es}, que fica com Narana Camotim, sobre a qual pende o agravo ordinario na Superior Justica (²); o que assim certifico e com mais clareza que constar esta, e me reporto aos ditos auttos. Goa quinze de janeiro de mil setecentos e secenta, e declaro que a emenda na duodecima regra da lauda retro diz seiscentos e desanove x.^{es} de que não (haja) duvida. O fez escrever Francisco Henriques.

J. M. DO CARMO NAZARETH.

(¹) Ainda outra nota diz aqui — *Foi o successor do conde de Alva* — A isto deve-se acrescentar que o Conde da Ega não foi o immediato successor do Conde de Alva, porque os governadores que lhe sucederam *em via* foram o arcebispo primaz D. Antonio Taveira de Neiva Brum da Silveira, o chanceller João de Mesquita Mattos Teixeira e o mestre de campo do terço de Bardez, ex-governador de Damão, Philippe de Valladares Souto-maior. A este governo é que sucedeu, como vice-rei, Manoel de Saldanha de Albuquerque, Conde da Ega, que governou a India desde 23 de outubro de 1758 até 19 de outubro de 1765.

(²) Uma ultima nota diz neste lugar — *Já escrevi sobre isto* — . E é o que nos leva a suposição de que o autor das notas fosse o pe. Manoel de Figueiredo.

VIGARIOS PROVINCIAES

DOS

Religiosos da Ordem de S. Agostinho na India



1.^º Vigario Provincial foi Fr. Antonio da Paixão: governou 7 annos. Veiu do reino em 1572.

2.^º Fr. Miguel dos Anjos: gov. 4 annos e 7 mezes. Veiu do reino em 1579.

3.^º Fr. Simão da Conceição: entrou no officio em abril de 1584: gov. 6 mezes: foi a Portugal com um embaixador do rei da Persia e morreu na viagem.

4.^º Fr. Anselmo do Paraizo: gov. 1 an. e 8 m. desde jan. de 1585.

5.^º Fr. Luiz do Paraizo: gov. $4\frac{1}{2}$ an. Viera do reino em 1586: morreu, de viagem a Portugal, na nau *Bom Jesus*.

6.^º Fr. Marcos da Graça: gov. $3\frac{1}{2}$ an. Viera do reino em 1591: morreu, de regresso, na nau *Victoria*.

7.^º Fr. Gaspar de S. Vicente: gov. 5 an.

8.^º Fr. Pedro da Cruz: gov. 4 an.

9.^º Fr. Miguel dos Anjos; eleito pela 2.^a vez em 1603: gov. 2 an. e 7 m.; fal. no convento de Goa em abril 1605.

10.^º Fr. Domingos da Trindade: gov. 1 an. e meio, desde 1605; foi nomeado Bispo de Salé.

11.^º Fr. Antonio da Graça: gov. 3 an.

12.^º Fr. Luiz de Brito: gov. 4 an.; depois de reeleito, gov. 1 an.; nom. Bispo de S. Thomé de Meliapôr, gov. mais 1 an.

13.^º Fr. Antonio da Graça, pela 2.^a vez, desde 26 out. de 1616 até 24 dez. 1619.

14.^º Fr. Antonio de Simomes: gov. desde 24 dez. 1619, um an.

15.^º Fr. Diogo de Sant'Anna, gov. 3 an. desde 20 dez. 1620.

16.^º Fr. João da Rocha gov. desde 2 dez. 1623, um an., em via da successão: eleito, gov. desde 3 de set. 1624 até set. de 1626, e ainda mais 2 an.

17.^º Fr. Antonio de Moraes; sucedeu a Fr. Luiz Coutinho, que, sendo eleito, não veiu á India.

18.^º Fr. Luiz Coutinho, 1629.

19.^º Fr. Gaspar de Amorim, 1632.

20.^º Fr. João de Mesquita, 1.^º set. 1635.

21.^º Fr. Nicolau das Chagas, 6 ag. 1638.

22.^º Fr. Gaspar de Amorim, 2.^a vez, 3 out. 1640.

23.^º Fr. João de Jesus, 26 ag. 1646.

24.^º Fr. Alexandre de Noronha, 15 out. 1646.

25.^º Fr. Antonio de Christo, 16 abril 1648.

26.^º Fr. Francisco da Piedade, maio 1651.

27.^º Fr. Antonio de S. Guilherme, 4 julho 1654.

28.^º Fr. Manoel do Espírito Santo, 17 set. 1658.

29.^º Fr. Luiz da Graça, 7 out. 1662.
30.^º Fr. Antonio Carvalho, out. out. 1666.
31.^º Fr. Francisco de S. André, nov. 1669.
32.^º Fr. Agostinho da Piedade, 1 set. 1672.
33.^º Fr. Antonio Brandão, 25 set. 1675,
34.^º Fr. Diogo de S. Nicolau, 15 out. 1678.
35.^º Fr. Matheus da Trindade, 1 set. 1681.
36.^º Fr. Luiz da Cunha, 8 julho 1684.
37.^º Fr. Francisco Menezes, 1 nov. 1684.
38.^º Fr. Luiz da Cunha, 2.^a vez, 27 nov. 1686.
39.^º Fr. Simão de Gouveya, 24 set. 1687.
40.^º Fr. José da Graça, 4 nov. 1690.
41.^º Fr. Manoel do Sacramento, 13 nov. 1693.
42.^º Fr. Pedro de S. José, 19 set. 1696.
43.^º Fr. João Ferreira, 26 set. 1699.
44.^º Fr. Simpliciano da Assumpção, 30 set. 1702.
45.^º Fr. João de Santa Monica, 31 out. 1705.
46.^º Fr. Domingos da Encarnação, 26 maio 1706.
47.^º Fr. Constantino do Espírito Santo, 9 nov.
1708.
48.^º Fr. Domingos da Encarnação, 2.^a vez, 1 jan.
1710.
49.^º Fr. Feliciano da Natividade, 6 nov. 1711.
50.^º Fr. André de S. Agostinho, 6 nov. 1714.
51.^º Fr. João da Conceição, 11 out. 1717.
52.^º Fr. Francisco da Purificação, 11 set. 1720.
53.^º Fr. Manoel de S. Thereza, 11 set. 1723.
54.^º Fr. Francisco Freyre, 11 set. 1726.
55.^º Fr. José da Resurreição, 11 nov. 1729.
56.^º Fr. João da Conceição, 2.^a vez, 1 junho 1730.
57.^º Fr. Paulo da Silva, 19 out. 1732.

58.^º Fr. Antonio da Encarnação, 26 set. 1735.
 59.^º Fr. Ambrosio de S. Agostinho, 5 out. 1738.
 60.^º Fr. Manoel de S. Thereza, 2.^a vez, 3 nov. 1741.
 61.^º Fr. Manoel da Luz, 23 maio 1642.
 62.^º Fr. Antonio da Conceição, 25 set. 1744.
 63.^º Fr. Christovam de S. Miguel, 28 set. 1747.
 64.^º Fr. Ambrosio de S. Agostinho, 23 set. 1750
 (2.^a vez).
 65.^º Fr. Theodoro de S. Maria, 25 set. 1753.
 66.^º Fr. Bernardo de S. Caetano, 16 set. 1756.
 67.^º Fr. Antonio da Conceição, 2.^a vez, 23 set. 1758.
 68.^º Fr. João da Cruz, 29 set. 1759.
 69.^º Fr. Manoel de S. Agostinho, 27 de abril 1762.
 70.^º Fr. José de S. Thereza, 16 set. 1763.
 71.^º Fr. Thomaz da Silveyra, 1 out. 1764.
 72.^º Fr. José de S. Joaquim, 11 nov. 1768.
 73.^º Fr. Nicolau do Sacramento, 11 maio 1769.
 74.^º Fr. Bento de S. José, 5 out. 1771.
 75.^º Fr. Manoel de S. Alipio 24 set. 1774.
 76.^º Fr. José de S. Thereza, 2.^a vez, 7 nov. 1777.
 77.^º Fr. José de S. Joaquim, 2.^a vez, 2 fev. 1778.
 78.^º Fr. Ignacio d'Assumpção, 7 nov. 1778.
 79.^º Fr. S. Jacyntho de S. Ritta, 22 nov. 1783.
 80.^º Fr. Manoel da Graça, 8 dez. 1783.
 81.^º Fr. José Guilherme, 16 nov. 1786.
 82.^º Fr. Manoel da Graça, 30 abril 1791, 2.^a vez.
 83.^º Fr. Bento de S. José, 2.^a vez, 3 out. 1792.
 84.^º Fr. Manoel da Graça, 3.^a vez, 21 out. 1797.
 85.^º Fr. Bento de S. José, 3.^a vez, 27 out. 1798.
 86.^º Fr. José da Graça, 5 maio 1802.
 87.^º Fr. Candido de S. Joaquim: veiu de Portugal
 e tomou posse em 29 nov. 1804.

Não nos foi possível organizar a serie posterior até
 á extincção das ordens religiosas, 1834.

Pe. F. X. VAZ.

UM TEMPLO ARCHEOLOGICO EM GOA



ma das egrejas de Goa que merece especial menção, seja pela sua ancianidade, seja pela sua architectura, seja pelas tradições históricas que a ella se ligam, é a de N. S. da Penha de França, de Britona.

Foi fundada por D. Anna d'Azevedo, viúva de Christovão de Souza, *freira professa da Terceira ordem de Penitencia do Serafico Padre S. Francisco*, fazendo doação por seu testamento de 14 de dezembro de 1629, aprovado pelo tabellião de Goa, Antonio Cardozo de Souza em 17 do dito mês e anno, tendo ella falecido pouco tempo depois. O mesmo testamento, cuja cópia pudemos obter por favor d'um amigo, é um documento inedito, muito interessante e por isso transcrevemol-o abaixo textualmente.

Não durou senão 26 annos a mesma egreja, pois que tendo-se arruinado, talvez por não ter sido bem feita a sua construcção, ou por estar sujeita aos embates das ondas do Mandovy, em cuja margem direita está situada, foi reconstruída em 1655, desde os alicerces pelo ex-pro-

vincial franciscano fr. Manoel de Sado, que depois por estes serviços foi nomeado parocho della, por tempo de 15 annos, por decreto da Sagrada Congregação dos Bispos Regulares, de 29 de agosto de 1666, sendo confirmado pelo papa Clemente 9.^o, em virtude da Bulla *Religiosus zelus* de 20 de agosto de 1667.

Tem ella quatro altares, sendo o principal, na capella-mór, dedicado á padroeira, o 2.^o de Jesus e o 3.^o de N. S. da Piedade, no cruzciero, e o 4.^o de N. S. do Rozario, no corpo.

A festa da mesma padroeira se solemnisa annualmente com devida pompa e muita concorrença do povo no domingo immediato a 27 de dezembro.

O cumprimento da mesma igreja é de 33 varas e 4 palmos e a sua largura de 5 varas.

O seu tecto é todo coberto de magnifica abobada de aresta, sendo a da capella-mór mais velha que a do corpo, a qual, segundo a tradição, foi posteriormente reconstruida, por se ter arruinado com as agoas pluviaes que recebia, pois que não estava então coberta de madeira e telhas, como hoje.

Do lado do evangelho, na parede da capella-mór, existe uma lapide com a seguinte inscripção, em letras de ouro :

S.

De Dona Anna de Azevedo fundadora
 Desta egreja e desta confraria
 De N. S. de Penha de França
 Morreo no anno de 1629

No corpo, na parede lateral, do lado da epistola, ha outra lapide, com esta inscripção:

Aqui jaz
Miguel de Lima e Souza
Neto e herdeiro
De
Miguel de Lima e Souza de Bombay
Morreu aos 5 de dezembro de 1853
Com 29 annos e 7 meses de edade
Deixando uma filha e 5 filhos
Mandou-lhe pôr esta campa
A sua viuva
Nascendo viu a luz serena e pura
Raiar a viu esvaecer-se logo
Houve entre o berço e tumulo um só dia.

No cruzeiro ha mais lapides de marmore e de pedra preta, mas são impercebíveis as suas inscripções.

*

* * *

Eis a copia do testamento, a que acima referimos:

«Em nome de DEus Amen. Saibão quantos esta cedula do testamento e ultima vontade virem que no anno de Nascimento de N. Senhor JEsus Christo de mil seiscentos vinte e nove, aos quatorze de dezembro, como eu Dona Anna de Azevedo, mulher que foi de Christovão de Souza, Dona viuva Freira Professa da terceira ordem de Pe-

nitencia de Serafico Padre S. Francisco, estando sam e com todo meu juizo perfeito nas minhas casas e palmar na aldea Virlasça, freguezia de N. S. de Penha de França, querendo prover ja da minha alma por não saber a hora que o Nosso Senhor me queira levar desta vida presente, determinei fazer a presente cedula do meu testamento e ultima vontade em a maneira seguinte.

Primeiramente encommendo a minha alma a Todo Poderoso DEus Padre, Filho e Espírito Santo, Tres Pessoas em um só DEos, que a creou de nada e a remiu com seu precioso sangue, em S. Sma Fé protesto desta hora para sempre vivêr e morrer crendo tudo o que a S. Madre Egreja de Roma crê, confessa e ensina, e rogo humildemente a Gloriosissima sempre Virgem Maria Māy de DEus, Senhora Nossa, a todos os Santos da Corte do Ceo, queirão por mim rogar a Divina Magestade queira perdoar os meos peccados como peccadora offendii, quero que quando a minha alma deixar meu corpo, vá elle vestido do meu proprio habito, como Filha Professa do meu Pe. S. Francisco da sua Terceira Ordem de Penitencia, e peço ao muito revd.^o pe. Guardião do Convento de Goa queira mandar acompanhar o meu corpo pelos seus Padres e dar-lhe a sepultura na minha cova que está na capellamór da Igreja de N. S. de Penha de França de Virlasça, pelo que deixo de esmola vinte pardaus, e ao pe. Reitor desta minha freguezia e Igreja acompanhe o meu corpo com sua Cruz e lhe deixo de esmola seis xerasins. Mando que acompanhe o meu corpo esta confraria e Irmandade de Penha de França com sua cruz e lhe darão de esmola cinco xerasins, e mando que acompanhem meu corpo todos pobres que se acharem nesta freguezia com suas tochas accesas e lhe darão a cada um um vintem de esmo-

la. Peço ao Pe. Reitor de Sirulá, freguezia do Salvador, que acompanhe com sua cruz e lhe deixo de esmola quatro xerafins e peço-lhe que me diga nove missas resadas no altar da sr.^a S. Anna, dar-se-lhe-ha a esmola acostumada. Mando que me digam os Padres de S. Francisco no dia do meu enterramento ou outro dia seguinte um officio cantado com uma missa sobre minha cova e lhe darão de esmola dez xerafins e mando se me digam mais um officio cantado com uma missa o Pe. Reitor, e lhe darão de esmola acostumada. Deixo fora todas as minhas escravas, que se acharem sem meios assim casadas como não casadas. Declaro que a Gracia, chamada cosinheira, e a Maria lhes deixo a cada uma dellas um candil de arroz cada anno, e mais tres pardaus a cada uma dellas das ditas duas moças em sua vida para se sustentarem, a qual esmola lhes darão das minhas rendas: e declaro mais que deixo a dita Gracia a minha roupa, e o mais fato do meu uso, e caixões que se acharem em minha casa a dita Gracia, e todo o batte, arroz que se achar por meu falecimento para elles comerem, e peço aos Padres, e a dita confraria a quem ficar por meu herdeiro, deixem morar nas minhas casas a dita Gracia e Maria em quanto forem vivas. Declaro que um bicho por nome Manoel que serve na Igreja aos Padres que sirva oito annos, e depois lhe dei a sua liberdade. Tenho uma mulata por nome Antonia de dois annos que eu creei de uma moça de Manoel Barreto, querendo elle forralo, lhe deixo trinta xerafins para ajuda do seu casamento, e quando não queira fazer, não deixo nada: deixo os ditos trinta xerafins a may Gracia que creou a dita menina. Um menino orphão por nome Antonio que creou em casa, lhe dará dez xerafins a dita confraria de esmola. Deixo a Braz Cardozo

uma varzea quo tenho de merce em Parrá, freguezia de Trindade de Bardez. Deixo a Maria Pereira, mulher que foi de Francisco Cardozo, as casas em que mora e a horta e palmar, que tem pegoado ás ditas casas, que ora está comendo e não entra aqui nada de matto o qual lhe deixo para comer só em sua vida e morar nas casas, e por sua morte para a dita confraria de Penha de França ou a quem correr com a dita administração das minhas fazendas que neste deixo, e peço-lhe que não dei tovação (*sic*) sua gente e aos ditos Padres. Declaro que deixo duas vaccas e duas cabras a Gracia e Maria cosinheira; deixo mais a Braz Cardozo 2 vaccas e 2 cabras. As busfalsas e as mais vaccas deixo á confraria para que se venda para meus legados. Declaro que tenho no Reino um resto de um pouco de dinheiro que são tresentos mil reis, pouco mais ou menos que me deve Luiz de Miranda, de que tenho sentença e para arrecadar este dinheiro fiz Procurador da Misericordia de Lisboa, em que lhe dará a metade do dito dinheiro; e outra metade que me mandasse, a meu risco, vindo este dinheiro se darão tresentos xerafins a Antonia Pereira para ajuda do seu casamento; e sendo ella casada se lhe não darão nada, e o outro dinheiro ficará a dita confraria de Penha de França. Tenho mais no Reino um resto, que tem ora casado João Gomes de Souza, meu Procurador. Mando que se arrecade, e se lhe não darão nada a elle de seus gastos, nem trabalho por quanto tenho já satisfeito tudo. Declaro que D. João de Souza, morador em Baçaim, me está a dever duzentos vinte e cinco xerafins que lhe tenho dado a responder, de que tenho conhecimento, e mando que se arrecade. Declaro mais que Christovão de Souza e seu irmão me está a dever duzentos pardaus que

tenho dado a responder, mando que se arrecade. Mais Pedro Alvares, morador em Goa, me deve quinhentos xerafins que tenho conhecimento, mando que se arrecade. Declaro mais que Antonio de Souza Coutinho morador em Baçaim que ora está de posse das ditas aldeias do meu irmão Aleixo de Souza me deve seiscientos xerafins com seus ganhos, de que tenho conhecimento, mando que se arrecade delle tudo. Declaro que devo a Gaspar da Costa, ou aos seus netos moradores em Chaul, cem xerafins, mando que lhe pague logo. Declaro mais que devo a um orphão pescador deste meu palmar vinte xerafins, mando que se pague logo. Declaro que tenho feito tres doações entre vivos pelos tabelliães publicos das notas, uma dellas por Francisco Rodrigues em que deixava esta casa da Snr.^a de Penha de França por minha herdeira, para que o dito Syndico de Senhor S. Francisco tomasse posse por minha morte. Agora neste meu testamento declaro e quero que me faça o que no que toca a doação que está feita pelo dito Francisco Rodrigues, e as ditas são feitas por Francisco, neto, morador na cidade de Goa, em que fiz a doação a Virgem Senhora Nossa de Penha de França, em umas casas sobradadas entulhadas em que vivi sempre e com sua horta e poço de agoa e um palmar pequeno de banda de fora de horta, que vae estar no palmar de Mathias Nunes com suas aguas vertentes, matto, as quaes casas, horta e palmar com suas agoas vertentes de tudo isto assim como eu possuia em pacifica posse, fiz a doação a Virgem Nossa Senhora de Penha de França, para que os frades de S. Francisco fizessem nas ditas casas uma igreja da invocação da dita Senhora e fizesse tambem umas casas a seu modo, em que pudesse morar, e servissem da horta, e palmar com

seu fructo, e matto para lenha da sua cosinha com todas suas agoas vertentes, e isto para sempre e de facto tudo isto está já feito de que os Frades do meu pe. S. Francisco a tempo que gosam com as outras casas, e Convento em que moravam e vivem, o que de tudo o dito, posto que já tinha feito a dita doação para sempre, agora lhe torno de novo a fazer nesta minha presente cedula do testamento e ultima vontade a mesma doação para sempre, e que nenhum Religioso de qualquer Religião que seja, nem clérigo, quero nem consinto que sobre nenhum pretexto ainda que seja por via de Sacramento as velhas a ella sujeitas (*sic*) para que esta é a minha verdadeira e ultima vontade, com que esta doação fiz e de novo faço esta minha cedula do testamento com que somente os ditos frades de S. Francisco corram com a administração da dita Igreja para particular devoção que sempre tive, e tenho aos ditos Frades, e Seráfico Pe. S. Francisco, cuja filha professa da Sua Terceira Ordem sou. Declaro que eu tenho este palmar em Virlasça que é meu com todas as casas nelle feitas, que se começam da cruz e adro da igreja e vae testar até os Christãos que moram em Porpangim, e de outra banda até Britona com as agoas vertentes, e da outra banda com as aguas vertentes do palmar de Matheus Nunes. Tenho mais um palmar em Britona que comprei a Manoel Jacques de Souza; e outros Christãos da dita Britona, e todos pedaços de palmares têm suas aguas vertentes, como consta por suas escripturas que estam em meu poder. Tenho comprado a Rama Chrisna Sinay, por tempo de doze annos, douz pedaços de varzea, e um pedaço de palmar que está em Arporá, outro pedaço da dita varzea sito na freguezia de Aldonā por quantia de seiscentos sessenta xerafins, querendo o dito Ramá tirar depois do dito tempo acabado,

mando que se arrecade o dinheiro. Declaro que eu me obrigo de novo a dar de esmola aos Frades que na dita Igreja morarem, para sua sustentação, vinte xerafins cada mez, com condição, que os ditos Frades me digam cinco missas resadas cada semana por minha tenção. E declaro que quando fallecer algum frade da dita ordem, o Reitor da dita casa lhe dará a missa por sua tenção do dito frade, que fallecer, e na dita semana se me darão mais quatro missas. Declaro que no cabo do anno se dirá depois da festa da dita casa um officio cantado com sua missa cantada, e se dará ao dito Reitor a esmola acostumada que são seis xerafins. Declaro que sendo caso que o Ordinario em algum tempo, ou por algum caso possa e quem prover a dita egreja de outro Pastor que não seja da dita ordem de Serafico Pe. S. Francisco, em tal caso quero e é a minha vontade ultima que a dita egreja de Sr.^a de Penha de França fique em oratorio para nella se dizerem a dita missa pelos ditos Frades da Ordem Franciscana, sem que nenhuma outra Religião possa possuir a dita Igreja, nem ter, determino dizer a dita missa quotidiana porque com esta condição fiz e de novo faço a dita doação das ditas minhas casas, horta, palmar, matto e fazendas na forma acima declarada. Declaro mais que quero e he a ultima vontade que por quanto os ditos Frades de S. Francisco são incapazes pelo voto da sua tão exticta pobreza de poderem ter rendas, nem fazendas proprias, nem administração dellas, nem cousa alguma propria, as missas quotidianas, que eu mando dizer por minha tenção nesta dita Igreja de Penha de França se possa cuidar que lhe dou os ditos vinte xerafins como cousa propria; declaro que lhes não dou senão como esmola como se costuma a dar pelas missas para suas

necessidades, e para que os vinte xerafins das missas sejão bem pagos, e nunca lhes faitem esta esmola, nem elles sem me dizer as ditas missas. Declaro e deixo toda a minha fazenda que aqui tenho nomeado á Confraria e Irmandade da minha Senhora de Penha de França, constituida nessa Igreja para que os Mordomos da dita Confraria e Irmandade corram com ella, dei aos Padres que nesta Igreja morarem de primeiro que arrecadarem das rendas destas minhas propriedades sem dilacão e contradicção alguma, para que assim não falte o merecimento das ditas missas que mando dizer, nem aos Frades falte esmola para a sustentação que por não serem capazes do proprio, lhes não deixo as mesmas ditas propriedades, e tambem quero que estes ditos Mordomos e Irmãos sejão tambem obrigados a darem aos Frades desta Igreja de Senhora um quartilho de azeite, cada dia, de coco para alampada de Capella-mór da dita Senhora, para que exista sempre e dia e de noite como lume em honra e gloria sua, o qual azeite darão os Mordomos, ou Irmãos ou quem estiver em posse das ditas fazendas. Tambem declaro a minha ultima vontade que para ajuda dos gastos da dita festa da dita Casa da Confraria darão de esmola aos ditos Frades vinte xerafins das ditas rendas das mesmas propriedades. E assim constituo por verdadeiros e legítimos administradores, assim destas propriedades acima nomeados e dinheiro, como de todos os mais bens que de direito me pertencer aos ditos Irmãos, e Mordomos da dita Confraria da dita Senhora para que elles possam arrecadar em Juizo, e fora delle para dita Confraria. E declaro que quero e é minha vontade para que não haja falta assim em esmola das ditas missas como na esmola do dia da festa e no de

azeite de alampada da Senhora, comtudo mais, que mando fazer por minha alma, sendo caso que os administradores não contribuão com as duas esmolas, assim, e da maneira, que neste meu Testamento declaro, e mando fique perdendo o direito que na administração das ditas minhas fazendas tiverem por qualquer titulo que as tivessem por que com esta condição consinto na administração das ditas minhas fazendas, e por que agora, e sempre foi a minha vontade que no serviço de Virgem Penha de França, e de seus Ministros Frades de S. Francisco moradores da dita casa, se gastassem os rendimentos destas ditas minhas fazendas, pelo que sendo caso que estes Mordomos, e Irmãos da Confraria, e administradores desta minha fazenda não contribnham, e satisfaçam, com o que tenho ordenado neste meu testamento assim tão perfeitamente e inteiramente, como eu mando e ordeno que he a vontade que se tire a administração da dita fazenda delles ditos Mordomos, e se passe no Sindico, que for de S. Francisco de Goa, o qual quero que corra com ella e seja meu administrador com as condições e obrigações que haviam de correr os Irmãos, e Mordomos da dita Confraria, e não correrá com esta como Sindico dos Frades, senão como Procurador, e administrador, e não correndo elle tambem se passará a outro que tiver o dito officio e for Sindico dos Frades, e quando por alguma causa o Sindico não possa correr com isto, havendo falta dos Mordomos, e Irmãos como acima está declarado, e for necessario aforar-se, o que se não fará de nenhuma maneira, salvo faltando Mordomos, e Irmãos, e Sindico que o possam fazer bem, se aforasse na maneira seguinte = que será com parecer e consentimento dos meus testamenteiros, e do Sindico do convento, e do revd.^º Pe. Mestre, e

dos Frades do meu Padre S. Francisco e do Reitor que então servir, e estiver na dita casa e Igreja e do Snr. Provedor-mór dos defunctos, e o tal aforamento será com condição, e a pessoa a que se aforar fique obrigada a contribuir com todas as sobreditas cousas que tenho mandado e que sem faltar em algumas dellas, porque todo o direito e posse que tiver por razão do dito aforamento, e seja privado delles, e posto outro em seu lugar, o que tambem senão fará sem ser requerido o Snr. Procurador-mór dos defunctos, e feita a quem pelo dito Reitor da dita casa e Igreja e com consentimento do dito Ministro Sindico. Declaro que não tenho herdeiro algum que de direito me haja de herdar cousa alguma da minha fazenda, assim moveis, como de raiz porque todas que aqui vão nomeadas neste meu testamento, e quaesquer outras que se me acharem como pertencerem assim de direito as possuam todas com justo titulo, e as posso deixar livremente aquem eu quizer, e minha vontade for ordenar, como minhas proprias, como de facto as deixo e nomeio a minha Senhora de Penha de França na freguesia da Aldea de Virlassa por minha legitima herdeira para que a Confraria e Irmandade em a dita casa constituída como administradores façam das rendas das ditas fazendas, o que assim declaro em como meus Irmãos, e eu Testadora nos satisfazemos todos cada um por si nas partilhas das heranças de senhores nossos Paes já defuntos, que nenhum de nos pudesse ter direito em as fazendas de um e outro por morte de cada um por nos pelo que um chamado Antonio de Souza, casado e morador em a dita cidade de Baçaim terras do Norte que se quer chamar filho de Sr. Aleixo de Souza meu Irmão já defunto dito de um consesso como não é do legitimo matri-

monio nenhum direito justo tem para me poder herdar causa alguma de minhas fazendas attento ao conserto que entre nos, e os senhores meus Irmãos fizemos, que não havendo for do legitimo matrimonio outro nenhum que não seja legitimo me possa herdar, nem eu deixo lhes minhas fazendas com direito algum como consta do instrumento e sentença que vae a cartado a este meu testamento fl. 2, e as penas postas o que isto contradizer que estam no mesmo instrumento e sentença, que contra ellē já houve deste palmar de que elle tem aggravado, e vae correndo, sendo caso que seja contra mim, mando que se arrecade mil e quinhentos xerafins conforme o instrumento que com este vae, os quaes deixo a dita confraria, e mais se arrecade do dito Antonio de Souza seiscentos xerafins e seus ganhos conforme o conhecimento do conserto que nelle relata e mais se arrecadará do dito Antonio de Souza toda a parte que me couber pela herança da minha Irmā D. Joana, que não entrou nestas partilhas que nos fizemos, e o mais que couber das Aldeas por parte do Antonio de Souza meu Irmão e não indo o dito Antonio de Souza a demanda por diante, mando que se não se arrecade nada delle, no que toca as Aldeas e a herança da minha Irmā que mando que todo se lhe quite isso, e quando elle não entenda com elle palmar que deixo a dita confraria. Mando e declaro que depois de pagar as missas, e esmolas da festa e azeite que mando dar para alampada, mando que façao os ditos Mordomos cada anno uma festa de Nome de Jesus e deixo para ajuda della vinte xerafins. Declaro mais que a dita confraria dará ao Mestre que saiba cantar e ler para ensinar aos Meninos da escola desta freguezia, sem por isso lhe levar nada mais que aquillo que seos Paes lhe quizer

somente que lhe dará a dita Confraria trinta xerafins, o qual será elle obrigado a cantar huma missa a que aos sabados a Nossa Senhora. Declaro que o remanecente destas minhas rendas que ficarem mando que se reparta em tres partes, huma para a dita Confraria, e fabrica della, e a outra se gaste nos grangeamentos das ditas fazendas, e que a terceira parte se gaste, e distribua pelos orfãos e viuvas da dita freguezia e estas serão apontadas pelo pe. Reitor da dita Igreja, aquem encarrego muito as consciencias que guarde inteiramente este apontamento. Declaro mais que estes primeiros quatro annos se gaste a terceira parte em grangeamento das ditas fazendas, e depois delles se dei as ditas orfans e viuvas, como acima mando isto para sempre. Mando que os ditos Mordomos e Irmãos que forem da dita casa que façao um cofre em que guarde o dinheiro que se arrecadar cada mez destas minhas rendas e se fique nelle e uma chave tenha o Presidente dos ditos Mordomos, ou Irmãos, outra tenha o dito Thesoureiro, que for elleito cada anno e outra tenha o Sindico que for a dita Egreja, ou escrivão da dita confraria quando for as despezas, se ajustarão todas e não se façao nenhum gasto, nem despezas, sem parecer, ou conselho de Pe. Reitor da dita Egreja ao qual peço por amor de DEus queira tomar este trabalho, e os Prelados da dita Ordem que os hajão assim por bem e para bem desta Casa, e obras Pias que mando fazer neste meu Testamento. Declaro que uma moça por nome Maria Tangedeira que foi do Rei Boutu, que eu lhe dei em casamento, e depois elle me fez mercê della, deixo a forra com os mais, e peço lhe dê merce que não entenda mais com ella, nem sua mulher. Peço ao Snr. João Menezes de Caldeira, e Braz Cardoso, e Luiz de Oliveira faço meus Testamenteiros e

Ihes rogo por amor de DEus, me queirão fazer esta merce de aceitarem o cumprimento deste meu Testamento, e ultima vontade como eu fizera por cada um delles sem me pedir, para que mando que o que toca acerca do meu testamento poderá qualquer delles tomar da minha fazenda tudo o que for necessário para algumas miudezas de cura; sinaes, cova, e outros gastos o que tudo se lhe levará em conta o que a minha vontade é que todas estas cousas acima ditas se cumprão pela maneira que aqui mando e hei aqui postas todas as clausulas e temor do direito que houverem e serem necessarios para bem de que mando este meo testamento, que forem em favor delle e desta Confraria por que esta é a minha ultima vontade de que todas as cousas se cumprão pela maneira que aqui mando.

Portanto peço, por merce a todas as justiças de S. Magestade a que pertence esta causa assim a cumprão. E declaro que queira este meo testamento seja logo entregue ao pe. Reitor desta casa da Egreja de Penha de França para que elle o entregue logo ao pe. Guardião do convento de Goa de S. Francisco, a quem peço e mando guardar no cartorio do seu convento para que senão perca ao diante e o treslado delle fique lançado no livro da Confraria para constar o que ordeno, e seja notorio sempre, o qual mando fazer para bem desta casa de Penha de França e todos os frades que nellas morarem e por esta cedula do meu testamento, e ultima vontade revogo todos os outros testamentos, cedulas ou codicilos que antes deste haja feito, para que não quero que valha nem tenha vigor, e só este quero que valha em Juizo; e fora delle, para sempre porque este hei por bem e verdadeiro testamento e ultima vontade. Em testemunho da

verdade outorguei ter feita esta cedula cerrada sem alguma clausula ou clauzulas, e em saltar que de Direito se houverem de por quero, e he minha vontade que aqui se hajão por expressas, e declaradas, e porque não sei escrever, roguei ao Padre Fr. Affonso de Nascimento que he meo confessor que a presente me fizesse e nella por mim se assinasse, e eu Fr. Affonso de Nascimento Frade da Ordem de S. Francisco apresente fiz, e mandei escrever e nella me assinei por mim pela testadora. Hoje e no mesmo dia, mez e via dita acima; e eu Pedro Fernandes casado e morador em Pangim a presente escrevi a rogo da dita testadora em fé do qual me assinei aqui — Pedro Fernandes — Assino aqui pela testadora para ella assim mandar — Fr. Affonso de Nascimento —

Saibam quantos este instrumento da aprovação da Cedula do testamento, ultimo, e derradeira vontade virem que no anno de Nascimento de N. Senhor JESUS Christo de mil seiscentos vinte e nove aos dezasete do mez de dezembro do dito anno nestas terras de Bardez, na aldea de Sirulá e villa de Virlassa nas pousadas de Senhora D. Anna de Azevedo, D. Viuva Mulher que foi do desuncto Christovão de Souza, Freira da ordem de Nossa Senhora e S. Francisco, e vindo nella eu Antônio Cardozo de Souza Tabellão Publico das Nottas nas ditas terras por S. Magestade de presente apareceu a dita D. Anna de Azevedo doente em casa da enfermidade que DEos lhe deo mas em seu perfeito juizo, e entendimento segundo parecia e logo por ella me foi entregue esta sua cedula do Testamento ultimo e derradeira vontade, requerendo lhe aprovasse por quanto todo conteudo nelle, ella mandou escrever por Pedro Fernandes o nomeado nelle, e

se assinou nelle por ella o Revd.^º Fr. Affonso de Nascimento Reitor da Egreja de Nossa Senhora de Penha de França e todo o conteudo em a dita sua Cedula a aprovava por quanto depois de feito e escripto lhe lera perante ella e houve tudo por solemne, firme, valioso por ser feito por seu mando, e ordem e para em Juizo, e fora delle se lhe dar inteira fé e credito me requereo que aprovasse, fizesse e escrevesse nelle alguma Cousa que por elle fosse declarado por lhe esquecer se fizer delle, o que vistó por mim dito tabellião ser a requerimento em presença das testemunhas ao diante nomeadas aceitei esta dita Cedula do Testamento ser que primeira pagina della estarem escritas trinta e seis regras e inteiras e um terço de uma regra, na segunda pagina estarem escritas trinta e sete regras inteiras, na terceira pagina estar trinta e quatro regras; e na quarta pagina estar trinta e tres regras e na quinta pagina estar trinta regras e na sexta pagina estar trinta e cinco regras e uma entrelinha que diz não, e na ultima pagina estar escritas trinta regras, na oitava pagina estar trinta e uma regras, e na ultima derradeira pagina estar vinte regras, e meia, sem em todas as paginas haver mais entre linha, nem burradella nem emenda no fim das ditas regras estar o assinado do Revd.^º Pe. dito Pedro Fernandes, e dando eu dito tabellião concluida esta aprovação e por ella dita testadora foi dito que as casas em que esta dita testadora vive e mora deixa a Braz Cardozo filho de Francisco Cardozo defuncto para elle em sua vida as possuir em muita quietação e paz sem mais molestia as partes, nem vizinhos isto em sua vida somente e por sua morte ficar a confraria como se declara no dito testamento e dando alguma molestia e fazendo prejuizo aos ditos padres, ou

aos vizinhos e confrades da confraria da dita Senhora sem ordem o desapossarão e botarão das ditas cazas e darão-
cem xerafins da sua fazenda della testadora com declara-
ção que se lhe dei as ditas cazas com sua horta, até onde
estar as cazas de Pedro de Souza, e disse mais que dei-
xara mais vinte xerafins a Nossa Senhora da vida para se
lhe fazer hum frontal que Pedro de Mendanha deixa por
seu testamento. Disse mais que deixa a humas tres mula-
tas suas creolas nascidas em caza cinco xerafins a cada
huma e a Jeronima Percira outros cinco e a huma filha
de Luis de Souza que está para se cazar, lhe deixa para
o dito effeito quatro xerafins. Deixa a Luis filho de Cor-
ga seu creoulo outros cinco xerafins e a Catharina viuva
seis xerafins. Disse mais que os serviços de Manoel de
Mendanha que está em poder de Thomé de Souza filho
de Manoel de Souza conforme o conhecimento do dito
Manoel de Souza Coutinho e uma carta de Aleixo de
Souza deixa os ditos serviços e a dita Carta accão
D. Luiza filha de Diogo Lobo de Souza Capitão de Bar-
dez que foi em dois mil xerafins se deixarão na dita Car-
ta, mando que se digão em missas e os dois mil que diz
Pedro de Mendanha no seo testamento, e Aleixo de Sou-
za na sua carta que se digão em missas, mando que os
ditos dois mil xerafins que se deve a dita mossá por
quanto ella dita testadora tem e deixa cinco missas per-
petuas nesta dita Igreja da Penha de França por ella e por
ditos defunctos e m.^a, por que mais missas que ella deixa,
e isto ter tambem os ditos dois mil xerafins para dita orphā
he ser obra Pia por ser desemparada, e disse mais
que sendo cazo, que Antonio de Souza haja sua tença
contra ella testadora deste palmar Virlassa manda
que o dinheiro todo que a confraria tiver, e os arrecadar

quero se compre uma propriedade para a dita confraria para o efeito que se declara no seu testamento, e se arrecaide do dito Antonio de Souza Coutinho os seiscentos xerafins com seus ganhos, que em seo poder estarão; e o que mais lhe pertence a ella testadora nesta dita fazenda e Virlassa disse mais que ella testadora houve uma sentença contra Leonardo Pereira trouxe dumas casas e sua moça deixa as ditas casas a Filha de Maria Pereira por nome Antonia para ajuda do seu casamento, e o batte e arroz que se achar em sua casa se repartirá pelas moças e tudo o mais fatto e alfaia da dita casa della testadora a saber Caxões vazios Cadeiras bofetes e mais alfaia da dita sua casa tirando o seu fatto de vestir, e usado deixo ao dito Luis Cardozo que aqui disse que havia e ha por acabada esta dita approvação e declaração, e disse tambem que nomeava para seu testamenteiro a Francisco Rodrigues Tabellião na cidade de Goa para que faça com os mais que no testamento atraz declara, e pede as Justiças de Sua Magestade aquem o conhecimento desta Causa pertencer lhe faça inteiramente cumprir e guardar todo conteudo neste testamento e declaração nesta approvação como se nella contem por ser ultima e derradeira vontade, e disse que ha por revogados todos os mais testamentos codicilos que antes deste tenha feito pelo modo que seja e só esta cedula quer que valha e tenha vigor todo que se declara nelle para assim ser sua derradeira vontade quer assim dizer e declarar sem mais lhe dar outro sentido nelle, disse que se assinasse aqui por ella o Revd.^o Pe. Fr. Affonço de Nascimento por ella ser mulher e não saber escrever com testemunhas presentes Diogo Mascarenhas filho de Francisco Mascarenhas casado e morador em Britona,

Cristovão de Souza filho de Luis de Souza casado e morador em Colvalle, e Ferrão Gomes filho de Antonio solteiro morador em terras de Salsete lingua e Mestre dos Meninos da Igreja e João Coelho (¹) filho de Mazaicu Naique casado morador em Britona e outros que forão presentes chamados e rogados para esta dita approvação. Eu dito tabelião que escrevy e assinei do meu publico signal, que tal he como se segue, desta 330 reis. Sinal publico do dito tabellião = Assino pela testadora e como testemunha a seo rogo Fr. Affonso de Nascimento=Christovão Pereira Cardozo = Simão Gomes = Diogo Mascarenhas = Sinal de Francisco Coelho testemunha = sinal de Francisco Cardozo = Francisco Furtado = sinal de letra gentilica de João Coelho = Hei por solemne hoje dezanove de dezembro de mil seiscentos vinte e nove e o treslado fique em Juizo.

VIRIATO A. C. B. DE ALBUQUERQUE.

(¹) Deve ser novo christão, pois que é filho d'ê gentio e faz abaixo o seu signal em letra gentilica.

DIALECTO INDO-PORTUGUEZ DE CEYLÃO

I

Hum bom entrágo de Natal, 1907 (¹)

1. Bom entrágo de Natal nós disijá
Per todos nossas am'zades e estranheiros,
O bemzido Salvador quem isti dia nacê
Tem léste (²) este dia per todos par benzê.
2. Alleluia, alleluia, Jesus tem nacido
De hum Virgin e santo Mai,
Ne cidadi chomado Bethlehem,
Enter anjo-chusmos (³) tambem.
3. Natal, o nacemento de Sinhor,
Que bensas per nos proclaimá
Ne terre paz, bom vontade per gentes
Salutaçan glorióso de anjos.
4. Dia de Natal, que allegróso
Par nós Christaos de boa intendimento
Juntamus cambrados amoroso (⁴)
Com allegria e amor ispantoso.

(¹) Feliz entrada ou boas festas do Natal de 1907.

(²) *Tem léste* = está prompto.

(³) *Enter anjos chusmos* = entre os coros dos anjos.

(⁴) *Cambrados amoroso* = amigos queridos.

5. Ví Christaõs allegrá o bonansa
 Que Jesus nacido per nós trizê (¹)
 De pecados reconsiliação
 E per todos eterno salvação.

6. Nan dessê (²) por isto nehum pecado
 Este dia allegróso ti danificá
 mas perdan e paz Elle agór offerecê
 Sem dinheiro, livremente ricebê.

II

O' Salutaris

Oh hosti de Salvaçam,
 Quem t'abrí portas de ceo,
 Dá par nós força de alma
 Vide in'migo te chegá.

Todo gloria par Deos
 Quem tem ne tres pessons,
 Quem tem par nós allegria
 Ne céo, nossa terra. Amen.

III

Tantum Ergo

Nós t'adorá Sacramento
 Com cabéça bassando,
 Antigo usanse cavando (³)
 A novas bersas te chegá
 Aquel que nom podê sabê
 Com fé nós te confiá.

(¹) *Trizê* = trouxe.

(²) *Nan dessê* = não deixe.

(³) *Antigo usanse cavando* = acabando com os usos antigos.

Par o Pai e o Filho

Seja honra, gloria e lôvôro,
Poder divino e bensas
E par o Ispirito Santo,
Quem com o Pai e Filho
Tem só Deos verdadêro. Amen.

V. Pan de céo Tú já dá par ellotros.

R. E com aquel todo docura.

IV

Magnificat

Minha alma te magnificá per o Sinhor.

E miňho ispirito já allegrá ne Deos, minha Sinhor.

Par qui Elle já olhá sober humildeza de suo servideira; (¹)
poristo olhá desde agora todos geraçãos lo chomá per
mi bemzido.

Parqui Elle quem tem poderoso já fazê grande couses par
mi ; e Santo tem sua nomi.

E seo misericordia tem sobri ellotros que te temê per Elle ;
de geraçan atá geraçan. (²)

Com sua braso (³) Elle já obrá valorosamente ; e já ispaljá
per o soberbos ne lembranças de suo coreçans. (⁴)

Elle já botá fóra (⁵) per os poderósos de sua thronos ; e
per o humildosos Elle já lantá.

(¹) *Sober humildeza de suo servideira* = sobre a humildade de sua serva.

(²) *Atá geraçan* = em geração.

(³) *Com sua braso* == com sua mão, braço.

(⁴) *Já ispaljá per o soberbos ne lembranças de sua coreçans* == confundiu ou dissipou os soberbos do coração.

(⁵) *Botá fóra* = depoz ou lançou fora.

Elle já inchê o famintcs com bensa e per o ricos Elle já largá ne vacudade (¹)

Elle já judá per sua servidor Israel; ne o lembrança de seo misericorde.

Com elle já papiá (²) per nossa pais; per Abraham e a sua simente per sempre.

V

Ave Maris Stella

Salve estrélla de mare,
Piedosa mäi de Deos,
Sempre tu tem virgin
O vinturoso porta de céo.

Com palavre de Gabriel
O nomi de Heva tem mudado,
Achá, ó Mai de Déos,
Verdadêro paz par nós.

Soltá cadias de culpados,
Dá lumi par cégos,
Burrá tudos mals,
Achá tudos bens.

Seja tu nosso Mai
Dessê (³) tuo divino Filjo
Recebê nosso rôgos
Com tua limpo man.

(¹) *Já largá ne vacudade* = despediu vasios (dimisit inanes).

(²) *Já papiá par nossa pais* = fallou aos nossos paes.

(³) *Dessê* = deixae.

O bemditto virgin

Achá par nós, criances,
 Perdan de pecados
 E limpéza de cureçan.

Achá par nós justo vide

Preperá dirêto caminho
 Per andá diente de Jesus
 E per folgá ne ceos.

Gardismento (¹) seja par o Pai

E par Christo, sua Filho,
 E par Ispirito Santo,
 Tudos tres uno. Amen.

VI**Psalm 116**

Lová per o Sinhor tudo gentes ; lová per elle tudo povos.
 Videque sua misericorde tem confirmado sober nós ; e a
 verdade de o Sinhor te morá sempre.

VII**O atarde**

1. Olhá lumi de atarde
 Que preste te pagá (²)
 Assi preste nosse vide
 Hum dia mistê cavá. (³)

(¹) *Gradismento* = agradecimentos.

(²) *Que preste te pagá* = que está perto a sumir-se.

(³) *Mistê cavá* = é mister acabar ou hâde acabar.

2. Vento de anoite vago
Folhas te fazê cahí:
Assi vossa corpo fólgo
Alluma dia lô cahí.
3. Qui bunito ne atarde
Lumi de céo parcê;
Mais bunito ne verdade
Deos nesso parecê.
4. Com clors (¹) mui varióso
Nuvems befêto te luzí ;
Assi luzí example bondoso
De santos qui de mundo já fugí.
5. Ne anoite sober oravai (²)
Estrellas te luzí ;
Assi despós nossa travai (³)
Allegria Elle lo cubri.
6. Despôs de anoite vi manhão (⁴)
Com lumi muito forte ;
Assi lô vi allegração
Despôs de travalhoso lagri (⁵)
7. Olhá a noite iscura e triste
Mas dedia tem allegri ;
Assi este vide de lagri
Mas o céo de Deos tem allegri.

(¹) *Com clors* = com cores.

(²) *Sober oravai* = sobre o orvalho.

(³) *Travai* = trabalho, sofrimentos.

(⁴) *Vi manhão* = vem manhã.

(⁵) *Despôs de travalhoso lagri* = depois de amargas lágrimas.

VIII

«E o cidade tinha de puro ouro» (¹)

1. Jerusalem de ouro,
Qui mel e leite dá,
De ti cando eu lembrá
Voz e cureçan faltá.
2. Eu nunco sabê inde (²)
Qui prazéros lô tem,
Par nós ne qual gloria,
Isperando tambem.
3. Aquel salas de Siam,
Que jublá (³) com cantigas,
Lugê com os anjos,
E todos o santos.
4. O prinç'pe tem ne aquel
Clar luz de dediá tem,
E pastos de bemzidos, (⁴)
Te floricê tambem.
5. Tem o thróno de David
Allá, de travalhos
Livrado, com cantigas
Te folgá, salvados, (⁵)
6. Aqueles com sua Capitan
Já ganhá victoria,
Tem vistido o branco,
Per muifo allegria

(¹) Revelação — cap. XXI, 18.

(²) *Nunco sabê inde* == não sei ainda.

(³) *Jublá* == alegra-se ou diverte-se.

(⁴) *Pastos de benzidos* == coros dos bemaventurados.

(⁵) *Salvados* — Os justos.

7. Benzido e dôce terra,
Casa d'iscolhidos,
De Deos nossâ Sinhor,
Isperando de todos.
8. Jesus de misericordia,
Trizê per nós allá (¹)
Quem com o Pai, Ispirito,
Nós sempre ti adorá.

IX

Palavres de Deos (²)

1. Palavre quem de sempre
Com Deos que está,
Palavre de Verdade
Quem vide par nós dá :
Valê de mais qui ouro,
Gostá de mais qui mel ;
Per dá par nós ensino
Qui santo, e fiel !

2. Semente precioso
Qui Christo brufá (³)
E tocá ne chan
Qui nos allumiá :
Qual, esti-seo Palavre
De Christo ricebê,
Ne fé, e Sabedoria
Lô sempre perman'cê.

Colombo (Ceylão).

B. C. TAVARES DE MELLO.

(¹) *Trizê per nós allá* = trazei ou leve-nos ali.

(²) E' um hymno protestante.

(³) *Brufá* = semeou.

D. ANTONIO SEBASTIÃO VALENTE

I.^o Patriarcha das Indias Orientaes ⁽¹⁾

Os galeões que das occidentaes praias luzitanas fizeram, no seculo XV, vela para o Oriente, não vieram apenas arrebanhar as preciosidades e colher as especiarias da opulenta India. Elles, ao lado dos soldados do Rei, traziam, tambem, soldados da Fé para lançar a semente da Verdade, que a India, apezar de bastante culta, não conhecia ainda. A Religião do Crucificado foi a riqueza que Portugal deixou nas regiões asiaticas, espalhada pela valorosa legião dos ministros do Senhor, entre os quaes, apezar de muito moderna, se destaca a magestosa figura do sr. **Dom Antonio Sebastião Valente**, não só pelos seus brilhantissimos serviços á Egreja Lusitana do Oriente, como pelo seu saber profundo e pela sua virtude modelar.

(1) Falleceu repentinamente no extinto convento do Pilar em Goa-Velha a uma hora da manhã de sabbado, 25 de janeiro de 1908; sepultado na capela-mor da Sé Primacial em Velha Goa a 29 do mesmo.

O *Oriente Portuguez*, cuja principal missão é archivar nas suas paginas todos os monumentos e todas as glórias da nobre Nação que, empunhando o facho da luz do christianismo, valorizou a civilisação oriental, não pôde deixar de registar nas suas columnas o passamento d'este preclaro Príncipe da Egreja, que é uma das glórias mais lidímas do Episcopado portuguez, não só por selo, como e principalmente porque foi n'este Oriente que elle marcou a sua passagem terrena com um longo e scintillante rastro de luz, nas medidas que promulgou, nos melhoramentos que promoveu e nos serviços que prestou á Egreja e ao Estado, sendo de ambos um servidor digno.

Paz á grande alma do eminente Prelado.

Pc. F. X. VAZ.



SUA MAGESTADE EL-REI D. CARLOS I

E

SUA ALTEZA REAL O PRINCIPE D. LUIS FILIPPE

No dia 1 de fevereiro, um abominavel attentado pôz termo em Lisboa a duas preciosas vidas — de Sua Magestade El-Rei D. Carlos I, e de Sua Alteza Real o Principe herdeiro, D. Luis Filipe, de saudosissima memoria. Esse crime horroroso, sem precedentes na historia patria, a que veio dar uma pagina de sangue, que nunca poderá ser lida sem estremecimento e indignação, deixou immersa em crudelissima dôr a Familia Real, e enluctou profundamente a Nação inteira. A India Portugueza, que se présa de ser lealmente dedicada á Monarchia e á Dynastia reinante, compartilhando da immensa magoa, causada por tão infausto e inopinado acontecimento, uniu as suas preces ás da mãe-patria pelo eterno descanso dos augustos finados.

EXPEDIENTE

Durante o anno de 1907 foram recebidas as seguintes publicações periodicas, cuja offerta agradecemos.

Jornaes

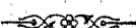
- *O Ultramar*, de Margão — Salsete.
- *Notícias*, de Margão — Salsete.
- *O Indio*, de Chinchinim — Salsete.
- *O Nacionalista*, de S. Thomé — Salsete.
- *A Voz do Povo*, de Calangute — Bardez.
- *Luz do Oriente* — Pondá.
- *O Anglo-Lusitano* — Bombaim.
- *O Colonial* — Lisboa.

Revistas

- *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa* — Lisboa.
- *Boletim da Real Associação dos Architectos Ciris e Archeologos Portuguezes* — Collecção illustrada de materiaes e noticias publicada pelo Museu Ethnologico Portuguez — Lisboa.
- *O Archeologo Portuguez* — Lisboa.
- *Annaes do Club Militar Naval* — Lisboa.
- *O Instituto* — Revista scientifica e litteraria de Coimbra — Coimbra.
- *Revista Militar* — Coimbra.
- *Estudos Sociaes* — Revista mensal catholica — Coimbra.
- *Revista de Guimarães* — Publicação da Sociedade Martins Sarmento — Porto.
- *Archivo Historico Portuguez* — Lisboa.
- *Portugalia* — Materiaes para o estudo do povo portuguez — Porto.
- *The Mangalore Magazine* — Mangalore.

Errata notável no n.º antecedente, 12/907.

Pg. 484, nota (1) — onde se lê 1873, lêa-se 1870.



O ORIENTE PORTUGUEZ

SUMMARIO

Docs. n.º 3 e 4

— GOVERNO DA ARCHIDIOCESE DE GOA SEDE VACANTE, POR J. A.
Ismael Gracias.

O ORIENTE PORTUGUEZ

5.^o ANNO. 1908

NUMERO DE MARÇO E ABRIL



GOVERNO DA ARCHIDIÓCESE DE GOA,

Sede Vacante



ando-se a vacatura da Sé Primacial de Goa, a quem incumbe assumir o governo eclesiástico ?

Em regra, aos cabidos das sés cathedraes devolve-se a jurisdição episcopal, salvas as limitações estabelecidas por direito canonico, no caso em que a sé esteja vaga, impedida ou quasi vaga.

A sé diz-se vaga quando o prelado morre, resigna ou é transferido para outra diocese,— diz-se impedida desde que decorrem tres mezes, contados do dia da viuez, sem que lhe haja sido canonicamente dado outro prelado;— e quasi vaga, quando embora tenha pastor proprio, este a não pode governar, nem por si, nem por outrem, como

succede quando é demente ou está suspenso, excommunicado ou desnaturalizado.

Em qualquer d'estes casos compete ao cabido a nomeação do seu vigário capitular, mas deve exercer esse direito dentro de oito dias, desde que assumir a jurisdição; e, se assim o não fizer, o direito de nomeação devolve-se ao metropolita, ou se a sé vaga é metropolitana, ao suffraganeo mais antigo. (¹)

Mas, para o arcebispado de Goa, existe uma resolução especial da Santa Sé. Por seu breve *Pastoralis officii*, de 13 de dezembro de 1572, determinou o papa Gregorio XIII que, na vacatura d'este arcebispado, devia o bispo de Cochim transferir-se para Goa e regê-lo até ser provido de prelado pela Sé de Roma, deixando na sua diocese vigário e governador idoneo. Eis o breve: (²)

Gregorius Papa XIII

Ad perpetuam rei memoriam

Pastoralis officii cura nos admonet, ut de singularum orbis Ecclesiarum statu sollicite inquiramus, et ne illae

(¹) Concil. Trident., sessão xxiv, cap. xvi, *De reformatione*.

(²) Transcrevemos este breve do *Bullarium Patronatus Portugaliae*, por Levy Maria Jordão, t. I, pg. 232, porquanto a cópia que existe no L.º das monções da secretaria geral do governo, n.º 82, fl. 122, mandada com a provisão do conselho ultramarino, a que adiante nos referimos, contém bastantes erros, parecendo que pouco sabia de latim quem a tirou. No citado *Bullarium* o sumário do breve está redigido n'estes termos = *Conceditur Episcopo Cochinchensi quod, in casu vacationis Primalis Ecclesiae Goanensis, in illam Sedem se transferat et hujusmodi dioecesim regat, relicto in propria Ecclesia idoneo vicario vel gubernatore*; e na referida cópia, assim = Breve de Gregorio XIII em que manda que o bispo de Cochim governe e reja o arcebispado de Goa vagando, enquanto se não prover por El-Rey Nossa Senhor de arcebispô, e no seu bispado de Cochim ponha por este tempo vigário em seu logar=.

praesertim, quae primates existunt, diuturnae vacationis incommodis mancant expositae, sedulo prospiciamus.

1. Sane ex charissimi in Christo filio nostri Sebastiani, Portugalliac et Algarbiorum Regis, insinuatione accepi-
mus, quod quoties Goanensis Ecclesia, quac metropolis et Ecclesiarum *Indiae* Orienfalis Primas existit, vacare contigit, propter civitatis Goanensis ab urbe, ubi Romanus Pontifex et plurimum residere solet, terra marique distantiam, longamque et difficilem navigationem, biennio integro, et si post mensem Januarii vacatio occurrit, trien-
nio fere eam pastoris praesentia, ac solatio carere oppor-
tet (¹), cum breviori tempore illius vacatio ad Sedem Apostolicam deferri, et pastor illi, pro tempore praefectus, accedere nequeat; ex eoque Ecclesiam ipsam Goanensem pastore destitutam non modica pati in spiritualibus et temporalibus detrimenta, hominum mores corrumpi, ecclesiasticam disciplinam relaxari, gentiliumque et infidelium partium illarum ad Christi fidei conversionem, ab eis, qui praedicare et promulgare eam illis deberent, negligi, aliaque non laevia damna et incommoda inde exoriri; Cochinensem vero Ecclesiam, in eisdem *Indiae* par-
tibus consistentem, quac ipsi Ecclesiae Goanensi metro-
politico jure subest, pastoris sui absentiam ad tempus commodius sufferre posse, et episcopum Cochinensem, in

(¹) Advirta-se que por esse tempo a correspondencia entre Goa e Lisboa era annual, transportada pelas naus de viagem que sahiam conforme as monções, as de Lisboa em março ou abril, e as d'aqui em janeiro ou fevereiro; assim, qualquer facto sucedido em Goa ou Lisboa, depois da sahida das naus, só podia ser participado na monção do anno seguinte.

Goanensi Ecclesia residendo, Ecclesiae suae Cochinensis indemnitati consulere valere, rebusque necessariis propicere ejusque praesentiam Ecclesiac Goanensi plurimum fore utilem et fructuosam.

2. Propterea cupientes pro munera nobis licet immensis divinitus injuncti debito, praemissis incommodis occurrere, Apostolica auctoritate, praesentium tenore, statuimus et ordinamus quod, occurrente pro tempore vacatione Ecclesiae Goanensis, venerabilis frater nunc, et pro tempore existens episcopus Cochinensis, vacatione hujusmodi intellecta, ad Goanensem Ecclesiam, cum gratia Apostolicae benedictionis, accedere, et in ea aut ejus dioecesi personaliter residere, et ejusdem Ecclesiae Goanensis curam, regimen et administrationem suscipere debeat et teneatur, et eandem Ecclesiam Goanensem, donec ci fuerit per Sedem Apostolicam de pastore provisum, et pastor ipse ad illam valeat se conserre, in spiritualibus et temporalibus gubernare, dimisso apud Ecclesiam Cochinensem idoneo vicario seu gubernatore, ab ipso episcopo deputando.

3. Eidemque episcopo Cochinensi praecipimus, ut onus hujusmodi devote suscipiens, verbi Dei prædicatione, sacrificiorum oblatione, bonorum operum exemplo, aliisque pastoralibus munii incumbens, gregem, sub Ecclesia Goanensi prædicta consistentem, in veritate pascat et regat, sibique in dicta Ecclesia Goanensi ejusve dioecesi, ex prædicta causa, residenti, ut inibi pontificalia officia, omniaque et singula, quae archiepiscopus Goanensis de jure vel consuetudine exercere et facere consuevit, facere, gerere et exercere valeat; etiamsi talia sint quae speciali nota designari debuissent, concedimus et indulgemus;

eumque interim ob non residentiam apud Ecclesiam Cochinensem censuris aut poenis contra non residentes, a sacris canonibus et OEcumenicis Conciliis ac per nos novissime facto decreto infictis minime subjacere, eadem auctoritate, declaramus atque decernimus.

4. Mandantes in virtute sanctae obedientiae dilectis filiis capitulo, clero, populo atque vassallis Ecclesiae Goanensis hujusmodi ut dictum episcopum Cochinensem, ad eos ex causa praedicta accedentem debitum cum reverentia et honore excipiant, ac omnibus suis salubribus monitis et mandatis intendant, pareant et assistant, ac consueta et archiepiscopo Goanensi debita servitia, ipsi episcopo Cochinensi praestent et exhibeant.

5. Ac decernentes sic in praemissis per quoscumque judices et commissarios, etiam S. R. E. cardinales et Sacri Palatii Apostolici auditores, sublata eis et eorum cuilibet quavis aliter judicandi et interpretandi facultate, - judicari et interpretari debere, irritumque et inane, si secus super his a quoquam, quavis auctoritate, scienter vel ignoranter, contigerit attentari.

6. Non obstantibus quibusvis Apostolicis, ac in provincialibus, et synodalibus universalibusque Conciliis editis generalibus vel specialibus constitutionibus et ordinationibus, dictaeque Ecclesiae Goanensis, juramento, confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia, roboratis statutis et consuetudinibus, privilegiis quoque, indultis et litteris Apostolicis, capitulo et aliis praedictis, sub quibuscumque tenoribus et formis, quomodolibet concessis, approbatis et innovatis, ceterisque contrariis quibuscumque.

Datum Romae apud Sanctum Petrum, sub annulo

Piscatoris, die xiii Decembris MDLXXII, Pontificatus nostri anno primo (13 de dezembro de 1572). (¹)

Este breve foi mandado observar pela provisão do conselho ultramarino; de 31 de março de 1716, que vamos transcrever, sendo certo que, já anteriormente, a carta régia de 24 de março de 1689 o tinha mandado cumprir, mas sem o citar expressamente (²), donde resultou haver no cabido, quando a sé de Goa ficou vaga por morte do arcebispo D. Alberto da Silva, alguma hesitação em entregar o governo ao bispo de Cochim, D. fr. Pedro da Silva (setembro ou outubro de 1689), hesitação a que pôz termo o deão João Corrêa Borges, prevenindo os capitulares de que o governador D. Rodriggo da Costa tinha ordem para mandar para o reino os que se oppuzésssem, «e sem outra prevenção se fez tudo com muito socego», diz esse governador á Corte. (³)

(¹) No *Bullarium* não ha assinatura alguma no fim do breve, mas na copia do L.º das monções aparece esta : — *Cae (Cd.?) Glorierius*, e em seguida a seguinte declaração :

«O qual breve foi tresladado do livro segundo dos Broves fl. 87, que está no oitavo almario da Caza da Corôa, ao qual se dará tanta fé e credito, como ao proprio livro donde foi tirado. El-Rey Noso Senhor o mandou por João Couceiro de Abreu e Castro, guarda-mór da Torre do Tombo, por especial ordem que teve do secretario das mercês, que fica neste archivo. O Bacharel Mathias do Valle o fez aos trinta e hum de março do anno do nascimento de Noso Senhor Jesus Christo de mil setecentos e dezaseis, e vae escrito em duas meias folhas com esta. Alexandre Manoel da Silva a fiz escrever. — J. Couceiro de Abreu e Castro.

(²) L.º das monções n.º 54, fl. 452, publicada no *Boletim do Governo*, n.º 21 de 1861.

(³) Carta de 24 de janeiro de 1690, L.º cit., fl. 453, cit. *Boletim*.

A provisão do conselho ultramarino, a que alludimos, é esta:

«Dom João por graça de Deus Rey de Portugal, e dos Algarves daquém e dalém mar em Africa senhor de Guiné &c.^a — Faço saber a vós meu vice-rey e capitão geral do Estado da India que por ser conveniente ao serviço de Deus, e meu, evitar-se algua contenda ou perturbação, que possa suceder com a morte do arcebispo primaz desse Estado como se experimentou com o falecimento do arcebispo D. frē Agostinho da Assumção, Me pareceu mandar-vos remetter a copia do breve, que acompanha esta, tirada da Torre do Tombo, no qual se declara a forma que se deve seguir neste particular, e para este efeito, e sua observancia o fareis registar nos livros da secretaria desse Estado, e nas mais partes necessarias. El Rey Nosso Senhor o mandou por João Telles da Silva, e Antonio Roiz da Costa, conselheiros do seu conselho ultramarino, e se passou por duas vias. Manoel Barbosa Brandão a fes em Lisboa a trinta e um de março de mil setecentos e desaseis. O secretario André Lopes de Lavre a fez escrever. *João Telles da Silva.* — *Antonio Roiz da Costa.* (¹)

Este diploma veio do reino na mesma monção em que chegou o arcebispo D. Sebastião de Andrade Pessanha, e, como se vê, foi motivado pela contenda ou perturbações que houve, quando foi da morte do arcebispo antecessor, D. fr. Agostinho da Annunciação (e não *Assumção*,

(¹) L.º das monções n.º 82, fl. 420.

como na provisão se diz). Curiosa especie para a nossa historia ecclesiastica é essa contenda entre o cabido e o bispo de Cochim, D. fr. Pedro Pacheco, na qual não faltou o apparato bellico, pois os capitulares levaram a sé á escala e á força de armas, pela defenderem os dominicanos, e chegaram até a arrombar as portas com machados. (¹)



Podia, porém, dar-se o caso de estarem simultaneamente vagas as sés de Goa e de Cochim. Preveniu esta hypothese o pápa Leão XII, determinando pelo seu breve *Ecclesiarum omnium*, de 12 de dezembro de 1826, que, em tal circunstancia, competia o governo da sé de Goa ao arcebispo de Cratiganor, e ainda na falta d'este ao bispo de Meliapôr. Damos em seguida o breve conforme o registo que existe no archivo da secretaria do arcebispado, registo de que se extrahiu a copia por benevolà permissão do actual muito digno governador, o ex.^{mo} e rev.^{mo} sr. D. Theotonio Vieira de Castro, bispo de Meliapôr :

Leo PP. XII

Ad futuram rei memoriam. Ecclesiarum omnium cura atque sollicitudo, carum vel maxime, quae primates ac disjunctissimae suo carent antistite fel. rec.

(¹) Cunha Rivara, *Sé raga de 1713 a 1716*, no *Boletim do Governo*, n.º 22 de 1861, e Pe. Nazareth, *Mitras Lusitanas*, pg. 623.

Gregorium XIII Praed. Nrum. adduxerunt, ut Sermi. Lusitaniae et Algarbiorum Regis votis annueret, dum petuit facultatem, qua interea dum Goae Ecclesiae Metropolis et Ecclesiarum Indiae Orientalis primas, suo viduata Pastore, Cochinensis Episcopus, qui illi metropolitico jure subest, in ea sedius cathedra, ejus ecclesiae rationibus consuleret, eique maxima utilitate et adjumento foret. Ipse enim perspexit Pontifex, ubi vacat Goanensis sedes, quam Goae civitas valde procul ab Urbe in qua Romanus Pontifex sedet longaque et difficilis subeunda navigatio, nisi bienio exacto et saepenumero etiam trienio, novum illius Pastorem eo adire nequaquam posse: hoc autem temporis intervallo plura non minus in civilem quam in Christianam rempublicam sequi mala, mores corrumpi, ecclesiasticam relaxari disciplinam, evangelii praecones in traducendis hominibus a misera. daemonum servitute ad verum Dei cultum tepescere. Itaque quum contingere possit, ut dum Goanensis Ecclesia simul et Cochinensis vidua vel dum Cochinese Episcopus Ecclesiam Goae regendam susceperit e vivis eripiatur, Ditma. in Christo Filia Nra. Elisabeth Maria regnum Lusitaniae et Algarbiorum regens per dilectum filium Comitem de Funchal suum penes Nos legatum extra ordinem postulavit a Nobis suppliciter, ut hoc in casu Archiepiscopus Cranganoren-sis ejusmodi muneri succedat; vel in utriusque defectu Episcopus Meliaporensis illud obeat. Nos igitur, quibus Sacerdotium magnum, licet immeritis, confisum in Ecclesiae Goae commodum intendentis, votis quoque permoti Suae Regiae Celsitudinis, quae tam maxima in catholicae religionis bonum studio afficitur, Auctoritate Nra. Aplica. concedimus et indulgemus, ut si forte Cochinensis Eccle-

sia jam vacet dum Goae Ecclesia suum expectat Antistitem, vel interea dum hujusce regimen suscepere, sit vacatum, ne ejusmodi Goae Ecclesia ullo unquam careat pastore, Cranganorensis Archiepiscopus in dioecesi Goae curanda, regenda atque administranda eisdem utatur facultatibus, iisdemque polleat indultis, quibus Cochinensis Episcopus a memorato Pontifice per litteras Aplicas, sub annulo Piscatoris expeditas, ac datas die xiii Decembris a MDLXXII fuit donatus. Demum quum fieri possit, ut vacante Ecclesia Goae tum Cochinensis tum Cranganorensis suo quaque orbata Antistite, eadem potestate Nra facultatem facimus, cuius vi, quum id contingat, Meliaporae Episcopus ejusdem Goanensis Ecclesiae habendas suscipiat ac regat. Haec concedimus atque mandamus, servatis tamen iis conditionibus quae in eodem Gregorii XIII Diplomate adjectae sunt, ac non obstantibus iis omnibus quae per idem diploma non obstatre decretum est.

Datum Romae apud S. Petrum sub annulo Piscatoris die xii Decembris MDCCXXVI Pontificatus Nostri anno quarto.—Pro Dno Card. Albano; *F. Capaccini Substus.*

Seguem varias declarações que omittimos. Não consta que a este breve se tivesse concedido o beneplacito régio, mas no livro do registo, a que nos referimos, está respectivamente exarada a seguinte declaração:

«Em janeiro de 1908 o governo de Sua Magestade Fidelíssima em telegramma ao governador geral do Estado da India Portugueza declarou que dava o seu completo assenso a este breve.»

*

* * *

Durante o seculo proximo passado, vagou por vezes, sem prompta successão definitiva, a sé de Goa, sendo a primeira vez em 1831 e a ultima em 1880, mas, por falta de bispos sagrados de Cochim, Cranganor e Meliapôr, governaram vigarios capitulares, eleitos nos termos das disposições do concilio de Trento, atraç citadas. (¹)

(¹) Ao concilio de Trento foi dado em Portugal o beneplacito régio por alvará de 12 de setembro de 1564, mas a aceitação das suas disposições sempre se entendeu feita sem prejuízo das leis do Estado e das prerrogativas da Corôa, entre as quaes se comprehende o direito de *precaução* ou de *defesa* que o Estado exerce interferindo na escolha do vigario capitular, ou, melhor, o direito de *insinuação*, isto é, a insinuação ao cabido da pessoa em quem o poder temporal deseja que a eleição recaia. Dividem-se n'este assumpto as opiniões, pelejam os eruditos e o pleito ainda se não acabou de resolver definitivamente, pois o exercicio d'esse direito tem encontrado por vezes séria reluctancia por parte dos cabidos, ao passo que o governo tem sustentado sempre a sua prerrogativa e sabido, com mais ou menos esforço, mantê-la. Aos que desejem conhecer bem esta questão, indicamos as seguintes autoridades :

Dr. B. Carneiro — *Elementos de direito ecclesiastico portuguez* ;
Accordam do Supremo Tribunal de Justiça, de 1 de agosto de 1876, sobre o celebre caso da eleição do vigario capitular da diocese de Bragança em 1874, no *Diario do Governo* n.º 179/76.

J. A. Perdigão — *Apontamentos de legislação e jurisprudencia*, II 120-121.

Diario da camara dos sres. deputados, sessão de 17 de janeiro de 1893, discurso do ministro da justiça, A. Telles de Vasconcellos.

Eurico de Seabra — *A insinuação régia e a eleição dos vigarios capitulares* ;

Franco Silgar — *A insinuação régia dos vigarios capitulares*, na revista *Estudos sociaes*, de Coimbra n.ºs 8 a 11 de 1906.

Assim, por falecimento do arcebispo D. fr. Manoel de S. Galdino em 15 de julho de 1831, foi eleito pelo cabido, no mesmo dia, vigario capitular o deão José Paulo da Costa Pereira de Almeida. Falecendo este a 12 de janeiro de 1835, foi substituído, após seis dias, pelo o thesoureiro-mór, depois deão, Paulo Antonio Dias da Conceição, que, em virtude da carta régia de 20 de setembro de 1836, renunciou o cargo por ter chegado o arcebispo eleito D. Antonio Feliciano de Santa Rita Carvalho, o qual foi eleito vigario capitular e entrou no governo em 1 de dezembro de 1837.

Vindo este a finar-se em 1 de fevereiro de 1839, reclamou logo o ex-vigario capitular Dias da Conceição, allegando que fôra coacta a sua renuncia, e pretendendo, por isso, entrar no governo como vigario capitular *de jure* independentemente de nova eleição. Tal reclamação deu logar á seria contendâ (¹), e foi desattendida tanto pelo cabido, como pelo governo de Sua Magestade em portaria de 3 de junho de 1839. O cabido governou até 6 de outubro de 1839 e procedeu á eleição de vigario capitular, a qual recabiu no chancre, depois deão, Antonio João de Athayde, que serviu desde 7 do referido mez e anno até 7 de março de 1844, data em que o arcebispo D. José Maria da Silva Torres fez a sua entrada solemne na sé primacial em Velha Goa.

Resignando este prelado, em 1851, a mitra de Goa, foi declarada vaga a sé e o cabido elegeu vigario capitular o bispo eleito de Cochim, D. fr. Joaquim de Santa Rita

(¹) Cit. *Mitras Lusitanas*, pg. 455-457.

Botelho, que exerceu o cargo desde 19 de maio do mesmo anno, até 8 de fevereiro de 1859, data do seu fallecimento.

Cinco dias depois, o cabido elegeu novo vigario capitulo: o conego da sé de Lisboa, D. Antonio da Trindade Vasconcellos Pereira de Mello, o qual aceitou a eleição e, por não poder entrar desde logo em exercicio, nomeiou governador interino do arcebispado o provisor, mestre-escola Caetano João Peres, e no impedimento d'este o vigario geral, conego Antonio José Pereira. O primeiro governou até ao seu fallecimento em 24 de janeiro de 1860, e o segundo até 3 de janeiro de 1861, dia em que se recebeu aqui a carta de desistencia do vigario capitular Mello, por ter sido nomeado bispo de Beja. Ao mesmo tempo chegára tambem a comunicação oficial de ter sido nomeado, por decreto de 22 de outubro de 1860, arcebispo de Goa o bispo de Cabo Verde, D. João Chrysostomo d'Amorim Pessoa.

O cabido reentrou, pois, no governo a 4 de janeiro de 1861, e em 12 elegeu vigario capitular o conego da sé de Evora, Antonio Ribeiro de Azevedo Bastos. Os incidentes havidos n'esta eleição constam das actas do cabido, publicadas no *Boletim do Governo*, n.º 11 de 5 de fevereiro do referido anno. Os eletores foram os conegos Joaquim Antonio do Rosario, Eugenio Pereira, José Felix Patricio Viegas, Martinho Antonio Fernandes, José Caetano Gonsalves e Joaquim Affonso. Com respeito a esta eleição e outras circumstancias connexas dirigiu o governador geral ao ministro da marinha e ultramar os dois officios que em seguida transcrevemos:

«N.º 10 — Ill^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Em continuação do meu

officio de 5 do corrente (reservado), tenho a honra de fazer sciente a v. ex.^a, que, depois de muitas combinações que os capitulares da sé primacial tentaram para vir a um accordo na nomeação de vigario capituloar, e depois de se correr grande risco de que o governo da metropole goana fosse cahir em mãos menos competentes, sahio eleito vigario capituloar o muito rdo. conego da sé metropolitana de Evora, Antonio Ribeiro de Azevedo Bastos, como a v. ex.^a directamente constará da participação que o cabido faz.

Continua no entretanto o mesmo cabido com o governo da diocese e metropole; mas é justo confessar que assim fica o governo frouxo, principalmente attentas as circumstancias actuaes, em que, a despeito da concordata, a propaganda empenha todas as suas forças na usurpação das egrejas e missões e total destruição d'esse pequeno pedaço do Padroado que a dita concordata promete salvar.

Todavia a eleição, á falta de uma carta régia, por onde Sua Magestade insinuasse pessoa da sua escolha (¹), foi a melhor que podia ser; pois o governo de um vigario capituloar natural do paiz em tempos tão arduos, e na falta absoluta de sujeitos idoneos para tão importante cargo, seria a maior de todas as calamidades.

Como nos falton aqui a mala que devia sahir de Lisboa a 12 de dezembro, nada se pode saber sobre o esta-

(¹) Consta-nos que o conego Bastos foi indicado na occasião pelo secretario geral Cunha Rivara, que já tinha sido professor e bibliothecario em Evora.

do em que se acha o negocio da confirmação do novo arcebispo de Goa. Se, pois, esta não chegar a tempo de o arcebispo poder vir antes do inverno (isto é, partir de Lisboa até 12 de abril o mais tardar) é da maior urgencia e absoluta necessidade que o vigario capitular venha logo. Para este vir não é mister esperar por bullas, nem cousa alguma; nem ainda convém que se lhe dê outra qualque cathegoria ecclesiastica. Deve vir como simples conego de Evora; e depois de cá estar, se lhe conviér ser deão de Goa, de crer é que o governo de Sua Magestade concorde n'isso, e disponha as cousas para que elle possa ficar n'essa qualidade. Se assim não fôr, recolherá á sua sé de Evora, logo que o arcebispo chegue ou possa dar providencia sua para o governo da metropole.

Não pareça a v. ex.^a que a vinda do vigario capitular é inutil, ainda que seja por pouco tempo. No estado em que as cousas ecclesiasticas e do Padroado aqui se acham, tres mezes, douz mezes, um mez de governo, como aquelle que aqui fica, tibio, incutindo pouco respeito, e destituido d'aquellas luzes e sciencia que o logar e sobre-tudo a occasião requerem, pode perder tudo.

Portanto, se o arcebispo não pode vir antes do inverno, como digo, venha infallivelmente o vigario capitular.

Seria para chorar com lagrimas de sangue, se depois de tantos sacrificios feitos para chegar a concluir-se uma concordata, — se depois de tantas humilhações por que temos passado perante a curia romana no negocio do Padroado, agora no momento solemne de tirar ao menos algum fructo d'esses sacrificios, e d'essas humilhações, deixassemos perder tudo por não mandar por alguns

mezes a Goa um vigario capitular, na hypothese de não vir já o arcebispo.

Rogo, pois, a v. ex.^a que, dado este caso, se sirva abreviar a vinda do vigario capitular, de maneira que saia de Lisboa até 12 de abril o mais tardar, para poder ainda chegar a Goa antes da estação invernosa, na qual cessa a navegação n'esta costa, e será mister passar de Bomhaim a Goa por terra com bastante incommodo, e maior dispendio.

Não me dilato em encarecer a v. ex.^a a urgencia e necessidade da presença do vigario capitular em Goa, pois são bem manifestas a v. ex.^a as razões de conveniencia religiosa e politica, de dignidade e decoro nacional que para isso ha.

Deus guarde a v. ex.^a muitos annos (¹). Nova-Goa, 19 de janeiro de 1864. O Governador Geral, Visconde de Torres-Novas.» (²)

«N.^º 32 — Ill.^{mo} e Ex^m Sr. — Os negocios ecclesiasticos d'este Estado não têm melhorado desde a minha ultima correspondencia para esse ministerio.

Houve quem pretendesse impugnar a validade da eleção do novo vigario capitular, mas a isso acodiu-se logo

(¹) Era de praxe antiga usarem-se na correspondencia para o ministerio estas duas palavras *muitos annos*. Não se empregam desde maio de 1877, em que as supprimiu o secretario geral Eduardo de Balsemão, o qual acabou tambem com varias formulas archaicas em documentos officiaes.

(²) L.^º do registo da correspondencia com o ministerio da marinha e ultramar, n.^º 18, fl. 158 a 160.

com o remedio e resposta prompta, como tudo v. ex.^a poderá vêr dos n.^{os} 95 e 96 do *Ultramar*, e do n.^o 11 do *Boletim do Governo*.

Todavia este novo incidente, posto que abafado, é mais outra demonstração de que o governo ecclesiastico está em mãos debeis, e, portanto, que a vinda do arcebispo, ou na sua falta a do vigario capitular, é instantemente reclamada para o bem da Egreja, beneficio do Estado, e salvação d'essas pequenas parcellas do Padroado, que pudérem ainda escapar do naufragio em que está arriscado a sossobrar todo inteiro, se se lhe não estenda a mão bemfazeja.

O que v. ex.^a se servirá fazer presente a Sua Magestade.

Deus guarde a v. ex.^a muitos annos. Nova Goa, 5 de fevereiro de 1861. — O Governador Geral, *Visconde de Torres Novas.*»⁽¹⁾

(1) L.^o cit., fl. 476. Estes dois officios manifestam ardor o patriótico do governador, e principalmente do secretario geral Cunha Rivara, que é quem os redigiu, pelos interesses do Padroado. Vê-se igualmente a anciada expectação com que, após longos annos de vacancia da sé de Goa, era aguardado o arcebispo Amorim Pessoa. Teve a corte de Lisboa arduo trabalho em conseguir da papa Pio IX um prelado para esta metropole oriental; a este propósito recortamos das memorias de Cunha Rivara, infatigável defensor, *sentinella vigilante do Padroado*, como justamente lhe chamou no parlamento F. L. Gomes, o seguinte curioso trecho:

«... Seguiu-se a negociação para a confirmação do arcebispo de Goa, sr. D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa, e durante esta negociação, conversando á puridade o papa Fio IX com o diplomata portuguez que d'ella era encarregado, disse: — Marquez, peça lá a Sua Magestade que não nomeie para bispos nem ao sr. Ferrer, nem ao sr. Rivara, porque terei o dissabor de os não confirmar. — O papa suppunha serem estes dois sujeitos ecclesiasticos; o sr. Ferrer, porque, quando ministro da justiça, saiu do gabinete por não aprovar a concordata, e eu porque havia annos que escrevia sobre os negocios ecclesiasticos da India. Tive pois de resignar-me a não ser confirmado, com o que minha mulher ficou muito satisfeita.» (*Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. 12.^o, 5.^o do Suplemento, pg. 62.)

Mas, o vigario capitular eleito, nunca veio á India, e o cabido continuou a governar até que o arcebispo Amorim Pessoa, já confirmado pela Santa Sé, tomou posse por procuração conferida ao provisor conego Joaquim Antonio do Rozario (29 de julho de 1862). O arcebispo chegou a Goa em 31 de dezembro d'esse anno e fez a sua entrada solemne na sé, em 11 de janeiro de 1863.

A 28 de novembro de 1880 faleceu em Lisboa o arcebispo de Goa, D. Ayres d'Ornellas de Vasconcellos. Estava já em Goa, chegado havia poucos dias, (16 de novembro), o seu coadjutor, bispo titular de Teja, D. Thomaz Gomes d'Almeida, mas o cabido entrou no governo a 2 de dezembro, dia em que teve a noticia oficial do obito, e em 5 elegeram por unanimidade de votos vigario capitular o mencionado bispo de Teja, precedendo insinuação do governo de Sua Magestade, aliás desnecessaria porque o cabido manifestara desde logo as suas intenções. D. Thomaz Gomes de Almeida assumiu o cargo a 9 de dezembro. Foi o ultimo vigario capitular no seculo passado (⁴). Morreu bispo da Guarda, em 3 de janeiro de 1903.

(⁴) Partiu de Goa para Bombaim em 15 de dezembro de 1881, encarregando do governo da archidiocese o vara de Bardez, Antonio Caetano do Rosario de Mello, a quem nomeiou vigario geral. Demorou-se n'aquelle cidade até 20 de março de 1882, em que regressou ao reino. O vigario geral Mello continuou a governar em nome do vigario capitular até 22 de abril do mesmo anno, e em 23 tomou posse o arcebispo D. Antonio Sebastião Valente por procuração dada ao arcediago, depois chautre, Caetano Vicente Luciano de Maria Mascarenhas, o qual esteve no governo até 11 de maio subsequente, data em que o referido arcebispo, chegado a 5, fez a sua entrada solemne na sé cathedral em Velha Goa.

*

* *

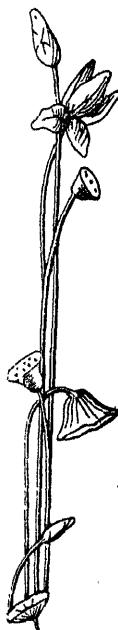
Fallecendo agora o arcebispo primaz, patriarcha das Indias Orientaes, D. Antonio Sebastião Valente, entrou no governo superior ecclesiastico o já mencionado sr. bispo de Meliapôr, em circumstancias que sua ex.^a rev.^{ma} deixou registadas no seguinte trecho da sua carta cireular de 1 de fevereiro ultimo :

Pelo breve «*Pastoralis officii*» de Gregorio XIII, de 13 de dezembro de 1572, compete ao bispo de Cochim *pro tempore* o governo e administração espiritual e temporal da archidiocese de Goa durante o tempo em que ella estiver vaga. Pelo breve de Leão XII «*Ecclesiarum omnium*» de 12 de dezembro de 1826, e por outro mai recente documento de Leão XIII, é incumbido esse encargo ao bispo de Meliapur *pro tempore*, se estiver tambem vaga a diocese de Cochim. Graças a Deus a diocese de Cochim não está vaga. Todavia sua ex.^a rev.^{ma} o actual bispo de Cochim, ausente na Europa e impossibilitado de vir agora governar a archidiocese de Goa, telegraphou delegando no bispo de Meliapur toda a sua jurisdiçao.

O governo de Sua Magestade manifestou desejos de que o bispo de Meliapur acceptasse esta incumbencia ; e em seguida o Santo Padre, como o ex.^{mo} e rev.^{mo} Nuncio Apostolico nos comunicou, dignou-se approvar isto mesmo. Por este motivo, depois de termos impetrado as luzes do Divino Espirito Santo, e convencido de que nada podemos, mas certo de que em tudo e muito mais no

desempenho d'um munus sobrenatural «*sufficientia nostra ex Deo est*» (2. Cor. III, 5), assumimos hoje o governo e administração espiritual e temporal da egreja primacial de Goa, *sede vacante.*»

J. A. ISMAEL GRACIAS.



Chaves do cofre que encerra o corpo de S. Francisco Xavier em Velha Goa



preciosissimo thesouro que Gôa possue desde ha seculos, e conserva com religioso respeito, para sua honra e gloria, é certamente o veneravel corpo do grande apostolo das Indias, S. Francisco Xavier, o qual, attrahindo á devoçao quasi universal e tendo sido tomado por Defensor do Oriente, por carta régia de 24 de março de 1699, está encerrado em um rico cofre ou caixão de madeira, forrado de tissu de oiro, que fica guardado dentro de um tumulo de prata lavrada, o qual, desde 1655, se acha depositado sobre um sumptuoso mausoleu de marmore n'uma das capelas da magestosa egreja da casa professa do Bom Jesus, na velha cidade de Goa.

Esta casa professa pertenceu á administração dos padres jesuitas, que nos primeiros tempos, segundo diz a tradição, abriam aquelle cofre, todos os annos, no dia da festa do Santo e expunham o corpo á publica veneração, sem grande apparato.

Da facilidade de semelhantes exposições, feitas por devocão ou por curiosidade, resultaram danos e extravios, porque proporcionavam occasião para se tirar e dar alguma reliquia do venerando deposito. Para obstar, pois, à tão indiscreta facilidade, o governo de Sua Magestade por carta de 2 de abril de 1755, dirigida ao vice-rei da India Conde de Alva, ordenou que dali em diante se não abrisse o caixão sem especial licença do mesmo governo.

Dez annos depois, por carta régia de 15 de abril de 1765, se determinou que ficasse aquelle caixão sob a administração do arcebispo primaz do Oriente, e que das tres chaves do mesmo, devia o dito arcebispo conservar uma consigo, guardando as outras duas o governador d'este Estado e o vedor da fazenda da India.

Ficaram assim as chaves do precioso deposito distribuidas pelas primeiras tres auctoridades do Estado — a civil e administrativa — a ecclesiastica — e a fiscal ou da fazenda — que então era o vedor.

Por parte do governo do Estado teve aquella régia determinação prompta execução, como se participou ao governo do reino, em carta de 9 de dezembro de 1765, ficando uma das chaves, desde então, em poder do vedor da fazenda.⁽¹⁾

Posto isto, vejamos se os seus successores se mantiveram tambem na posse daquella chave.

(1) Convém desde já deixar aqui notado que as antigas vias de sucessão eram guardadas no convento de S. Francisco de Assiz da cidade velha de Goa, dentro de um cofre de ferro fechado por tres chaves, das quaes uma tinha o vedor da fazenda, outra o chanceller da Relação e a terceira o secretario do Estado.

A primeira vez que, depois da ordem prohibitiva de 1755, se abriu o cofre foi nos fins do anno de 1767, ou principios do anno de 1768, em consequencia de ter chegado ao conhecimento dos governadores do Estado, que em mãos particulares paravam algumas chaves, semelhantes ás que elles tinham do cofre e porque este carecia de uma boa e melhor custodia.

A abertura (sem a prévia licença superior) se fez muito em particular, assistindo á ella tão-somente os governadores que então eram o arcebispo D. Antonio Taveira Brum da Silveira, o chanceller e secretario do Estado João Baptista Vaz Pereira e o vedor da fazenda D. João José de Mello, e assim se participou a Sua Magestade em carta de 8 de fevereiro de 1768. As auctoridades que nessa occasião apresentaram as chaves do cofre deviam de ser o arcebispo a sua chave, o secretario do Estado a chave do governador e o vedor da fazenda a sua chave.

A segunda vez que se procedeu á abertura do caixão, foi logo dois annos depois, isto é, nos fins de 1769 ou principios de 1770, em virtude da régia determinação de 17 d'abril de 1769. Nos competentes archivos officiaes, em Goa, não existe copia ou registo do termo da mesma abertura, que foi enviado, no seu original, para Lisboa, acompanhando a carta de 11 de fevereiro de 1770. Não consta por isso quaes foram as auctoridades que apresentaram as chaves para a abertura, feita com a assistencia do governador, que a esse tempo era o mencionado ex-vedor D. João José de Mello, e das pessoas determinadas em carta de 17 de abril de 1769.

Em 1 de janeiro de 1782 foi, pela terceira vez, e em virtude da ordem régia de 4 de março de 1781, expedi-

da ao governador e capitão general D. Frederico Guilherme de Souza, aberto o cofre com a assistencia das primeiras tres auctoridades, que ao tempo eram :— 1.^º, D. Frederico G. de Souza, governador ; 2.^º, D. Fr. Manoel de Santa Catharina, bispo de Cochim e governador do arcebispado de Goa e depois arcebispo primaz ; e 3.^º, D. Lopo José de Almeida Pimentel, o ultimo vedor da fazenda, que pela extincção deste cargo passára a intendente geral da marinha (¹).

Segundo consta do auto, publicado no *Boletim do governo* n.^º 80 de 1859, a abertura do caixão se fez = em execução á ordem de Sua Magestade, que manda se vejam o corpo e reliquias do Santo, para se saber o estado em que se acham e com as chaves que tinham s. ex.^a (o governador D. Frederico) e o intendente (D. Lopo) =

As chaves, como se sabe, são tres, assim como tres são as fechaduras do cofre onde se guarda o sagrado deposito ; mas n'aquelle auto não se falla da chave que devia estar com o arcebispo, que assistiu á abertura, parecendo que esta foi feita somente com duas chaves,

(¹) Da exposição do corpo do Santo havida em 1782 falla *Cottineau de Kloguen* no seu *Bosquejo historico de Goa*, dizendo o seguinte :

1783 — Neste anno foi exposto pela ultima vez o corpo de S. Francisco Xavier na Igreja de Bom Jesus que no principio tendo sido constantemente exposto e depois só em certas occasões desde então foi guardado em um bello caixão de bronze fechado a tres chaves das quaes uma fica em poder do arcebispo, a outra tem o Senado e a terceira está em Lisboa. Todo este periodo está incôdo de erroneas asserções, porque — 1.^º a exposição não foi em 1783, mas sim nos dias 10, 11 e 12 de fevereiro de 1782 ; 2.^º o caixão não é de bronze, mas sim de prata ; 3.^º a segunda chave nunca teve consigo o senado, assim como a terceira nunca esteve em Lisboa.

quando é certo que o arcebispo Santa Catharina teve sempre consigo a chave que lhe competia. Seria por lapso que della se deixou de fazer menção no auto? Não sabemos responder a esta pergunta⁽¹⁾

Alem disto, do mesmo auto se vê uma variante nos possuidores ou conservadores das chaves do caixão, aparecendo o *intendente geral da marinha* com a chave que devia estar, e sempre esteve, com o vedor da fazenda. Por que titulo, pois, ficou aquelle substituindo este? Desde quando, e qual o valor legal desta substituição? Vejamos.

Nos primeiros annos depois da conquista de Goa pelos portuguezes, a *caza da arrecadação da fazenda publica* era chamada *feitoria* e o seu chefe era o *feitor*, conforme as cartas régias de 15 de março de 1518 e 28 de dezembro de 1519. Longos annos depois, a feitoria teve uma diversa administração, sob o titulo de *meza e tribunal das contas* — carta regia de 11 de janciro de 1599 — que posteriormente passou a ter a denominação de *conselho da fazenda*, sendo as respectivas repartições (a ribeira, o

(1) No *Boletim do Governo* n.º 94 de 1863 publicou Cunha Rivara a tradução de uma carta escripta em francez pelo padre Ansaloni, italiano, que esteve em Goa na occasião da exposição de 1782, carta em que diz — *que o engenheiro Catalani* (era o capitão engenheiro Fiilipe Catalani) *trazendo oito chaves que o Bispo* (alias arcebispo) *o Governador e as demais pessoas nomeadas para guardas deste deposito conservam em seu poder, abrio o sepulcro do lado dos pés do Santo e em presença de todos os expectadores extrahio o caixão que o encerra. Este caixão tem 2 pés de alto e 8 de comprido, a tampa é abaulada fechada com tres chaves, coberta de um panno de tissu de oiro* — Estas tres chaves são do caixão e as outras cinco são do tumulo.

arsenal e a vedoria) superintendidas pelo védor da fazenda, por alvará de 17 de outubro de 1615. Espaçado um seculo, foi reformada a administração da fazenda creando-se a *junta da fazenda publica*, por carta régia de 10 abril de 1769.

Ao védor da fazenda cabiam as funcções de thesoureiro geral do Estado e como tal elle tinha assento no conselho da fazenda e era o guarda de uma das chaves do cofre do thesouro publico; competia-lhe além disto a presidencia da *meza da matricula geral*, a superintendencia do arsenal da marinha e seus armazens, das alfandegas, e da carga e descarga das naús na ribeira, a inspecção da tropa do mar e terra, etc. etc. O cargo de védor da fazenda foi extinto pelo regio alvará de 28 de abril de 1773, distribuindo-se as suas funcções pelo thesoureiro pagador, (que ficou com a chave do thesouro publico, cuja guarda pertencia ao védor) pelo *intendente geral da marinha e munições de guerra*, e por outros funcionários, sendo substituido no tribunal da junta da fazenda, como vogal, pelo intendente da marinha.

Dahi resultou que uma grande parte das funcções do antigo védor da fazenda, couberam ao moderno intendente geral da marinha, sendo de presumir que fosse talvez porisso que a chave do cofre do Santo que estava com o védor, passou ao intendente, embora sem expressa ordem ou determinação competente; assim como tambem a chave do cofre do thesouro publico passou para as mãos do thesoureiro geral.

Mas continuemos a historia do paradeiro das chaves do caixão do Santo.

Haviam decorrido 77 annos depois da abertura do caixão feita em 1782, quando aos 12 de outubro de 1859 e em virtude da auctorisação concedida pela régia portaria, n.^o 100 de 11 de julho deste anno, se procedeu á nova abertura para se examinar e saber o estado em que se achava o corpo do Santo e ser depois exposto á publica veneração. O auto desta authentica abertura está publicado no citado *Boletim do Governo* n.^o 80 de 1859.

D'esse auto consta que a abertura do caixão foi feita — com as chaves que existiam na secretaria do governo geral, que neste acto foram apresentadas — E, com quanto não se diga qual o numero das chaves que nessa occasião foram presentes, comtudo ficamos sabendo, segundo o testemunho do auctor do *Resumo Historico da Vida de S. Francisco Xavier*, 2.^a edição, 1861, pag. 357 que — foram só duas as chaves então apresentadas, tendo desaparecido uma, sem se saber como e quando —

Mas sejam duas ou tres, como é que foram reunir em um só lugar as chaves que deviam estar em mãos diferentes? Desde quando e porque aconteceu que as chaves fossem parar juntas na secretaria do governo geral?

Encarregue-se de responder a estas interrogações a nota de pag. 272 do citado *Resumo Historico* por F. N. Xavier, na qual este historiador, perfeito conhecedor das cousas do paiz, diz que «depois da extincção do cargo de *vedor da fazenda* passou a sua chave ao *intendente da marinha* e deste ao *chancellor*, e com a deportação deste em 1822 e a retirada do arcebispo (D. Fr. Manoel de S. Galdino) para *Sadassighor* em 1823 (tempos anormaes na atmosphera politica de Goa), ficaram todas as tres chaves reunidas e guardadas no secreto da secretaria do governo.

Esta nota, além de explicar como e quando foram as tres chaves reunir e parar na secretaria do governo geral, revela tambem uma circunstancia que veio ao nosso caso, e que é que a chave que esteve com o arcebispo D. Fr. Manoel de Santa Catharina, com a morte deste, passou ao seu successor o arcebispo D. Fr. Manoel de S. Galdino. Do desapparecimento da terceira chave, occorrido posteriormente, e da sua renovação fallaremos adiante.

Depois da abertura do caixão feita em 1859, houve outra abertura authentica e exposição solemne das venerandas reliquias do Santo, em 1878, em virtude da authorisação concedida pela regia portaria de 6 de fevereiro do mesmo anno. O auto desta abertura está publicado no *Boletim n.º 85 de 1878*.

Consta desse auto que aos 18 de julho daquelle anno, foi *aberto o cofre em que está o corpo do Santo com as chaves que existiam, uma em poder do arcebispo (D. Ayres de Ornellas e Vasconcellos) e duas em poder do conego Francisco José Affonso administrador da casa professa do Bom Jesus, e que neste acto (de abertura) foram apresentadas ==*

Temos agora uma outra variante na designação dos possuidores ou depositarios das chaves do cofre, apparecendo duas com o administrador da casa professa — entidade inteiramente nova para o fim — e uma com o arcebispo, a cujas mãos tornou a passar de direito a chave que lhe pertence.

Para podermos saber quando esta chave veio ás mãos do arcebispo e tambem conhecer o motivo por que outras duas chaves ficaram em deposito com o administrador da

casa professa, temos de retroceder um pouco, interrompendo a ordem chronologica dos factos.

Por occasião da exposição do corpo do Santo, feita em 1859, houve tres aberturas do seu caixão, sendo uma publica, em 12 de outubro daquelle anno, para se ver e examinar o estado em que se achava o corpo do Santo e depois ser exposto — outra privada em 17 de novembro (a pedido do director da Imprensa nacional) para fazer tocar no corpo do Santo alguns objectos de devoção — e a terceira tambem publica, em 3 de dezembro, dia em que começou a exposição solemne. Todas as tres aberturas foram feitas somente com duas chaves apresentadas uma pelo secretario do governo (Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara) por commissão do governador geral, e outra pelo governador do arcebispado (o conego mestre-eschola da sé primacial Caetano João Peres), que a arrecadara do cabido da sé primacial, a quem havia sido entregue pelo arcebisco D. João Chrisostomo d'Amorim Pessoa (⁴) no seu regresso para o reino em 1869. A exposição começada em 3 de dezembro terminou em 8 de janeiro immediato, fechando-se n'este dia o caixão com as mesmas duas chaves, sendo apresentadas a do governador pelo dito secretario do governo e a do arcebisco

(⁴) Copiamos aqui uma parte do officio (inedito) dirigido pelo arcebisco Amorim Pessoa ao Red.^o Cabido, em 25 de janeiro de 1869, sob o n.^o 54, acerca da chave que tinha consigo — Antes de deixarmos esta Arquidiocese para regressarmos ao Reino, julgamos do Nosso dever fazer á V. S.^a R.^{ma} depositario da cháve, que Nos pertence, do tumulo do glorioso Apostolo das Indias S. Francisco Xavier, e esperamos que V. Sr.^a R.^{ma} a guarde com todo o recato no seo caciso ou em parte mais segura, se assim lhe parecer, dando-Nos certeza da entrega della —

pelo dito governador do arcebispado, ficando, porém, nessa occasião, ambas as chaves em poder do administrador da casa professsa, que então era o referido conego Caetano J. Peres, o qual segundo nos disseram pessoas que sabem do facto, querendo arrogar-se o direito e o privilegio de ser um dos clavicularios, mandou á sua custa facturar uma chave nova — a terceira — que juntou a outras duas que provisoriamente tinha comsigo.

Em 25 de abril de 1860, o caixão do Santo, que até então não tinha tido collocação no tumulo de prata, por estar carecendo de renovação do forro de tissu, foi mais uma vez aberto com permissão do governador geral (conde de Torres Novas) e do governador do arcebispado (conego Antonio José Pereira), para serem o corpo e o caixão limpos da poeira n'este introduzida; e para essa abertura foram apresentadas as tres chaves que estavam em poder do administrador da casa professsa, o qual entregou uma d'ellas ao novo arcebisp (D. Ayres d'Ornellas e Vasconcellos) depois da sua posse, deixando ainda ficar consigo outras duas chaves, que são as que foram apresentadas em 1878 pelo administrador da casa professsa o conego Francisco José Affonso (¹).

(¹) Em 1878 procedeu-se á limpeza e douração d'estas tres chaves de prata, ficando seguras a uma pequena cadeia, presa a uma placa eliptica, tambem de prata, com a seguinte inscripção.

1859

Governo Geral

Ex.^{mo} Conde de Torres Novas,
o Conselheiro J. H. da Cunha Rivara,
Secretario

— 1877 —

Vamos agora ao anno de 1890, epocha da ultima exposição, pública e solenme, havida no seculo xix.

Mas antes d'esta epocha houve uma abertura privada do caixão, feita em 15 de março de 1887, para ser visto o corpo do Santo pelo delegado apostolico Mg.^r Agliardi, que então estava em Goa. Não sabemos da permissão superior que tivesse havido para tal abertura, a que assistiram, alem do dito delegado apostolico, o Ex.^{mo} Patriarcha das Indias, mg.^r Adjuti, mg.^r Zaleski, o revd.^o cabido da sé patriarchal, e o administrador da casa professa, sendo este o portador de uma chave e S. Ex.^a o Patriarcha das outras duas (a sua e a do governador geral.) Não é do domínio publico qualquer documento official acerca desta abertura.

Em 3 de dezembro de 1890 se fez uma nova exposição pública do corpo do Santo, em virtude de auctorisação superior concedida pela régia portaria, n.^o 9 de 20 de janeiro d'aquelle anno, não tendo havido, porém, a formalidade de prévia abertura authentica, como das outras vezes, sendo a mesma abertura feita no proprio e primeiro dia da exposição — 3 de dezembro — e com as tres chaves que tinham consigo os clavicularios presentes — o governador geral (Vasco Guedes de Carvalho e Menezes), o arcebispo primaz (Ex.^{mo} Patriarcha das Indias D. Antonio Sebastião Valente) e o administrador da casa professa (Rvd.^o Domingos João Monteiro). A exposição começada em 3 de dezembro, continuou até 1 de janeiro imediato, dia em que foi encerrada, fechando-se tambem o caixão, com as mesmas tres chaves, que foram apresentadas pelos referidos governador e arcebispo e pelo encarregado do administrador da casa professa (Rvd.^o Boa-

ventura da Fonseca), e que n'esse dia ficaram detidas duas com o arcebispo — logo saberemos o motivo d'essa detenção — e uma com o encarregado do administrador — este não compareceu por doente. — No dia 5 de janeiro fez-se outra abertura (privada) do caixão a fim de se proceder á renovação do forro interior do caixão e a sua limpeza interna, sendo em seguida definitivamente fechado com tres chaves, das quaes duas tinha o snr. Patriarcha, como atraç se disse, e a terceira o Revd.^o Boaventura da Fonseca.

Acabamos de vêr os diversos passos que percorreram as chaves do caixão que encerra o corpo do sublime evangelisador do Oriente; mas, resta saber onde e com quem de direito devem estar as tres chaves, que, se antigamente foram confiadas ás tres primeiras auctoridades do Estado, segundo a legislação e organisação da epocha, devem tambem estar hoje nas mãos das tres primeiras auctoridades, segundo a legislação actual.

E' certo que pela legislação vigente — decreto de 1 de dezembro de 1869 — estas tres primeiras auctoridades são a administrativa, a ecclesiastica e a judicial — ou o Governador geral, o Arcebispo primaz (hoje Patriarcha das Indias), e o Presidente da Relação.

Assim tambem não é ponto de duvida, nem pôde ser contestado, que S. Ex.^{as} os snrs. Governador geral e Patriarcha das Indias, sendo, como são, as duas primeiras auctoridades do Estado, devem ser, como tambem são, os depositarios de duas chaves. E o da terceira?

Seria talvez necessario fazer aqui uma dissertação jurídico-philosophica para demonstrar o direito e a legalidade

da posse da terceira chave; mas antes disto mais algumas considerações que a possam escusar.

Antigamente o chanceller (hoje presidente da Relação) não era considerado primeira autoridade, porque o poder judicial não era independente, e o Regedor das justiças, presidente do desembargo, era o proprio vice-rei. Não obstante, porém, não nos esqueça que houve tempo, como já vimos atraç, que o chanceller teve consigo uma das chaves do caixão. Hoje não se pôde contestar que a terceira auctoridade é o presidente da Relação, conselheiro de *jure* e com tratamento obrigatorio de *excellencia*. Mas embora legal, não parecerá deslocada a conservação de uma das chaves com este magistrado?

Com o Inspector de fazenda, ainda mais deslocada e menos legal seria, porque este não substitue o antigo vedor da fazenda, cujas funcções estão distribuidas por varios funcionarios; e não sendo uma das tres primeiras auctoridades, não tem competencia legal para ser conservador ou depositario da terceira chave, de que estamos tratando.

Estará bem collocada em poder do secretario geral do governo? Verdade é que este funcionario, que outr'ora era entidade secundaria, hoje substitue o governador geral, em determinados casos; mas justamente n'estes casos terá consigo a chave que pertence ao governador geral, e é menos conveniente a reunião de duas chaves em poder de um só funcionario.

Onde, pois, e com quem deve ficar a terceira chave, visto que o seu deposito com a terceira auctoridade parece deslocado e portanto menos bem cabido?

Seria com o administrador da casa professa, que é quem actualmente a tem em seu poder? Duas circunstâncias de valor concorrem para chegarmos a essa conclusão, sendo uma a de não ter havido contestação nem protesto por parte de quem quer que seja, e a outra a da posse de tantos annos.

Posta a questão nestes termos, a sua resolução é bem facil e fica reservada a quem competir.

Dezembro de 1899.

J. M. DO CARMO NAZARETH.



BISPO THEOPHILO, O INDIO



herezia ariana foi incontestavelmente um flagello para a egreja catholica que, apenas rasgado o véu de luto e enxugadas as lagrimas que, durante tres seculos, derramava continuamente sobre os cadaveres ensanguentados dos seus confessores, ia respirar a paz e gozar a liberdade outhorgada pelo imperador Constantino Magno. Devido a um conjunto de circumstancias, o ambicioso e impio Ario, o immoral autor da *Thalia*, qual dragão do Apocalipse, arrastou com a sua cauda venenosa uma grande parte dos fieis, envenenou e corrompeu tantos bispos que mancharam os solios illustrados pelos seus predecessores, — usurpou violentamente varias e importantes sés, exilando os legitimos pastores e collocando n'ellas os seus sectarios. O imperador Constancio, seduzido e dominado pelos arianos, contribuiu muito para lançar a egreja n'este tristissimo estado.

Foi, tambem, durante o reinado de Constancio que o arianismo chegou a formar novos centros e viciar com os seus erros as populações catholicas da Asia meridional, que estavam, até ahi, na posse pacifica e pura das suas crenças orthodoxas. Com este intuito, e já depois de se vêr seguro no throno, que fôra ameaçado por Magnencio, o imperador Constancio organisou e enviou uma missão aos sabeus ou home-ritas, povos da Arabia Magna ou Feliz, como era indistinctamente conhecida. Philostorgio narra este acontecimento; mas, ariano fanatico, a sua historia é, na opinião de Phocio, um panegyrico dos herejes e diatribe contra os catholicos. Nicephoro é outro escriptor que pormenorisa a narração: escriptor orthodoxo, deve, todavia, ser lido com cautelas e reservas, pois, na phrase severa e indignada do cardeal Baromio, Nicephoro deixou-se muito levianamente enganar pelos arianos, acreditando e acceitando suas narrações (¹).

A embaixada foi organisada com toda a magnificencia e luxo imperial, levando, além dos presentes da pragmatica, sommas importantes de dinheiro para a crecção e dotação das egrejas que se construissem.

A' testa da missão fôra posto o bispo Theophilo, o *Indio*, que, joven ainda, fôra enviado pelos seus patriarcas em refém ao imperador Constantino. Foi em

(¹) *Ex lutoso haereticorum fonte inconsiderate derivat*, Card. Baron *Annal Eccl.*, IV, an. 354, ed. Lucae.

A Biblioteca Nacional de Nova Goa possue esta importantissima obra, a unica, segundo crêmos, em toda a archidiocese de Gou.

Constantinopla que, apoz alguns annos de estudo, Theophilo abraçou a religião catholica, tornando-se notavel pela sua piedade (¹), e professou a vida monastica, sendo conhecido pelo nome de *monge negro* por causa da sua côr muito escura (²).

Mais tarde, foi Theophilo ordenado de diacono por Eusebio, bispo de Nicomedia, o celebre hereje e fautor do arianismo, o oraculo da côrte imperial de Constantinopla.

Recebendo a sagradação episcopal das mãos dos bispos arianos, Theophilo partiu para a sua missão, que teve um pleno sucesso, não obstante a oposição dos judeus. O arianismo foi abraçado pelo rei e um grande numero dos homeritas.

Theophilo construiu tres egrejas. A primeira em *Taphar* (³) a metropole e a cidade principal de toda a nação dos homeritas ou arabes de Yemen. A segunda egreja, que Theophilo construiu, foi em *Adane* «*in loco ubi romanorum emporium erat, extrorsum ad Oceanum versus*» (⁴). A terceira egreja foi erecta «*ubi est quod Persicum emporium dicitur, in Persici maris ore constructa*» — são palavras de Nicephoro — ou,

(¹) *Fuit tum etiam propter virtutem et doctrinam magnopere laudatus Theophilus ille, qui cognominatus est Indus* (Niceph. apud Baron., loc. cit.)

(²) Fr. Felix, *Calendar and Direc. Arch. Agra*, 1908; — Philostorg.; — Niceph.

(³) *Taphar* ou *Tapharon* — a *Saphar* do Periplo, a *Sapphar* de Ptolomeu; — a actual *Dhafar*, *Dafar*, *Dsoffar* e *Zaphar*.

(⁴) Niceph. loc. cit.

Adane ou *Eudaimon* é a actual *Aden*, cidade n'aquelle epocha rica e prosperala, o entreposto entre o Egypto e o Oriente.

como diz outro autor «*ubi Persicum est emporium celebre, in ostio maris Persici, quod inibi est situm*» (¹).

Da Arabia e do Golpho Persico, o bispo Theophilo partiu para a sua *patria* e d'ahi percorreu as outras partes da India (²) — «onde reformou muitos abusos — multa correxit — diz Nicephoro com espantosa falta de criterio, sem pensar que a India, evangelisada por S. Thomé, S. Pantheno (³), S. Frumencio, tinha muitos christãos com bispo proprio e suffraganeo do me-

(¹) *Niceph.*, loc. cit.

Qual seria esse emporio onde todos os annos se reunia uma grande feira para a venda dos productos da India e China?

E' Oman — a actual *Sohar* — a *Soar* de Marco Polo.

Segundo Vascotti (*Inst. Hist. Ecl.* I, 171, ed. Vien. 1895), é a cidade de *Ormuz*.

(²) *Reliquam Indiam* — diz o autor. Refere-se, pelo menos á costa de Malabar, onde havia já congregações de catholicos com o culto organizado.

(³) Affastamo-nos da opinião do sr. dr. A. E. Meddlycott, bispo de Tricomia, que, contra o que escreve S. Jeronymo, não admite a прégação de S. Pantheno na *India dos Brahamanes*. (Vej. *India and the Ap. St. Thomas*, Londres, 1905, pag. 180).

Muitos seculos depois, os franciscanos chegaram á India. O beato Fr. Thomas de Tolentino e tres companheiros, Fr. Jacome de Padua, Fr. Demetrio e Fr. Pedro, morreram martyres em Tanah a 2 de abril de 1321, tendo a Sagrada Congregação dos Ritos confirmado o seu culto por decreto de 10 de julho de 1894, e por outro, de 14 de agosto, foi concedido aos franciscanos o officio e missa do beato Fr. Thomé. As reliquias dos beatos foram levadas pelo beato Oderico.

O beato Fr. Gentil do Egypto baptisou mais de 10 mil idolatras, e o beato Oderico mais de 20 mil (Castro, *Livr. da Ind. e o mart. de S. Thomé*, Lisboa 1882).

Fr. Jordano, dominicano, era tambem missionario na India no séc. 14 e foi martyrisado pelos mouros em Tanah (*Or. Conq.*, c. I, div. I),

tropolita ou *Primaz da India*, que residia na Persia⁽¹⁾. Theophilo não fez outra cousa, que perverter a fé da India, transportando ahi o arianismo e inutilisando a obra d'esses evangelisadores.

Theophilo partiu para *Auxum*, hoje *Accum*, capital da Abyssinia e uma das cidades mais importantes do Oriente. A missão, porém, de Theophilo na Abyssinia foi sem resultado: a fé catholica estava ahi firmemente arraigada por S. Frumencio⁽²⁾.

(¹) Não se comprehende o *primaz* ou *metropolita* da India, sem que este tivesse um bispo suffraganeo. O bispo João parece ter sido o 1.^o Primaz da India: n'esta qualidade assignou as actas do Concilio geral de Nicéa em 325. Sucedeu-lhe S. Frumencio que, tendo já em sacerdote evangelisado a India, tornou a vir a ella em bispo sagrado por S. Athanazio, patriarcha de Alexandria (*Calend. and Direct. Agra*, cit.). O sr. dr. Meddlycott, porém, e Vascotti e cutros limitam á Abyssinia os trabalhos apostolicos de S. Frumencio. A historia faz tambem menção de outro *primaz*, natural da India, o bispo Ramogyris.

(²) Mais tarde, porém (anno 444), a egreja de Alexandria, goveruada pelo patriarcha Dioscoro, o violento presidente do *Latrocínio de Epheso*, o indigno successor do grande S. Cyrillo, comunicou aos abyssinios o veneno da herezia dos euthychianos.

Portugal trabalhou muito pela reconciliação dos abexins com a egreja catholica, e n'este intuito a nação portugueza não se poupou a nenhum sacrificio. De acordo com a Santa Sé erigiu-se na Abyssinia um patriarchado latino, sendo 1.^o patriarcha D. João Bermudes, que teve de padecer tanto n'aquellas terras pela salvação das almas: sucede-lhe D. Nunes Barreto (que morreu em Goa sem poder ir á Ethiopia), tendo por coadjutores D. Melchior Carneiro, bispo de Hierapolis, e D. André de Oviedo, bispo de Nicéa e ao depois, promovido a patriarcha.

Entre os missionarios que evangelisaram a Abyssinia e tanto honraram o padroado portuguez, mencionaremos os jesuitas Antonio Fernandes, superior da missão, Gonsalo Cardoso, André Gualdares, Francisco Lobo, Manoel de Almeida, Manoel Barradas, Luiz Caldeira, Francisco Carvalho, Dom Affonso Mendes, patriarcha e sucessor de Oviedo, pe. Botelho, reitor do collegio de Diu, Abraham de Georgiis, maronita, que foi decapitado em odio á fé, etc. etc.

Terminada a sua missão e não conseguindo obter uma séde episcopal, Theophilo fixou a residencia na cidade de Antiochia, d'onde prestava os serviços aos herejes.

Que contraste com esse outro bispo, indio, o santo e apostolico varão Marutha, que, no seculo 4.^º, ilustrou a egreja pelas suas eminentes virtudes e serviços atestados em varios concilios e honrou a sua terra! (¹)



Qual é a terra da India onde nasceu o bispo Theophilo?

Segundo Nicephoro, a terra natal de Theophilo era *Adiabene*, região da India. «*Adiabene vero regio est Indica, ampla et celebris.*»

Não se sabe, porém, qual seja essa região e qual a terra actual a que correspondia aquella denominação. Sabemos unicamente que *Adiabene* era uma terra quasi toda christã, situada na Persia e sujeita ao rei Sapor, que exerceu ahi as maiores atrocidades contra os christãos. E o historiador Sozomeno (²) diz «*Adiabenorum regio est pars Persidis.*»

Não devemos, tambem, esquecer o padre Melchior da Sylva «indio e brahmane, convertido pelo areebispo D. Fr. Aleixo de Menezes» —que o enviou á Abyssinia, onde elle trabalhou com admiravel fructo, até ao anno 1602, apezar das contrariedades e perseguições, de que foram victimas tantos prelados e missionarios (*Hist. Univ. Amsterd.* 1725, tom. 24).

(¹) Breve publicaremos um trabalho sobre o bispo Marutha.

(²) Lib. 2, c. 10.

Translitterada em caracteres latinos, a ilha que Philostorgio assigna para patria de Theophilo, é *Divu* ou *Divus* — e o nome dos seus habitantes *Divaei*.

Dizem, pois, varios autores, e autores de nota, que Theophilo nasceu em *Diu*, golpho de Cambaia (¹).

O sr. dr. Meddlycot, (²) porém, fixa a patria de Theophilo nas ilhas *Maldivas* (³).

(¹) Taes são :

Pagi : «Haec porro insula videtur ea, quae *Divu* vulgo vocatur, est que ad ostium Indi fluminis, Regi Cambaya obnoxia.»

Fr. Felix, O. C. : «He was a native of *Diu*, at the mouth of Indus, a dependency of the kingdom of Cambay.»

Vuscotti : «Erat Theophilus ex insula *Diu*, ad Indiam pertinente, oriundus.»

Diu ou, melhor, *Div* quer dizer *ilha* : chamada tambem *Deo-bandar*, — *Avi Caman* por El-Edrisi — *Tiyu* pelos chinezes — *Boeonas* pelo autor do *Periplo*.

(²) *Op. cit.*, pg. 190 seg.

(³) *Maldivas* — derivado de *Malé* e *Diva* (ilha) ou *Mahal* (palacio).

Ammiano Marcellino, historiador do seculo 4º (A. D. 362), fala d'uns *Divi*, que enviaram uma embaixada ao imperador Juliano o *Apostata* : os *Divi*, segundo a interpretação dada por Yule e Yonge, são os povos das *Maldivas*, os quaes, ainda no seculo 18, eram conhecidos pelo nome de *Divehi* — o que corresponde a *Divaei* de Philostorgio.

E' este o unico fundamento allegado pelo ex.^{mo} e revd.^{mo} Bispo de Tricomia.

Devemos, porém, observar com um autor que, na obra de Ammiano Marcellino, não faltam passagens obscuras e difficeis de serem esclarecidas e que «não é facil precisar a posição das cidades e dos rios, de que falla aquelle historiador» (*Hist. Univ. cit.*, XX, 571).

Seculos antes de Juliano, a India mantinha relações diplomaticas com o imperio romano. O imperador Augusto recebeu duas embaixadas

Não podemos, porém, deixar de observar que, para se suppôr que os povos das Maldivas tivessem contratado allianças com o imperador Constantino, garantindo-lhe, a demais, a fidelidade com refens, é necessario admittir que o poder romano era temido n'aquellas longinhas ilhas. Esta hypothese é completamente dispensavel; é mesmo inverosimil; pois, o poder naval do imperio romano no Oceano Indico não chegou a uma culminancia tal, que conseguisse impôr o seu prestigio e terror n'aquellas ilhas.

O imperador Constantino era respeitado pelos monarchas da India, que procuraram a sua alliança, estando até — segundo narra Eusebio (¹) — dispostos a reconhecerem-se seus vassallos e feudatarios.

da India — uma na Hespanha, e a outra na Ilha de Samos: d'esta ultima, que se compunha de 8 embaixadores, e que era revestida de todo o fausto e magnificencia oriental, fazia parte um brahmane por nome *Zarmanochagas*, o qual morreu em Athenas lançando-se n'uma fogueira «segundo o costume do seu paiz».

Os imperadores Trajano, Antonino o *Pio* e Aureliano receberam tambem embaixadas da India. Na nova capital do imperio romano, Constantino Magno recebeu embaixadores indios, e depois do regresso d'estes, um rei da India enviou-lhe magnificos presentes. Theodosio, Heraclio e Justiniano receberam, tambem, embaixadas solemnes da India. O imperador Justiniano introduziu na Europa a manufactura da sêda por meio de dois monges, que enviou expressamente a *Serinda* (Kashmir).

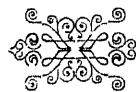
Fallando especialmente de Diu: é certo que, como diz algures o nosso erudito e malogrado investigador J. Herculano de Moura, «do seculo IV ha a referencia ás relações diplomatas entre piratas da costa de Diu e Constantino o Grande, a que se refere Mc. Crindle, o continuador da obra de Vincent.» (*Inscr. Ind. em Cintra*).

(¹) *Apud Hist. Univ. cit.*, XIII, 7, 8.

Os piratas da costa de Diu tiveram tratados com o imperador Constantino. E não podia o imperador exigir aos corsarios de Diu os refens como precaução para elles não perpetrarem as pilhagens nos Golphos Arabico e Persico ? E não podia um d'esses refens ser o nosso bispo Theophilo ?

São estas as considerações que nos levam indeclinavelmente a crêr que a patria de Theophilo, o *Indio* foi a ilha de *Diu*.

Pe. F. X. VAZ.



O FORTE DE S. JERONYMO

E

A egreja de N. Sr.^a do Mar, de Damão ⁽¹⁾



jesuita, reitor do collegio das onze mil virgens, que tinha o elevado encargo da construcçāo das soberbas muralhas da cidade de Damão, na sua especial qualidāde de — *Administrador da fortificação desta cidade e Vereador da Vara do Senado* —, teve ordens do vice-rei da India D. Jeronymo de Azevedo, para construir na margem direita do rio de Damão, um forte para melhor defender as nossas terras. O governo de Sua Magestade dava annualmente ao mesmo pe. reitor, da receita da feitoria, 7.160 pardaus, 1 larim e 2 ducarás. As possessões portuguezas, n'aquella epocha, extendiam-se até á aldea de Balsar, cinco

(¹) O forte de S. Jeronymo tem as seguintes dimensões : de N. a S. 325 pés, — de L. a O. 308. O paiol de polvora e armazem que fica no baluarte S. Thiago, tem no frontispicio o brazão das quinas encimadas por uma aguia de azas abertas : de N. a S. 25 p., e de O. a L. 30. No arco

legoas ao norte, abrangendo o oiteiro de Parnel ou Panerá (623 pés), no cume do qual ainda hoje se vêm as ruinas das antigas fortificações do Grão-Mogol, e aonde se recolheu o antigo dominante Sidi Befeta na tarde de 2 de fevereiro de 1559, dia da gloriosa re-

da segunda porta do armazem as letras I.H.S. aureoladas. Do *Livro do assento d^e obitos : Receita e Despeza da Fabrica : Deliberação da confraria de N. Sra. do Mar*, começado no anno 1760 e terminado em 1791, se vê que o Glorioso Doutor da Egreja, S. Jeronymo, desde tempos remotos, recebia o soldo de official, pagando a Fazenda 120 x.^s annuaes á respectiva confraria = *Receita de praça de S. Hyeronimo.* = No anno 1764 = «com licença do R. Vigario da Vara concedida por despacho = se fez a festa com a seguinte despesa: Pagou ao Pregador dez x.^s. Pagou ao mestre capela 10. x.^s. Para tres Pes. que vieram somente para as vesperas 3. x.^s 1 tg. 52 r. Pg. ao missa cantante 2. x.^s 15. r. Pg. aos armadores 4. x.^s 2: 30 r. Pg. a Antonio Pereyra de ramalhetes para todos tres altares e batequinhos (?) seis x.^s pelos quaes está obrigado dar sempre os que forem necessarias. De verde para ornar a Igreja, juncos e betle de Malavar (?) 3 t. 45. Pg. huma, pg.^a quinze reis, a quatro *bichos* (rapazes, termo antigo damanense) meyo dia para alimpar as ruas e deitarem fora o cujo. Despendeu-se com o jantar 44 x.^s 1 tg. 45 r. «O jantar foi prohibido pelo Arcebisco Primaz, como se mostra do seguinte documento «Treslado do capitulo da carta do Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr. Arcebisco Primaz, de 25 de outubro de 1764 em resposta da que eu lhe havia escripto (o Pe. Vig. Peixoto) sobre o jantar do dia da festa de Sam Jeronimo, visto o descommodo de se recolherem os Padres para cidade, acabada ella, pello meyo dia» = «Não he conveniente despender cousa alguma por conta da Fabrica no jantar do dia da festa. Fazendo-se a horas competentes, haverá tempo para os assistentes se recolherem as suas cazas sem discommodo» = No referido Liv. pg. 46 se lê o seguinte despacho. «Reducimos as missas que tem por obrigação de satisfazer, assim a Igreja do Forte de S. Jeronimo, como as da Igreja de N. S. dos Remedios a esmola corrente de meia rupia, visto sicarem muitas vezes cahidas e não haver quem as diga por correrem missas na terra de maior esmola. Igreja de Mapuçá, em vizita, 25 de Novembro de 1789. Primaz.

conquista d'esta cidade. O atrevido Sidi não teve permissão para permanecer n'esta quasi inexpugnável fortificação por muito tempo, não sómente porque impedia o regresso dos habitantes fugitivos, mas em especial pelas correrias nocturnas que o seu exercito fazia até ás portas da sua antiga fortaleza conquistada, hoje circumscripta ao palacio e a horta do governador districtal. O bravo capitão Antonio Moniz Barreto, com quinhentos portuguezes, desalojaram o inimigo, trazendo como despojos trinta e cinco peças de artilharia de bronze e algumas carradas de moedas de cobre. Mais tarde, no anno de 1569, este forte cahiu de novo nas mãos dos mogoes. Foi elle bombardeado por seis dias consecutivos por Nuno Velho Pereira que o mandou arrazar. Mas elle ainda lá existe. As suas muralhas são as paginas da sua sanguenta historia. Os inglezes as conservam sagradas. Porventura teria sido este apenas, o fim da construção do forte? Vejamos o que diz um antigo chronicista portuguez, que mais tarde citaremos, o qual visitou Damão precisamente na epocha em que terminava a construção :

«O V. Rey D. Jeronymo d'Azevedo mandou fazer por ordem de Sua Magestade na era de seiscentos e quinze, pera effeito de terem onde se recolher e acotar os portuguezes e christãos quando desta banda brigassem com os mouros em defensa das nossas terras».

O padre administrador gastou treze annos na sua construção, pois tendo começado os trabalhos em 1614, só pôde concluir os em 1627, no segundo go-

verno de D. Francisco da Gama, conde almirante. Duas magnificas lapides, á direita e á esquerda da gigantesca imagem de S. Jeronymo, attestam — *pera eterna memoria* — a historia da sua construcçāo.

Sinceramente lamentamos o seu breve desapparecimento, pois os mestres caiadores, que neuhuma importancia ligam a estas gloriosas paginas da nossa historia damanense, dão annualmente uma grossa mão de cal por cima d'ellas para o *embellezamento* do frontispicio do forte, e é de esperar que essas ricas inscripções nada esclarecerão aos olhos da futura geraçāo.

Em nome da commissāo de archeologia n'esta cida-de, á qual temos a honra de pertencer, protestamos contra essas e outras obras egualmente praticadas em outras lapides n'esta cidade, solicitando das competentes autoridades que mandem, sem demora, obstar a esse vandalismo inqualificavel. Uma lapide portugueza em Zanzibar está hoje protegida por um vidro trazido de Londres!

Um seculo depois, este forte protegeu muito a cidade. Após a quēda de Baçaim, o exercito maratha estava quasi sempre a assolar as poucas aldēas que restavam da antiga vasta jurisdicçāo de Damão, que se extendia ao sul até ao rio de Danturá, e como receiava atacar a cidade que julgava bem defendida, — não querendo mais experimentar a valentia do braço portuguez que deixou dentro e fóra dos muros da *cidade de fidalgos* cinco mil mortos, — geralmente concentrava o seu ataque de cavallaria em Catriá,

chegando até a *Jámpa*, onde havia uma solida protecção de *estacadas*.

Um precioso documento do anno de 1739 — certificado passado por Manoel Caetano Rodrigues, alferes de infanteria, por ordem de Rodrigo de Guarda Couto, sargento-mór do campo⁽¹⁾ — vem revelar os importantes serviços prestados á nação portugueza pelo corajoso capitão parse, Dagy Jasanga Parcio e o seu regimento de parses, os quaes passaram para Damão depois da quéda de Baçaim, aniosos por sustentarem o prestigio das armas portuguezas, n'uma «*cortina de estacada que junto da dita Jámpa estava feita*».

Alguns chronistas mostraram-se adversos á idea da sua construcção, dizendo, e talvez com alguma razão, que sendo elle tomado pelo inimigo, e por estar fronteiro ás fortificações da praça, bem facil seria a ruina d'esta. O jesuita constructor, cuja pericia é innegavel, para tanto, crêmos, que estava bem preparado. Quem estuda de perto, ou das muralhas da praça ou mesmo da fóz do rio de Damão, notará que desde o baluarte S. Ignacio até ao baluarte S. Francisco, ao longo do rio e mar alto, as muralhas são baixas, ou como os portuguezes denominavam meio baluartes, e só a parte que dá para a povoação, antigamente o campo, desde o baluarte Santiago ou Cavalleiro, os muros são altos. Este aliás curioso sistema de fortificação, que o jesuita-guerreiro não

(1) Vid. *O Anglo-Lusitano*, de janeiro de 1903 — *Portuguese Documents*, por J. Godinho.

quiz pôr em pratica nos baluartes da cidade, evidentemente tinha por fim proteger das balas dos inimigos a futura população christã que habitou este forte, porque tinham as suas casas ao longo das paredes altas, nascente e norte, ligadas ás fortificações. Na hypothese da entrada dos inimigos dentro d'este forte, ficariam elles completamente expostos ás baterias dos baluartes «Sam Phelipe, Madre de Deos, Sam Francisco e Sam Miguel» da praça que dão em cheio n'esta fortificação.

No meio da grande escadaria que do baluarte Santiago desce para o armazem, que antes era protegido por um telhado, ha uma porta que dá para umas vastas salas ao longo da muralha do lado nascente, e crêmos que o mesmo se repetia na muralha ao norte, com mil outros escondrijos que a mente fertil do jesuita previu admiravelmente, e deixa hoje muitos viajantes pasmados, e até pela solidez d'essas obras que parecem desafiar as iras das agoas neptuninas, que no inverno batem com violencia na entrada do mesmo forte.

Nos tempos primitivos havia duas forças distintas que defendiam esta parte da cidade. A parte do campo, denominada *Jámpa fóra*, hoje a casa da guarda fiscal e posto policial, era guarnecida por uma força de sipaes, sob o commando d'um capitão-mór do campo, e tres subalternos: o sargento-mór do campo, um tenente e um alferes. A força do forte em 1634 era d'um capitão com trinta soldados de *presidio*, mas em 1768, attenta a teimosia das continuas investidas dos inveterados inimigos dos portuguezes,

os marathas, ella foi consideravelmente augmentada. Os officiaes e soldados trouxeram comsigo as suas familias, e com as familias gentilicas que vieram establecer-se no campo, sob a protecção da bandeira portugueza, ficou em pouco tempo mais povoado que as outras partes da cidade. A guarnição tinha á testa um commandante do forte ou capitão do forte, como era vulgarmente denominado, alem d'um tenente, um alferes e um «condestavel deste forte.» A tropa ás vezes consistia de granadeiros e formava uma comnhia.

A egreja de Nossa Senhora do Mar (¹), primitiva capella, foi construida pelo jesuita pe. administrador, debaixo do terraço do baluarte S. Francisco Xavier, em 1627, ao terminar a construcção do forte, para

(¹) A capella tem as seguintes dimensões: desde o nicho da Sr.^a á porta, comp. $24\frac{1}{2}$ pés, larg. 0. a L. 13 p. até os douos arcos, que dividem o local onde estava o cofre da antiga fabrica que tem mais 13 p. Tem um adro á frente alem d'uma pequena sachristia á direita do arco abobadado. No alto da antiga porta da capella estão as letras A. M. entrelançadas (Ave Maria). No baluarte encima, está a inscripção — *Baluarte S. Francisco Xavier Apostolo*—. Não encontramos nenhuma data.

As diunensões da presente egreja parochial de N. S. do Mar são as seguintes: capella-mór,—comp. 18 p. por $13\frac{1}{4}$ de largo,—cruzeiro, $14\frac{1}{2}$ p. por $23\frac{1}{2}$ de largo,—corpo da egreja 43 p. e o acrescimo de mais 14 pés feito em abril de 1899 por subscricção publica colhida pelo revd.^o pe. Exequiel Domingos de Sant'Anna, professor jubilado, natural de Damão. Os trabalhos da reforma completa do tecto e das bancadas novas, foram feitos sob a habil direcção do sr. Christiano José da Cunha, abastado proprietario de Moçambique, tambem natural de Dámao.

O actual compromisso (baseado n'um anterior de remota data) da respectiva confraria é de 28-6-1851.

afervorar a devoção dos militares portuguezes para com a Rainha do Mar, a cuja imagem se relaciona uma remota e piedosa tradição de ter sido encontrada n'uma caixa que fluctuava no mar Indico e recolhida pelos marinheiros portuguezes que vieram a esta cidade. No pedestal da imagem havia antigamente dois formosos peixes de prata, ladeando os pés da Senhora que tem de altura um pé e meio. O baluarte S. Francisco Xavier deu muito trabalho ao referido pe. reitor, porque, sendo elle construído n'um terreno arenoso, as paredes cediam, mas em 1634 fizeram-se uns contrafortes externos pelo lado do fosso, os quaes deram segurança á capella e solidez perpetua ás muralhas do mesmo baluarte. Pelo lado externo ligado ao forte existem 3 poços em cada baluarte. Seriam elles para uso da povoação, ou para inundarem o fosso no caso do ataque do inimigo?

Mal guiados por uma data que havia na antiga porta d'esta egreja, affirmámos na nossa obra histórica sobre esta cidade, que ella fôra edificada em 1774 (¹). Não foi assim.

Transcrevemos, por isso, alguns documentos curiosos (unicos que nos restam) do citado livro da confraria da mesma egreja, e por elles se pode conjecturar

(¹) O magnífico *Relatorio da Diocese de Damão pelo seu 1.^o bispo* (1892) diz a pg. 17, que a egreja de Nossa Senhora do Mar fôra fundada em 1701. Este preclaro e santo Prelado não cita o documento donde extraiu esta data. Teria, porventura, sido do antigo compromisso que lhe chegou á mão? E' bem possível. Os documentos que vimos, fazem presumir, que a sua construcção remonta ao começo do século XVIII. A população christã residia então dentro do forte. Mais

alguma cousa melhor da historia do antigo forte de S. Jeronymo, da sua egreja, confraria e freguezia.

I

Asento que se faz a respeito da pintura de porta nova

Aos 14 de outubro de 1774 convocada a meza e prezentes nella o M. R. Pe. Vigario Francisco Caeno Peixoto, Presidente, Procurador e mais officiaes e

tarde ella passou para o *Campo*, hoje denominado Damão pequeno e para as aldeas Carivary, Catriá e Piriá (que não sabemos onde fica), como se deprehende do citado liv., que se acha na bibliotheca municipal d'este concelho.

Antigos vigarios da egreja de N. Sr.^a do Mar

- 1756 Pe. João Anselmo d'Annunciaçāo.
- 1760-1784 » Francisco Caetano Peixoto.
- 1767 » José Mascarenhas (interino).
- 1785-1791 » Manoel da Costa Lopes.
- 1786 » Luis Vellozo (interino).
- » Fr. João da Rainha dcs Anjos (¹).

Vigarios da vara, visitadores d'esta egreja

- 1760 Pe. Led.^o (licenciado ?) Sebastião Meyra Terrenho.
- 1761 » Dr. Jorge Pereira Coutinho.
- 1764 » Manoel Parras.
- 1766 » Paschoal Dias dos Remedios.
- 1767 » Francisco Caetano Peixoto (interino).
- 1768 » Sebastião de Albuquerque, por cuja iniciativa se transferiram em 1779 os altares e pulípito do collegio das onze mil virgens para a sé matriz depois da extincção de S. Paulo, convento dos jesuitas.

(¹) Conhecemos que Fr. João era vigario, por uma parte d'um recibo passado por elle, que existe no referido liv. Não diz a data. Cremos que foi vigario depois da extincção dos conventos (1835). Um Fr. Lazaro também foi vigario d'esta egreja.

irmãos de meza, propoz o d.^o R. Pe. Vigario que o dinheiro que Pedro Alves deu a esta Igreja, entrastes (em trastes) que se venderão e obrigações huma de Mathias Correa Mascarenhas de vinte e seis rupias que athe agora não tem pago couza alguma, e pagando-as, se hão de tirar quazi nove rupias e meya, que o d.^o dador manda satisfazer ao monte de Antonio Roiz da Costa, do que tomou do seu leilão e outra divida de dez. x.^s que lhe ficou devendo o capitão Antonio José de Carvalho, a cuja conta tem já só pago huma rupia tudo a sua disposição e assim que estava já a porta nova feita e posta em seu lugar, visto a velha estar totalmente emcapaz, e só faltava dinheiro para a pintura della, visto os douos referidos não terem pago a quantia sobreditas; o que atendido e ponderando nesta meza se assentou, que visto se ter feito a porta nova com tanta prefeição e trabalho, sem custo algum desta confraria que será obrigada a fazel-a pella diligencia do dito R. Parocho, se assentou que para mayor fermozura e duração da dita porta, se pintasse com tinta de oleo, e que o Irmão Thezo-reiro concorresse com a despeza nesseçaria, visto a obra da dita porta pedir precizamente pintura; mas com condição que o dito R. Parocho pagaria a con-

Desde 5-1-1761 até 1772 era capitão-mór do campo de Damão pequeno (havia um equal cargo no campo dos Remedios, extramuros). João de Souza Botelho. Em 6-10-1768 era commandante do forte Philippe José Ripado que posteriormente governou Damão por tres vezes (1770, 1773 e 1775). Em 26-12-1775, exerceu o mesmo cargo de commandante, Manoel Lopes Ferreira Liota.

fraria a despeza em todo ou em parte conforme, e quando pagarem os referidos as quantias mencionadas, por bem de que etc. — Manoel de Madre de Deus e dez assignaturas.

No referido anno, não havendo quem celebrasse a festa de N. Sra. do Mar, a confraria tomou a seguinte resolução.

(*Continúa*)

Damão.

A. F. MONIZ.

STORIA DO MOGOR
OU
A INDIA MOGOL
1658-1708

Pelo medico veneziano Nicolau Manucci

Tal é o titulo d'uma obra importantissima, de que sahiram já publicados os 3 primeiros volumes em Londres, estando no prelo o 4.^º, e que forma o primeiro da *Indian Texts Series*, cuja iniciativa pertence ao erudito professor Rhys Davids. N'uma publicação recente (¹), tivemos curiosas noticias d'essa interessantissima chronica, e agora acabamos de lêr no *Times of India*, de 1 do corrente mez de abril, um artigo bibliographico de mr. R. P. Karkaria, que passamos a traduzir, fiando que será lido com agrado pelos leitores d'esta revista:

«A publicação d'estes volumes é um acontecimento na historia da litteratura indiana, e ha de alegrar os corações de todos os que apreciam os parclos materiaes para a reconstituição do passado d'este paiz. Desde que mr. William Irvine anunciou na Real

(¹) *Uma Dona Portugueza na corte do Grão-Mogol*, pelo sr. J. A. Ismael Graciás, pg 209 a 214.

Sociedade Asiatica de Londres a sua mui importante descoberta dos MSS. de Manucci, que, por longo tempo, erroneamente se suppunham perdidos, a sua publicação era impacientemente aguardada; e hoje, devido principalmente á generosidade do governo da India, pôde mr. Irvine apresentar ao mundo Manucci, exactamente depois de dois seculos e em forma condigna. A presente obra participa, até certo ponto, da magnificencia do assumpto e a historia dos grāmogoes está publicada luxuosamente quanto ao papel, impressão, encadernação e illustrações.

Manucci é, em todos sentidos, digno da forma como a sua obra se apresenta impressa. Nenhum escriptor europeu sobre os mogoes é mais interessante ou tem maior autoridade. Bernier e Tavernier são bem conhecidos como viajantes nos dominios dos mogoes, e as narrativas do que viram, se encontram em livros muito accessíveis, sendo consultadas a miude pelos escriptores historicos. Os estudos do dr. Ball acerca de Tavernier e de mr. Constable sobre Bernier tornaram este e aquelle bem popularcs entre os leitores inglezes. Mas, ambos, apezar de atilados observadores, residiram eventualmente na India mogol durante breves annos e as suas observações persoaes são mui reduzidas. Tavernier, especialmente, tendo vindo para a cōrte mogol como joalheiro, limitou-se a vêr tudo com os olhos de sua profissão, e nos seus escriptos predomina, por isso, a magnificencia do Mogol e da sua cōrte. Muda, porém, o caso com Manucci, que não era um adventicio transitorio, mas bem um indicola, tendo passado na India mais de sessenta annos da sua vida. Foi medico da cōrte de Aurenzeb e de seu filho, desempenhando igualmente outras funcções, sendo por ambos empregado em missões de estado. N'esta ultima qualidade teve relações intimas com os inglezes em Madrasta, onde

casou e se estabeleceu, morrendo afinal octogenario em 1717. Conhecia pessoalmente a maior parte da India, tendo estado em Lahore, Bengala, Madrasta e Bombaim, vivendo em Bandorá por algum tempo. (¹)

Além das suas proprias observações pessoeas acerca do que se passava na India por mais de meio seculo, especialmente durante o longo e accidentado reino de Aurengzeb, Manucci dá-nos a historia dos anteriores imperadores mogoes, desde Timur e Barber, Akbar e Jehangir. A sua chronica é fundada não em meras tradições, mas nos annaes reaes, guardados na corte mogol. Depois de estudar as linguas turca, persa, e india, «como desejasse saber dos negocios do reino mogol» — diz elle — «encontrei um velho, amante de letras, que se me offereceu a lér os annaes reaes dos soberanos e principes mogoes. É, por isso, que julgo que o leitor me ouvirá com agrado, visto que posso informaçoes especiaes». De facto comprazemo-nos em lér Manucci, discorrendo sobre as chronicas dos mogoes, e muito agradecemos a mr. Irvine o ensejo que nos porporciona.

Vê-se que mr. Irvine não dá muita importancia á primeira parte da obra até á ascenção ao throno de Shah Jehan; mas, uma grande parte da descripção de Akbar por Manucci se combina com a narrativa historica da mui rara obra, de 1630, de De Laet, que tambem se baseia na chronica real da corte mogol á qual Van Broche teve accesso. A descripção da morte accidental de Akbar, por exemplo, é mais extensa pelos detalhes que Manucci refere. Manucci não tem muito boa opinião d'esse imperador, o que é natural em quem vê a degeneração a que desceu

(¹) Esteve tambem em Goa, livro cit.. (N. T.)

Akbar na ultima quadra da sua vida e reinado. «A grandeza a que attingiu — » diz elle — «e as suas conquistas tornaram Akbar tão orgulhoso que tinha prohibido a todos sentarem-se diante d'elle, exceptuados apenas os de sangue real. Não contente com isto, crescia em soberba; como lêmos na sagrada escriptura — «o orgulho dos inimigos de Deus cresce mais e mais». Pretendeu fundar uma nova seita, sendo a sua ambição o exhibir-se como um novo fundador da fé. Mas, Deus lhe não deu tempo para conseguir o seu fim, pois chegando ao fim das suas maldades, encontrou a morte ao tentar matar outros por veneno, como vos digo.»

Manucci era veneziano, mas escreveu as memorias em portuguez, e enviou a maior parte dos seus MSS. para a Europa, a fim de serem publicados sob os auspicios de Luis XIV. Por qualquer circumstancia, cahiram, porém, nas mãos do padre Catrou (1659-1737), um erudito jesuita, que não os publicou como narrativa pessoal do autor, apezar de o ser, mas fundiu-os n'uma historia dos mogoes. Neste intuito, foi supprimida a parte mais interessante e authentica do trabalho, contendo as observações e aventuras pessoaes do autor, por mais de 50 annos na India, cheias de incidentes, e a chronica dos mogoes, com mais alguns assumptos, foi publicada por Catrou em 1705.

Munucci, naturalmente, quando viu a obra de Catrou, ficou tão desgostoso com a forma dada pelo jesuita, que mandou as duas restantes partes do seu trabalho, não para a França, mas para a patria Veneza, onde foram conservados na grande bibliotheca de S. Marcos. D'este modo dispersaram-se os MSS. d'este trabalho. As tres primeiras partes, com as quaes o padre Catrou tinha bordado a sua historia, ficaram em Paris com os jesuitas; as restantes duas em Vene-

za. Mas em nenhum d'esses logares ficaram seguras. Os jesuitas foram expulsos da França, e os seus livros vendidos em 1764, figurando entre elles os MSS. de Manucci, que foram comprados por Meermann, um hollandez erudito, e enviados juntamente com outros á Haya, onde ficaram esquecidos até que, vendidos de novo n'um leilão, passaram, em 1824, ás mãos do conhecido colleccionador de livros, sir Thomas Philipps, que os levou á Inglaterra. A vasta collecção de Philipps foi, por seu turno, vendida e, em 1887, estes MSS. acharam um descanso na bibliotheca real de Berlim, onde agora estão, e d'onde mr. Irvine obteve uma copia para a sua presente edição. Os MSS. de Veneza escaparam por um triz de serem enviados para Paris, como parte dos despojos científicos de Napoleão.

Depois de Catrou têl-aos aproveitado a seu bel-prazer, ninguem parece ter ligado importancia a esses MSS. em França. Após a dispersão dos livros dos jesuitas em 1764, esses MSS. desapareceram e ninguem pôde descobril-os, pois a sua peregrinação para Haya, Inglaterra e finalmente para Berlim era desconhecida até uns 15 annos atraç, quando o finado dr. Reinhold Rost os procurou para pouco tempo, em 1893, para mr. Archibald Constable, o habil editor de Bernier, que tinha em vista publical-os, idéa que infelizmente abandonou. A maneira, porém, como mr. Irvine se tem desempenhado da presente edição, com uma serie de notas elucidativas e historicas, acabou com o pezar dos que não puderam vêr os louros do editor de Bernier, aumentados com a publicação da muito mais importante obra de Manucci.»

S. G.

CHRISTO E KRISHNA⁽¹⁾



r. James Kennedy leu recentemente na Real Sociedade Asiatica uma memoria muito interessante sobre a influencia christã no hinduismo, especialmente no culto de Krishna, e sobre a epoca em que principiou a exercer-se essa influencia.

Parecem-nos já findos os tempos em que se fizeram crueis tentativas, como as de Jacolliot, para mostrar que o christianismo não é mais que o desenvolvimento do hinduismo e que Christo é Krishna sob outro aspecto. Tales extravagancias são impossíveis nos nossos dias, em que a sciencia da religião comparada está muito e brilhantemente adiantada. Já se tem discutido na actualidade se o hinduismo teria inspirado o christianismo, ou se teria sido por este inspirado.

O finado dr. Albert Weber sustentou com firmeza que o christianismo tivera alguma influencia sobre o primitivo desenvolvimento do hinduismo, e, de acordo com elle, o dr. Grierson recentemente renovo uessa teoria, defendendo-a com novos argumentos. O eru-

⁽¹⁾ Artigo da *Bombay Gazette*, transcripto no *Examiner*, de 8-2-908.

dito francez Barth era contrario a essa opinião, que criticou com grande vigor ; viu-se, contudo, obrigado a admittir que havia na religião hindú alguns traços do christianismo que, dizia, tinham sido muito exagerados por Weber. Mr. Kennedy segue a opinião de Weber sob o ponto de vista da influencia christã no hinduismo. Diverge, porém, d'elle e tambem do dr. Grierson quanto á epoca em que essa influencia teria começado. A forma como se practica no norte da India o culto de Krishna, especialmente o do menino Krishna, pôde considerar-se tomada principalmente ao christianismo, nos primeiros seis séculos da era christã. Weber e o dr. Grierson julgam que a influencia christã sobre os hindús se realizou por via de Alexandria e das colonias dos persas christãos estabelecidos na costa occidental do Deccan.

Mr. Kennedy, contudo, é de parecer que isso seria difficilmente possivel, visto como as communicações directas entre a Alexandria e a India tinham cessado em 211 da nossa éra, e as colonias christãs da costa do Deccan não podiam ter influenciado a religião do norte da India, n'aquelles tempos primitivos, em que as relações com as diferentes regiões indianas eram muito demoradas e difficultosas. Demais, esses colonos eram poucos em numero e tinham insignificante influencia, visto serem estrangeiros.

Na memoria, a^o que alludimos, estabelece o autor uma nova hypothese para justificar a influencia christã. Pensa que esta influencia derivou não por mar, mas por terra e que se exerceu por meio das numerosas comunidades christãs da Asia central, de Bactria, Merv, Herat e Seistan no século III. Estas comunidades estiveram em proximo e prolongado contacto com os kashans, hunos e outras tribus que invadiram a India septentrional nos primeiros cinco séculos da nossa éra e fizeram muitas conversões

entre elles. E' muito possivel que se tivessem introduzido elementos christãos por via d'esses hunos.

O culto do menino Krishna e muitas das lendas do seu nascimento podem filiar-se na origem christã, devido ás comunidades da Asia Central. Tal culto apparece no hinduismo somente pelos fins do seculo V ou no começo do VI; teve origem em Mathura, cidade budhista que não tinha anteriormente conexão alguma com Krishna. O novo Krishna tomou d'emprestimo certos nomes e feitos do velho Krishna; mas, estava realmente suggestionado pelas praticas religiosas de certos pastores nomadas que tinham uma tintura do christianismo. Estes nomadas eram provavelmente os gujars que fundaram poderosos estados no Punjab e Rajputana no seculo VI. São de origem estrangeira e parece terem entrado na India no seculo V, sob o commando dos hunos brancos aos quaes se associavam frequentemente. Mathura era o limite oriental das suas feitorias ; e, como algumas d'essas tribus dos hunos brancos eram christãos, é licito suppôr que pelo menos algumas d'essas tribus de gujars tivessem traços do christianismo.

Tal é a engenhosa hypothese de mr. Kennedy sobre a derivaçao da influencia christã sobre o culto do menino Krishna no mais recondito do Hindostão. Pensa mr. Kennedy que tal influencia se transmittiu por intermedio dos gujars e das comunidades christãs da Asia central. O dr. Grierson, que se apega ao que chamaremos a hypothese alexandrina, terá muito que dizer, discutindo a hypothese gujari, estabelecida por mr. Kennedy.

Traducçao de

J.

NOTICIAS ARCHEOLOGICAS ⁽¹⁾

Evangelhos incanonicos

O fragmento d'um evangelho incanonico, editado pelos dres. Grenfell e Hunt, e ultimamente publicado por mr. Froude a expensas do fundo da exploração do Egypto, foi encontrado, com as sentenças de Christo, em Oxyrhyncho. O livro a que pertencia a folha, era de dimensões muito exigüas, mas, embora a superficie escripta tivesse pouco mais de 2 pollegadas quadradas, o copista conseguiu comprehender em 2 paginas 45 linhas. Os editores classificam o fragmento como pertencente a um evangelho distinto de qualquer dos outros evangelhos incanonicos, compostos no seculo II ou III. Diz-se que é uma interessante e valiosa addição aos escassos restos de numerosas tradições incanonicas, concernentes ao ensino de Christo, que era corrente em muitas comunidades christãs, especialmente no Egypto, durante os séculos III e IV.

(1) As noticias que seguem, são extrahidas do *Times of India*, respectivamente, de 8 de janeiro, 11 de março, 24 de fevereiro e 6 e 10 de abril do corrente anno.

Ó MS. é do seculo IV, talvez do III. O principal assumpto de interesse no tal fragmento é a referencia ás ceremonias judaicas de purificação, connexas com a adoração no templo, e a substancia respeita a uma conversação entre Jesus e um grão-sacerdote, phariseu, que se mostrou irritado por Jesus e seus discípulos terem desprezado as indispensaveis ceremonias de abluição e de mudança de fato, antes de entrarem no logar santo e examinarem os vasos sagrados. O phariseu que se dizia limpo, teve esta reprimenda do Salvador :

— Ai de vós, cegos, que não vedeis. Lavastes-vos n'essas aguas correntes em que, dia e noite, são atirados cães e porcos... Mas, eu e os meus discípulos, que accusaes de nos não havermos lavado, temo-nos mergulhado nas aguas da vida eterna.

Como é de uso, dá-se uma gravura de papyro, com a sua transcripção litteral, seguida da sua reconstrucção em forma moderna, e um commentario elucidativo.



MSS. bíblicos

Descobriram-se novos MSS. authenticos da Biblia. Os MSS. foram achados por Gaston Migeon e Charles Freer, entre curiosidades colligidas pelos mercadores de Ghizeh nas ruinas do Aknim no Egypto, e diz-se que pertencem aos seculos IV, V e VI. Contêm o Deuteronomio, Josué, os Psalmos, os quatro Evangelhos, os Actos e as Epistolas, e incluem muitos trechos que não se lêm nos textos do Museu Britannico.

A mulher de Pharaó

Nem produzido grande sensação a notícia da descoberta das joias da mulher de Seti II, que era provavelmente o Pharaó do *Exodo*. O dr. Wallis Budge, do Museu Britânico, e outros egyptologistas em Londres receberam já novas, confirmado o achado.

«E' de maxima importancia a descoberta d'essas joias», disse um perito recentemente, «sendo mais um triumpho para mr. Theodore M. Davis, millionario americano, que está custeando as excavações no valle dos Reis, perto de Thebas, e tambem para mr. E. R. Ayrton, egyptologista britânico, cujo achado recente lhe grangeiou o titulo de *Kingfinder*.

As excavações n'esse valle são dirigidas com o maximo cuidado por mr. Quibell, do serviço das antiguidades do governo egypcio. Essas joias não hão de ir para a Inglaterra, nem ha possibilidade, por ora, de deixarem o Egypto. Serão guardadas no Museu do Cairo.

Embora se não tenha encontrado a mumia da rainha, os braceletes de ouro macisso, as grandes arrecadas, os bem trabalhados anneis e talvez a corôa usada por todas as rainhas do Egypto, juntamente com um grande numero de accessorios, elucidarão a sua vida e historia; n'isto consiste a importancia do achado. Agora, talvez, se porão de parte as hypotheses de ser Ramasés II o Pharaó do *Exodo*, para se elevar ao throno Seti II e a rainha, cujas joias foram descobertas, como sendo os monarchas com os quaes Moysés fallou, que não conhecerau José, que sofreram as pragas e que são figuras preeminentes n'un dos mais brilhantes capitulos da Biblia.

Egualmente é valiosa esta descoberta, porque pouco se sabia da mulher de Seti II. Do proprio Seti temos escassos dados. Foi quem se apossou dos grandes obeliscos de Heliopolis, conhecidos pelo nome de *agulhas de Cleopatra*, um dos quaes se vê n'uma das margens do Tamisa.



Uma aldêa sepultada

Ha poucos dias, enquanto se procedia a excavações entre Lahore e o cantão oriental d'esta cidade, para as bandas da linha ferrea em Shalimar, encontraram os operarios a figura d'uma mulher indigena, sentada, com a mão sobre o cabo d'uma machina para arroz, de velho estylo. A figura estava perfeita em todas as linhas, mas, infelizmente, desfez-se ao ser examinada, ficando apenas os dentes. No decurso das excavações appareceram tambem pilares de alvenaria, o que indica que, em época remota, havia n'esse sitio edificações, uma aldêa provavelmente. A posição da mulher com a machina mostra que ella foi colhida de chofre, e leva-nos a suppôr que o sólo soffreu repentinamente uma depressão, levando comsigo, em todo o comprimento, casas e edificios, visto ter-se achado a figura a 12 pés abaixo da terra. E' certamente, o efecto d'un terremoto. Quer sim, quer não, a aldêa existiu, não se sabe quando, nem a época em que desappareceu.



Em Assur e Babylonia

Associação oriental allemã publicou um relatorio sobre as recentes pesquisas archeologicas em Babylonia e Assur. Os sabios allemães puderam desenterrar o chamado *castello do sul* em Babylonia, um bello specimen d'um magnifico palacio real babylonico. Certificou-se tambem que as afamadas «muralhas de Babylonia» eram compostas de tres muros feitos de tijolos. O muro interno tinha 23 pés de espessura, seguindo-se um espaço aberto de 39 pés, depois o segundo muro de 23 pés de espessura com um outro espaço e, finalmente, o muro externo, de quasi 11 pés de espessura. Muitas reliquias preciosas se acharam em casas particulares desenterradas. A' maior profundeza, até aqui cavada, descobriram-se restos de corpos humanos sem caixões. Em alguns casos, a sua posição suggeria serem de individuos que tivessem sido mortos. Crê o professor Koldewey que sejam vestigios da destruição de Babylonia pelo rei Sennacherib de Assyria, em 689 antes de Christo. Em resultado das excavações em Assur tem sido descoberta uma grande parte das fortificações, erigidas ao redor das povoações occidentaes da cidade, n'uma extensão de duas milhas e meia. Consistiam em muros de terra e tijolo e alguns de pedra, bastiões e torres flanqueadas de nm profundo fosso. A investigação do grande templo dos deuses Anu e Adad está completa.



Calendario antigo

A té hoje — diz o *Standard* — não se sabia ao certo como os judeus regulavam o seu calendario, antes da sua reforma no IV seculo da era christã. A descoberta de uma porção de pergaminhos aramicos em Syene, ha pouco traduzidos pelo professor A. H. Sayce e mr. A. E. Cowley, tem feito muita luz sobre aquelle calendario em referencia a um periodo de 800 annos atraz na historia dos judeus. Esses pergaminhos incluem um numero de contractos, datados conforme os calendarios judeus e egypcios. O calendario egypecio é bem conhecido. Tinha, como o nosso de hoje, um anno de 365 dias, ou de 12 mezes; mas, differençava-se do nosso em não ter um dia addicional cada quatro annos, e em os 12 mezes serem todos de 30 dias, ajuntando-se os cinco dias, precisos para se completarem 365, no fim do duodecimo mez.

Estes contractos dão-nos, pois, datas judaicas de alguns dias que podemos exprimir na nossa moderna chronologia. O problema consiste em descobrir o começo do calendario judaico em uso n'aquelle tempo, quando foram escriptos esses pergaminhos. N'uma reunião da Real Sociedade Astronomica, ha pouco realisada, mr. E. B. Knobel tratou d'este problema. A chave para a sua solução foi achada nas circumstancias de se encontrarem duas datas judaicas exactamente com 30 annos judaicos de intervallo. D'ahi se concluiu que, n'aquelle tempo, como agora, o calendario judaico era lunar, composto de mezes durando de uma lua nova até á seguinte, isto é, de verdadeiras lunações. Fazia-se combinar o anno lunar com o solar, intercalando, de tempos em tempos, um decimo terceiro mez; mas, as occasões em que se fazia

tal concessão, obedeciam a uma lei fixa, baseada no que se chama cyclo metonico, nome derivado do seu supposto autor, Meton. N'esse cyclo se baseiam tambem os «aureros numeros», usados nos manuaes de oração para se fixar a paschoa, pois 19 annos solares contêm, quasi exactamente, um numero completo de annos lunares.

A grande importancia da memoria de mr. Knobel consiste em ter elle provado que os judeus se utilisavam d'esse cyclo para o computo do seu calendario mais de uma geração antes de Meton. A data mais antiga nos pergaminhos achados é de 471 antes de Christo. Supõe-se que Meton viveu em 433 antes de Cristo, mas, mr. Knobel demonstrou que o calendario judaico se achava em uso muito antes. No setimo anno de Cambyses, rei da Persia, houve um eclipse parcial da lua, de que temos a data, conforme o calendario judaico, e que combina perfeitamente com as datas dos pergaminhos de Syene. Não ha duvida que, durante algum tempo, os judeus calculavam os seus mezes conforme a observação da lua nova no céu; seria isso possivel emquanto existia o templo e os judeus viviam na sua pequena terra.

Dispersos depois da conquista da Judéa por Nabuchodnozor, espalharam-se em paizes tão longinquos, como a Babylonia e o alto Egypto, e o unico meio pelo que podiam fiar-se nos seus calendarios, era o adoptarem qualquer methodo exacto para o seu computo.

A colonia judaica de Syene (a moderna Aswan) parece ter sido composta de alguns refugiados, que fugiram da Judéa depois do assassinato de Gedalia, filho de Ahi-kam, sob o commando de Jonas, filho de Kareh, levando consigo o propheta Jeremias (vide Jeremias, cap. XL, XLIV). Pergaminhos, recentemente descobertos, provam que, mediante permissão dos governadores persas, construiram ali um templo, destruido depois pelos egycios, quando se sublevaram contra os persas.

BIBLIOGRAPHIA

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

- *Antonio Cabreira.* Noticia succinta da sua vida e obras, pelo professor Emilio Augusto Vecchi — Lisboa. Typographia Bayard — 1907.
- *Instituto Infante D. Affonso.* Relatorio — Lisboa. Typ. Belenense. 1907.
- *Catalogo de drogas e productos chimicos da casa Souza e Figueredo.* Nova Goa. Typ. Arthur e Viegas. 1908.
- *Um Additamento ao Instituto* — Revista scientifica e litteraria, por Antônio Cabreira. Lisboa. — Typ. Bayard. 1908.
- *Alphabecto Mariano* — Imitação pelo ex.^{mo} e revd^{mo} sr. D. Augusto Eduardo Nunes, arcebispo de Evora — of. por occasião da festa de N. S. das Mercês, na egreja de Loutulim, 1 de marco de 1908, pelo mordomo Ligorio Maria Soares.



O ORIENTE PORTUGUEZ

REVISTA DA COMISSÃO ARQUEOLÓGICA

DA

INDIA PORTUGUEZA

VOLUME V—1908

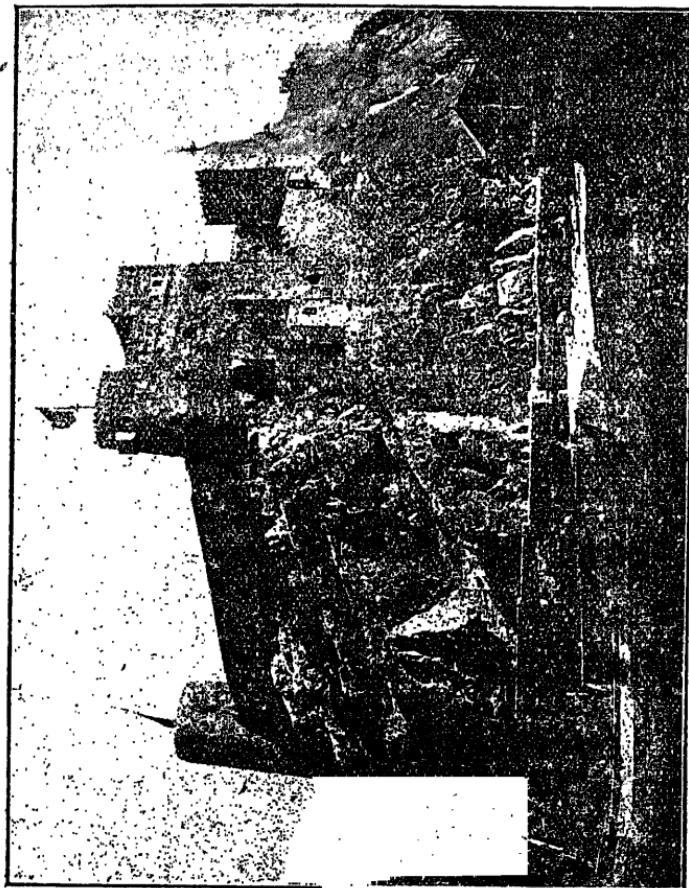
SUMMARIO

Dos n.^os 5 e 6

O ORIENTE PORTUGUEZ

5.^o ANNO. 1908

NUMERO DE MAIO E JUNHO



ANTIGO FORTE PORTUGUEZ EM MASCATE

ANTIGO FORTE PORTUGUEZ EM MASCATE

A gravura que offerecemos hoje aos nossos leitores, reproduzida fielmente da edição semanal ilustrada do *Times of India*, representa o antigo forte portuguez, ainda existente em Mascate. Nenhuma indicação pudemos obter relativamente á data da sua construcçāo.

Mascate foi tomada em 1507 ao rei d'Ormuz pelos portuguezes sob o commando de Affonso d'Albuquerque, que em seguida fortificou a cidade. Esteve sob o nosso dominio até 1658, anno em que o Iman arabe Seif se assenhoreou d'ella, fazendo-a capital d'um Estado que se tornou independente em 1730.

Em Mascate existe ao presente uma razoavel colônia goeza que, ainda ha pouco, mandou celebrar suffragios pelo eterno descanso de El-rei D. Carlos I e do Principe Real, D. Luis Filipe.

J. A. ISMĀEL GRACIAS.

A TORRE DO TOMBO DA INDIA

E

SEUS GUARDAS-MÓRES

Bem sabido é que quasi ao findar do seculo xvi foi em Goa instituida a Torre do Tombo do Estado da India — o antigo archivo publico — sendo logo, em 1596, nomeado seu guarda-mór o conhecido chronista Diogo do Couto, que exerceu o cargo ate 1616, anno em que falleceu, em Goa, na edade de 74 annos.

Mas quem e quantos foram seus successores, no seculo xvii ? Para obtermos resposta clara a esta interrogação, vamos consultar escriptores e documentos que tratam do assumpto.

Sem entrarmos, pois, na rigorosa analise do que se encontra escripto e publicado acerca do primeiro e dos immediatos successores d'aquelle chronista, limitamo-nos aqui a investigar e documentar algumas datas de nomeações dos que, no decurso do

mesmo seculo, foram succedendo a Diogo do Couto no cargo de guarda-mór da Torre do Tombo da India.

O antigo bibliographo e bem conhecido auctor da «Bibliotheca Lusitana», Barboza Machado, fazendo menção das obras de Antonio Bocarro, diz que este —não somente foi successor de Diogo do Couto na investigação, mas tambem no estilo com que escreveu e continuou a historia da India—

E o erudito auctor da «Noticia Preliminar» com que abre a Parte 1.^a da «Decada 13 da Historia da India» composta por Antonio Bocarro, publicada de ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa, diz a pag. xiii o seguinte :

= Depois da morte de Diogo do Couto não era facil achar na India quem o podesse substituir. Por esta ou por outra razão esteve o logar vago até 1631, em que o conde de Linhares, instado por apertadas ordens d'el-rei, nomeou Antonio Bocarro, que o chanceller Antonio Pinto da Fonseca lhe apresentou como homem de talento e dotado das qualidades necessarias para o bom desempenho do cargo =

= Da carta régia de 10 de março de 1650 dirigida ao vice-rei (da India) deduz-se que no anno antecedente, pelo menos, já estava nomeado chronista e guarda-mór da Torre do Tombo da India, Francisco Moniz de Carvalho =

Exige aclaração a leitura dos tres periodos que acabamos de transcrever, e que podem levar alguem a suppor — que Antonio Bocarro foi o immediato

successor de Diogo do Couto,— e que com o seu falecimento, em 1616, estivesse sem exercicio ou vago o logar de guarda-mór até 1631, em que foi nomeado Antonio Bocarro,— pois outra cousa se deve inferir e deduzir do confronto das datas dos documentos que abaixo vamos copiar, sendo certo que o primeiro e immediato successor de Diogo do Couto, foi Domingos de Castilho, nomeado pelo vice-rei da India D. Jeronimo de Azevedo, sem ter estado vago o logar, nem por pouco tempo, quanto mais por alguns annos.

Assim tambem parece que poderá dar logar á diversa intelligencia o dizer da carta dirigida a Sua Magestade pelo governador da India, Fernão de Albuquerque, a 12 de fevereiro de 1620, onde se lê que =o cargo de guarda-mór da torre do Tombo, *que vagou por morte de Diogo do Couto*, está mal provido em Gaspar d'Ares, em que o Conde proveo d'elle a petição da cidade

Dos mesmos documentos, porém, se vê que a pedido da Camara da cidade de Goa, foi pelo vice-rei conde de Redondo provido o logar de guarda-mór da Torre do Tombo em Gaspar Aires; mas este provimento não foi feito logo que o logar vagou por morte de Diogo do Couto, sendo incontestavel que Domingos de Castilho fôra nomeado, a instancia do mesmo Diogo do Couto, para o substituir.

Tambem é constante daquelles documentos que em seguida ao decesso de Diogo do Couto o mesmo vice-rei conde de Redondo expoz a Sua Magestade, em carta de 30 de dezembro de 1616, a reconhecida

insufficiencia do agraciado Castilho, que era casado com uma sua sobrinha ; e indicou para o substituir o licenciado Nicolau da Silva como homem entendido para bem desempenhar o cargo de guarda-mór. Possivel é, porém, que o indicado Silva, que foi desembargador da Relação de Goa, não tivesse chegado a ser effectivamente nomeado para o cargo de guarda-mór.

Por outro lado temos de registar que o successor de Gaspar Aires, foi João Vasco, nomeado pelo governador Fernão de Albuquerque, por alvará de 21 de maio de 1620.

João Vasco teve tres successores, todos nomeados no vice-reinado do conde da Vidigueira, almirante da India, vice-reinado que durou desde dezembro de 1622 até março de 1628— mais de 5 annos— sabendo-se que D. Francisco da Gama fez tres nomeações para o logar de guarda-mór, sendo a primeira de Gaspar de Souza de Lacerda, em 31 de dezembro de 1622— a segunda de Alvaro Pinto Coutinho, em 14 de novembro de 1623— e a terceira de Bartholomeu Galvão, em 2 de dezembro de 1626. O primeiro destes tres deve por tanto ser tido como o immediato successor de João Vasco ; e o ultimo—Galvão—como quem sucedeiu, em 1631, o chronista da India Antonio Bocarro, nomeado pelo vice-rei D. Miguel de Noronha, conde de Linhares. Por isso, Antonio Bocarro não pode ter sido o immediato successor de Diogo do Couto.

A Bocarro sucedeua Francisco Moniz de Carvalho, que fôra nomeado guarda-mór antes do anno de

1650, cargo que já exercia interinamente alguns annos antes e continuou a exercel-o por muitos annos depois.

Não temos a certeza de quem tivesse sido o seu immediato successor; mas sabemos que pelos fins do seculo xvii era Antonio Alvares quem occupava este cargo, em que foi confirmado a 24 de fevereiro de 1697, depois de ter sido feitor e ouvidor em Diu.

Eis a serie successiva dos guardas-móres da Torre do Tombo da India, no seculo xvii.

Algumas datas acima citadas são constantes dos seguintes documentos, que, posto não sejam inéditos, deixamos aqui reunidos para confrontação e explicação do que fica exposto.

Seguem os documentos :

I

Carta do vice-rei D. Jeronimo de Azevedo

Senhor. Diogo do Couto, guarda mór da Torre do Tombo deste Estado, e que escrevia a hístoria delle por ordem de Vossa Magestade, he fallecido. E porque eu em sua vida, por elle ser tão benemerito e velho, e pela muita instancia que sobre isso me fez, lhe concedi que por seu falecimento ficasse o dito cargo de guarda mór a Domingos de Castilho, casado com huma sobrinha sua, que elle tinha em lugar de filha, e lhe passei disso hum alvará de lembrança, meachei obrigado a lho cumprir: e assi em virtude delle se passou carta do dito cargo ao dito Domin-

gos de Castilho para a aver de confirmar por V. M. E porem o dito Domingos de Castilho não tem talento para continuar com a historia, e dos sujeitos de qua, de que me parece se pode tratar para esta occupação, que sempre deve andar junta ao dito cargo de guarda mór, acho que he o mais a proposito o Licenciado Nicolao da Silva, que foi Dezembargador desta Relação, e servio com satisfação assi nella como em outros cargos de importancia, em que foi ocupado, e he mui pratico, e bem entendido, e alem de concorrerem estas boas partes em sua pessoa, e de ficar huma e outra cousa bem provida nelle, receberei eu mercê de Vossa Magestade em toda a que nisto for servido de lhe fazer. De Goa a 30 de dezembro de 1616.

II

Trecho de uma carta do governador Fernão de Albuquerque, de 12 de fevereiro de 1620

O cargo de guarda mór da Torre do Tombo, que vagou por morte de Diogo do Couto, está mal provido em Gaspar d'Ares, em quem o Conde proveo della a petição da cidade, e convém muito ao serviço de Vossa Magestade mandar prover este officio em pessoa de entendimento, e que faça o que deve.

III

Trecho de uma carta do vice-rei Conde de Linhares de 19 de agosto de 1631

Senhor.— Vossa Magestade me manda por apertadas ordens que busqué homem que continue com a

historia da India; e commettendo ao Doutor Gonçalo Pinto da Fonceca, chanceller deste Estado, o exame das pessoas que podiam servir a Vossa Magestade nesta occupação, me nomeou para ella a Antonio Bocarro por pessoa de talento e em quem me affirmou concorrem algumas mui boas partes para a dita occupação: porque neste Estado, Senhor, ha grande falta de sujeitos, passaram-se-lhe os despachos necessarios para servir juntamente de guarda-mór da Torre do Tombo.

IV

Carta règia de 10 de março de 1650

Conde viso-rey amigo, eu el-rey vos envio muito saudar, como áquelle que muito amo. Francisco Monis de Carvalho, provido por mim no cargo de chronista e guarda-mór da Torre do Tombo desse Estado, me enviou representar que na carta que se lhe passou do mesmo cargo, se não declarou o ordenado que devia vencer cada anno; pedindo-me (com o exemplo de seu antecessor Diogo do Couto, que vencia quinhentos mil reis) mandasse declarar que devia ser pago da mesma quantia. E porque Antonio Bocarro, que foi o ultimo proprietario do dito cargo (e a quem sucede Francisco Monis) vencia somente a metade, que são duzentos e cincuenta mil reis, e este he o ordenado que lhe toca; o mesmo lhe haveis de mandar pagar, e passar disso a provisão necessaria, como hei por bem se faça, não vos offerecendo cousa que o encontre.

Lisboa a 10 de março de 650, — Rey, com rubrica e guarda.

J. M. DO CARMO NAZARETH.

O FORTE DE S. JERONYMO

E

A egreja de N. Sr.^a do Mar, de Damão

(Continuação da pag. 108)

II

Assento de nova eleição dos officiaes que sahirão eleitos para festejarem
a festa de N. Sra. do Mar para o anno vindouro de 1775.



os 18 de novembro de 1774 convocados os irmãos para eleição de novos officiaes e presentes em Meza o Prezidente e mais officiaes e irmãos, sahio eleito por Prezidente a mesma Serenissima Sra. do Mar *por não haver quem o quizesse ser.* Tomarão a sua conta fazer a festa da Sra. athe hoje *vinte e douz* irmãos, cada um com esmola de des L (larins) e se assentou em Meza que os que tem prometido e prometeram ainda os ditos des L. e os derem com efeito, de gozarem de privilegio de officiaes menores (não os tendo sido) para nas funções da confraria poderem levar insignias. Sahio por Procurador com todos os votos Jose Caetano Pereira. Por Tizoreyro do cofre Antonio da Trindade com

todos os votos. Por Escrivão Francisco de Barros, o qual aceitou com a condição de não ser obrigado a cayar a guarda e frontespicio do Forte, por não ser costume abenicio observado, menos pedir a razão, e que quando fosse constrangido que desisiteria da dita occupação. Sahio eleito por Tizoreiro do altar com todos os votos Antonio de Menczes e por irmãos da Meza, Francisco de Barros de Menezes, Manoel Caetano de Menezes, Manoel Nunes de Nazareth, Agostinho Nunes, Pascoal Nunes, Francisco Caetano Couto Pereira, Salvador Gomes, Manoel dos Remedios e Joze Manoel com todos os votos. Declara-se que os irmãos que derem os ditos des L não sendo officiaes, para gozar dos privilegios delles, se apontarão no fim deste assento, depois de asinados; e de como todos os referidos aceitarão de sua livre e boa vontade os cargos para que foram eleitos, prometendo cada hum fazer bem e fielmente a sua obrigação, por bem de que etc.—(a) Manoel Nunes de Nazareth e doze assignaturas.

III

Assento que se fas da eleição de Procurador Geral e Prtector perpetuo desta confraria em Agostinho de Mello de Sampayo. (¹)

No mesmo dia do assento atras (18-11-1774), ponderando-se nesta meza o zello e devoção com que Agos-

(¹) Agostinho de Mello de Sampayo era filho de Tristão de Mello de Sampayo, moço fidalgo da caza real, que descendia da antiga familia fidalga dos «*De Mello de Sampayo*» cujo espirito religioso, do incremento da B., era o melhor e maior brazão n'essa familia damanense.

tinho de Mello de Sampayo concorre para tudo quanto he para bem e aumento desta confraria e cultos da Se-

Entre os ascendentes mais remotos, encontramos o velho capitão governador da Praça de Damão, Ruy de Mello de Sampayo, por cuja iniciativa e solicitude se erigiu em 1607 a primitiva capella de N. S. dos Remedios, hoje egreja parochial e da devoção de todos gentios que, de longinquas partes, vêm nos sabbados em piedosa romaria, offerecer á Sra. os seus filhos recemnascidos e cumprirem as suas promessas e votos. A classe que, tem maior veneração pela Virgem dos Remedios, é a dos *marinhos* ou pescadores, que, em tempos remotos, se estabeleceu n'este distrito, vindo das terras dos marathas. Não comprehendemos a origem d'esse culto christão entre os gentios, que reputam a Sra. como a sua *DEusa Lucum* que perdeu a casta «*vallaium*», passando ao christianismo, a quem deram o nome de *A'i Ramēd* ou *mái Lakmi*. Não fazem o mesmo em outras capelas ou egrejas dedicadas á Mãe do Redemptor. Tinha o velho Ruy concorrido para dar este impulso, piedoso como elle era?

Se não erramos na nossa conjectura, presumimos que a familia Sampayo se estabeleceu em Damão em seguida á reconquista, tendo alguns dos seus membros tomado parte na força combatente do vice-rei D. Constantino de Bragança, e tinha muitas ramificações, extendendo-se até a Ceylão, onde ainda hoje se vêm inscripções tumulares dos Sampayos.

O referido Agostinho que por muitos annos exerceu o cargo de Presidente do Leal Senado ou Vereador da Vara, era oficial militar e tinha um outro irmão chamado Luis, capitão-mór do campo, que igualmente foi agraciado em 24-7-1775 com a carta de fidalgo escudeiro e moço fidalgo. Em antigos documentos, observamos que varios outros membros d'esta familia exerciam cargos elevados, como «*Generaes d'este Norte*» etc. Eram temidos pelo povo, pelo seu espirito intransigente em materia religiosa, ficando, por isso, denominados «*Sampalias*». Acoimavam de igual nome todo o portuguez quo quizesse exercer o mesmo espirito. Tinha brazão especial de familia. Pela deliberação de 17-4-1774 da confraria, foi o dito Agostinho incumbido de mandar facturar o actual antigo sino da egreja «*sino pequeno*», com a «esmolla de sincoenta rupias de Surrate etc. porque elle melhor que nenhum o poderá fazer com seu respeito». O ultimo procurador geral e protector perpetuo da confraria do Mar foi Domingos Mascarenhas em 1777. Era natural de Goa que, na queda de Baçaim em 1739, passou a Damão, onde se estabeleceu, auxiliando muito o nosso governo na cessão da Praganã-Nagar-Avely, porque era muito conhecido dos marathas. A actual proprietaria de Dabel, D. Adelina de Mello e Costa, residente em Margão, descende d'essa antiga familia, á qual pertenciam tambem as aldeas Bimpur e Jampor.

nhera, assistindo em todos os seus actos e ajudando com tudo quanto he precizo do seu favor para reparo desta Igreja, e de ter ocupado muitas vezes o cargo de Procurador e cumprido inteyramente todãs as suas obrigaçõens, como he bem notorio a todos e ser *costume antigo* e observado em todas as confrarias e nesta, ter hum home de respeito para seu Protector perpetuo, elegerão todos vniiformemente em comum accordão ao dito Agostinho de Mello de Sampayo para procurador geral e protector perpetuo desta confraria com obrigação de assistir em todas as Mezas e poderes para procurar tudo quanto for para mayor bem e aumento desta confraria ainda sobre o Procurador que anualmente se elegue, ficando sempre com o mesmo cargo, quando seja eleito em outros e de como aceitou de sua livre e bea vontade, se fez assento em que todos se asignarão etc. — Manoel Nunes de Nazareth e mais quatorze assignaturas.

IV

Assento que se fas de procurador geral e protector perpetuo desta confraria que se veyo oferecer Dom Sebastião Pahim de Mello.

Aos 29 de setembro de 1775 se convocou Meza para se abrir huma carta que a esta confraria escreveo D. Sebastião Pahim de Mello, e prezentes nella o R. Parócho, Prezidente passado Fernando de Menezes, Procurador e mais officiaes e irmãos abaxo asinados se abrio e o seu contento he o seguinte: Muyto R. Sr. Pe. Vigario, sires. Prezidente e mais officiaes e irmãos da Meza da confra-

ria de N. Sra. do Mar. Como seja falecido Agostinho de Mello de Sampayo, que só comigo comonicou todas as suas dependencias e me pedio fizesse eu por elle tudo e em tudo as suas vezes, dezojo para em tudo lhe satisfazer a sua vontade e mostrar ao vulgo a minha satisfação, ocupar o mesmo cargo de Procurador geral dessa confraria em que foi elle eleito o anno passado, na forma do assento feito e assim pessso a V. M.^{cos} que quando me achem digno delle como Irmão tão antigo e Procurador que já o fuy e prezidente o anno passado se sirvão de me aceitar ficando eu em tudo pronto para servir a V. M.^{cos} cujas pessoas Deos guarde muitos annos. Damão 22 de setembro de 1775. De V. M.^{cos}, Todo atento e venerador. — D. Sebastião Pahym de Mello. Ponderando esta Meza o petitorio do dito e ser elle sujeito em tudo benemerito e digno, se aceitou por commun parecer para Procurador geral e protector perpetuo desta confraria na forma do assento as fl. 25 por bem do que etc. — (a) João de Souza e mais dez assignaturas (folhas 28 do liv. respectivo).

A confraria é coeva da existencia da egreja de N. Sra. do Mar. D'esta egreja ou da antiga capella, não faz menção alguma Antonio Bocarro, no seu memoravel livro «*Plantas das Fortalezas da India*» em 1634, não obstante descrever minuciosamente este Forte. Refere-se elle apenas ao pagamento que recebia Jeronymo Gonçalves da Motta, capitão do mesmo forte, mas nada diz acerca d'um capellão ou vigario, o que nos faz presumir que o culto da S. Virgem era só promovido pela guarnição militar, antes de haver habitações dentro da fortificação. O certo é que, ao lado da capellinha

bastante escura e com pouca viração, ficava desde remotos tempos o cofre da confraria, a qual depois da constucção da egreja, fez d'ella a sua sala das sessões, como se mostra do seguinte documento.

V

Assento que se faz para se tirar o cofre da pareide do Revés
que antes servia de confraria e pôr na samchristia.

No mesmo dia do assento atras (18-1-1774), da eleição reprezentou o Ir. Tizoreiro Antonio da Trindade que *o cofre que se acha na pareide do Revés, que antes servia de confraria*, se achava, no que parecia, por detras e pelos lados quazi podre, polla umidade da pareide e que por esta razão em decurso de hum ou douos annos apodrecia tudo quanto hera papel que nelle se metia de obrigaçõens e chitos para divisa dos penhores, linha e seda com que elles se amarravão e que já custava muito abrir-se e fechar-se porque com a dita umidade ficava as taboas delle imchadas e sentia grande detimento a respeito das chaves do dito Revés que não ficava com elle e que assim era conveniente se tirasse daquelle lugar. Ponderando esta Meza as referidas razoens e outras muitas que expos e escogitando lugar seguro para se pôr o dito cofre (na caza nova pelo detimento e indecencia de estar entrando e sahindo pela Igreja os que continuamente vem empregar, principalmente gentios) se assentou, se fizesse hum caixão forte a direcção do dito Rdo. Padre Vigario com tres chaves para servir de cófre e que este se puzesse na samchristia. Assentou-se tambem se

fizessem dous caixõens grandes das taboas que para este fim se rezervarão da obra da porta principal (da Egreja) visto serem precizos para nelles se guardarem a armação e mais roupas e preparos desta confraria o que o dito Ir. Tizoreiro comcorra com as despezas necessarias para a factura de todas tres e para alguma madeira mais, quando seja necessaria e de como assim se assentou se fez este etc. — (a) Manoel Nunes de Nazareth e onze assignaturas.

O documento que segue, mostra que os soldados do forte de S. Jeronimo fôram os maiores bemfeiteiros da confraria de N. S. do Mar.

(Continua)

Damão.

A. F. MONIZ.

A POESIA TAMUL, O REV.^o PADRE BESCHI E O TEMBAVANI (¹)

A poesia tamul



parte da litteratura e das sciencias que os indios em geral e os tamulenses em particular têm melhor cultivado é, sem duvida, a poesia ; e pode-se affirmar que o conseguiram muito mais do que geralmente se pensa. A sua poesia offerece grandes bellezas e particularidades dignas de attrahir a attenção de todos os curiosos, e sobretudo a dos philologos e sabios.

Durante muitos seculos, só a poesia era considerada na India como digna de exprimir os pensamentos dos homens de letras ; só ella era empregada, ao menos principalmente, em todos os escriptos de qualquer importancia. As obras de religião, as lendas das divindades mythologicas da India, os preceitos de grammatica, de medicina e d'outras sciencias,

(¹) Excerpto d'um folheto em francez, intitulado *Notice sur la poésie tamoule, le Rev. P. Beschi et le Tembarani.*

até os vocabularios foram primitivamente escriptos em verso; e, durante um longo periodo de seculos, qualquer autor se julgaria humilhado e aviltado, tomando a prosa por meio principal de communicar a sua erudição aos seus contemporaneos e á posteridade.

Por muito tempo tambem o favor dos reis do paiz animou e estimulou o talento e a emulação dos poetas, que muitas vezes se ocuparam em celebrar-lhes os seus louvores.

Durante os seus reinados, as academias indianas não ajudaram menos a sustentar e cultivar a poesia, assim como a perpetuar-lhe as producções.

A belleza da poesia tamul foi pois, sem duvida, um attractivo poderoso para os sabios do paiz e sobretudo para aquelles que eram dotados de algum talento poetico. Porque, não se pode discrepar, que ella não tenha elegancia, harmonia, concisão, variedade e força. Feita essencialmente para ser cantada, ella o é pelo poeta que a compõe e pelos amadores que a lêm. A expressão de cantar versos traduz esses dois sentidos, e uma simples recitação de versos tamues não satisfaria nem o leitor, nem o auditorio.

O que resulta da harmonia e da variedade da poesia tamul é que ella faz cadencia em syllabas longas e breves, que, dispostas symmetricamente entre si, dão um grande numero de pés diversos. Esses pés têm, todos, seus nomes proprios, tirados geralmente de arvores e que se marcam a quantidade precisa. Assim o *Têma* é um espondeu, e o *Côuvoulam* é um dactylo pela quantidade, sendo, ao mesmo tempo, os nomes destes pés em tamul.

Dividem-se os pés tamues em cinco classes; a primeira que é pouco usada, encerra duas especies de pés: um longo e dois breves. Um acrescentamento d'um *ou*, no fim d'esses pés, forma dois outros que se reunem á mesma classe. A segunda encerra quatro pés; a saber: um de duas syllabas longas, um de duas breves e d'uma longa, um de quatro breves e o ultimo d'uma longa e de duas breves. A addição d'uma syllaba longa a cada um desses pés forma os quatro pés da 3.^a classe; e a addição de duas breves, os da quarta. Forma-se a quinta classe, dobrando a quantidade de cada pé da segunda classe e ajuntando esta mesma quantidade a cada um dos outros pés da mesma classe, o que faz ao todo 32 pés, dos quaes, é certo, só dezeseis são d'um uso commum. Mas, que variedade e que cadencia harmoniosa esses dezeseis pés combinados de diferentes maneiras não devem dar á poesia? Esta combinação varia segundo o genero de poesia, e dahi tira o seu nome.

A poesia tamul não permite separar as palavras em pés diversos, ao passo que admite em um mesmo pé muitas palavras, o que é uma tarefa ardua para o poeta. Todavia as terminações dos verbos e as dos nomes não ficam comprehendidas n'esta regra, mas são consideradas como palavras differentes.

As especies do verso são tambem mui variadas e tomam nomes diversos, segundo o numero de pés que elles contêm. Ha versos de 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, ou mais pés.

A poesia tamul exige ou admite muitas especies de rimas. A mais vulgar e a mais indispensavel é a que se chama *Edougei*. Essa rima cás sobre a segunda letra do verso, que deve ser a mesma, ao menos pela consoante,

e da mesma quantidade que a de verso ou de versos, com a qual ella deve rimar. Disse ao menos pela consoante, porque, em tamul, a vogal juntando-se á consoante e não fazendo geralmente senão um unico som com ella, poderia parecer, á primeira vista, que não é a mesma letra e que a rima está falsa. Assim *ra*, *ri*, *rou* podem rimar juntos. Essa rima exige ainda que a primeira letra do verso seja da mesma quantidade dos versos correspondentes, ainda que diferente pelo som. A rima torna-se mais rica, se se junta muitas letras, ou mesmo palavras inteiras que rimam juntamente; o que acontece muitas vezes em Beschi. De ordinario os versos tamues rimam dois a dois, ou, o que é ainda melhor, quatro a quatro.

Além disso, ha em tamul uma outra especie de rima chamada *Monei*; consiste em que a letra, pela qual principia o verso, se repita na cesura do mesmo verso ou um outro qualquer pé. Se apparece no começo de muitos pés, produz mais graça no verso. Os poetas tamues conhecem tambem a rima no fim do verso, como em francez; mas pouco a apreciam e raras vezes a empregam.

Entre as diversas especies de poesias tamues, a mais difícil e a que tem mais valor, é a que se chama *Vembai*. Vistas as difficuldades numerosas que apresenta, chama-lhe *o tigre dos poetas*. Ha d'ella diferentes especies e as estrophes de todas estas poesias se combinam ainda entre si de muitos modos. Uma das combinações mais usadas, e que se emprega sobretudo nos grandes poemas, é a que se chama *Virouttam*. Compõe-se de estrophes de 4 versos. Ordinariamente, uma serie de cerca de 10, 15 ou 20 estrophes, segue a mesma caden-

cia; pois a medida, a apparencia e muitas vezes até o numero de pés mudam.

Alem de que a multiplicidade das regras da poesia tamul a torna difficult, ella o é ainda porque exige, mais do que em muitas outras linguas, elegancia nas expressões, grandeza e delicadeza nos pensamentos, variedade e riqueza nos diversos atavios poeticos.

Constrangido por tantas regras tão complicadas, o genio do poeta devia achar na riqueza da lingua e nas liberdades poeticas uma especie de compensaçao; e é o que subministraram a lingua tamul e sua prosodia.

A lingua, ao menos pelos assumptos geralmente tratados pelos poetas, é mui rica em expressões. Uma multidão de synonyms se apresenta ao versificador com uma quantidade metrica diversa e lhe dá por onde escolher. O tamul não é menos rico em terminações variadas por cada caso dos nomes e por cada pessoa, modo, participio etc.... dos verbos. Grande numero de liberdades poeticas auxiliam tambem a tirar de embaraços. Apezar de que ao poeta é livre empregar ou sugeitar as terminações dos nomes, e de fazer servir o nominativo para qualquer outro caso e os tempos dos verbos, uns aos outros, elle pode, ainda que raras vezes, trocar uma letra por outra sem contar as mudanças frequentes que exige a ortographia tamul, e até fazer syncopes ou abreviações, no começo, no meio ou no fim das palavras. Pode tambem, de vez em quando, servir-se de algumas palavras ou particulais para enchimento.

E' facil presumir que esta multiplicidade de liberdades poeticas, de synonimos e de terminações diversas, junto com a grande quantidade de significados que tem a maior

parte de expressões poeticas, torne a poesia tamul difficult de comprehendendo e mesmo, algumas vezes, muito obscura. A moda tem augmentado a difficultade; o bom tom tem querido que as bellas poesias vão além do alcance do vulgo, e um bocado de poesia que fosse comprehendido por todo o mundo attenuaria muito o valor dos poetas. Todas essas causas reunidas têm feito da lingua poetica uma lingua differente da linguagem ordinaria. Assim, distingue-se o tamul elegante ou poetico do tamul barbaro ou vulgar; e tal é a diferença que aquelle que, por exemplo, não tem estudado senão este ultimo, não entende quasi nada de poesias tamues, como um francez não entende o latim ou o inglez, se não tiver aprendido essas linguas.

Todavia como é preciso ser comprehendido, para conseguir o apreço e o gosto, uma traducção em prosa ou um commentario vem ordinariamente, ao menos para as grandes poesias, dar a intelligencia do verso ao commum dos leitores. Essa traducção, que se chama *Ourei*, segue depois de cada estrophe e algumas vezés é acompanhada d'uma outra traducção scita palavra por palavra.

Muitos poetas têm illustrado a poesia tamul pela belleza de seus versos; alguns ao menos, de tempos em tempos, pela sublimidade de seus pensamentos e riqueza do seu genio. Ha entre estes mesmos taes que, pouco evados de absurdos e da corrupção do paganismo, têm dado, em versos admiraveis, preceitos dignos da pureza do Evangelho. A' sua frente vem o que é conhecido sob o nome famoso de *Tirouvalouver*, denominação que testemunhando a baixeza de sua origem, a releva pelo epitheto de divinó e supre o seu verdadeiro nome que é des-

conhecido. Sua irmã, tambem pela elegancia de muitas sentenças moraes escriptas em alegres versos, tem merecido o titulo de matrona em substituição do seu nome que ficou tambem ignorado.

Mas, é preciso confessal-o, a maior parte dos poetas tamues têm aviltado a divindade e corrompido a religião e a moral dos povos que têm encantado pela belleza de seus versos. Primitivamente, attendendo á liberdade poetica, personificaram os elementos, os planetas e mil outras cousas semelhantes ; depois, deificando-os e considerando n'elles os attributos essenciaes da divindade offereciam-lhes louvores e homenagens que não convém senão ao Deus unico. Em seguida, divinizando os reis e os heroes que cantavam, assim como suas esposas e concubinas, têm criado divindades sem numero, que a liberdade de seus costumes, suas guerras e dissensões, suas faltas e mil outros defeitos degradam até em seus versos. E, sem embargo d'isso, tal é a cegueira e a corrupção do homem, ao menos na India, que, tomando todas as ficções e sonhos dos poetas por verdades, têm adorado e ainda adoram semelhantes divindades, ainda que aquelles que os imitam em suas desordens, sejam sempre mais ou menos vilipendiados do publico; muitas vezes tambem o bom gosto tem sido posto de parte nas poesias indianas. Apaixonados em extremo pelo que é maravilhoso, os poetas fazem quasi sempre gigantes taes, que, a calcular mathematicamente, sua cabeça passaria além da altura das regiões aerias, que dão ao seu imperio, e que geographicamente o paiz que tem sido seu reino ou o theatro de suas façanhas, não lhes forneceria o espaço d'un passo ou dois. Em suas narrações, o mara-

vilhoso não é muitas vezes senão um delirio de imaginação que excede todos os limites do possivel, do verosimil e do bom senso; assim, diz-se que n'uma guerra com os gigantes Siva serviu-se da terra para seu trem, de Brahma (um dos tres principaes deuses da India) para cocheiro, dos Vedas (livros sagrados) para cavallos, de *Vichnu* (um outro dos tres principaes deuses indios) para frecha, da montanha chamada o grande Merou para arco, da serpente de mil cabeças para corda, e que com taes armas desafiou os gigantes. Ha no mundo phantasias mais extravagantes?

O rev.^o Padre Beschi

Constancio José Beschi nasceu em Italia no anno de 1670, e tendo ahí feito brilhantes estudos, entrou na Companhia de Jesus e foi mandado ás missões da India, onde chegou em 1700. Bem depressa manifestou um ardor, uma applicação infatigavel ao estudo das linguas da sua nova patria, cujos costumes e usos civis tambem tinha adoptado. Aprendeu, ao que parece, o sanskrito e o telinga, mas avantajou-se sobretudo em tamul. Não contente de estudar o tamul ordinario, estudou com assiduo cuidado o alto tamul e applicou-se de tal modo á leitura dos poetas os mais famosos n'esta lingua que logo se familiarisou com a respectiva poesia. Dotado de um genio superior, teve o raro contão de fazer brilhar, em suas numerosas poesias, todas as bellezas e as riquezas da versificação tamul e de evitar os seus maiores defeitos. Deixou muitas poesias, todas geralmente bem apreciadas. Traçou tambem com mão de mestre as regras da alta lingua e da poesia tamul, em uma grammatica toda tamul, admirada dos sabios. Enriqueceu o paiz e sobretudo os

poetas, com um diccionario quadruplo, de que uma parte lhes é destinada e lhes fornece as rimas. Além disso, occupou-se em iniciar os obreros evangelicos no estudo da lingua vulgar por meio de grammaticas e diccionarios abreviados, feitos por elle e a compôr muitas outras obras tamues uteis á religião e a sciencia. Mas é sobretudo o seu poema epico, intitulado *Tembavani*, que tem feito a sua reputação, sendo ainda admirado tanto pelos gentios como pelos christãos.

Tantos trabalhos litterarios e obras de valor grangearam ao autor, mesmo em sua vida, um grande renome e lhe valeram a honra de ser chamado na corte do Nababo de Trichnopoly para ser seu primeiro ministro. No meio d'estas honras e da concomitante pompa, não esqueceu os interesses da religião, nem os seus trabalhos litterarios. Trabalhou constantemente na propaganda da fé, boa ou má fosse a sua fortuna. Não sobreviveu senão dois annos á queda do Nababo; depois de 42 annos de trabalhos apostolicos na India, morreu em 1742 em Manapadou, burgo situado ao sul da peninsula, á beira do mar, fronteiro á ilha de Ceylão.

O Tembavani

O poema é admiravel de elegancia e pureza de estylo, de riqueza de rimas, expressões e *tournures*, d'uma variedade e harmonia nas cadencias e melodias. Seus versos são de mel; são tão harmoniosos, que mal se pode lê-los sem os cantar. Segundo a dupla etymologia do nome tamul deste poema, *Tembavani* é verdadeiramente uma grinalda de flores que não murcham, ou uma serie de poesias de mel.

Esta obra é composta de estrophes de 4 versos, observando-se n'elles, como em tudo o que não é cívado do paganismo, as regras da poesia tamul. Encerra 3615 estrophes, o que dá 14460 versos, numero bem superior aos da Encida de Virgilio. Não se encontra em seus versos essa monotonia do poeta latino, cujos versos acabam, todos, em dactylos e espondeus, sendo sempre hexametros, nem essa outra monotonia, produzida pela uniformidade de medida, que em balde se procura resgatar por diversas bellezas, em muitos generos de poesias francesas.

O poeta aqui varia o tom, assim como o numero e o genero dos pés de seus versos, com o assumpto que trata. Ora nos versos de 6, 7 ou 8 pés, falla com uma gravidade imponente, ora nos versos de 3, 4 ou 5 pés dá á sua narrativa uma rapidez e uma graça surprehendentes.

N'estes diferentes tons se reunem relações symetricas com a variedade. Os 12 pés. de que se compõem os versos dos grandes poemas, se dividem em 5 classes, designadas pela desinencia de seus pés. Uma d'estas classes encerra 4 pés diversos. As outras 4 encerram cada uma, dois; isto é, esta nova classificação adopta, entre as classes de pés, de que viemos falando atrás, a 3.^a intacta e a 2.^a como a 4.^a, subdividindo-se cada uma em duas, segundo a sua desinencia.

Todas as estrophes que pertencem ao mesmo tom, têm em todos os seus versos, na mesma ordem e em numero igual, pés das mesmas classes. como os do primeiro verso desse tom. Aqui existe, é verdade, uma grande uniformidade na medida, sobretudo no sim dos pés. Mas, podendo a medida do comêço de cada pé ser diferente, a variedade se junta á uniformidade e faz uma symetria perfeita. Assim,

onde ha um pé de 2 longas pode vir geralmente nos outros versos duas breves e uma longa ; onde se acha um pé de 3 longas, pode vir um de 2 breves e 2 longas ou de 4 breves e d'uma longa, 2 breves e uma longa e assim outras. Além disto, esta symetria varia em quasi todas as 10, 15 ou 20 estrophes, como já temos dito atrás. Às vezes ha series de estrophes em que o mesmo pé reapparece no mesmo logar em todos os versos, o que dá um tom especial.

Uma outra particularidade, muito surprehendente, que se nota n'esse poema e que pareceria um *tour de force* gigantesco em poesia, é que series de mais de 10, 15, ou 20 estrophes (o que faz series de mais de 40, 60 e 80 versos) podem se escandir e cantar de dois, tres ou mesmo quatro modos. Comtudo, a sua medida não comporta menos pureza, e, algumas vezes, d'un limite ao outro, os pés que se formam escandindo d'un modo, são muito diferentes dos que se formam escandindo d'un outro modo. São comtudo mesmas as palavras, mesmo o sentido ; e muitas vezes essas diversas manciras são igualmente tão claras e tão naturaes, que é difficil determinar se o poeta teve no seu espirito uma de preferencia á outra, ou se as teve todas igualmente em vista. O que dá logar a esses differentes modos de escandir, é que uma breve de sua natureza pode em certos casos, por posição, contar-se por uma longa ; e uma longa por uma breve, se ella se junta a uma outra breve por natureza, para formar uma dupla syllaba metrica. D'ahi succede, por exemplo, que dois pés, cujo primeiro é de duas breves e uma longa, e o segundo d'uma longa e duas breves formam conjuntamente um pé de seis breves, resultando d'aqui que a lon-

ga do primeiro pé seja breve de sua natureza e longa por posição. Parecerá sem duvida admiravel e quasi prodigioso que em tão longas series de versos, similhantes syllabas venham sempre no mesmo lugar, sem detimento do sentido, do rendilhado de phrases e da belleza dos versos. E isso quando o metrificador está constrangido por uma multidão de regras, que não lhe permitem o emprego de todas as especies de palavras. Não é senão um poeta de genio secundo e que se tornou senhor de todas as riquezas da lingua tamul, que pode fazer similhantes combinações. Ali, onde elle não as fez, onde se sustentou de cantar com um mesmo tom, procuraria em vão escandir de diferentes modos ; encontrar-se-ia irresistivelmente detido logo nos primeiros versos, até que se ganhe a maneira de escandir o tom que tenha adoptado.

O assumpto do poema não é menos bello, nem menos rico do que a poesia que n'elle se admira. O poeta tem tomado por heroe S. José. Ora, sabe-se que á historia d'este grande santo se liga naturalmente a da Santissima Virgem, a que o autor soube ainda juntar a historia dos principaes acontecimentos do antigo e do novo Testamento ; tambem o seu assumpto é dos mais interessantes. As maravilhas que o Senhor se dignou obrar pela salvação dos homens, o grande acontecimento da incarnação do Filho de Deus e da redempçao do mundo, em que S. José e a Santissima Virgem figuraram d'uma maneira admiravel e ao qual se liga o conjunto do antigo e do novo Testamento, proporcionaram ao seu genio secundo uma ampla materia. Assim o essencial do seu assumpto e os principaes factos, que se descrevem, são tirados dos livros santos.

Narra tambem muitas outras particularidades, tomadas, como elle proprio diz, ás revelações feitas pela Santissima Virgem á irmã Maria d'Agreda. Sem duvida, usou tambem da liberdade, dada aos poetas, de embellezar, de ampliar e mesmo de tornar maravilhoso tudo o que tratam; mas, serviu-se d'isso com moderação não saindo quasi dos limites do possivel e do verosimil. Além disso, o seu assumpto é de per si admiravel. Assim, bem que o poema seja historico no fundo, uma multidão de detailes pertencem ao genio do poeta; e, sem duvida, bem empregado é o uso da liberdade, que tem geralmente os autores de poemas épicos, de dar ás suas narrações todos os atavios, que julgam convenientes.

O poema divide-se em 32 (*sic*) cantos, além do preambulo. Segundo o costume dos poetas indios, no primeiro canto o autor dá a descripção do paiz, que foi o theatro dos acontecimentos que refere perfuntoriamente; e no segundo, a descripção da capital d'esse paiz. Seguramente deve-se esperar d'un poeta uma descripção mais poetica do que geographica.

- 1.^º canto — Descripção da Judéa.
- 2.^º » — Descripção de Jerusalém.
- 3.^º » — Nascimento de S. José.
- 4.^º » — Grandezas do Menino.
- 5.^º » — Casamento santo e virginal.
- 6.^º » — União de duas especies de virtudes.
- 7.^º » — Duvida que sobrevém.
- 8.^º » — Duvida dissipada.
- 9.^º » — Alegria de S. José.
- 10.^º » — Nascimento do Menino Deus.
- 11.^º » — Manifestação do Menino Jesus.

12.^o » — Apresentação no templo.
 13.^o » — Fugida para o Egypto.
 14.^o » — Grandezas do Deus Menino.
 15.^o » — Victoria de Josué.
 16.^o » — Victoria de Gedeão.
 17.^o » — Chegada a Gaza.
 18.^o » — Vista do monte Sinai.
 19.^o » — Entrada no Deserto.
 20.^o » — (¹).
 21.^o » — Virtude concedida a um tanque.
 22.^o » — Chegada ao Egypto.
 23.^o » — Conselho dos demonios.
 24.^o » — Derrota dos espiritos infernaes.
 25.^o » — Mortandade dos Innocentes.
 26.^o » — Grandezas de João Baptista.
 27.^o » — A Instrucção.
 28.^o » — Conversão do guerreiro Vamen.
 29.^o » — Prosperidade da religião.
 30.^o » — O regresso do Egypto.
 31.^o » — O Menino perdido e achado.
 32.^o » — As prophecias.
 33.^o » — A doença de S. José.
 34.^o » — José em embaixada ao limbo.
 35.^o » — A Resurreição.
 36.^o » — Coroação de S. José. (²)

Trad. de

AGOSTINHO DE SOUSA.

(¹) Falta uma pag. onde devia estar a epigraphie d'este canto.

(²) Aqui termina a pg. 78 do exemplar que temos á mão.

DIALECTO INDO-PORTUGUEZ DE CEYLÃO

SANTA VIA CRUZ ⁽¹⁾

Offerecimento

O JESUS! nossa adoravel Salvador, olhá nós prostrando perto tua pés, implorando tua misericordia por nós mesmo, e por os almas de todo defunctos. Concedê per applicá por nós o infinito mercimentos de tua sagrade paixão, sobre que nós agora tem preparado par meditá. Ajudá per nós n'este hora que nós te marchá ne caminho de chôro e lagri ⁽²⁾, porque nossa coraçãos pôdê ficá tocada cum contrição e repentação ⁽³⁾, que nós pôdê ficá preparado par recebê cum allegria todo o perigos e suffrementos e humilliações d'este nossa vide. — Amen.

(1) Exercicio de «Via Sacra», conforme é rezado às sextas-feiras da quaresima nas igrejas catholicas de Colombo.

(2) *Lagri*=lagrimas.

(3) *Repentação*=arrependimento.

V. Tu lô abrí meu besos (¹) O Sinhor.
 R. E meu boca lo proclama tua lovour.
 V. O Deos, ví para minha júda.
 R. O Senhor, fazê présta par judá parmi.
 V. Glória ao Pai, ao Filho, e ao Espírito Santo.
 R. Como era ne principio, agora, e sempre, e cada
 sempre (²). Amen:

Primoira Estação

Sinhor Jesus condemnado per morte

V. Nós te adorá ti, o Christo, e nós te benzê ti.
 R. Porque tu ja resgetá o mundo cum tua Santa
 Cruz.

LARGANDO caza de Cáiphas, onde elle tinha blasphemado, e o caza de Herodas, onde elle tinha desprezado, Jesus tem levado diante de Pilatos ; sua costa foi rasgado cum pancadas, sua cabeça coroado cum espinhos, e elle quem ne lasta dia (³) lô julgá os vivos e mortos, tem elle mesmo condemnado per hum desgraçado morte.

ORAÇÃO

Tem por nós que tu ja suffrí. O beneditto Jesus !
 tem por nossa peccados que tu ja ficá condemnado per morte. Oh ! ajudai nós que nós podê burse (⁴)

(¹) *Meu besos* == meus beiços.

(²) *E cada sempre* == seculos dos seculos.

(³) *Ne lasta dia* == no dia final, juizo universal.

(⁴) *Nós podê burse* == nós possamos aborrecer.

todo nossa peccados de fundu de nossa coraçaõs, — e
d'este repentaçao recebê tua misericordia e perdão.
— Amen.

ACTO DE CONTRIÇÃO

Arrepêndê peccadors de multidão de tua gravies
peccados, para serem commettido contra nossa aman-
tissimo Jesus.

- V. *Dizei*, Senhor pequei,
- R. Tenha misericordia de mi.
- V. Peccamos, e de que nós péza.
- R. Tenha misericordia de nossotros.

Bemditto, e louvado seja o paixão e morte de Nossa
Redemptor, Jesus Christo, e a limpa conceição de
Nossa Sinhora Virgem Maria, concebido sem peccado
original desde o primeiro instante de seu ser.

- Pai Nossa, Ave Maria, e Gloria Pai.
- V. Sinhor tenha misericordia de nós.
- R. Tenha misericordia de nós.
- V. Deixá o almas de Prugatoria pela misericordia
de Deos discansá ne paz.
- R. Amen.

(Quando te passa de hum pintura para outro
o seguente versos miste fica cantado,)

- Junto de o Cruz doloroso (¹)
- Impê o Mäi continualmente,
- Olhando o Filjo agonisante.
- R. Sancta mai, impressá fundo
- Com terno e bom effeito
- Esse divino chagas ne meu pêto.

(¹) *Stabat Mater dolorosa*.

Segunda Estação

Sinhor Jesus te recebè o Cruz

V. Nós te adorá ti, &c.

R. Porque, &c.

HUM pezado cruz foi guardado sobre o chagado
hombros de Jesus. Elle te recebè este cum brandura,
ainda cum hum segredi allegria, porque o cruz, tendo
o instrumento cum que elle tem per regetá o mundo.

ORAÇÃO

O Jesus! cum virtude de tua cruz, ajudai que nós
podê abarçá cum brandura e cum allegre obdiencia
os difficuldades d'este nossa vide e tambem ficá pre-
parado sempre per tomá nossa cruz e segui trás de
ti. — Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Ave Maria, Gloria
Pai. &c.

V. Sua alma eternecido

Tinha gemê trespassada

De tormentado dor de agudo ispada.

R. Sancta Mai, etc.

Terceira Estação

Sinhor Jesus te cai primeira vez cum pézo de Cruz

V. Nós te adorá ti, &c.

R. Porque, &c.

INCLINADO cum pézo de cruz, Jesus te marchá bran-
domente ne sua caminho per Calvario enter os zom-
bárias e injurias de multidão. Sua corpo tinha car-

sado cum agónia ne horta de Gethsemáni; elle tem
enchido cum pancadas e chagas; sua fôrça te faltá
per elle, e te caí ne chan cum o pézo de cruz.

ORAÇÃO

O Jesus! quem per nossa peccados já cartá (¹) o
grande pézo de cruz, e ja caí ne chan d'este pézo,
deixá o lembrança de tua padiçementos fazê viziá (²)
per nós sobre nós mesmo, e livrá per nós sem caí ne
grandi peccados. — Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Ave Maria, Gloria
Pai, &c.

V. De o unigenito Filjo,
 Oh qui triste e qui afrito
 O morti perto oljando o Mai bemditto.
R. Sancta Mái, etc.

Quarta Estação

Sinhor Jesus fol ascertado de sua Santa Mái

V. Nós te adorá ti, &c.
R. Porque, &c.

AINDA pezado cum sua cruz, e ferido mais cum sua
caida, Jesus te marchá ne sua caminho. Elle tem
ascertado de sua Bemditta Mái. Que hum ascertainmento
mistia tinha aquel! Que hum espada de dor lôdiá

(¹) Já cartá = acarretou.

(²) Fazê viziá = fazei vigiar.

feri⁽¹⁾ o coração d'este Māi! Que mistiá⁽²⁾ tinha o
sintimento de aquel filho per sua Santa Māi.

ORAÇÃO

O Jesus! pela tristéza que tu ja senti por sua Bem-ditta Māi, tenha misericordia per nós e dá per nós hum quinhan ne intercessão de ella. O Bemditta Maria, muito afflictado māi intercedê per nós, que, per o padiçementos de tua Filho nós podē ficá liverado de ira que tem per ví. — Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Ave Maria, Gloria
Pai, &c.

V. Sua pêto tribulado

Tinha senti dôr silenti⁽³⁾

Com o martyrio de o Filjo mais penetrante.

R. Sancta Māi etc.

Quinta Estação

Os Judeos te forçá Simeão Cyreneo par cartá o Cruz.

V. Nós te adorá ti, &c.

R. Porque, &c.

Como o fórça de Jesus te faltá e não podê marchá mais, os algózios pegando per Simeão Cyreneo te forçá per cartá o cruz de Jesus. O virtude d'este cruz ja mudá sua coraçao, e de hum serviço de obrigaçao aquel ja ficá hum mericemento e allegria.

⁽¹⁾ *Lôdiá feri* = devia ter ferido.

⁽²⁾ *Que mistiá tinha* = qual devia ter sido.

⁽³⁾ *Dôr silenti* = dor em silencio.

ORAÇÃO

O Sinhor Jesus, seja nossa meriçemento tambem per cartá tua cruz; deixá nan nós glorificá ne nihum outra cousa; per este, deixá o mundo ficá crucificado por nós, e nós por mundo. Deixá nan nós tremê de padiçementos, mas antes lô allegrá si nós pôdê contá nós mesmo digno per suffrì vidè tua santa nome (¹) — Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Ave Maria, Gloria Pai, &c.

V. Qui coração humano.

Lôdiá dessá chorá (²)

Oljando o grande dôr que Virgin oppressá?

R. Sancta Mái, etc.

Sexta Estação

Veronica te limpá o Rôsto de Jesus

V. Nós te adorá ti, &c.

R. Porque, &c.

Como Jesus te marchá ne caminho, coberto cum suor de morte, hnma santa mulheira tocado cum tristéza e marchando entre o multidão te limpá sua rôsto cum hum lenso. Como hum recompensa por o devocio d'este santa mulheira o imajo de sagrada rôsto de Jesus foi milagrosamente impressado sobre este lenso.

(¹) *Vidè tua santa nome* == por seu santo nome.

(²) *Lôdiá dessá chorá* = deixaria de chorar.

ORAÇÃO

O Jesus! deixá o contemplação de tua padicementos fazê sintí ne nossa coraçôns hum grandi tristéza por ti. Deixá nós burse nossa peccados e juntamente possibê⁽¹⁾ ne nossa coraçâo hum mais fervente amor por ti. Deixa tua imajo fica impressádo ne nossa sintidos, ataque nós transformado para tua semelhança! — Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Ave Maria, Gloria
Pai, &c.

V. Quem podê pará dôr
Oljando o Mâi trespassado
Ne tormento do Filjo atormentado?
R. Sancta Mâi, etc.

Setima Estação

Jesus te caí segunda vez

V. Nós te adorá ti, &c.
R. Porque, &c.

O dôr de sua chagas, e o falta de sua sangue círsentado par cada hum páso⁽²⁾ ne sua caminho, e n'este modo faltando sua força Jesus te caí ne chão segunda vez.

ORAÇÃO

O Jesus! caindo tórnâ cum o pézo de nossa peccados, e de tua padicementos per nossa peccados. O

(1) *Juntamente possibê* = Juntamente possuir.

(2) *Par cada hum páso* = por cada passo.

Jesus ne quanto casians (¹) nós tem dado dôr par ti cum nossa continual peccados. Oh! deixá nós murrê doque lô offendê ti tórná cum nossa peccados.—Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Ave Maria, e Gloria Pai, &c.

V. Per pecados de seo gente
Já oljá que o Crucificado
Ló morrê çoitado, dispedassado.
R. Sancta Mäi, etc.

Oitavel Estação

Mulheiras de Jerusalem te lamentá por Jesus

V. Nós te adorá ti, &c.
R. Porque, &c.

ALHUM santa mulheiras de Jerusalem, quem tinha ne multidão olhando o padicementos de Jesus ja sintí piedadi, e ellotros já ficá triste e publicamente ja lamentá por Jesus sabendo o couzas que tinha per susdê sobre Jerusalem, viddèque de rejectação (²) de elle, virando per ellotros te conselá fallando «Filhas de Jerusalem nan chorais sobre mi mas chorais sobre vós e vossas filhos.»

ORAÇÃO

O Senhor Jesus! nós te lamentá e lô lamentá, ambos por ti e por nós mesmo; por tua padecimentos e per nossa peccados que tinha causador. Oh! ensiná

(¹) *Nem quanto casians* = em quantas occasiões.

(²) *Videque de rejectação* = antes da resurreição.

por nós per lamentá que nós podê ficá confortado e escapá aquell temoroso julgamento preparado per nós todos quem te negá e disemportá ti n'este vide.—Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Ave Maria e Gloria
Pai, &c.

V. Oljando ne cruz pindurado
Murré o Filjo amado
Triste e abandonado e ignominiado.
R. Sancta Mäi, etc.

Nona Estação

Sinhor Jesus te cai treceira vez cum pézó de Cruz

V. Nós te adorá ti, &c.

R. Porque, &c.

JESUS vindo perto o altura de Calvario, mas antes que elle lôdiá chegá o lugara onde elle tinha per ficá crucificado, faltando sua fôrça te caí ne chan trezeira vez, per ser tórná rastado (¹) e atormentado de cruel soldados.

ORAÇÃO

O Sinhor Jesus! nós te rôgá ti que pera merecimentos d'este tua treceiro caida per perdoá nossa frequente recaida ne peccados, e tambem nossa continuaçãos ne peccados; e deixá o lembranç d'este tua

(¹) *Per ser tórná rastado* = por ter sido arrastado de novo.

padiçementos fazê per nós bursê nossa peccados mais e mais. — Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Ave Maria, Gloria
Pai, &c.

V. Dôce Mai, moito amoroso,
Assi vós chorá justamente
Fazê descê de minha aljos agua como de fonte,
R. Sancta Mai, etc.

Dezima Estação

Sinhor Jesus foi despido de sua vistamento

V. Nós te adorá ti, &c.

R. Porque, &c.

VINDO em lasta per lugara de sacrificio, os Judeos ti prepará per crucificá o Sinhor; sua vistamento foi rancádo de sua sanguentado corpo; e elle, o santo dos santos, tem impido (⁴) por o publico admiração de injuriadors e hum cruel multidão.

ORAÇÃO

O Sinhor Jesus! tu ja suffrí este vergonha por nossa muito vergonhoso feitos. Nós te rogá ti, per despi nós de todo falso vergonha, fantasia, e subérba, e fazê humilhá nós mesmo cum nossa vontade n'este vide, que nós pôdê ficá escapado de eterno ignominia ne mundo que tem per vi. — Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Ave Maria, Gloria
Pai, &c.

(⁴) Tem impido = estava de pé.

V. Pelo Christo que mi amá
 Fazê que ferventemente
 Minha oraçan se abrazá com fogo vivente.
 R. Sancta Māi, etc.

Undezima Estação

Sinhor Jesus foi pregado ne Cruz

V. Nós te adorá ti, &c.
 R. Porque, &c.

O CRUZ foi guardado ne chan, e Jesus tem estendido sobre sua cama de morte. Ne huma e mesmo hora, elle te offerçê o quebrado membros de sua corpo per sua celestíoso Pai em benefiço de peccamínoso homi. e per sua temoróso algózios per ser pregado de ellotros per o ignominióso pau. O pancadas foi dado ! e o sangue foi esguichando ! (¹)

ORAÇÃO

O Jesus ! pregado ne cruz, mará nossa coraçaõs tambem per aquel, que ellotros pôdê ser juntado per ti ataque o morte lô separá per nós cum sua fatal pancada, e cum nossa lásta fólga que nós pôdê entregá nossa almas per ti. — Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Ave Maria, e Gloria Pai, &c.

V. Sancta Māi, impressá fundo
 Com terno e bon effeito
 Esse divino chagas ne meu pêto.
 R. Sancta Māi, etc.

(¹) *Esguichando* = escorrendo.

Duodezima Estação

Sinhor Jesus te murrê sobre o Cruz

V. Nós te adorá ti, &c.

R. Porque, &c.

DURANTE e tres horas Jesus tinha pindurado cum sua trespassado mans, sua sangue foi vazando ne correntes, de sua corpo, cum que o chan tinha mujado (¹); e ne meio dc grande padecimentos elle ja perdoâ sua mattadors ja primitê o allegria de reino de çeos per o bom ladran, e ja entregá sua Bemditta Mâi e sua amado disciplo per cuidança de huma e outro. Todo temi consummado, e baixando sua cabéça elle ja offerçê sua espirito.

ORAÇÃO

O Jesus! nós devotamente te abarçá aquel honrado cruz, onde tu ja ama nós ataque per o morte. N'este morte nós te guardá todo nossa confiança. D'este dia nós lô vivê per ti; deixá nós murrê amando ti, e ne tua sagrada brasos (²). — Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Ave Maria, e Gloria
Pai, &c.

V. De tua amoroso Filjo

Este dors que tu padecê,

Reparti com minha pêto, qui nós bem mérêcê.

R. Sancta Mâi, etc.

(¹) *Ochan tinh i mujado* = estava tinto o chão.

(²) *Brasos* = braços.

Dezima-terceira Estação

Corpo de Sinhor Jesus tem dado ne brasos de sua Sagrada Mâi

V. Nós te adorá ti, &c.

R. Porque, &c.

O MULTIDÃO já partí de alturas de Calvario, e ninguem fórda o amado disciplo e o santa mulheiras quem perto o pé de cruz te travaljá per conselá o tristéza de inconsolavel Mâi de Christo, Joseph de Arimathea e Nicodemos te tirá baixo de cruz o corpo de sua divino filho e te entregá ne sua brasos.

ORAGÃO

O tu quem sua tristéza tinha infinito como hum mára que nuntem nimito (¹) Santa Maria. Mâi de Deos, dá per nós hum quinhan ne tua muito santa tristéza ne padicimentos de tua filho, e tenha misericordia de nossa fraquéza. Recebê per nós como tua filhos juntado cum o amado disciplo. Mustrá que tu tem hum mäi per nós, e deixá Jesus tua filho, pela tua intercessão recebê nossa rôgos, quem vidè nós ja consentí per ser tua Filho. — Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Gloria Pai, &c.

V. E chorando com vossotros

Vivê sempre sentida

A morti de sua Filjo ne minha vida.

R. Sancta Mâi, etc.

(¹) *Mára que nuntem nimito* = mar que não tem limite.

Dezima-quarta Estação

Sinhor Jesus foi sepultado

V. Nós te adorá ti, &c.

R. Porque, &c.

O corpo de sua muito amado filho tem tomado de sua Māi, e tem sepultado o disciplos ne hum sepulchro novo. O Sepultura tem fichado, e n'este lugara o corpo tem sepultado atá o horas de sua glorioso resurreçāo.

ORAÇÃO

Nós tambem, o Deos, lô dissē⁽¹⁾ ne cova que hora seja que tem tua vontade, como lôtem tua vontade e que seja hum lugara conforme tua vontade. Deixá tua justo ordes fica feito, deixá nossa peccaminoso corpo retorná pir põ; mas tu, ne tua grande misericordia recebê nossa immortal almas, e quando nossa corpo lô irguí tórná guardá aquel ne tua reino, que nós pôde amá e benzê ti por sempre e sempre. — Amen.

Acto de contrição, Pai Nossa, Ave Maria, e Glória Pai, &c.

(1) *Lô dissē* = temos de descer.

V. Par companhá vós sempre
Junto de o cruz, tendo sorti.
Lamentando de o Christo o cruel morti.
R. Santa Māi etc. (¹)

Colombo, Ceylão.

B. C. TAVARES DE MELLO.

(¹) Para outras estancias do *Stabat Mater* veja-se a revista *Lusitana*, de Lisboa, vol. X, n.º 1 e 2, pgs. 120 e 121.

AS POPULAÇÕES DA INDIA



ir Herbert Risley, K. C. I. E., C. S. I., muito conhecido pelo seu relatorio do ultimo censo indo-britannico, acaba de publicar um livro sob o titulo *The People of India*, cuja noticia dada por um *Etonensis* no *Times of India* de 29 de abril passado, vamos em breves palavras resumir e offerecer aos leitores d'*O Oriente Portuguez*, pela julgarmos muito interessante.

O livro contém profundas investigações anthropologicas, e pode considerar-se o mais erudito tratado, até hoje publicado, sobre as castas e nacionalidades indianas.

O primeiro capitulo trata dos sete typos physicos em que o autor divide a população da India, em geral, pelos processos anthropometricos. Nota sir Risley a completa ausencia de dados prehistoriccos, por exemplo como os que auxiliaram os ethnologists europeus nas suas investigações da historia passada das raças occidentaes; mas não ha razões, ao presente,

para se afirmar cathegoricamente que continuas excavações, em varias partes da India, não fornecerão dados para explicar melhor o processo pelo qual se desenvolveu a estructura social da moderna India; nem faltam dados prehistoricos de tempos muito remotos. Ainda não ha muito, as praias da ilha de Bombaim e os leitos dos rios do districto adjacente de Kolaba revelaram instrumentos de pedra, provavelmente fabricados pelos homens da edade de pedra,— uma raça que foi, ao que parece, absorvida por uma tribu de aborigines do Guzerathe, e que assim se tornou a predecessôra dos pescadores kolis do littoral a oeste.

Dos sete typos, em que sir Risley divide o povo da India, o mais antigo e, por isso, a muitos respeitos o mais interessante é o dravidico, de estatura baixa, tez escura, cabeça comprida e nariz largo, sem se formar uma theoria sequer sobre a sua origem. A craniologia refuta a theoria, uma vez seguida, de serem os dravidianos da India relacionados com os aborigenes australianos, ou os negritos das ilhas Andamanes ou Filippinas, sem sugerir, contudo, outra explicando a sua origem, e obrigando-nos a contentar com a simples e indiscutivel declaração de serem elles os representantes mais antigos dos habitantes da India, de que temos conhecimento. Seria agradavel discutir se os povos dravidicos, que pelo menos ao sul da India desenvolveram uma civilisação toda sua, diferente fundamentalmente da civilisação indo-aryana, e que possuiam, segundo se crê, conhecimentos e recursos maritimos, seriam originalmente

relacionados com os primitivos habitantes da Babilónia, ou com os de Elam e paizes vizinhos. Uma extensa historia social e politica do sul do continente indiano está por escrever e, antes que isso se faça, só se podem acceitar os factos de serem os dravidianos os mais antigos habitantes da India, cuja unica herança foi o trabalho, e que out'ora occuparam uma posição social muito superior á que modernamente se acharam reduzidos.

A respeito da invasão aryana, ou antes, das duas imigrações aryanas na India, está em melhor terreno o autor, que, ajudado pelas investigações linguísticas do dr. Grierson, apresenta uma descrição interessante das mudanças climatericas na Asia central, que impelliram os chamados aryanos ao Punjab e aos terrenos pantanosos da Bengala inferior.

Seria muito para desejar se se pudesse acceitar, com igual certeza, a theoria, exposta anteriormente no relatorio do censo de 1901, da origem scythia dos marathas. Está ainda por dizer a ultima palavra sobre este interessante assumpto, da origem racial do mais conhecido povo da India occidental,—um povo que, a julgar pelos seus habitos e costumes, possue uma boa porção do sangue aborigine, sendo possível fazer-se, depois de um estudo profundo do resultado da investigação ethnographica, mais luz sobre uma theoria que, embora attrahente, não tem por base fundamentos muito seguros.

O segundo capitulo é destinado á discussão de varios typos de tribus existentes na India,—o dravídiano, o mongoloide e o turco-iraniano,—seguindo-se

lhe uma extensa exposição do muito discutido sistema de castas na India. Com uma variedade de exemplos, o autor mostra o processo pelo qual as castas da India se multiplicam constantemente, tanto que é praticamente impossível descobrir a verdadeira origem de qualquer casta e a sua exacta posição no conjunto das diferentes castas.

Assim, existe o typo da tribu que conserva o seu nome original e costumes característicos, mas modifica suas práticas animísticas mais e mais na direcção do hinduismo orthodoxo; o typo funcional; o typo sectário; o typo nacional; a casta formada pela migração, como os brahmanes nambudris do Malabar; e as castas formadas pelas mudanças de costumes, como os Ayodhya-kurmis de Behar; ao mesmo tempo, cada uma das castas pertencentes a cada um desses tipos podem, de tempos a tempos, elevar-se a uma posição social superior á dos seus primitivos princípios.

As mudanças de posição entre os hindús não são naturalmente tão frequentes como entre os mahometanos, pois a religião mais misericordiosa do Islam oferece aos desprotegidos maiores probabilidades de elevação social do que o hinduismo. O autor cita um proverbio, do norte da India, indicativo da facilidade com que um mahometano pode subir a uma escala superior,— um proverbio que tem o mesmo sentido d'um outro bem conhecido nos bazares de Bombaim: «*Man Yeli, Bap Teli, Beta Sayad Ali*»; e é devido ao crescente desejo da parte dos hindús de castas inferiores em melhorarem a sua condição, que se vêm

tantas conversões ao islamismo. As outras causas da conversão estão resumidas, como diz o autor, no proverbio — «o amor ri-se das castas» — e relacionam-se com a proibição de comidas e bebidas; e poderia acrescentar-se, o facto de uma certa classe de gente, que forma uma parte da população em todas as cidades, e cuja profissão a obriga a abandonar a casta, converter-se em mahometanos, para ter, como estes, todas as facilidades nos funeraes. O mais pobre e o mais degradado mahometano está seguro d'um enterro decente feito pela comunidade, ao passo que acontece o contrario com o hindú que tenha trazido deshonra á respectiva casta, ou que tenha sido relegado ao ostracismo.

Merece lér-se o capítulo sobre as castas, proverbios e ditos vulgares exemplificando o humor popular e crystallizando em pequenos ditos os defeitos hereditarios de certas classes. O seguinte epigramma ha de ser apreciado pelos que têm algum conhecimento da vida rural indiana :—«existem tres sanguessugas na terra: o persevejo, o brahmane e a pulga»—e aquelles que tiverem passado por um *chopda* de qualquer vani, em algum processo crime ou cível, hão de logo admittir a veracidade do dito: «o baniane escreve as suas contas em caracteres que só Deus pode lér.»

O epigramma mal poupa qualquer das classes ou castas conhecidas; o bengali civilisado é apodado de «burro oriental com zurro occidental»; e aquelles que têm seguido o andamento, ou tomado parte no recente processo contra os depositarios de um conhecido panchayat, hão de talvez admittir

a verdade contida no proverbio — «tudo é confusão (*andhyara*) n'uma casa onde se encontra um *andhyarū*»—. O autor poderia bem ajuntar a famosa historia da cebola, como um exemplo da teimosia, que caracteriza a mesma classe de conselheiros espirituais.

Os restantes capitulos do trabalho de sir Herbert Risley tratam das relações entre a casta e a religião, estabelecem comparações entre o paganismo romano e o hinduismo, pesam as forças de cada uma das religiões dominantes da India, e, após uma larga narração sobre a origem das castas, concluem com um inquerito sobre a expansão da nacionalidade indiaña. Juntam-se excellentes appendices estatísticos uteis áquelles que queiram aprofundar-se nas conclusões do autor, e uma interessante serie de photographias de varias classes inferiores, salvas e reproduzidas da ao presente rara obra de Dalton sobre a ethnologia de Bengala.

S. G.

88

ACCLAMAÇÕES DOS REIS DE PORTUGAL ⁽⁴⁾

25 julho 1139 — Alguns historiadores dizem que D. Affonso Henriques foi acclamado n'este dia no combate de Campo de Ourique; mas, só de 1140 em diante é que aparecem documentos, em que D. Affonso é tratado como rei de Portugal.

12 dezembro 1185 — Foi acclamado D. Sancho I.

27 março 1212 — Acclamação de D. Affonso II.

25 março 1223 — Acclamação de D. Sancho II.

? janeiro 1248 — Acclamação de Affonso III.

23 março 1279 — Acclamação de D. Diniz.

? janeiro 1335 — Acclamação de D. Affonso IV.

28 maio 1357 — Acclamação de D. Pedro I.

13 janeiro 1361 — Acclamação de D. Fernando.

(4) Com a devida venia transcrevemos este artigo do *Diario de Noticias*, n.º 15.251 de 6 de maio, anotando-o com as datas em que, desde o dominio portuguez, se realizaram na cidade de Goa as diferentes acclamações. (N. do D.).

6 abril 1385 — Acclamação de D. João I.

14 agosto 1433 — Acclamação de D. Duarte.

10 setembro 1438 — Acclamação de D. Affonso V.

10 novembro 1477 — Pela abdicação que D. Affonso V fez em França, é acclamado n'este dia em Santarém D. João II.

31 agosto 1481 — Pela morte de seu pac D. Affonso V, é novamente acclamado rei D. João II.

27 outubro 1495 — Acclamação de D. Manuel.

13 novembro 1521 — Acclamação de D. João III. (¹)

11 junho 1557 — Acclamação de D. Sebastião.

28 agosto 1578 — E' acclamado na egreja do Hospital de Todos os Santos, no Rocio, o cardeal D. Henrique.

19 junho 1580 — E' acclamado em Santarém o prior do Crato, D. Antonio.

24 junho 1580 — E' acclamado em Lisboa o mesmo prior do Crato, D. Antonio.

5 agosto 1580 — E' acclamado em Angra o referido prior do Crato.

16 abril 1581 — E' acclamado na Terceira Philippe I.

19 abril 1581 — As cõrtes de Thomar acclamam Philippe I. (²)

23 setembro 1598 — E' acclamado em Lisboa Philippe II. (³)

(¹) 23 de agosto de 1522, sendo governador D. Duarte de Menezes.

(²) 3 de setembro de 1581, sendo governador Fernão Telles de Menezes.

(³) Dezembro de 1599, sendo vice-rei o Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama.

18 abril 1621 — Acclamação de Filipe III. (¹)

1 dezembro 1640 — Quarenta fidalgos acclamam D. João IV.

15 dezembro 1640 — Prelados, fidalgos e ministros acclamam D. João IV.

28 janeiro 1641 — As côrtes acclamam D. João IV. (²)

15 novembro 1656 — Acclamação de D. Afonso VI. (³)

12 setembro 1683 — Acclamação de D. Pedro II.

1 janeiro 1707 — Acclamação de D. João V.

7 setembro 1750 — Acclamação de D. José. (⁴)

13 maio 1777 — Acclamação de D. Maria I. (⁵)

15 julho 1799 — Acclamação de D. João VI. (⁶)

12 outubro 1822 — E' acclamado imperador do Brazil sem renuncia ao throno portuguez D. Pedro IV.

10 março 1826 — E' acclamado rei de Portugal D. Pedro IV. (⁷)

(¹) 5 de fevereiro de 1623, sendo vice-rei pela 2.ª vez o mesmo D. Francisco da Gama.

(²) 11 de setembro de 1641, sendo vice-rei João da Silva Tello de Menezes, Conde de Aveiras. Veja-se uma noticia sobre essa acclamação, transcripta do *Diario de Noticias*, n.º 8.505, de 11 de setembro de 1889, no *Boletim Oficial* d'este Estado, n.º 108 de 5 de outubro de mesmo anno.

(³) 7 de outubro de 1657, sendo governadores Francisco de Mello e Castro e Antonio de Sousa Coutinho.

(⁴) 1.º de dezembro de 1751, sendo vice-rei o Marquez de Tavora.

(⁵) Fevereiro de 1778, sendo governador D. José Pedro da Camara.

(⁶) Abril de 1801, sendo governador Francisco Antonio da Veiga Cabral.

(⁷) 18 de outubro de 1827, sendo vice-rei D. Manoel de Portugal e Castro.

1 março 1828 — O povo acclama D. Miguel.

7 julho 1828 — Os tres estados acclamam rei absoluto D. Miguel. (¹)

30 setembro 1834 — Acclamação de Maria II. (²)

16 setembro 1855 — E' acclamado D. Pedro V. (³)

22 dezembro 1861 — Acclamação de D. Luiz I. (⁴)

28 dezembro 1889 — Acclamação de D. Carlos I. (⁵)

6 maio 1908 — Acclamação de el-rei D. Manuel II. (⁶)

(¹) 1.º de dezembro de 1829, sendo vice-rei o mesmo D. Manoel.

(²) 10 de janeiro de 1834, sendo vice-rei o mesmo D. Manoel. Existe um quadro antigo representando o acto da acclamação, a formatura das tropas etc., quadro que tem sido reproduzido em lithographia e ultimamente em photographia.

(³) 3 de dezembro de 1855, sendo governador o Visconde de Torres Novas. Orou o juiz de direito da comarca das Ilhas, servindo, ao tempo, de juiz e presidente de Relação, José de Vasconcellos Guedes de Carvalho (m. Visconde de Riba Tamega). O seu discurso publicado no *Boletim do Governo* n.º 49/55, saiu depois em fol., 4.º de 9 paginas, e provocou um artigo critico do 2.º tenente engenheiro (hoje general reformado) João de Mello de Sampayo, artigo que foi publicado em appenso, em folio de 2 paginas, ao *Boletim* n.º 51/55, e tambem em folheto, 8.º de 10 paginas.

(⁴) 15 de maio de 1852, sendo governador o mesmo Visconde de Torres Novas. Orou o presidente da Relação, conselheiro Jcão Maria de Sequeira Pinto (*Boletim do Governo* n.º 38/62).

(⁵) 28 de dezembro de 1889, sendo governador o general Vasco Guedes de Carvalho e Menezes. Esta acclamação não teve logar na sé cathedral, por estar em obras de douração o respectivo altar-mór, mas sim na egreja do Bom Jesus. Orou o presidente da relação, José Joaquim Borges d'Azevedo Ennes (*Boletim Official* n.º 139/89). A' noite foi inaugurado na sala de docel do palacio o retrato de el-rei D. Carlos, feito pelo distincto artista Adolfo Cezar Roncon, de Margão

(⁶) Em virtude das ordens ministeriales transmittidas em telegramma, foi declarado de grande gala o dia 6 de maio e fizeram-se as demonstrações festivas de estio.

Dos *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, vê-se que a camara de Lisboa já em 1385 tinha a seu cargo o deposito e guarda das chaves das portas da cidade, e o regimento dado por D. Manuel em 30 de agosto de 1502 prescreve o ceremonial da entrega das chaves aos soberanos nas suas entradas na cidade.

Em 14 de junho de 1821 determinou o senado mandar fazer novas chaves, para a solemne entrada de D. João VI em Lisboa, no seu regresso do Brazil.

Eram de prata dourada e tinham gravadas em alto relevo as armas da cidade e custaram 41\$650 réis.

Parece que estas chaves levaram descaminho, pois que em 1833 se mandaram fazer outras, para servirem na chegada da rainha D. Maria II, e que custaram 36\$000 réis, e ficaram muito deterioradas pelo incendio dos paços do concelho em 19 de novembro de 1863, estando uma perfeitamente fundida, reconhecendo-se ainda na outra o feitio.

As chaves actuaes são de prata dourada, rematando com a nau das armas de Lisboa.



NOTICIAS ARCHEOLOGICAS

Um legado do sr. Grissell

Sua Santidade o Papa acaba de receber o pequeno, mas interessante legado do sr. Hartwell Grissell, o qual consiste n'uma pagina perdida do manuscrito uncial de Bobbio, do seculo v, contendo parte d'uma carta escripta por S. Cypriano a alguns de seus discipulos, e n'uma carta autographa em inglez, escripta pelo falecido Rei de Siam a Pio ix, carta que desapparecerá mysteriosamente do Vaticano, ha trinta annos, e foi apanhada em Roma por Grissel. O portador d'estes documentos, capitão Bartle Teeling, entregou-os a Sua Santidade n'uma audiencia particular, a que assistiu mgr. Stonor.

(Do *Examiner*, de 9 de maio de 1908)



Inscrição no sino grande da egreja de Pangim

No sino grande da egreja de Pangim, lê-se em duas

linhas a seguinte inscrição que transcrevemos do jornal *A Imprensa*, n.º 29 de 3 de junho de 1871 :

*Jussu R. P. F. Josephi a S. Patricio Prioris conventus
D. N. S. de Gracia civitatis Goensis neenon labore et stu-
dio Joannis Nicolai Levachi, Regis Portugaliae tintinabulo-
rum fusoris in officina regia civitatis Ulisiponensis eastruc-
ctum. Anno Domini 1749.*

D'aqui é claro que o sino foi expressamente fundido para o convento de N. S. da Graça, dos augustinianos, de Goa. Effectivamente pertenceu a esse convento, d'onde, após a extinção das ordens religiosas, foi removido para a praça d'Agoada, sendo ahi utilizado até maio de 1871 para o relogio da torre do pharol. Cedido depois pelo Estado á egreja de Pangim, esteve por muito tempo suspenso d'uma barra de ferro sobre dois postes no principio da calçada que conduzia ao antigo cemiterio. Ahi foi inaugurado em dezembro de 1874, por occasião da festa de N. S. da Conceição, solemnizada pelo finado Aleixo Mariano de Sousa. No 1.º de dezembro de 1875 foi definitivamente collocado no campanario central em que actualmente está, *ad hoc* construído, abatendo-se a respectiva parte antiga do frontispicio, que se vê na gravura opp. a pg. 118 do tomo I do livro *A India Portugueza*, de Lopes Mendes. O serviço da collocação foi habilmente executado pelo mechanico Antonio Felix da Costa, de Siolim, ha annos falecido.

Dizia mais a *Imprensa* no citado n.º :

«Este sino é o maior que temos depois do sino grande da Sé, e dizem era o primeiro do convento de S. Agostí-

nho, sendo o segundo o do seminario de Chorão que acabou de ser vendido para a egreja de S. Lourenço».

A esse sino da egreja de S. Lourenço de Agaçaim já se fez uma referencia no *Oriente Portuguez*, vol. II, pg. 7, nota (¹).

Para completar esta succinta noticia, diremos ainda que o sino grande da egreja de Pangim fez já uma victima. Na tarde de domingo, 1.º de dezembro de 1878, quando, finda uma parte dos actos religiosos, os sinos estavam a repicar e o povo a sahir da egreja, despregando-se um parafuso, ou cousa que o valha, do sino grande, caiu e roçando pela cabeça do infeliz Caimilo Cypriano Barreto Pereira, da Raia, empregado no hospital militar, abriu-lhe uma profunda brecha no cráneo, vindo o infeliz a falecer em 11 do referido mez.



SUMMARIO

Dos n.º 7 e 8.

O ORIENTE PORTUGUEZ

5.^o ANNO. 1908

NUMERO DE JULHO E AGOSTO



FRANCEZES NA ÍNDIA

Memorias d'um funcionario indigena

1736 a 1761



o *struggle* europeu pela supremacia comercial e politica da India, representou a França no seculo xviii um papel importante; não são, contudo, os franceses que mais têm escripto sobre a historia e administração do seu periodo, mas, sim, os ingleses que, depois de consolidar o seu imperio no Oriente, têm empenhado o melhor dos seus esforços, sem attender a despezas, por mais avultadas que sejam, em exhumar do pó dos archivos, officiaes ou particulares, e divulgar todos os documentos, memorias e escriptos da antiga e moderna India, quer do periodo védico ou heroico, budhico ou brahmanico, mahometano ou hindú, quer da domi-

nação portugueza, hollandeza ou franceza. E é devi-
vido a essas persistentes e proveitosas diligencias,
que apparecem todos os dias livros e monographias,
sob constante e generoso patrocinio official, reunindo,
afeiçoando e dispondo os materiaes para a historia,
estudando ora assumptos novos, lançando não raro
nova luz sobre assumptos já conhecidos.

Está n'este caso uma obra curiosa a muitos res-
peitos, que pelo governo da presidencia de Madrasta
foi mandada publicar, tendo sahido o volume I em
1905 e o II ha cousa d'um anno. Intitula-se *The
Private Diary of Ananda Ranga Pillai, Dubash to
J. F. Dupleix, Governor of Pondicherry*, e foi tradu-
zido para inglez do original tamul, com o auxilio de
mr. M. R. Rangachari, conservador dos archivos em
Madrasta, por sir J. F. Price, antigo secretario geral
d'aquelle governo, que prefaciou o volume I, dando
tambem um esboço biographico do autor.



Ananda Ranga Pillai nasceu em Madrasta a 30 de março de 1709, e aos 7 annos d'edade foi a Pon-
dichery onde seu pae estava exercendo um cargo
publico. Em verdes annos entrou ahi no serviço
official, e foi collocado pelo governador Lenoir como
chefe nativo da feitoria franceza de Porto Novo.
Intelligente e audaz, habil e emprehendededor, Pillay,
que ao mesmo tempo se entregára ao commercio, foi

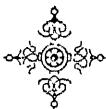
n'elle prosperando e adquirindo valiosos cabedaes. Estabeleceu por sua conta em Lallapetai e Arcot postos de trafico, onde se trocavam a rôdo mercadorias indigenas pelas da Europa. Feliz nas suas especulações, cresceu tambem na estima dos governadores de Pondichery, a ponto que Dupleix, que já o conhecia e apreciava desde muito, o nomeiou em 1746 primeiro *dubash* (interprete e corretor) do governo, dando-lhe excepcionaes e notorias provas de confiança e amizade. Serviu até 1756, anno em que foi demittido pelo governador Duval de Leyrit, por culpas em que se provou incurso, e falleceu a 11 de janeiro de 1761. Acompanhou assim a fortuna prospera e adversa dos franceses na India; a morte o poupou apenas a assistir á tomada de Pondichery pelos ingleses, que teve logar quatro dias depois.

Atarefado sempre nos seus multiplices negocios, tendo de prestar cuidadosa attenção ao seu activo trafico, exercendo mais tarde um cargo de importancia, que forçosamente lhe devia absorver todo o tempo, é de admirar que Pillay tivesse ainda tido vagares para escrever todos os dias a chronica minuciosa dos factos politicos, historicos, sociaes e individuaes, de que era testemunha presencial, ou em que tinha mais ou menos parte. Mas, a verdade é que a deixou, mostrando que sabia bem repartir e empregar o seu tempo, e que seguia a maxima d'um antigo escriptor — *nulla dies sine linea*; e o seu diario, nada menos de 16 volumes em folio, no qual se descrevem até cousas de sómenos importancia (questões de familia e bisbilhotices das damas de Pondichery), fazendo-se,

por vezes, aos acontecimentos archivados breves, mas incisivos commentarios, d'uma conceituosa precisão e inexcedivel singeleza, comparavel á do nosso Gaspar Corrêa, vem ajuntar um excellente subsidio á historia dos francezes na India.

Por 1845 foi descoberto o MS. em poder da familia Pillai, e tendo mr. Gallois-Montbrum obtido uma copia, publicou em seguida uma breve noticia a respeito do diario e do seu autor (1849). Vinte e um annos depois, em 1870, quando se inaugurou a estatua levantada em Pondichery a Dupleix, mr. Laude deu a lume um excerpto em francez, relativo ao cerco de Pondichery pelo almirante Boscowen, (15 de agosto a 16 de outubro de 1748). Da copia obtida por mr. Montbrum e existente na Bibliotheca Nacional de Paris, se aproveitou mr. Julien Vinson que, em 1889, deu em tamul e francez varios extractos no volume V, da serie II, das *Publications de l'École des langues orientales vivantes*. O apellido do diarista é que passou por transformações: Montbrun escreveu *Rangapillei* e Vinson *Rangapouillé*.

Em 1891 dois funcionarios ingleses chamaram a attenção do governo para o diario; o general Macleod, agente consular de S. M. B. em Pondichery, e mr. G. W. Forrest, do *Indian Record Office*, propondo se procedesse a uma compilação completa, pois constava haver fragmentos espalhados, e, em seguida, á versão em inglez. Assim se fez e d'ahi resultou a publicação a que nos estamos referindo.



O diario de Ranga Pillay comprehende um periodo de 25 annos, 1736 a 1761. Dos dois volumes já publicados, o 1.^º abrange uma decada,—6 de setembro de 1736 a 22 de abril de 1746,—e o 2.^º apenas uns seis meses,—23 de abril a 31 de outubro de 1746. Notaveis factos constam d'aquelle, como a concessão feita pelo nababo de Arcot aos francezes para terem a sua moeda, concessão que em emolumentos e presentes custou 150 mil rupias,—a compra e posse de Karikal,—a tomada de Delhi por Kuli Khan,—a invasão dos maraṭhas,—o assassinato do referido nababo e de seu filho,—a paz concluída pelo Nizam com os marathas, etc.. O volume II é relativamente menos interessante, sendo o que mais sobreleva, a tomada de Madrasta e as questões entre Dupleix e La Bourdonnais.

N'um e outro volume, porém, a figura mais em evidencia é Dupleix. Naturalmente. E' quem mais se notabilisou durante aquelle periodo, e, por outro lado, lograva sua intimidade e decidida protecção o diarista que, não obstante, se mostra por vezes imparcial, registando factos que desabonam o afamado governador francez. Devia Rangapillai conhecer assaz o proverbio oriental: «embora estejas só no teu quarto, não te atrevas a fallar mal do rei ou de qualquer homem poderoso; as aves do ceu poderão ouvir-te e transmittir as tuas palavras», — proverbio

que justamente corresponde ao aviso das letras sagradas: «não digas mal do rei, ainda no teu pensamento». Escreveria, portanto, silencioso, no remanso do seu gabinete, noite fechada provavelmente, e com estriicto sigillo, certo de que o seu diario não chegaria ao conhecimento do seu protector e chefe. Diz-se que a historia dos grandes homens devia ser escripta pelos seus criados de quarto. Aqui está um exemplo parecido.

Alludindo ao caracter de Dupleix, escreve Pillai.

«Ninguem poderá fazer tão bem as cousas como Dupleix, porquanto pessoa alguma possue a perspicacia e a perseverança que o distinguem. Tem um tacto peculiar em conseguir todos os seus planos e designios de governo e administração, — em adaptar as suas intenções aos tempos e ás pessoas, — em manter em todas occasiões a serenidade de animo, — em appropriar os homens aos mistéries, — em dizer a cada qual o que é preciso, mostrando-se inalteravelmente digno e cortez para com todos».

Mais adiante compara-o ao imperador mogol Aurengzeb e a Luis XIV, acrescentando na sua admiração que parece sincera: mas *porque estou eu a descrever todos os seus altos e louvaveis predicados?* *Homens mais competentes farão isto melhor do que eu.* D'uma vez chegou a dizer a Dupleix: *O rei de França, quando soubér dos vossos talentos e capacidade, escolher-vos-ha para seu ministro, lamentando não o ter feito mais antes.*

Ao mesmo tempo, dos extractos de mr. Vinson

(1746 por diante) se vê que Dupleix e sua esposa — a celebre *Ján Begum* (¹) — recebiam presentes valiosos em dinheiro; que, para decidir uma questão de sucessão, muito debatida, o governador aceitára 100.800 francos!... E Vinson reflecte muito a propósito que a impressão que resulta do diário com respeito a Dupleix, é que este reunia em si um amalgama de predicados varios: talento superior, intelligencia peregrina, concepções audaciosas, mas tambem vaidade desmesurada, enfatuação ridicula e cobiça...

Nas suas relações com os principes e povos nativos, — mostra Pillay — seguia Dupleix o systema oriental. Muita pompa, muito apparato, muita ma-

(¹) D. Joanna de Castro, indo-portugueza, de que fizemos demorada menção na memoria historica — *O Bispo de Halicarnasso* — publicada em 1903. No *Diario de Noticias*, n.º 14.109, de 9 de março de 1905, lia-se a respeito d'essa senhora o seguinte :

«Ultimamente realizou-se em Paris uma sessão solemne em honra de madame Dupleix, sessão promovida pelo «comité» Dupleix, fundado em 1894 por Gabriel Bonvalot, a fim de atrahir a attenção sobre as colonias francezas e tornal-as mais conhecidas.

Ora madame Dupleix era uma portugueza que se chamava D. Joanna de Castro, filha de D. Rosa de Castro e neta de um português e de uma india. Tendo casado com o marquez Dupleix, governador geral das possessões francezas na India, em 1742, coadjuvou muito seu marido no governo e no augmento d'aquellas possessões.

Na sessão solemne, uma senhora, madame Pégard, pronunciou uma allocução euthusastica dizendo :

«Em nome das mulheres, saúdo em Joanna Dupleix, uma das mais notaveis entre nós, uma d'aquellas cuja memoria viverá atravez dos tempos, como um exemplo de fé ardente, de coragem invencivel e de dedicação conjugal. A influencia que ella teve no magnifico desenvolvimento do nosso poder colonial foi obra das suas qualidades nativas, e a politica do seu marido tão habil, tão firme e por vezes tão feliz, encontrou n'ella o mais esclarecido apoio.»

gnificencia e fausto nas recepções, nos passeios, nas audiencias. Um dia esteve Dupleix na residencia de Ranga Pillay, que o recebeu com uma salva de 21 tiros. D'ahi foi a Lalapettai e tornou á casa do *dubash*; outra salva de 21 tiros. Serviram-se doces e refrescos, e, ao principiar, mais uma salva de 21 tiros. Quando bebeu vinho, ainda outra; quando se levantou da meza, idem. Total: cinco salvas e 105 tiros !

Em 1742, Dupleix teve um filho. Por este facto, cada um dos navios surtos no porto salvou com 21 tiros, e os sinos das egrejas repicaram durante 12 minutos. Mas, infelizmente, o recemnascido viveu apenas esses curtos doze minutos e *a sua alma rôou aos pés de Deus* !

As diferenças entre Dupleix e La Bourdonnais constituem as paginas mais interessantes do volume II. Com uma diplomacia habilissima, soube Dupleix evitar um ataque dos inglezes até receber o soccorro pedido ao governo da metropole. Chegou a sugerir ao governador do forte S. Jorge (a moderna Madrasta) que ambos nada tinham que vêr com as questões entre a França e a Inglaterra na Europa,— que a India se devia considerar terreno neutro,— e que uma guerra entre Pondichery e Madrasta seria igualmente ruinosa para ambos. O governador de Madrasta não attendeu muito ás doces fallinhas do seu collega francez, e já ia tentar um ataque em forma, quando interveio o nababo de Arcot, amigo de ambos, mas, pelo visto, mais amigo de Dupleix a quem protegia e com o qual estava em constante correspondencia.

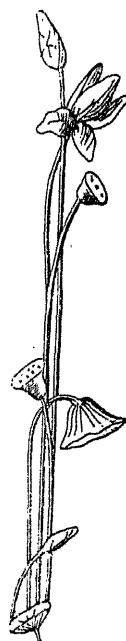
Chega depois La Bourdonnais, e com a esquadra bem apercebida, reseita á custa de Dupleix, procede a um ataque vigoroso a Madrasta que se rende após uma breve resistencia (21 de setembro de 1746). Os despojos de guerra subiram a 3 crôres de rupias. Entre Dupleix e o almirante, que, desde o principio, se não entendiam bem, levanta-se uma acalorada polemica sobre as condições a impôr aos vencidos, e Dupleix envia preso para Paris o almirante. N'este passo, o diarista colloca-se ao lado do governador.

Referimo-nos já aos presentes que recebia Dupleix, conforme a versão de Vinson. Nos dois volumes de que tratamos, ha igualmente umas revelações que maculam com grandes nodoas a administração indo-franceza d'aquelles tempos. Havia sensivel relaxação nos costumes e a torpe venalidade apparece de vez em quando a deslustrar as paginas de gloria. Conta Pillay que um certo Patti Pattan déra 1000 *pagodes* (3 mil rupias) para obter um emprego na casa da moeda, e que o governador Dumas fôra peitado no contracto da moeda pelo *dubash* Kanakaraya Modely, antecessor e inimigo de Pillay. E o que mais é, refere com singular ingenuidade a tentativa que elle proprio fez para subornar o mesmo governador.

Nos futuros volumes haverá mais interessantes noticias, por quanto é no periodo a seguir que a estrella do grande francez attingiu a sua culminancia para, em rapida curva, declinar ao occaso. Completar-se-ha assim o estudo biographico-historico do homem, preenchendo-se e confrontando-se o que já existe de mais notavel publicado, como as

memorias do proprio Dupleix e a substanciosa obra *Syerul-Mutakherin*, do escriptor mahometano Gulam Husain, evidentemente affecto aos inglezes, sob cujos auspicios escreveu, com a chronica de Ranga Pillay, que, de resto, não occulta no seu jornal o seu enorme desdém pelos inglezes, sem duvida inoculado pelo protector que não fazia segredo de que, em sua opinião, os inglezes deviam ser varridos da India.

J. A. ISMAEL GRACIAS.



AINDA A TORRE DO TOMBO DA INDIA



ontinuando a tratar da Torre do Tombo da India, de cujos primeiros guardas-móres fizemos o competente registo em o numero anterior d'esta Revista, parece-nos conveniente dever deixar aqui archivados e reunidos os primeiros documentos que se referem ao establecimento, em Goa, daquelle famoso arquivo publico, que começou a funcionar regularmente, desde os principios do seculo xvii, comquanto a sua criação fosse autorisada e ordenada pelos fins do seculo xvi.

A fundação da Torre do Tombo da India foi devida ao chronista Diogo do Couto, que, estando em Goa e havendo sido encarregado de escrever a historia dos mais importantes successos da India nos seculos passados, em continuaçao da obra de João de Barros, pedira em 1594 ao governo de Portugal que para facilitar e fundamentar a escriptura da mesma historia, lhe fossem entregues os livros e papeis antigos existentes na secretaria do governo, chancellaria, matricula e contos, e que com taes papeis e livros das diversas repartições e estancias publicas, bem como com as obras dos chronistas João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda, se organisasse, na cidade de Goa, uma Torre do

Tombo, á semelhança da que existia em Portugal, a fim de serem ali arrecadados e cuidadosamente guardados esses valiosos subsidios para a historia portugueza no Oriente.

O pedido, que promettia proficuos resultados em prol da segura guarda e perduravel conservação de tão importantes quanto authenticos documentos, foi attendido pelo governo da metropole, ordenando pela régia provisão, dirigida ao vice-rei Mathias de Albuquerque, de 25 de fevereiro de 1595, a entrega solicitada por Diogo do Couto e mandando tambem que no palacio da fortaleza — residencia dos vice-reis e governadores da India — houvesse casa para servir de Torre do Tombo, como se vê do seguinte documento, que transcrevemos do fasc. 3.^º do «Arch. Port.-Or.» — pag. 497 :

= Eu El-Rey faço saber a vós meu Visso Rey e Governador das partes da India que eu sou imformado que Diogo do Couto morador na cidade de Goa escreue a istoria da India, e que para poder ir continuando e prosseguindo lhe são necessarios alguns papeis que estão em poder do Secretario dessas partes, pello que vos mando que tanto que este uirdes, sem dillação alguā lhe façaeas entregar todas as cartas e papeis que pedir, e lhe forem necessarios pera ordenar a dita istoria e ir com ella auante, e porque conuem a meu serviço e aumentação dese estado auer nele huā casa que sirva de torre do tombo, vos mando outrosi que a ordeneis logo dentro nas casas de voso apousamento na parte mais commoda que vos parecer, na qual se recolherão e lançarão todos os papeis, cartas, prouisões, e regimentos das vias dos senhores Reis meus predecessores e minhas, e os autos das posses das fortalezas e regimentos dellas, contratos de paz, parias, vasalagens, embaixadas, e registos da chamcellaria dessas partes e todos os mais papeis que tocarem ao mesmo estado, e outrosi ey por bem que o dito Diogo do Couto seja guarda desta casa da torre do tombo sobre quem se

carregarão em receita todos os ditos papeis pello modo e ordem que se tem na torre do tombo desta cidade, o qual cargo seruirá em quanto ho eu ouuer por bem, e não mandar o contrario, e auerá em cada hum anno que o servir trezentos pardáos de ordenado, que começará a venccer do dia que lhe for dada a posse da dita casa e entrega dos ditos papeis em diante, os quaes trezentos pardáos lhe serão pagos na feitoria de Goa aos quarteis com certidão vossa ou de vosos subcessores de como serue o dito cargo, e em tudo se comprirá este meu alvará inteiramente como se nele contem, que quero que valha, tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada, e passada pela chamcelaria, posto que por ella não passe sem embargo da Ordenação de 2.^º Livro, Titulo xx, que o contrario dispoem, o qual se registará na casa dos contos dessas partes pera se a todo tempo saber que ho ouue assi por bem. Ambrosio d'Aguillar o fez em Lisboa a vinte e simquo de feuereiro de mil quinhentos nouenta e simquo. E eu o Secretario Diogo Velho o fez escrever. Rey =

A leitura deste documento nos mostra que por essa provisão ou alvará se mandou — que, sem dilacão alguma, fossem entregues a Diogo do Couto, morador na cidade de Goa, que escrevia a historia da India, todas as cartas e papeis que elle pedisse e lhe fossem necessarios para ordenar e continuar a dita historia, — que dentro das casas do aposento do vice-rei houvesse uma casa para servir de Torre do Tombo, onde se recolhessem logo todos os papeis, cartas, provisões, regimentos, contractos e demais registos indicados na mesma provisão — e que Diogo do Couto fosse o guarda da Torre do Tombo.

Apezar, porém, de tão terminante ordem dimanada do governo da metropole e de outras vindas nos annos immedios, não foi possivel fundar logo a Torre do Tombo, porque aquellas régias determinações encontraram em Goa varios obstaculos e inconvenientes. E quaes seriam estes, podemos perceber pela leitura dos seguintes: —

— Apontamentos de Diogo do Couto, guarda-mór da Torre do Tombo, que Vossa Magestade manda ordenar na India, das couzas que convem para dita casa, para Vossa Magestade mandar vêr. —

— Dis Vossa Magestade na Instrucçao por onde manda ordenar a casa do Tombo, que sera polla ordem da de Portugal, que qua não ha, he necessario mandar Vossa Magestade que se mande della a Ordem e Regimento da Torre do Tombo desse Reino. —

— Que todas as Patentes das fortalezas, todos contratos das náos, e da Pimenta, e todos os mais, todas as Instuções, Listras de despachos, Leys, Detreminações, Aluitres, e toda a couza desta esençia, he neccessario mandar Vossa Magestade diellá mesmo que se registem no Tombo de Goa. —

— Que huma das vias do Alardo das Náos desse Reino que cada ano vem se lançem no Tombo, para alli ficar perpetuamente, porque se perderem os da Matricola, como são perdidos os mais delles para alli se acharem perpetuamente. —

— Alguns inconvenientes cuido se tratão da parte dos officiaes, Secretario, Escrivão da Chancellaria, Goarda dos Contos, e outros, sobre a entregua dos livros e papeis que Vossa Magestade manda goardar nesta caza do Tombo, pollas buscas que leuão as partes, e não parece rezão, que pollo seu particular se perca o serviço de Vossa Magestade, e o bem comum destes seu Estados, pois trata de sua perpetuidade, e acrecentamento, polla pouca ordem que até agora ouue nestas couzas, pello que são perdidos todos os liuros e papeis de importancia antigos, polla mudança que cada tres anos se fazem em todos estes cargos, em cuja entregua se perderão todas as couzas passadas, pollo que he necessario mandar Vossa Magestade passar Prouizão para se entregarem em todos estes officiaes assim todos os liuros que já estiuerem findos, e todos os mais papeis pera se depositarem na caza do Tombo, onde

não padecerão os naufragios passados, por cauza das mudanças passadas, para ali se acharem perpetuamente sem embargos dos inconvenientes que se apontarem.==

=Porque em todos os Estados, em seus Tombos, e Archiuos estão as Cronicas de suas couzas, pera se saber o fundamento dellas, he necessario auellas tambem neste, por onde deue Vossa Magestade mandar, que todos os volumnes das Decadas de João de barros, e de fernão lopes de Castanheda, se mandem dellaa, para estarem nesta caza do Tombo da India, como couza sua, porque se vão acabando estes volumnes, que na India já os não ha.==

=Porque as Certidõis e Instrumentos que os homens tirão qua de seus seruiços, quis Vossa Magestade prouer por vezes pera se euitarem desordens, e ofensas de Deos nos juramentos falcos, e Testemunhas. E sempre neçe Reino se tuiерão por suspeitozos, e porque não faltaõ inda desordens com quanto se uiso proueo, achei para as euitar hum meo muito bom, de que me pareceo deuia fazer lembrança a Vossa Magestade, que he este.==

=Que todos os Capitais Móres das Armadas leuem consigo os Alardos dellas n'um canhenho, e todos os mezes corra os Nauios com elle, e os Soldados que faltarlhe porá verba na margem, e o que feriram e matarem na guerra, o mesmo, com decraração das feridas que lhe derão. E o capitão que tomar Nauio de ladrões, tambem se lhe porá a margem, e tanto que a Armada se recolher, entregar este Alardo ao Visorrey, para que assine nelle, e mande lançar na caza do Tombo. E logo os Capitais Móres farão a menuta da certidão do sucesso da jornada, em que asinará o Visorrey, e se lançará no mesmo Tombo com o Alardo ao de Capitais dos nauios daquella Armada, Fidalgos e Soldados, cada ves que lhe fôr necesario, irão tirar suas certidõis, que lhe o Goarda do Tombo passará pollo Alardo, asinadas por elle, e depois pollo Visorrey, passadas polla Chancellaria, com que fique justificadas pera nesse Reino se lhe dar fee, com o que se euita.

rão as falsidades das certidõis pollos Testemunhos que huns soldados dão por outros, e escuzarçẽ-ão os estrumentos que oje se tirão a falta dos Capitais com que andarão, que são mortos, ou ausentes, nos quoais os Soldados gastão trinta e correnta cruzados, pollo muyto que os Escrivãis lhe leuão, e com esta Ordem daqui a cento, e a duzentos anos, acharão os homens n'uma hora certidão do Pay, e do Irmão, que lhe ferirão, ou matarão na guerra e a vnuua do marido, e do filho, sem lhe custar mais que a pagua a'uma certidão, pollo que o Visorrey ordenar. ==

== E o mesmo que se dis das Armadas, se dis das fortaezas onde ouer guerra, e serco, nas coais os Capitais farão Alardo cada mes pollas estâncias, e pollos Nauios que trouxerem Vigias, e nas margens fará decraração do homem que lhe matarem, ou ferirem, as quaes declarações todas, hão de ser asinadas na mesma margem pollos Capitais, e depois da guerra acabada, mandará certidão do sucesso de guerra, com o Alardo asinado pollo Visorrey, se deitarão no Tombo, onde todos os homens que se naquelle guerra acharão, irão tirar suas certidõis polla maneira asima. ==

== Que mande Vossa Magestade prouer hum Escrivão do Tombo, como em Portugal, e que seja em homem que tenha partes, e callidades para seruir de goarda, despois se fôr necessario, e que se paguem douz moços Escrivãis pera ajudarem, como ha na matricola de Goa. ==

== Que se a caza do Tombo se não fizer em parte em que eu não possa pouzar, que se me tomem as cazas da Pouzentadaria perto, e que se paguem da Fazenda de Vossa Magestade, por estar mais á mão, porque ade auer muito trabalho estes primeiros anos, no recolhimento de liuros, e papeis, e em se por isto em ordem, como conuem ao serviço de Vossa Magestade. ==

== A Relação, Regimentos, Praças das fortificaçõis da India, que fez João bautista Cairato, Arquiteto Mór que

Vossa Magestade mandou á India a iso com o Visorrey D. Duarte, que com sigo leua, sem querer dar a copia, té não apresentar tudo a Vossa Magestade, he neçesario que dellá se torne a mandar para se depositarem na Torre do Tombo de Goa, como em seu proprio lugar. De Goa a vinte e sete de novembro de 1595. Diogo do Couto.==

Estes «Apontamentos» que transcrevemos das *Obras ineditas de Diogo do Couto* publicadas por *Antonio Lourenço Caminha* e que haviam sido mandados para o reino pelo chronista Diogo do Couto, continham indicações sobre o modo como se devia organizar o novo archivio publico, sendo que algumas dellas, com quanto prejudicassem interesses alheios, foram adoptadas e attendidas pelo governo superior, nascendo dali não poucas resistencias para a prompta execução do que fôra determinado superiormente..

No começo do seculo xvii vieram ordens mais decisivas, vencendo as difficuldades e obstaculos até então apresentados. Do assumpto trata a provisão de 13 de fevereiro de 1602, que confirma e corrobora a anterior. E para ficarmos sabendo o que por ella se determinou, vamos aqui transcrevel-a do citado Fasc. 3.^º do «Arch. Port. Or.» :

=Eu El-Rey faço saber a vós meu Vissorrey e Gouvernador das partes da India que ElRey meu senhor, que Deos aja, passou huma prouisão no anno de 95 por que ouue por bem pelos respeitos nella declarados que se fizesse na cidade de Goa huma Cassa que seruisse de torre do tombo em que se recolhessem todos os papeis, cartas, prouisões, regimentos dela, contratos de pazes, pareas, vassalagens, embaxadas, e registos da Chancellaria dessas partes, e todos os mais papeis que tocassem ao mesmo estado, e que Diogo do Couto morador na cidade de Goa fosse guarda della, por ser informado que escrevia a ystoria da India pera a ir continuando e proseguindo, e que lhe fossem entregues todos os papeis que pera effei-

to disso lhe fossem necessarios, como mais largamente se contem na dita prouisão, de que o traslado he o seguinte.==

(Aqui a Provisão de 1595 atraç transcripta)

==E sendo eu ora informado que a dita prouisão se não deu a execução atégora em parte nem em todo tanto contra meu seruiço e ao que por ella era mandado, e que conuinha a elle mandar declarar outras coussas que não estauão nella tão bastantemente declaradas como era necessario, e querendo nisso prouer, ey por bem e mando que tanto que virdes esta minha prouisão façaes logo com effeito e sem dillação alguma entregar ao dito Diogo do Couto huma cassa dentro no nosso aposento que for mais conueniente e a proposito para seruir de tombo desse estado, e que lhe sejão logo entregues todos os papeis e mais escreturas de que trata a dita prouisão nesta inserta, e asy todos os liuros dos registos da chancelaria delle do tempo que nessas partes a começou auer atégora, e neste modo se procederá daqui em diante com todos os liuros da dita chancellaria tanto que acabarem seu tempo os Visorreys e Gouernadores da India; e isto sem embargo do que o escriuão da dita chancellaria que ora he e ao diante for poderia alegar em seu prejuizo que não he consideravel ao muito que importa a meu seruiço e ao bom gouerno desse estado estarem os ditos liuros na dita casa do tombo, em que tão bem se recolherão todos os tombos das aldeas asy da Ilha de Goa como das circumuezinhas, e das terras de Salcete e Bardes, posto que estejão em poder dos Vigarios de suas freguesias, por que não ey por meu seruiço que estejão fora de minha jurdição, e não os querendo os ditos Vigarios entregar, mando ao Arcebisco de Goa os obrigue a isso com penas e sensuras, pollos ditos papeis estarem mais seguros na dita cassa que em outra parte, e tão bem por se euitarem muitos inconuenientes de serviço de Deos e meu, e se carregarão tão bem em recei-

ta ao dito Diogo do Couto pelo modo declarado na dita prouisão. E outros ey por bem que todas as listas dos despachos que os Senhores Reyis meus predecessores enviarão a esse estado atéagora se entreguem na dita cassa do tombo, e as que daqui em diante forem se registarão nella em hum liuro separado que ey por bem que aja pera isso, com declaração que as certidões que as partes pedirem dellas de seus despachos se lhe não passarão senão per ordem do Secretario dessas partes nas costas da petição que cada huã das pessoas vos fizer pera lhe mandades passar a tal certidão, por quanto não ey por meu serviço que o guarda da dita cassa a passe, somente seruirá o dito registo pera as ditas pessoas saberem que tem ali o seu despacho e vos requererem certidão delle. E asy ey por bem que quando alguã pessoa for a dita casa do tombo requerer o treslado de alguns registos dos ditos liuros da Chancellaria, e dos ditos tombos, ou de outros papeis que não forem das vias, o dito guarda lha não passará sem vosso especial mandado asinado por vós como se costuma neste Reino, e passando-lha fora desta ordem, que não creio, ey por bem que se não guarde nem se lhe dê fé nem crédito algum, e das cousas tocantes ás vias se não passará nunca certidão a pessoa alguma inda que lhe toque, por estas cousas serem de segredo, e não conuem serem comonicadas senão os ministros de que eu fio as materias dellas. Pello que mando que em tudo cumpliraes e guardais esta minha prouisão e a que nella vai tresladada, e a façaes cumprir e guardar inteiramente como se nela contem, a qual se registará na dita casa do tombo para se saber a todo o tempo que o ouue asi por bem, que quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assinada e passada pela chancellaria, posto que por ella não passe sem embargo da Ordenação do 2.^º Livro, titulo xx, que o contrario dispoem. João de Torres a fez em Lisboa a xiiij de feuerciro de mil seiscientos e dous. E eu Secretario Diogo Velho a fiz escreuer. Rey.==

Os tres documentos que acabamos de trasladar teem de ser considerados como os alicerces que foram lançados para a formação e estabelecimento da Torre do Tombo da India, a qual devidamente fundada começou a funcionar regularmente desde o tempo do governo do vice rei Ayres de Saldanha.

J. M. DO CARMO NAZARETH.



PORtUGUEZES NO PEGU



bra de um aventureiro audaz e ambicioso, que soubera aproveitar das dissensões e guerras, em que se encontravam os reis da peninsula transganganetica, o imperio portuguez no Pegu teve uma duração meteorica e desappareceu com a morte tragică do seu fundador, o célebre Filipe de Brito Nicote. D'essa aventura e temeridade, em que tanto se interessaram os vice reis, esquecendo a crise financeira e os outros perigos que assoberbavam o Estado, não nos resta ahí outro monumento, outra recordação, que umas ruinas melancholicas d'uma egreja em Siriam, construida pelos portuguezes no seculo xvii (anno de 1603),—ruinas que o governo britannico mandou preservar como um monumento archeologico. ⁽¹⁾

Em 1598 Shilimi Sha, o *mogo* ⁽²⁾ ou rei de Arakan, alliando-se com o rei de Tangu, declarou guerra ao de Pegu, o cruel Praginoko, que, abandonado pelas suas tro-

(1) *O Oriente Portuguez*, IV, 381.

(2) *Mogo* era o nome commum aos reis de Arakan, cujos habitantes eram conhecidos por *Mogo* ou *Moghon*.

pas mercenarias, entre as quaes se contavam muitos portuguezes e mouros, e trahido pelo proprio filho, teve de se entregar, apoz longa resistencia, ao inimigo, junto com sua mulher e 13 filhos, e bem assim a cidade capital e o castello de *Mecão*, onde se guardava um thesouro fabuloso (dezembro de 1599).

Desleal, porém, á alliança e aproveitando da ausencia de Shilimi Sha, o rei de Tangu foi o unico a apossar-se das riquezas do rei vencido, seu cunhado. Foram elles tantas, que, sem falar da prata e outros metaes, para transportar o ouro e as joias foram precisos 600 cavallos e 600 elefantes, ou, como diz outro historiador, 700 elefantes e outros tantos cavallos.

Shilimi Sha, não podendo levar a bem o procedimento do seu alliado, declarou-lhe guerra e, auxiliado pelos portuguezes sob o commando de Philippe de Brito Nicote, atacou Tangu, e conquistou o castello de *Mecão*, onde, ainda assim, encontrou muito dinheiro, que fez transportar ao seu reino. Em recompensa dos serviços prestados, Shilimi Sha conferiu a Philippe de Brito, que fôra seu escravo, o titulo de *Chenga*, que quer dizer *honesto* ou *homem de bem*,— titulo que, de resto, não era, de modo nenhum, a expressão da verdade, como, mais tarde, o proprio rei ficou conhecendo.

Era Philippe de Brito Nicote um aventureiro audaz e o portuguez mais rico na Asia; cruel, insolente e soffrego de riquezas (⁴). Era natural de Lisboa e tinha sangue francez nas veias, pois era parente de João Nicote, embaixador da França na côrte de Portugal pelos annos de 1560 em diante.

Ou fosse como uma recompensa pelos serviços prestados nas gueras, ou como um meio para os peganos fugitivos, que o não tinham ainda reconhecido como seu sobe-

(⁴) Pinheiro Chagas, *Dicc. Pop.*, v. *Nicote*.

rano, encontrarem um asylo sob a protecção dos portuguezes, Shilimi Sha cedeu a estes o porto de Siriam (1600), onde Philippe começou a fabricar com toda a celeridade uma fortaleza. Tarde, muito tarde, Shilimi Sha, que consentira n'essa construcção, julgando-a, como lh'o haviam persuadido, uma caza de alfandega para augmentar as suas rendas, conheceu o logro em que Philippe o fizera cahir. Foram inuteis todas as tentativas do rei para desalojar os portuguezes, que, apenas 15 em numero sob o commando de 3 officiaes, um dos quaes era Salvador Ribeiro de Souza, derrotaram a *Bannadala*, logar-tenente de Shilimi Sha, e conseguiram concluir a fortaleza.

Filippe de Brito, porém, não era um ambicioso vulgar que se contentasse com uma fortaleza para os fins commerciaes. As suas vistas iam muito longe; tendo tacteado a situação politica da peninsula, concebeu o plano da conquista do Pegu, e, com este intuito, veiu para Goa a fim de solicitar o auxilio do vice-rei que, a esse tempo, era Ayres de Saldanha. O projecto, a principio muito discutido e combatido na junta de letrados e theologos convocada pelo vice-rei, foi afinal adoptado, deixando-se suggestionar uns pela pintura que Philippe fizera de um novo imperio na peninsula transgangetica, e outros pelo augmento da christandade, que só em Siriam contava 3 mil convertidos.

Ayres de Saldanha casou Philippe de Brito com sua sobrinha, filha de seu irmão Manoel de Saldanha e de uma escrava javaneza: chamava-se D. Luiza de Saldanha, mulher na flor de adolescencia e formosa, educada nos vicios e blandicias de uma vida opulenta, e que ao sangue impenitioso da Peninsula juntava a ardencia morbida do sangue oriental. (¹)

O vice-rei recommendou á côrte o projecto de Philippe, encarecendo as vantagens que do porto fortificado e da

(¹) Bulhão Pato, *Portug. na India*, pag. 235.

alfandega de Siriam resultariam ao commercio e ao domínio colonial. Além d'isto, fez a Nicote mercê da fortaleza «em dias da sua vida com a comedia e despeza da sua pessoa á custa do rendimento da alfandega e por sua morte ficar a comedía a sua mulher Dona Luiza de Saldanha e tendo filho legitimo a capitania da fortaleza.»

A côrte, porém em carta de 2 de março de 1605, dirigida ao vice-rei Martim Affonso de Castro, declarando que, pelos serviços prestados por Brito lhe fizera mercê do habito de Christo e de fidalgo da caza real, ordenou que o vice-rei «informe das razões e fundamentos que houve para o dito Philippe de Brito tomar o porto (de Siriam) e as que se offerecerão aos letrados para serem de parecer que Eu o devia sustentar e defender; que interesses o Estado recebe do porto e os que podem seguir da alfandega.»⁽¹⁾

Em vista da informação do vice-rei Martim Affonso, datada de 24 de dezembro de 1605, Sua Magestade, por carta de 23 de Janeiro de 1607, fez a Philippe de Brito mercê da capitania de Siriam com a terça parte do rendimento da alfandega, e por sua morte a seu filho.⁽²⁾

*
* *

Vejamos, porém, o que se passava no Pegu durante a ausencia de Philippe em Goa.

Os portuguezes, apenas com 3 vasos e 30 homens sob o commando de Salvador Ribeiro de Souza, infligiram — sem perderem um só dos seus — uma grande derrota ao exercito de Shilimi Sha, que se compunha de 6 mil, apri-

⁽¹⁾ *Doc. remet. da Ind.*, I, 24, doc. 5.

⁽²⁾ *Ibid.*

sionando-lhe, além d'isso, 4 náus. Logo depois, o rei de Arakan, alliando-se com o rei de Prom ou Parão, sitiava o forte de Siriam com 1200 vasos por mar e 40 mil homens por terra; durou o cerco oito mezes; e os portuguezes, que, até então, haviam já recebido um soccorro considerável enviado pelo vice-rei Ayres de Saldanha, deram provas da sua espantosa coragem e bravura sob o commando de Ribeiro.

O prestigio das armas portuguezas, confirmado por successos tão extraordinarios, moveu os peganos a proclamar Salvador Ribeiro *Rei do Pegu*. Logo, porém, que Philippe de Brito voltou da India na qualidade de capitão-general d'aquellas conquistas, Salvador Ribeiro lhe lançou a corôa aos pés volvendo á primitiva hospitalidade, e em quanto Philippe, aproveitando o sacrificio do seu companheiro e attribuindo-se a gloria d'elle, pompeava na Indo-China como governador d'aquellas partes, Salvador Ribeiro voltava a Portugal pobre e olvidado (¹). Por carta régia de 12 de setembro de 1608 El-rei aceitou a corôa do Pegu (²).

Eis o que, em carta de 29 de dezembro de 1610, o vice-rei Ruy Lourenço informava á côte:

«Filippe de Brito tem feito muito serviço a Vossa Magestade na conquista de Sirião, e estão bem empregadas n'elle as mercês que Vossa Magestade lhe tem feito, e as que fôr servido de ao diante lhe fazer, porque se resolveu a commetter huma empreza difficultosa e arriscada, com que se vae saindo bem; comtudo não está pobre, nem necessitado, porque he senhor do que vae áquella parte e da alfandega (³), onde se faz o que elle quer, que eu dis-

(¹) P. Chagas, *Dicc. Pop.*, loc. cit.

(²) *Archiv. Port.-Or*, fascic. 0.^o, doc. 253, pag. 975.

(³) Por Prov. de 13 de setembro de 1608 fôra determinado que todas as náus fossem pagar direitos á alfandega de Siriam.

simulo pelo muito serviço, que por outra via faz a Vossa Magestade.»⁽¹⁾

O governo da metropole, porém, se dissimulou todos os outros actos de Filipe, não aprovou nunca as doações que elle fizera aos religiosos da companhia de Jesus de varias terras cultivadas, comprehendendo n'ellas uma ilha de 20 leguas de circumferencia, que chegava a render 7 a 8 mil pardáus — diz a carta régia.

As ordens que, em consequencia das instruções do vice-rei, Filipe havia dado, compellindo os mercadores peguanos e da Costa de Coromandel a pagar direitos á alfandega portugueza de Siriam, moveram o rei de Arakan a alliar-se ao rei de Tangu, e declarar guerra aos portuguezes, da qual resultou uma brillante victoria a Filipe, vendo-se os dois reis obrigados a procurarem refugio no reino de Jangoma. Pouco depois, Shilimi Sha renovou as hostilidades, enviando contra os portuguezes uma armada de 700 naus e um exército de 4 mil commandados pelo principe, seu filho. Paulo do Rego Pinheiro, derrotando em batalha naval o inimigo, que chegou a perder mil homens, apoderou-se de alguns vasos e obrigou o principe a desembarcar com 4 mil soldados, que, não obstante a sua superioridade numerica, foram vencidos por Filipe. Tendo aprisionado n'esta o filho de Shilimi Sha, Filipe vendeu-lhe a liberdade pelo preço de 50 mil escudos, contrariando d'esta maneira as ordens do vice-rei, que lhe prohibira recebesse qualquer dinheiro pelo resgate do principe.

Livre, por um feliz acaso, do terrivel cerco (1605-1606) que, por mar e por terra, os inimigos haviam posto a Siriam, o ambicioso Filipe celebrou allianças com os dominantes vizinhos; casou seu filho Simão de Brito com a filha do rei de Martavan, que recebeu o baptismo. E assim seguro, e sob um pretexto muito futil, mas com a unica mira, tantos annos nutrida, de se apoderar das rique-

(1) Doc. remet. da Ind.

zas e dos thesouros transportados do castello de Mecáo, Philippe, rompendo a alliança pouco antes celebrada, declarou guerra ao rei de Tangu, que foi levado prisioneiro a Siriam junto com uma grande parte do thesouro — mais de um milhão em ouro. Injustiça e violencia, que os céus não deixaram passar impunes ! O rei de Ava jurou no seu idolo *Biay* vingar o ultrage feito ao rei de Tangu, seu vassalo, e atacou Siriam com uma frota de 400 vasos e um exercito de 120 mil homens. Foi dos extraordinarios e verdadeiramente heroicos o valor de Brito na defensão. Mas a justiça divina, égide protectora do fraco e do opprimido, tendo decretado patentear a sua inexoravel vingança, dispôz que todas as circumstancias se conjurassem para a total ruina e extincção do dominio portuguez no Pegu. Falto de polvora que, devido á infidelidade de um soldado, não conseguira comprar em Bengala, — desamparado pelos portuguezes de S. Thomé de Meliapur, — inutilizada a mediação do rei de Tangu que, apezar de inimigo, déra um exemplo admiravel de generosidade e de clemencia intercedendo perante o rei de Ava, — desajudado do auxilio dos seus capitães que, como obstaculo para a sua vida libertina, escandalosa e infiel, D. Luiza de Saldanha conseguira enviar á India, — e, para cumulo, trahido por um certo *Banna*, seu amigo e confidente, — Philippe de Brito Nicote entregou-se ao inimigo apoz uma resistencia de 36 dias !

Filippe morreu no meio de crueis tormentos a que, durante 2 dias, o fez sugeitar o rei de Ava. D. Luiza de Saldanha padecendo com extraordinaria firmeza e coragem os martyrios ordenados pelo vencedor, expiou todas as suas culpas. O rei de Ava obrigou o rei de Martavan a matar seu genro, Simão de Brito, filho de Filipe ! Foram tambem mortos o trahidor *Banna* e varios outros.

Algum tempo depois, chegava de Goa um soccorro de 5 galeras sob o commando de Diogo Mendes Furtado. Era tarde !

Informada d'essas perdas, a côrte recommendava ao vice-rei Dom Jeronimo de Azevedo que empregasse os esforços para recuperar a fortaleza⁽¹⁾. Mas, dois annos depois, reconsiderando estas ordens, dizia o seguinte:

«A fortaleza de Sirião se perdeu... e posto que a reputação do Estado convinha restaurar-se com todas as fôrças d'elle, estando por davante a guerra com os estrangeiros, a que convém acudir primeiro, sem se divertirem em causas de menos consideração, tive por conveniente dissimilar com aquella empreza até melhor occasião....»⁽²⁾

Mas essa occasião não chegou nunca.

E assim acabou o dominio portuguez no Pegu com a mesma celeridade e precipitação com que fôra fundado.

Uma verdadeira aventura !

Pe. F. X. VAZ.

(1) C. R. de 16 de janeiro 1615, *Doc. remet. da Ind.*, doc. 494.

(2) C. R. 21 março 1617, *Doc. cit.*, doc. n.º 869.

PLANTAS EXOTICAS

introduzidas na India pelos portuguezes

Conquistada e dominada por varios povos estrangeiros, a India conserva de quasi todos elles vestigios, que lhes perpetuam a passagem.

Desde os aryanos que nos legaram os grandiosos monumentos da litteratura sanscrita, até

..... os barões assinalados,
Que da occidental praia lusitana,
.....
.... entre gente remota edificaram
Novo reino que tanto sublimaram,

todos os povos que tiveram alguma influencia na peninsula hindustanica, de tal modo actuaram no seu modo de ser, que modificaram e augmentaram não só as raças, as linguas e as crenças, mas ainda os productos economicos d'este paiz, especialmente do reino vegetal.

Já os mahometanos e os parses haviam enriquecido a flora da India introduzindo plantas dos respectivos paizes. Mas, os portuguezes, que tiveram a rara fortuna de possuir nas cinco partes do mundo terras ricas e inexploradas, não podiam deixar de aclimar nas suas hortas da India quaes-

quer especies uteis do Brazil, Moçambique e outras regiões tropicaes, levando d'aqui em troca outras não menos uteis, como a nossa invejada mangueira (¹) e o utilissimo coqueiro. (²)

Interessante seria o estudo, que pessoa competente apresentasse, sobre todas as plantas exóticas que os antigos portuguezes tivessem aclimado nas suas diversas possessões. Infelizmente, porém, tal trabalho, que seria aliás mais um monumento honroso para a missão colonisadora de Portugal, não existe, embora alguma cousa se tenha escripto desde a magistral obra *L'Origine des Plantes cultivées* de De Candole até ás dos botânicos modernos.

A relação que em baixo publicamos, compilada com o auxilio de algumas poucas obras inglezas que pudemos ter á mão, é apenas um esboço, uma tentativa, talvez incorreta, de quem, reconhecendo a sua incompetencia, espera melhor trabalho de mãos habéis e autorisadas.



I Achras sapota (Sapotaceas).

Chicu (maratha) ; *Sapotilier* (francez) ; *Sapodilla Plum* (inglez).

Habitat — Indias Occidentaes e America do Sul. É hoje cultivada em toda a costa occidental da India e em

(¹) Em 1811 o vice-rei Conde de Sarzedas, a pedido do Príncipe Regente, depois el-rei D. João VI, remeteu para o Rio de Janeiro, onde estava então a corte, quatro caixotes com pés de mangueiras affonsas e fernandinas,—veja-se o artigo *As mangas de Goa no Brasil* pelo sr. J. A. Ismael Gracias, no *Almanach Popular Brasileiro*, para o anno de 1890, pg. 159 e 160.

(²) «É quasi certo que os portuguezes introduziram esta arvore na Africa Occidental, Ilhas do Cabo Verde, Brazil e talvez em outras partes da America,—Dr. J. C. Lisboa, *Useful Plants of the Bombay Presidency*.

Bengala, sendo a fructa muito procurada nos mercados de Calcutta e Bombaim. Pela sua proveniencia, é provavel que tenha sido introduzida pelos portuguezes.

«E' uma linda arvore sempre verde, produzindo uma deliciosa fructa» (Baron Von Mueller) (¹). Esta fructa, do tamnho e da forma d'um ovo de gallinha, é coberta por uma casca escuro-parda e rugosa, contendo polpa amarelo-esverdeada, muito saborosa e 2 ou 3 sementes semelhantes ás da fructa de Adão (*mimusops kanki*), mas pretas.

Propriedades e usos — A casca da planta, que é amarga e astringente, é usada na America como tonica e febrifuga e as sementes como diureticas. A madeira é rija e compacta. O visco dá uma especie de gutta-percha.

II Agave americana (*Amaryllideas*).

Jangli Ananas (mar.) ; *Anasi* (konk).

Habitat — America central, principalmente o Mexico; hoje aclimada na Europa e na Asia. Esta e outras especies de genero *Agave* «suppõe-se terem sido introduzidas na India pelos portuguezes» (Watt).

Impropriamente chamada *aloes americana*, esta planta assemelha-se com tudo ao *aloes* pelas suas folhas que são espessas, carnudas e dispostas em espiral em torno do caule, que pouco se eleva acima do nivel do chão. As folhas têm, além d'isto, nas margens espinhos agudos e nas extremidades pontas compridas e aguçadas. A planta requer muitos annos para chegar ao florescimento que se dá em 10, 50 ou mesmo 100 annos de desenvolvimento, e então surge do centro um eixo que floresce, chegando á altura de 20, 30 ou 40 pés.

Propriedades e usos. — Das folhas extraem-se fibras sedosas (seda vegetal) empregadas para enfiar contas, e de que se fazem cordas no Malabar; pode-se tambem preparar o papel. O sumo das folhas e das raizes passa como

(¹) Citado por G. Watt, *Dictionary of the Economic Products of India*.

diuretico e antisyphilitico e é nocivo á formiga branca, e por isso applicam-se ás paredes atacadas por esta emplastros impregnados deste sumo; serve tambem para preparar espirito e sabão. Os espinhos são usados como alfinete. O pedunculo florescente cortado em lascas é usado para afiar navalhas e para rolhas.

III Allamanda cathartica (Apocynaceas).

Jahari-santaka (mar.).

Habitat — America. Cultivada na India, é hoje naturalizada na costa occidental e em Goa.

E' uma bella trepadcira que «se diz ter sido introduzida de Brazil na India pelos portuguezes» (*Pharmacographia Indica*). Todas as partes da planta têm propriedades cmeto-catharticos.

IV Anacardium occidentale (Anacardiaceas).

Kaz, kazu (konk. e mar.) *cajueiro* (portuguez).

Habitat — America. Esta arvore, hoje tão largamente espalhada na costa da India e Ceylão, não é mencionada nos antigos livros hindus, quer mythologicos, quer medicinaes, nem o é nos *Colloquios* de Garcia da Orta, a quem não podia escapar uma tão util planta depois de descrever o *semicarpus anacardium=bibó*). Donde se conclue que o cajueiro não era conhecido na India até ao tempo d'este autor. Só na segunda metade do seculo xvi, Christovam da Costa diz tel-a visto em Cochim⁽¹⁾; em 1653 existiam já alguns pés na costa do Malabar. D'ali para o diante naturalisou-se completamente na costa occidental,

(1) Esta fructa não se produz em toda a parte, mas encontra-se em jardins na cidade de Santa Cruz no reino de Cochim. — C. da Costa, *Tratado, de las Drogas e Medicinas de las Indias Orientaes*, cit. no Hobson-Jobson.

especialmente em Goa, onde constitue até uma importante fonte de receita (abkari). Que a sua introducção na India é devida aos portuguezes, provam-n'o os nomes *Bádám-i-farangi* entre os mahometanos, e *Boa farangi* ou fructa dos portuguezes, como lhe chamavam, segundo Rumphius, em Amboyno. No Konkan é geralmente conhecida pelo nome de *kaçu*, do portuguez *cajú*, que provém do brazileiro *acaju*.

Propriedades e usos—A casca do cajueiro contém grande quantidade de tannino e é usada para decoctos astrin-gentes. Do tronco exsuda uma gomma transparente, que, sem uso em Goa, é muito procurada no Brazil pelos encadernadores de livros por ser nociva aos insectos. O caju é constituído pelo pedunculo, volumoso, ás vezes piriforme, córadoxo de vermelho ou amarelo, e pela castanha ou caroço. O pedunculo cede por pressão grande quantidade de sumo de que se prepara vinho, e espirito por distilla-ção. Da castanha extrahem-se dois oleos: um (*cordol* ou *dik* em Goa), obtido pela combustão do pericarpo, é ne-gro, espesso, acre, vesicante e preventivo contra a formiga branca; é empregado para lubrificar os barcos e para preservar as redes e madeira. O outro, que se obtém por pressão dos cotyledones ou amendoa do caroço, é doce, levemente amarellado, nutritivo; poderia ser tentado para usos phrmaceuticos. O pericarpo dá tambem pela macera-ção no alcool um oleo, usado para cicatrizar as gretas dos pés. A amendoa que é saborosa, come-se crua ou assada; entra nos celebres *ladús* da confeitoria hindú.

V *Ananas sativa* (*Bromeliaceas*).

Anenés, Ananas (konk. e mar.).

Habitat — America, Brazil; cultivada no Oriente.

O ananaz era desconhecido na India antes da desco-berta da America. Foi Hernandez quem primeiro o fez conhecido na Europa em 1513. Dizem que na India (Ben-gala) foi introduzida pelos portuguezes, do Brazil, em 1594,

mas, já alguns annos antes, era cultivado na costa occidental como se vê de Christovam da Costa e de *Ain-i-Akbari* (obra persa de Abul Fazl'Allami, 1590) (1), na qual se diz que «o *ananaç* era habitualmente servido na mesa de Akbar, custando 4 *dams* ou $\frac{1}{10}$ de rupia cada; enquanto Jehangir, filho de Akbar, affirma que a fructa vinha dos portos maritimos sob o dominio dos portuguezes.» O nome brazileiro *anasi* ou *nanas* teve boa accitação em todas as linguas da India e mesmo da Europa menos na Inglaterra, onde lhe chamam *pine-apple*. No Malabar, dão-lhe tambem o nome de *Pharangi-chakka*, i. é. *jaca dos portuguezes*.

A respeito d'esta deliciosa fructa, lê-se no *Hobson-Jobson* o seguinte trecho d'um livro francez: «Posso com toda razão denominar o ananaz rei das fructas, porque é a mais bella e a melhor de todas as que existem sobre a terra. F' sem duvida por isso que o Rei dos reis lhe pôz uma corôa sobre a testa, que é como um distintivo essencial da sua realeza, poisque em morrendo o pae, nasce um joven rei que lhe succede em todas as suas admiraveis qualidades». (2)

Propriedades e usos — O sumo das folhas é antihelmin-tico e o da fruta antiescorbutico, abortivo e efficaz na tosse convulsa. A fructa, muito apreciada pelo seu aspecto e sabor, come-se cortadâ em lascas com ou sem assucar ou sal, e regeitando o pedunculo interno. Presta-se tambem para a preparação de *chatni*, conserva e xarope. A essencia é empregada na confeitoria. Das folhas extrahem-se fibras de que se fazem cordas e pode preparar-se uma linha que substitue a sêda e serve para os trabalhos de costura, rendas etc.. Segundo G. Watt, uma certa miss Dary, achando esta linha muito fina e comparavel á linha

(1) Citados no *Hobson-Jobson*.

(2) P. du Tertre, *Hist. Gen. des Antilles*.

cambraica, mandou fabricar lenços e outros tecidos finos que levou para a Inglaterra (1839).

VII Anona squamosa e Anona reticulata, (Anonaceas).

A 1.^a — *Ant* ou *at* (konk.); *Sitáphal* (mar.), *Ata* (port.).

A 2.^a — *Anon* (konk.); *Ramáphal* (mar.); *Anona* (port.).

Habitat — America tropical; cultivadas na India.

A' curiosa controversia tem dado logar a origem d'estas plantas, que para uns são indigenas da India e para outros importadas do Novo Mundo. Os argumentos em que se baseiam os primeiros, são:

1.^º — As duas especies de *anona* têm na India nomes proprios, não só nas linguas modernas, mas ainda no sanscrito (*Gandagatra* = *A. squamosa* e *Lorali* = *A. reticulata*); têm além d'isto nomes mythologicos que são, da 1.^a *Sitáphal* = fructa de Sitá, e da 2.^a *Rámaphal* = fructa de Ráma, esposo d'aquella; e Sitaphal e Ramaphal figuram em lendas hindús, o que prova que as duas fructas foram de ha muito conhecidas na India.

2.^º — O nome *ata* é indigena, sendo usado tanto no Malabar, como no norte da India, e é derivado do sanscrito *átrypya*, outro nome da fructa.

3.^º — Encontram-se em varias partes da India vastos terrenos, cobertos de ateiras silvestres, cujos fructos têm salvado muitas vidas por occasião de crises famineas.

4.^º — Nas esculturas de Bharhut e nas excavações de Mattra e de Ajanta encontrou o general Cunningham representada uma fructa, que se lhe afigura com certeza a *ata* (embora anormalmente grande), visto que não se conhece outra a que se assemelhe. (1)

(1) Observa este general: «A minha identificação d'esta fructa (*ata*) entre as esculturas de Mâthurá tem sido posta em duvida com fundamento em que a arvore foi introduzida na India pelos portuguezes. Eu

Respondem os pátidarios da idea de importação :

1.^º — O facto da existencia de nomes vernaculos não prova a antiguidade da fructa na India, porquanto sabe-se que os hindús têm adoptado nomes preexistentes para as plantas introduzidas, como succede por exemplo com a *argemone mexicana* que, sendo reconhecidamente importada, tem comido nomes conhecidos na literatura india, antes da sua introducção, e assim com algumas outras plantas; e bem pode ter succedido o mesmo com a *ata*.

2.^º — Rheede e Rumphius referem-se a um certo autor, que dá o desenho d'esta fructa, cujo nome no Mexico era *ahaté* ou *até*; n'um Vocabulario de Manilla encontra-se o nome *até* ou *atté*, designando a mesma fructa. Portanto a palavra *ata*, em vez de ser indigena, pode ter sido importada com a fructa; o proprio nome *anona* é de origem americana. Quanto a *atrypia* dizem os autores do *Hobson-Jobson*: — «Uma grande autoridade (Prof. Max Muller) a quem uma vez recorremos, duvidou que esta palavra (significando = delicioso) tivesse algum dia existido no verdadeiro sanscrito Nomes sanscritos têm sido certamente inventados para muitos objectos que eram desconhecidos

não contesto o facto de terem os portuguezes trazido atas para a India, como reconheço que a *East India Company* importou centenares de pedras-moinhos no forte de Chunar, como para illustrar o proverbio de levar o carvão para Newcastle. Tenho viajado por uma grande parte da India, onde encontrei tão extensas e remotas zonas cobertas de ateiras silvestres, que não posso deixar de suspeitar que seja indigena a arvore. Posso ainda appellar para uma das esculturas de Bharhut, para uma representação muito exacta da fructa e folhas de *ata* (Bharut Stupa, 55). «Os nomes das duas variedades da *ata*, *Rámphal* e *Sítáphal* são por si quasi bastantes para mostrar que, desde ha muito tempo, estas arvores têm sido cultivadas e veneradas pelos hindus». (*Bomb. Gazetteer*, XII, 490.).

até os ultimos seculos. Assim por exemplo Williams dá mais de uma palavra para *cactus* (*nag-phansi*), uma classe de plantas que foi certamente introduzida da America».

3.^º—Tambem se encontram extensas zonas cobertas pelo *anacardium occidentale*, o *argemone mexicana* e outras exóticas, hoje em estado silvestre, e ninguem duvida que sejam importadas taes plantas.

4.^º—Escreve o dr. G. Watt: «O testemunho botanico é contrario à opinião do general Cunningham a este respeito; com esteio difficilmente pode duvidar-se que a *anona squamosa* seja uma planta introduzida, embora muito obscura a data da sua introducção..... A representação a que se refere o mesmo general, pode estar ligada a um grande numero de plantas, como a jaqueira ou outra semelhante; podem mesmo ser as flores (*flower-heads*) da sagrada Kadamba».

Se a botanica demonstra que a *ata* e a sua congenere são introduzidas na India, em que época teria tido logar a introducção, i. é. antes ou depois da entrada dos portuguezes? Sabemos *apud* Rheede que no Malabar a *ata* era ás vezes chamada por um nome nativo significando «jacca de Manilla», ao passo que a *a reticulata* era conhecida como «jacca dos portuguezes». E «estes factos,—dizem Burnell e Yule,— parecem indicar que provavelmente a *ata* e o seu nome vieram do Mexico á India, pelas Filippinas, enquanto que a *anona* e o seu nome vieram de Hispaniola pelo Cabo.» Portanto, pelo menos a *anona* deve ter sido conhecida depois dos portuguezes e por intermedio d'estes.

Mas á *ata*? Parece-nos que a mais antiga referencia a ella entre as fructas da India é feita pelo P. Vicenzo Maria (1672), não sendo antes d'elle mencionada nem por Baber (*circa* A. D. 1530), nem por G. da Orta (1563), nem por Linschoten (1597), P. della Valle (1624) e Bontius (1658) o qual descreve, aliás, esta fructa como um producto americano, na parte do seu livro relativo ás Indias Occidentaes. E este silencio de tantos autores deixa vêr que elles não tiveram

na India conhecimento da *ata*, a qual começou a aparecer mais tarde, talvez introduzida pelos portuguezes, como não falta quem supponha e o proprio general Cunningham não contesta.

Propriedades e usos — «A planta da *ata* em 4 ou 5 annos chega ao seu maior desenvolvimento.... a fructa... debaixo da casca é dividida em tantos loculos correspondentes aos compartimentos externos.... A polpa é muito branca, tenra, delicada e tão deliciosa que allia á agradavel doçura a mais attrahente fragrancia como a agua de rosas»... (P. Vicenzo Maria).

As sementes e as folhas contêm um principio acre nocivo aos insectos, sendo por isso usados em pó para destruir os piolhos; as folhas pisadas são empregadas para cicatrizar ulceras. A raiz é considerada purgante drastico.

(Continúa)

MARIANO J. DE SALDANHA.

O GENESIS DAS PALAVRAS⁽¹⁾



amos agora tocar levemente n'esta ultima parte sobre um assumpto muito interessante e digno de toda a attenção na linguistica e na philologia.

Elle nos offerece um campo tão vastissimo, que é impossivel ser tratado, como deve ser, nos limites d'estes nossos estudos. E' o Genesis ou a historia das palavras.

N'esta vasta provincia da sciencia o philologo acha maravilhas e bellezas communs ás linguas, quasi em todas as palavras que empregamos, com sua longa historia, obscurecida pelos abysmos dos seculos, como o geologo encontra maravilhas em cada cama da terra.

Limitar-nos-hemos a attrahir a attenção dos nossos leitores com a historia de duas palavras só.

(1) Dos *Estudos Philologicos*, publicados por J. F. Gonçalves Cardoso no *Instituto de Coimbra*, em 1876, trasladamos este interessante excerpto. Gonçalves Cardoso era natural de Candolim; foi professor do ensino secundario no reino e falleceu no Porto em 28 de abril de 1893 com 49 annos d'edade; deixou valiosos trabalhos litterarios. (N. do D.).

Nos tempos da epocha da inspiração e da adoração espontanea, em que a religião era pura sem subtilezas metaphysicas, nem complicações sacerdotaes, sociaes ou politicas, em que faziam esta pura invocação :

*Dyaüs pitar préthivi matar adhruk
Agne bhrátar vasavah miriláta nah* (¹)

os primitivos aryanos, descobrindo a presença de alguma cousa sobrenatural e inalteravel, guiavam-se por ella.

Os corpos celestes, dos quaes uns ao mesmo tempo fazem o seu giro em roda da terra e outros que se movem lenta e irregularmente, serviam aos primeiros paes da raça aryana para conduzir e regular os seus negocios terrestres.

A lua, por exemplo, era um medidor universal ; elles determinavam por este planeta os dias, semanas, mezes (²), e por elle regulavam, como ainda hoje, festas, marés, reunões publicas, epochas de sementeiras, etc., e davam-lhe por isso o nome de *más* (medidor), a palavra que vem do antigo *sanskrito*, *mā* (medir).

(¹) Pae céo, mãe terra, irmão fogo, astros, sêde-nos propicios, — *Rig-Veda*, I, 112, 26.

(²) No *Edda* a lua é chamada *ártalli*, o que conta os annos. Em basco chama-se *argi-izari*, medida pela lua. Vide em quanto ao nome *ártalli* Kuhn, *Zeitschrift für vergleichende Sprachforschung*, tomo ix ; enquanto á ultima vide, *Dissertation critique et apologétique sur la langue basque*, pg. 28.

D'esta mesma raiz deve derivar *mása* (mez), o latino *mensis*, o grego *mén*, o saxonico *móna* (lua), e *mónádah* (mez), o gothico *mena* (lua), e *menoth* (mez).

Em grego *méné* é lua, em inglez *moon*, *month* em inglez (mez), e em francez *mois*. Nos derivados do portuguez *mez*, *medida* encontramos a concepção original.

A historia d'esta palavra escolhida como exemplo, nos ensina muitas cousas, baseadas em innumeraveis factos.

Em primeiro logar, a palavra toma sua origem n'uma necessidade, que é produzida n'uma epoca e nas circumstancias particulares da vida da humanidade. Nasce uma nova necessidade, é preciso um instrumento para a medição e é preciso designal-a; chamam-lhe *má-tram*, donde vem o grego *metron*, e o nosso *metro* que se encontra em quasi todas as linguas da Europa.

A palavra *anima*, derivando da raiz sanskrita *an* (respirar), significava originariamente *sopro* ou *respiração*; em grego era *anemos*, vento.

Da mesma maneira o saxonico *sawl*, o inglez *soul* (alma), é apparentado com o gothico *saivs* (mez), saxonico *sae*, allemão *see*, hollandez *zee*, inglez *sea*, vindo da raiz *si* ou *siv* (agitá ou mover), donde temos o grego *seio* (agitá).

O latino *spiritus* (espirito) vem de *spirare* (respirar). O saxonico *gast* (espirito), o inglez *ghost* e o allemão *gheist* vêm da raiz *gust* (sopro do vento), donde temos a palavra portugueza *gaz*, *gazoso* e seus derivados.

Se examinassemos o grego Zeus, o sanskrito Dyaus, o latino Jovis, o anglo-saxonico Tiw, e o germanico Zio, nome muito importante nas religiões e nos livros sagrados dos povos da familia aryana, achariamos não sómente uma mera designação conservada em algumas letras, mas um poema em cada lingua, o que nos daria materia para encher um grosso volume.

Um outro exemplo d'esta molestia contagiosa de denominações nos servirá para conclusão dos nossos estudos :

O sanskrito *ádityávara* (domingo), dia do sol personificado em Indra, chefe dos deuses e senhor do céo; hindustani *itvar*, hindú *rabibár*, goanense *aitár*, saxonico *sonnadoeg*, dia do sol, allemão *sonntag*, dia do sol, inglez *sunday*, dia do sol, latino *dies dominica*, dia do Senhor, corresponde á personificação de Indra; o italiano *domenica*, hespanhol *domingo* e francez *dimanche* são contracções do latino.

O sanskrito *chandrávara* ou *somavara* (segunda-feira), dia da lua, hindustani *somvar*, hindú *sombár*, goanense *somar*; saxonico *monandoeg*, dia da lua, allemão *montag*, dia da lua, inglez *monday*, dia da lua, latino *lunae dies*, dia da lua, italiano *lunedì*, hespanhol *lunes*, francez *lundi*.

O sanskrito *mangalávara* (terça-feira), dia de Mangal, deus da guerra, ou dia do prazer ou do serviço publico, hindustani *mangal*, hindu *mangalbár*, goanense *munglár*, saxonico *tiwoesdóeg* ou *tuesdoeg*, dia de Tiwes ou Tig, deus da guerra dos povos do norte, allemão *dieustag*, dia do serviço militar, inglez, *tuesday*, dia de Tues ou Tewes, latino *Martis dies*, dia de

Marte, deus da guerra dos romanos, italiano *martedi*, hespanhol *martes*, francez *mardi*.

O sanskrito *budhavára* (quarta-feira), dia de Budha (sábio), hindustani *budh*, hindu *budhbár*, goanense *budúar*, saxonico *wodensdoeg*, dia de Woden ou Odin, celebre nas tradições dos povos septentrionaes da Europa e avô do famoso Yngue, a quem se attribue o templo de Upsal; allemão *odenstag*, dia de Oden; inglez *wednesday*, dia de Woden, latino *Mercurii dies*, dia de Mercurio, filho de Jupiter e de Maia e mensageiro dos deuses entre os romanos; italiano *mercoledi*, hespanhol *miercoles*, francez *mercredi*. Foi assim que mais tarde os alchimistas deram o nome de *mercurio* ao mais movel dos metaes, nome com que os romanos designavam ás vezes o Deus e o planeta, e que é hoje o nosso mensageiro das novas dos tempos.

O sanskrito *vraspativara* (quinta-feira), dia de Wraspati, mestre dos deuses; hindústani *jumarat*, deriva da palavra arabe *juma*, dia em que os mussulmanos se reunem na grande mesquita para orar e que corresponde á nossa sexta-feira, e do sanskrito *rátá*, vespera, noite, tarde, isto é, vespera de *juma*; hindú *brihaspatibár*, goanense *breshtar*, saxonico *þórdoeg*, allemão *dounerstag*, inglez *thursday*, dia de Thor, filho mais velho de Odin ou Waden, chefe muito poderoso de uma tribu d'esses povos septentrionaes e summo sacerdote estabelecido no golpho de Rothnea. Contam-nos as tradições anglo-normandas a seguinte passagem a respeito de Thor:

—Um dia convidou elle aos seus filhos Nor e Ghor para um solemne sacrificio; seus filhos, annuindo ao

convite, quizeram levar comsigo a sua irmã raptada. Sahiram por tanto os dois irmãos em procura d'ella, Nor por terra e Ghor por mar. O primeiro, passando as montanhas, encontrou uma planicie immensa e uma nação guerreira, governada por um chefe chamado Rolpho. Este tinha-lhe roubado a irmã. Informado do seu poderio, não se atreveu a atacal-o; deixou a sua irmã na posse do raptor e proseguiu. No meio do caminho descobriu o paiz entre o oceano e os Alpes dofrinos e deu-lhe o nome de *Norwoeg*, caminho de Nor. Eis aqui a origem da Noruega, segundo esta tradição.

A denominação da quinta-feira entre os latinos era de *Jovis dies*, dia de Jupiter, seu deus supremo, italiano *geovedi*, hespanhol *jueves*, francez *jeudi*.

O sanskrito *sukrávara* (sexta-feira), dia de Sukrá, deusa da felicidade e do amor entre os antigos hindús; hindú *sukrabár*, goanense *soukrar*, hindústani *juma* (origem arabe como já dissemos acima), sáxono *frigdaeg*, alemão *freitag*, hollandez *vrydág*, inglez *friday*, dia de Freya ou Frigga, deusa do amor dos povos do norte. D'aqui se deriva o alemão *frau*, o irlandez *frig*, e hollandez *vrouw* mulher, latino *Veneris dies*, dia de Venus deusa do amor entre os romanos, italiano *venerdì*, hespanhol *viernes*, francez *vendredi*.

O heroico *sabath* (sabbado), dia do descanso, latino *Saturni* ou *sabathi dies*, italiano *sabatto*, hespanhol *sabado*, francez *samedi*, sáxono *soeterdoeg*, dia de Saturno, filho do céu e da terra, inglez *saturday*, dia

de Saturno, alemão *samstag*, dia do repouso, sanscrito *çanivara*, dia de Çani, filho do sol, hindústani *sanichar*, hindú *sanibâ*, goanense *sôñvar*. (¹)

J. F. GONÇALVES CARDOSO.

(¹) Addicionaremos aqui mais um exemplo do contagio das denominações. No *Panjab Notes & Queries*, de fevereiro de 1875, lê-se a seguinte relação de palavras hindustanis, tomadas á lingua portuguesa, relação com a qual nos favoreceu o sr. pe. F. X. Vas, nosso ilustrado collaborador :

Hindustani	Portuguez
Almári	{ Almario. Armario.
Ananás	Ananaz.
Angrezí	Ingrez.
Boyám	Boyão.
Chabí	Chave.
Girjá	Igreja.
Kamíz	Camisa.
Martol	Martello.
Mez	Meza.
Nilám{	Leilão.
Lilám{	Fita.
Fita	Beringela.
Birinjal	Prego.
Pareg	Pires.
Pirich	Pipa.
Pípá	Perú.
Perú	Saia.
Sáya	Camara.
Kamará	Iyão (Inhame).
Gwiyán	

O FORTE DE S. JERONYMO

E

A egreja de N. Sr.^a do Mar, de Damão

(Continuação da pag. 140)

VI

Assento que se fas da comutação do officio annual em quatro missas cantadas pelas almas de todos os irmãos desta confraria e dos sufragios que se determinarão se fizessem pelos soldados e officiaes deste Forte que dam um larim em cada mes, na forma abaixo declarada.

No mesmo dia do assento atras (18-11-1774) da eleição reprezentou o muito Reverendo Padre Vigario que os officiaes e irmãos da Meza não concorriam com promtidão senão com muita falta, pela penuria do tempo, com a esmola que cada um está obrigado a dar para officio annual pelas almas de todos os Irmãos : a saber Prezidente quatro xerafins, Procurador tres, Escrivão dous e nove Irmãos da meza hum cada hum, segundo o assento feito no tempo do seu antecessor o R. Pe. João Anselmo da Annunciaçao as fl. 48 v. e que por esta

cauza, como tambem por não haverem padres que o viessem cantar, se não fazia já, menos se podião cantar duas ou tres missas, a que se acha redozido o dito officio, *ex vi* do assento as fl. 17 v.; pois o anno passado, não obstantes as devidas diligencias, não sahirão mais que tres xerasins e que como a mayor parte dos Irmãos da Meza herão por costume *ab inicio* observado, *soldados* deste Forte e alguns delles sucedia tambem serem officiaes, não parecia justo que alem do larim que dão em cada mes e do despendio que fazem em outros cargos que ocupão, deu tambem a esmola para o dito officio. Tão bem reprezentou que os ditos *soldados herão os mayores e perpetuos benfeiteiros desta confraria* que outros mais irmãos todos e que pedia a rezão e justiça tivesse na sua morte sufragio maior e manifesto e não huma só missa rezada de meyo x. como outro qualquer irmão. O que ouvido e ponderado por esta meza e alcançando serem justas as reprezentações do dito R. P. Vigario, se assentou quanto a primeira que todos officiaes da Meza, Prezidente, Procurador, Escrivão e nove Irmãos, sejão aliviados da penção da dita esmola, que se lhes espes em tempo que esta confraria se achava muyto decahida. E posto que o compromisso manda no cap.º n.º 1.º fl. 5 que o dito officio se faça solenemente com despeza, ametade da confraria e a metade do Prezidente, se alivia a este da dita penção, visto ser obrigado pelo assento as fl. 11 v. dar des. l. para reforma da armação que se toma para a festa da Sr.^a e ponderando juntamente que não havendo Prezidente e não chegando as esmolas para a Festa da Sr.^a ficavão as almas dos ditos Irmãos sem officio e sem huma missa cantada sequer, se assentou em comum parecer,

que visto não se poder fazer o dito officio solememente por falta de padres e quando hajão, hade ser preciza grande despeza e não estar esta confraria em decadencia, se mandem cantar cada anno, em lugar do dito officio, no mes de novembro quatro missas, cada huma de tres l. de esmola, pardao e meyo para o Pe. Vigario e pardao e meyo ao Mestre e que os Irmãos Tezoreiros presentes e futuros paguem sempre esta despeza e concorra com a cera necessaria para os altares e tabernaculo, quanto seja decentemente necessaria. Quanto a segunda reprezentação se assentou que falecendo qualquer soldado ou official deste Forte no actual serviço delle que dá em cada mes o larim em cada mes a esta confraria, se lhe mande cantar huma missa da esmola de tres l. na forma assim declarada, em qualquer dia privilegiados (podendo ser) e que sejão avizados todos os mais soldados para assistirem a ella e que o Ir. Tizoreyro ponha quatro velas na altar e quatro no tumulo para a dita Missa e se digão duas rezadas da esmola de pardao de Goa para se dizarem com brevidade. E falecendo qualquer soldado ou official que o tenha sido deste Forte dous annos, e nelles dado o Larim, se assentou tambem se faça por cada hum delles o mesmo assim ordenado; porem pelos que não tiverão sido os ditos dous annos se mandarião somente dizer duas missas rezadas da esmola de meyo X. a cada hum, que he mais do que tem outro qualquer Ir. e de como assim se assentou em comum acordam se fez este etc. (a) Manoel Nunes de Nazareth e vinte assignaturas. (4)

(4) As principaes pessoas sepultadas na egreja do Mar, conforme os respectivos assentos :

Em 13-1-1762, faleceu Antonio de Miranda, capitão de sipaes, se-

O documento que em seguida trasladamos, demonstra que antigamente a freguezia de N. Sr.^a do Mar só se limitava aos moradores do Forte S. Jeronymo e que no anno 1774 o seu numero se quadruplicou. (¹)

pultado na egreja. Em 26-9-1762; falleceu Domingos Francisco, capitão do forte, enterrado na capella-mór (pagava a fabrica das sepulturas na capella-mór 60 x.^s, a este oficial — «por ser bemfeitor se perdou 40 x.^s. vid. fl. 22.» Em 24-11-1764, faleceu D. Maria da Penna («mãe do Vigario Peixoto»), sepultada na capella-mór — fl. 28. Aos 5-1-1772 faleceu João de Souza Botelho, capitão do campo, sepultado na capella-mór — fl. 28. Aos 5-1-1772 faleceu João de Souza Botelho, capitão do campo, sepultado na capella-mór — fl. 43. O sistema de enterramentos era como nos conventos — salas dos homens e das mulheres —.

Um annotador a uma obra do grande poeta portuguez M. M. de Barbosa du Bocage diz o seguinte : — encontramos appensa a um antigo manuscrito d'este poema, sem todavia nos responsabilisarmos por sua *veracidade*, diremos que a protagonista D. Anna Jacques Mantcigui, natural de Damão, vivia na cidade de Goa etc.».

A' face d'um antigo assento existente no cit. Liv., fl. 57 v., podemos asseverar que a referida D. Anna, era natural de Damão, pois a sua familia residia em Damão pequeno no anno de 1780. Eis o assento :

«Recebeo aos 12 do mesmo (setembro de 1780) fabrica de Caetano, creanças da casa de Fabiam de Mondotegy (sic) que se sepultou nesta igreja.»

Em 6-10-1791, era commissario do Santo Officio em Damão fr. Felix da Cruz, religioso agostinho, — cit. Liv.

(¹) Varias familias christãs se estabeleceram em Damão pequeno por 1773, vindas da freguezia de N. S. dos Remedios da aldea Margol, antes possuída pelos jesuitas, como Josepha do Rozario (fl. 46) e de Surrate, Paschoa Pereira e outros, — cit. Liv., fl. 14 v.

A fabrica (hoje não existe) recebia dos enterramentos : de creanças 1 x.^s 2 tgs. 5 rs., dos adultos 3 x.^s 1 tg. 15 réis (no corpo da egreja), e na capella-mór «oitenta xs. abatido meyo de abertura de cova» — fl. 45 do cit. Liv. Mais tarde, em 1825, as fabricas reduziram as taxas da sepultura na capella-mor a 50 xs., como vimos d'um recibo

VII

«Treslado do requerimento do Samchristão desta Igreja, Manoel de Madre de Deos para se lhe dar mais um x.^o da paga alem de dois e m.^o conforme o costume. Informação do Rev. Parocco e despacho do R.^o Vigario da Vara, Vizitador a esta Igreja.

Diz Manoel da Madre de Deos, samchristão desta

passado a Antonio Francisco Moniz (nossa avô) pelo enterramento de seu irmão pe. Constancio Mariano Moniz na capella-mor da egreja de N. S. dos Remedios, do lado da epistola, em 1 de agosto de 1825. Pertencia o finado á antiga caza de Adsulim (Benaulim de Goa).

Lista dos presidentes da confraria de N. Sra. do Mar

- 18-4-1774 Luis da Costa Franco (menor) «seu padrasto D. Sebastião Palim de Mello».
- 29-9-1775 Fernando de Menezes.
- 12-10-1776 Francisco de Albuquerque Mascarenhas.
- 24-10-1779 Henrique Americo Liz «pela sua filha Anna Maria Henriques Liz que de Dio aonde se acha por ora mandou pedir o quizesse acceitar».
- 10-11-1782 Vicente Lucas de Abreu.
- 10-10-1784 N. Sra. do Mar (fazendo-se a despeza com o dinheiro da sua confraria, porem uma nota marginal diz = «Não se dispendeu nada da confraria para a festa da Sra. porque Domingos Mascarenhas a fez como soy notorio a todos».
- 24-2-1785 Manoel Fernandes.
- 1-11- » José Paulino de Miranda Henriques.
- 1-11-1787 Bernardo Antonio Carneiro.
- 25-10-1788 D. Maria Izabel Flor de Menezes, viuva do (Governador) Felipe José Ripado (em varios livros dos conventos encontramos o nome d'esta virtuosa dama portuguezca que era da nobreza da cidade damanense).
- 24-10-1789 Manoel Caetano de Menezes.
- 28-10-1790 Francisco Manoel de Barros.

Igreja de N. Sra. do Mar que elle tem de paga tres xes. e meyo; dous e m.^r da confraria e hum da Fabrica, sem mais proes nem precalços alguns das covas, como tem outras Igrejas e porque a referida paga he muy limitada para o Suppe. servir do ditto cargo e estar sempre prompto todos os dias para qualquer necesidade sem poder por esta cauza procurar outro meyo para o seu passadio e soy a ditta paga consignada ao samchristão *em tempo que não avia mais freguezes que os moradores deste Forte*, e podia procurar outro meyo para sua mantença, por ter a liberdade que agora o não tem, pois não pode hum dia sequer afastarse desta Igreja por serem os sacramentos continuados: portanto P. a V. Rma. Snr. Pe. Vigario da Vara e auctual vizitador das Igrejas desta Praça seja servido atendendo a rezão e trabalho do Suppe. consignar-lhe cinco xes. da paga como tem o samchristão da Igreja de N. Sra. dos Remedios, mandando que a confraria e a fabrica dem ao Suppe. mais pardao e meyo no que provido R. Mce..

Informe o Parocho — Em vizita da Igreja do Forte de S. Jeronimo, seis de dezembro de 1774 — Albuquerque.

Rmo. Snr. Pe. Vizitador. He certo o que o Suppe. alega e parece se fas atendivel a sua suplica, porem a requerimento do seu antecessor lhe mandou dar o R. Pe. Vigario da vara que então hera Salvador Xavier de Sá, mais hum xe. da Fabrica alem de dous e meyo que tem da confraria, consignados então, quando o seu trabalho hera muito menor e menos precisa da sua assistencia, *pela pouquidate dos freguezes que agora são mais em numero quadruplicado*. Isto he o que posso informar a V. Mce..

que mandará o que for servido — Damão 7 de dezembro de 1774. Pe. Francisco Caetano Pexoutto.

Vista a informação mando que alem de tres xes. e meyo que vence o Suppe. por mes se lhe dey mais perdão e meyo; a saber meio xe. da conta da fabrica e humida confraria. Damão, dia supra. Albuquerque». etc. (a) Francisco de Barros — fl. 29, cit. liv.

No anno de 1776 a força que guarnecia o forte foi recolhida para a Praça. Ate os principios do seculo XIX havia uma pequena escolta, com um condestavel e um official, por nome Barnabé, cuja residencia ficava á frente da egreja, habitando o forte poucas familias. (¹)

(¹) Dimensões dos terraços do forte de S. Jernoymo			
Baluarte S. Ignacio N. a S.	40 pés Nas.	a Poe.	70 p.
Baluarte Santiago	96	"	99.
Baluarte S. Francisco Xavier	75	"	81.

Altura das muralhas

Do lado Nascente e Norte; externa 41 pés; interna $24\frac{1}{2}$ p.
" Poente e Sul; " $26\frac{1}{2}$ " " $10\frac{1}{4}$ ".

Todos os outros esclarecimentos se encontram na *planta* especial que tiramos do referido Forte, com as alterações antigas e modernas, para que o nosso trabalho fosse mais perfeito possível.

O antigo armazém hoje é a caza da coima do municipio, e os dois quartos internos formam o deposito de petroleo dos negociantes de Damão pequeno. A guarda fiscal tem um posto de vigia á entrada do forte e uma caza de deposito á frente do cemiterio.

Por espirito de curiosidade e estudo, queríamos entrar nas salas internas do baluarte Santiago, mas o cheiro asfixiante e mephitico, quasi pestilencial, que cortava no rosto, fez-nos por duas vezes recuar e desistimos da temeraria empreza. Deixamos ás futuras gerações esse estudo.

VIII

Assento a respeito de se não fazer o acto da Quinta-feira Mayor, para se não dizerem a tres Missas determinadas no assento a fl. 25 v. e para se forrar o sacrario por dentro e fazer porta nova.

No mesmo dia do assento atras, se assentou que visto a respeito de nova reforma que se fes ser premudada para a Praça a companhia da guarnição deste Forte que do seu principio athe a dita reforma sempre esteve firme nelle e ficar esta confraria privada ja do larim que dava cada soldado e alguns officiaes todos os mezes, *despois da herecção da igreja e colocação do sacrario* que vinha a importar por anno em duzentos e cincuenta L. pouco mais ou menos, conforme os preços e não ter sido antigamente costume haver nesta Igreja em quinta feira mayor, sepulcro, com exposição do SSantissimo, missa cantada e procissão e só fazer esta solenidade o R. Pe. João Anselmo de Annunciação, Vigario que foy desta Igreja, com esmolas que adqueria sem dispendio algum da confraria e continuar o mesmo acto e na mesma forma o actual Padre Vigario muitos annos e só na sua auzencia no anno que daquy foy por Prior emcomendado da Matrix e ficou em seu lugar o R. Padre Jozé Mascarenhas, he que se determinou se fizesse o dito acto com o dispendio toda da confraria que então se hia aumentando e agora brevemente de todo ficará decahida, senão daquy em diante o dito acto de quintafeira mayor com despeza alguma da confraria, não só pelo prejoizo que se segue a ella, como tão bem por não haverem fieis que asista a elle e o façao,

como socedeo este anno que não houve quem cantasse a missa, fizesse o acto da procissão, nem assistiu na Igreja visto os *moradores deste Forte e do Campo* serem obrigados na Praça e assistirem nella; pois com elles he que se fazia todo o acto completa e solemncemente etc. Tão bem se assentou que pela mesma razão referida da mudança da companhia e de frande (fundo) da confraria se não mande dizer já pela morte dos soldados que forão deste Forte as tres missas determinadas no assento as fl. 25 v e só hua de meyo l. como hera costume antigo : porem no cazo que *algum dos soldados que ficarão por descamento* (sic) neste Forte derem todos os mezes o larim como dantes que pela morte destes se fizesse todo o determinado no dito assento, o qual no mais tera seu inteyro vigor. Tão bem se assentou que visto o forro de dentro do sacrario estar indecente e a porta imprefeita e pouco segura, se fosse etc. (a) Manoel de Madre de Deus e sete assignaturas — fl. 30.

Damão.

ANTONIO FRANCISCO MONIZ.

8

A CONVENÇÃO DE CINTRA EM GOA

(A proposito do centenario da guerra peninsular : 1808-1908)



a sua *Historia de Portugal e colonias* escreve Augusto Bouchot, que Napoleão Bonaparte tivéra o cuidado de mandar estudar a historia de Portugal nos lyceus de França, e com muita razão, porque n'ella encontrava uma excellente escola de entusiasmo e de heroísmo para as jovens gerações, que arrastava atraç de si para todas as capitais da Europa.

De industria principiamos por este autorizado e insuspeito depoimento, para melhor frisar o contraste das accções do grande capitão, incomprehensivel exemplar de documento humano. Foi esse mesmo Bonaparte que, no apogéu da sua gloria, determinou riscar o reino lusitano da carta política da Europa, repartindo-o a seu bel-prazer no tratado de Fontainebleau, e mandou Junot com um exercito poderoso assenhorear-se, como se assenhoreou, de Portugal, proclamando ainda

que a Casa de Bragança tinha cessado de reinar ! Um aniquilamento completo, como se vê, d'essa mesma terra de heroes em cujos feitos, aliás, encontrava lições e exemplos dignos de fixar a attenção da juventude franceza !

Notavel incoherencia, singular contraste entre a consideração que lhe merecia a historia de Portugal e a forma atroz, brutal, com que opprimiu a nação portugueza, aliás producto d'essa propria historia,— contraste que unicamente se explica pela ardentissima paixão com que, na phrase d'um poeta, esse

«deus da guerra
... enriquecia a França empobrecendo a terra»,

e pela confessada preferencia que, nos elementos do seu saber politico, dava a Machiavel, como unico conselheiro d'um homem d'Estado, tendo em muito pouco Tacito— um romancista ! e Gibbon— um parlador !

Ha, porém, mais que muito de perto nos diz respeito.

Não contente em cobiçar Portugal, Napoleão pensára igualmente em aproveitar-lhe as possessões na India, que, julgava, seriam um excellente ponto estratégico para as suas operaçōes contra os inglezes. Teve para este fim secretos entendimentos com o potentado Tipú—outro Napoleão, seu contemporaneo, da India,—e lançou as suas vistas sobre esta pequena e pobre Goa, o que deu logar a occuparem-n'a, em 1799, as tropas britannicas, e a tornarem depois a occupal-a por longos annos, a titulo de justa defeza propria, e

com notorio menoscabo da soberania de Sua Magestade Fidelissima.

Assim, as desmedidas ambições de Bonaparte foram a causa directa — pelo menos o governo inglez as invocou, embora alimentasse tambem as suas, em estado latente, mas que o tempo veio revelar em plena luz — d'essa ocupação de triste memoria, que, pelo visto, promettia ser permanente, se o imperio de outras circumstancias politicas não viésse evitar uma similhante calamidade.

Deixemos, porém, de parte estas referencias, aliás interessantes, e, ao arripios dos tempos, retrocedamos uns cem annos para, em breves linhas, recordar, por opportuno cabimento, os longinquos e apagados echos que teve, n'esta parte do dominio portuguez, a restauração de Portugal do pesadissimo e ominoso jugo francez, escripta com sangue na Roliça e no Vimeiro — onde as tropas napoleonicas pela vez primeira viram humilhadas as aguias imperiaes e conheceram o travo amargo de uma derrota — antes de ser firmada na *Convenção de Cintra*, cujo centenario passa no dia 30 de presente mez de agosto.

Echos longinquos e apagados, repetimos, porque não existia n'esse tempo em Goa a imprensa que nos deixasse detalhado e elucidativo relato dos acontecimentos, pelo que unicamente podemos valer-nos de documentos officiaes, preservados, quanto possivel, da acção do tempo no precioso archivo da secretaria geral do governo, e porque ainda se estava na epoca de relações com a metropole pelas naus das monções: uma viagem por cada anno, recebendo-se

ou enviando-se por atacado toda a correspondencia annual, de que resultavam, quando menos, incidentes por vezes pittorescos, como festejando-se em Goa os anniversarios natalicios de reis ou principes, fallecidos já muitos mezes antes.



Das importantes alterações politicas havidas em Portugal no anno terrivel de 1807 — a invasão de Junot e a retirada do Principe Regente, depois el-rei D. João VI, com toda a real familia para o Rio de Janeiro, onde se fixára a corte — houve o Conde de Sarzedas, ao tempo vice-rei, conhecimento em 31 de maio de 1808, e da declaração de guerra contra a França, a 28 de outubro do mesmo anno ; não por communicação official, porque não veiu n'esse anno a nau de viagem, mas por varios impressos. Não pudemos apurar por onde se teriam recebido, mas quer-nos parecer que o fossem pelo enviado ou pelo commandante das forças inglezas aqui estacionadas, os quaes, relativamente com maior facilidade e antecipação do que o governo local, sabiam as noticias e recebiam as gazetas da Europa. Com a Convenção de Cintra e a consequente evacuação de Portugal pelas tropas de Junot, sucedeu cousa analoga, como adiante se verá.

Todas as communicações officiaes do principio, progressos e termo da primeira invasão franceza, vieram por junto, na mesma occasião, pela nau de viagem *Rainha dos Anjos*, de que era commandante o 1.^º tenente Antonio Garcia Alves, e que devia ter sahido do Rio em junho e chegado a Goa em outubro ou principios de novembro de 1809. Por isso ainda, a nau trouxe, ao mesmo tempo, a noticia extra-official da nova invasão, do marechal Soult, e dos successos posteriores. A ultima d'essas communicações officiaes foi a carta dirigida pelo Principe Regente áquelle vice-rei, transmittindo-lhe a boa noticia da feliz restauração de 1808, e determinando por tão fausto motivo as demonstrações de estilo, carta que damos a seguir com a resposta do vice-rei, a qual a mesma nau levou na tornaviam.

Carta régia

N.^º 1 — Conde de Sarzedas, Vice-Rey e Capitão General de mar e terra do Estado da India. Amigo. Eu o Principe Regente vos envio muito saudar como aquelle que amo. Quiz o Todo Poderoso abençoar o espontaneo entusiasmo e fidelidade de Meus amados vassallos portuguezes e os esforços das tropas do Meu fiel e potente alliado, o Rey da Graã-Bretanha, auxiliados pelos dos bravos castelhanos, Meus vizinhos confederados, e foi servido libertar os Meus reinos de Portugal e dos Algarves das tropas francezas, que, á falsa fé e sem motivo nem pretexto, os inva-

dirão e possuirão até ao feliz instante, em que forão restaurados, no breve espaço de dous mezes, pela lealdade portugueza, coadjuvada pela bravura e heroicidade dos inglezes e dos castelhanos. O que Me pareceo mandar participar-vos, para que ficando na certeza da restauração gloriosa dos sobreditos Meus reinos, a façaes celebrar com aquellas demonstrações publicas, que julgareis proporcionadas á importancia de tão fausto successo.

Escrita no Palacio do Rio de Janeiro, aos 6 de janeiro de 1809. *Principe* com guarda.

Para o Conde de Sarzedas.

(L.^o das *monções*, n.^o 189, fl. 86).

Resposta do vice-rei

N.^o 12 — III^{mo} e Ex.^{mo} Sr.— Recebi a carta régia de 6 de janeiro de 1809, n.^o 1.^o, por ella foi Sua Alteza Real o Principe Regente, nosso adorado Soberano, servido honrar-me com a communicação da feliz restauração dos reinos de Portugal e dos Algarves, devida ao espontaneo entusiasmo de fidelidade dos sempre leaes vassallos portuguezes, unido com os esforços da poderosa Inglaterra e dos bravos castelhanos.

Em janeiro do mesmo anno se fez publica neste Estado esta agradavel e grande novidade, que se verificou nos principios de fevereiro por noticias

incontestaveis, o que logo fiz sciente a todos os fieis vassallos de Sua Alteza Real por meio de huma salva real de artilharia, com que todas as diversas fortalezas do Estado salvarão tres vezes no dia 12 do mesmo mez, e na tarde deste dia tendo sido avisado por mim o Ex.^{mo} Arcebisco Primaz, e mais pessoas publicas, se cantou na Sé Primacial hum solemne *Te Deum*, em acção de graças ao Deus Omnipotente, conservador dos imperios, onde tive o gosto de assistir no meio dos tribunaes do Estado, de todos os officiaes militares, politicos e civis, corporações ecclesiasticas e regulares, e hum grande concurso de nobreza e povo, não deixando de assistir a este acto o enviado inglez, o commandante das tropas auxiliares britannicas, e mais officiaes, os quaes em todas as occasiões de demonstrações de regosijo nacional, teem mostrado com muito prazer a boa harmonia e amizade, que felizmente subsiste entre as duas corôas de Sua Alteza Real e de El-Rey da Graã-Bretanha.

Com a chegada da nau de viagem *Rainha dos Anjos* se espalharão noticias relativas aos negocios politicos da Europa, que de alguma sorte nublarão a nossa alegria, logo que estas se desvaneçam de todo, como felizmente espero, confiado na justiça da cauza de Sua Alteza Real, e dos seus fieis, e honrados vassallos, e sobretudo no Braço Omnipotente, que tendo formado o Imperio Luzitano, prometteo a sua futura estabilidade nas Augustas Pessoas dos nossos amados Soberanos, e seus Reaes, e Fidelissimos descendentes: então manifestarei a nossa felicidade e a

gloria da Nação portugueza com demonstrações de tanto jubilo como o meu coração deseja, e objecto he digno.

Deus guarde a V. Ex.^a. — Goa 6 de dezembro de 1809.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Conde de Anadia.

Rubrica do vice-rei *Conde de Sarzedas*.

(L.^o cit., fl. 87)

J. A. ISMAEL GRACIAS.



NOTICIAS ARCHEOLOGICAS

O «Archaeological Survey» da India



caba de ser publicado — diz o *Times of India*, de 31 de julho — o relatorio annual do *Archaeological Survey* da India, correspondente ao anno de 1904-05, o qual está redigido com o mesmo cuidado e magnifica ordem, como o anterior, primeiro da serie corrente.

Dois são os principaes serviços a cargo do *Survey*: investigar e conservar; o relatorio mostra que taes serviços têm sido bem desempenhados. Lord Curzon dizia constantemente que a conservação dos monumentos antigos é um dos primaciaes deveres do governo. «Temos um dever a cumprir — accentuou uma vez — tanto para com os nossos antepassados, como para os contemporaneos e vindouros, — ainda o nosso dever para com estes exige o reconhecimento d'uma obrigação para com os primeiros, desde que somos os guardas da nossa epocha, que nos foi legada pelos antigos, e desde que a posteridade justamente nos ha de censurar, se, devido á

nossa incuria, deixar de obter as mesmas vantagens, que temos o privilegio de fruir.» Estão sendo agora corrigidos os erros do passado, e quem não tenha vagar ou occasião de vêr os trabalhos do *Survey*, pôde estudal-os n'este precioso volume.

Quanto á mais importante função do *Survey*, mencionam-se as obras executadas para a conservação dos grandes grupos historicos de monumentos mahometanos nas Províncias Unidas, Punjab e Ajmir, e das reliquias indianas na presidencia de Madrasta. Têm-se realizado muitos trabalhos nos Estados Nativos, e mr. Marshall é muito justo nas suas entusiasticas referencias á bem acabada reparação, feita, vencendo-se grandes dificuldades, no templo de Dilwara em Monte Abu. Descrevem-se no relatorio minuciosamente as excavações feitas em Kasia, Sarnath e em outras partes. Entre outros capitulos de natureza menos technica, ha um, no qual mr. Marshall falla d'un novo typo de louça de Baluchistan. Julga-se que os vasos, de que se vêm no relatorio gravuras coloridas, são anteriores á era christã, mas os respectivos ornatos não são de molde a indicar a sua origem; sabe-se apenas que são unicos no seu genero.

Mr. W. H. Nicholls discute um assumpto muito interessante: a origem italiana da architectura do Taj, a qual se costuma fundamentar no esplendido rendilhado de marmore que se vê no mausoleu que Shah Jahan consagrhou a sua esposa. Esta nova tentativa para desfazer a velha lenda, de que o veneziano Jeronimo Veroneo fôra por esse imperador encarregado do projecto d'esse mausoleu, é ampliada no prefacio por mr. J. H. Marshall, director geral do *Archaeological Survey*.

Escreve mr. Marshall que «o Taj resume em si toda a historia antiga da architectura mogol e o seu largo desenvolvimento». Quanta á obra de *pietra dura* do Taj, admite que só o technico poderia ter vindo contractado do Occidente, mas ainda assim, quanto á technica, é mais que provavel que tivesse origem independente na India.

Não é nova esta opiniao, que se confirma pela descoberta, no mausoléu Khalji em Mandu, de *pietra dura*, muito grosseira e antiga. Não colhe o argumento por analogia, sugerido pela existencia de mosaicos italianos, representando Orpheu, no throno de Shah Jahan em Delhi, porque esses mosaicos foram sem duvida importados prompts de Italia para a India. Mas, a velha lenda está ainda de pé. Ha cinco annos, escreveu mr. Havell um artigo n'uma importante revista ingleza, refutando a lenda que parece devida ao padre Manrique, escriptor pouco digno de fé; mas, todo o viajante que entra no Taj, ainda ouvé, e provavelmente continuará a ouvir a noticia de que o plano da grande obra prima foi d'um architecto italiano.

O Xadrez

Escreve o sr. Alfredo Ansur no *Diario de Noticias*, n.º 15.298 de 22 de junho ultimo:

«O sr. Weber, na sessão plena de 8 de fevereiro de 1872 da Academia Real das Sciencias de Berlim, leu uma «Dissertação acerca de algumas datas relativas ao xadrez, segundo os textos indianos» (pag. 59-90 das Memorias mensaes de 1872 — «Monatsberichte»).

Na sessão plena de 18 de julho do mesmo anno leu um «Suplemento» ao assumpto (pag. 562-568).

Finalmente, em 3 de novembro de 1873, leu na sessão da classe philosophico-historica uma «Continuação das suas investigações acerca do xadrez na India» (pag. 705-735 das Memorias mensaes de 1873).

Para estes importantes trabalhos teve a bondade de chamar a minha attenção o actual 1.^º official da biblioteca da Academia Real das Sciencias de Lisboa, o reputado eruditio sr. Bettencourt.

O meu velho amigo e contemporaneo de Universidade dr. Theophilo Braga, encarecendo a competencia do orientalista do sr. Weber, suggeriu-me a idéa de traduzir as ditas investigações.

Mas limito-me a dar d'ellas ligeira noticia, não só pela deficiencia dos meus conhecimentos na lingua allemã e dificuldade de interpretação das extensas Memorias, mas ainda porque interessariam diminuto numero de leitores.

O sr Weber apresenta em caracteres vulgares o texto completo de dois pequenos poemas sanscritos que tratam do xadrez, fazendo seguir cada estrophe da respectiva traducção e, depois, de technicos e profundos commentarios, fundados em textos hêbraicos, persas, arabes, gregos, romanos e inglezes.

O primeiro poema sanscrito tem 36 estrophes e é estrahido do «Bhavishya Purana».

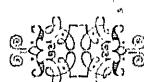
O segundo, comprehendendo 16 estrophes em metros diversos, mas com rima, forma o capitulo final da «Nilakanta nîtimayukha», que constitue o 5.^º volume de uma vasta Encyclopedie Indica sobre liturgia, direito e economia politica.

O primeiro poema trata do famoso xadrez de quatro parceiros — de origem persa talvez.

O segundo, do xadrez que bem corresponde ao europeu na idade média e na actualidade, de dois parceiros unicamente.

Este segundo poema hindu termina com tres diagrammas do salto de cavalleiro, compostos por um rei de Ceylão, pelo pae do autor do poema e pelo proprio poeta.

As dissertações do sr. Weber são dignissimas de leitura e estudo por parte dos verdadeiros amadores da archeologia do jogo real — «das Spiel des Konigs» — como aquelle sabio eminente denomina o xadrez, fundado em textos sanscritos e gregos que apresenta..»



Vasco da Gama com sangue inglez?

Lê-se no *Diario de Notícias*, n.º 15.317 de 11 de julho, o seguinte:

O sr. Ismael Gracias, um dos nossos mais infatigaveis e competentes investigadores da historia do dominio portuguez na India, dirigiu ao nosso collega dr. Sousa Viterbo uma carta, que passamos gostosamente a transcrever, não só pela pessoa que a firma, como pelo assumpto de que trata:

*Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. e meu presado
amigo e confrade*

O *Times of India (Illustrated Weekly)*, de 23 de outubro

do anno proximo passado, transcreveu do *Evening Standard* o seguinte artigo firmado por um *Anglo-Portuguez*:

«O maior descobrimento e o mais importante para o commercio no seculo XVI, foi indubitavelmente o do caminho maritimo para a India pelo celebre navegador Vasco da Gama. Esse caminho já estava descoberto por Bartholomeu Dias em 1486, até ao Cabo da Boa Esperança, que fôra então denominado Cabo das Tormentas, nome este que el-rei D. João II fez substituir por aquelle. O grande emprehendimento foi completado por Vasco da Gama, que, a 22 de maio de 1498, desembarcou na cidade de Calicut. Chegou á India este illustre navegador poucos annos depois do descobrimento da America por Colombo; não obstante, é preciso reconhecer que o commercio do mundo ficou muito mais alargado pelo feito de Vasco de Gama do que pelo de Colombo. Vasco da Gama abriu caminho por «mares nunca d'antes navegados» do Mediterraneo ao Atlantico, e a Europa recebeu em resultado as facilidades de industria e commercio que hoje logra.

Note-se que a Inglaterra é senhora da India. A primeira possessão portugueza da India que passou aos ingleses, Bombaim, foi dada em dote pelo casamento de D. Catharina de Bragança com Carlos II, de Inglaterra. D'esta cessão nasceu o Imperio da India sob o regimen britannico. Deve-se concordar que a Inglaterra obteve mais vantagens com o descobrimento de Vasco da Gama do que com o de Colombo, o que se pôde igualmente dizer do mundo inteiro, pois, por aquelle descobrimento, o christianismo, a civilisação e o commercio foram introdu-

zidos em terras que, antes da viagem do grande navegador, eram desconhecidas da Europa.

Como ultimo fundamento por que ao nome de D. Vasco da Gama deve a nação ingleza tributar um profundo reconbecimento e veneração, apontaremos um laço que prende igualmente á Inglaterra e a Portugal o afamado navegador, pois descendia este d'uma familia ingleza pelo lado materno, tendo, portanto, nas suas veias sangue inglez.

Todos os factos que menciono podem ser verificados, examinando um exemplar do Froissart, que n'este momento tenho á mão.»

Sangue inglez do lado materno, diz o articulista.

Ora das memorias biographicas de Vasco da Gama, que tenho presentes, consta apenas :

Que Vasco da Gama era filho de Estevam da Gama e D. Isabel Sodré ;

Que Estevam da Gama era filho de Vasco da Gama e D. Thereza da Silva.

Que D. Isabel Sodré era filha de João de Rezende e D. Maria da Silva ;

D'onde, pois, o sangue inglez pelo lado materno ?

Recorro á erudição de v. ex.^a e rogo se dignie esclarecer-me, se alguma cousa ha que confirme o asserto do articulista. Dispõe v. ex.^a ahi de amplos meios de investigação, que aqui me escasseiam : eis o motivo por que venho hoje fazer-lhe este pedido, que a sua bondade me desculpará.

Tenho a honra de ser com a mais distincta consideração e estima

De V. Ex.^a
am.^o mt.^o att.^o e adm.^{or}

Pangim, 16 de junho de 1908.

J. A. Ismael Gracias.

A opinião do *Anglo-Portuguez* não nos parece absolutamente inédita, pois se a nossa memória nos não atraiçõa, já foi aventada pelo saudoso escriptor Luciano Cordeiro, que atribuiu procedencia britannica á familia Sodré.

A Inglaterra já se orgulhava de que o infante D. Henrique — «o navegador», como lhe chamam — fosse filho de uma ingleza, D. Filippa de Lencastre, mulher de D. João I. Não admira que ella se queira usanar agora de ter também fornecido uma pinta de sangue ao glorioso descobridor do caminho marítimo da India.



Veio esclarecer este assumpto o muito apreciado escriptor, sr. Augusto Ribeiro, em duas interessantes cartas, publicadas no citado *Diário*, n.^{os} 15.319 e 15.323 de 13 e 17 de julho, que damos a seguir :

... Sr. Director do *Diário de Notícias*.

A carta, hontem publicada pelo seu excellente jornal, dirigida pelo illustrado investigador e distinco escriptor,

sr. Ismael Gracias (India Portugueza) ao nosso eminente collega, o douto academico sr. dr. Sousa Viterbo, acerca de uma attribuida consanguinidade ingleza ao glorioso descobridor da India, Vasco da Gama, evocou um pouco do que na memoria conservo acerca de cousas interessando á historia dos descobrimentos e conquistas dos portuguezes.

Assim pude facilmente, recorrendo aos meus velhos livros, chegar á conclusão de que a asserção do *Evening Standard*, reproduzida no *Times of India*, é fundada. A familia Sodré, a que pertencia a mãe de Vasco da Gama, D. Isabel Sodré, era oriunda de Montemór-o-Velho. Nos principios do seculo xv uma senhora da familia Sodré casou em Inglaterra com o Conde da villa e castello de Bectafort (?) e foi Brizida Sodré de Bectafort.

No seculo xvii este titulo era aportuguezadamente escripto: — «Bectaforte» e para nós é difícil reconstituir o nome verdadeiro inglez. Será: — «Becktfordt?» — «Beckford», ou «Bedford?». No entanto é certo que Vasco Gil Sodré, aliás nascido em Montemór-o-Velho, tendo servido brilhantemente em África, foi nos meados do seculo xv (entre 1450 e 1460) o primeiro capitão donatario da ilha Graciosa dos Açores. O primogenito de Vasco Gil Sodré, chamado Diogo Vaz, quiz casar com D. Branca, filha do outro capitão donatario Pedro Corrêa da Cunha, que lh'a recusou por o julgar menos fidalgo do que ella.

Diogo Vaz Sodré voltou logo a Portugal e ao seu solar de Montemór-o-Velho, regressando pouco depois á Graciosa, com a authentica carta de brazão de seu pae e outros instrumentos juridicos, provando que sua avó ma-

terna fôra casada em Inglaterra com o Conde da villa e castello de Bectaforte (?) e logo o capitão donatario Pedro Corrêa da Cunha assentiu no casamento, de que resultou numerosa e illustre descendencia.

Evidentemente D. Isabel Sodré, mãe de Vasco da Gama, descendia de Vasco Gil Sodré, sobrinho e genro dos Condes de Bectaforte (?) em Inglaterra, e ahi está explicado como nas veias do famoso descobridor da India corria o sangue inglez. E eis tudo quanto é possivel precisar acerca d'este caso genealogico, que não tenho idéa de haver sido alguma vez invocado ou referido entre nós. De modo que sómente restará averiguar o que era a familia nobre ingleza do seculo xv dos condes de Bectaforte (?)

Se v. achar interessante publicar esta informação, muito lh' o agradecerá, o que é com antiga amisade e dedicada estima

De v. etc., etc.
Augusto Ribeiro.

12 julho 1908.



... Sr. Director do *Diario de Notícias*.

Agradecendo a v. a publicação da minha carta anterior acerca d'este assumpto, peço-lhe esclareça mais que a mulher do donatario da ilha Graciosa, Vasco Gil Sodré, é designada no notavel genealogio açoriano como Beatriz Gonçalves Bectafort (?) isto é, conservou o titulo nobiliar-chico de sua mãe Brizida Sodré de Bectaforte (?).

O donatário Vasco Gil Sodré, alem do filho Diogo Vaz, houve mais filhos: — Fernão Vaz, que foi para S. Miguel, Maria Vaz, Leonor Vaz e Ignez Vaz que casaram com fidalgos insulares. De Vasco Gil Sodré e da sua descendencia, resultaram alianças com as mais nobres familias do reino: — Furtados Mendonças, Carvalhaes, Condes de Penaguião, Mellos, Atalayas, Cunhas, Correias de Mello, Coutinhos, Marquezes de Ferreira, Cantos, etc., etc.

A aliança dos Sodrés com a casa dos Gamas foi depois renovada na descendencia do capitão Vasco Gil Sodré pelo casamento de uma filha de Estevão Ferreira de Mello (da casa dos Condes de Atalaya) e de uma neta de Vasco Gil com um filho da familia Gama. Do casamento de Diogo Vaz Sodré Bectaforte (?) e da sua descendencia resultou uma intricada aliança com mais outras illustres familias do reino, como as dos Perestrellos Camaras, Vasconcellos, Cantos, Condes de Olivença, Duques de Cadaval, de Bragança e de Aveiro e Marquezes de Gouveia e de Santa Cruz, não falando na dos Condes da Vidigueira e Marquezes de Niza.

Não tenho noticia de se conservar entre as familias de nobreza portugueza o appellido de Sodré, verdadeiramente illustre, mas nos Açores, designadamente na Terceira, ha ainda uma familia Sodré, originaria de S. Miguel, progenie, talvez, de Fernão Vaz Sodré, filho segundo de Vasco Gil Sodré, e de Beatriz Gonçalves Bectaforte (?) que para ali foi nos fins do seculo xv.

Emfim, do capitão Vasco Gil Sodré existe um monumento de tradição popular, integralmente mantido durante séculos: — o do nome dado ao antigo caes, proximo á Ribeira das Naus — o caes do Sodré, tão arreigado, entre

os marítimos sobretudo, que ainda hoje prevalece sobre a designação de praça do «Duque da Terceira», o glorioso paladino da liberdade, que modernamente foi dado ao antigo recinto e proximidades do caes do Sodré.

Creia-me sempre, sr. director do *Diario de Noticias*, com velha amizade e dedicada sympathia,

De v., etc., etc.

15 julho 908.

Augusto Ribeiro.

Em referencia ao antepenultimo trecho da carta precedente, saiu no mesmo jornal, n.º 15.332 de 26 de julho, mais esta carta :

Sr. Director do *Diario de Noticias*. — Tendo lido no seu apreciado e excellente jornal de 17 do corrente a carta do sr. Augusto Ribeiro, datada de 15, em que este cavalheiro diz : «não tenho noticia de se conservar entre as familias da nobreza portugueza o appellido de Sodré», venho responder a este periodo da carta de sua excellencia, dizendo que a nobre familia Sodré se acha actualmente representada em Portugal pelo sr. Francisco de Sodré Pereira, com o fôro grande de fidalgo cavalleiro da casa real, tendo o seu brasão de armas e nobreza registado na Torre do Tombo, e por suas irmãs D. Maria Paula de Sodré Pereira da Costa Freire, D. Maria Ange-

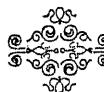
lica de Sodré Pereira e D. Julia de Sodré Pereira, filhos
légítimos do sr. Francisco de Paula de Sodré Pereira,
bisneto de D. Isabel Sodré e D. Maria Libania de Almei-
da de Sodré Pereira, já falecidos.

Publicando v. esta minha carta, muito grato lhe ficará
quem tem a honra de assignar-se com a mais distineta
consideração e estima,

De v. etc.,

Lisboa, 24 de julho de 1908.

Lucas Ventura da Costa Freire.



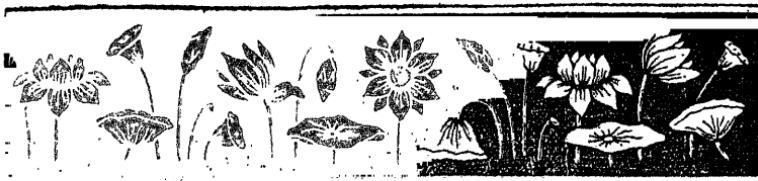
BIBLIOGRAPHIA

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

— *Sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, em 16 de junho de 1907 — Lisboa — Por ordem e na Tip. da Academia. 1907 (Offerta da Academia Real das Sciencias de Lisboa).

— *O Marquez de Pombal e o seu centenario* — Lisboa — Imprensa Nacional. MDCCCCVIII. (Offerta da Sociedade de Geographia de Lisboa)

— *Relatorio da gerencia do Real Instituto Luso-Indianio, relativo ao anno de 1907* — Bombaim — Tip. do Anglo-Lusitano. 1908. (Offerta do Real Instituto Luso-Indianio, de Bombaim).



O ORIENTE PORTUGUEZ

REVISTA DA COMISSÃO ARCHEOLOGICA

DA

INDIA PORTUGUEZA

VOLUME V—1908

Número de setembro e outubro



Non me mandas contar estranha história,
Mas manda-me louvar das meu a glória.

CAMÕES, Lus., c. m. est. III.

NOVA GOA

NACIONAL

1908

SUMMARIO

Dos n.^{os} 9 e 10

I — O HEROE DO «AMOR DE PERDIÇÃO» EM GOA, por J. A. Ismael Gracias.

II — D. GUTERRE DE MONROY, por Gomes de Brito.

III — INÍCIO DE ESTUDOS MILITARES NA ÍNDIA, por J. M. do Carmo Nazareth.

IV — NEGÓCIOS CONSULARES EM BOMBAIM, por Jeronymo Quadros.

V — ANTIGAS ESCRITORAS, LETRADAS E HEROINAS DE PORTUGAL.

VI — PLANTAS EXÓTICAS INTRODUZIDAS NA ÍNDIA PELOS PORTUGUEZES, (continuação), por Mariano J. de Saldanha.

VII — O CHRISTIANISMO EM TRANQUEBAR NO SÉCULO XVII, trad. por J.

VIII — CENTENARIO DA RESTAURAÇÃO DO REINO.

IX — NOTÍCIAS ARQUEOLÓGICAS.

X — DOCUMENTOS DA COMMISSION DE ARQUEOLOGIA.

Comissão de redacção

— Alberto Osorio de Castro (ausente).

— J. A. Ismael Gracias.

— José Mendes R. Norton de Mattos (ausente).

— Rodrigo J. Rodrigues (ausente).

— Visconde de Castelões (ausente)

— J. M. do Carmo Nazareth — secretário.

DIRECTOR — J. A. Ismael Gracias.

O ORIENTE PORTUGUEZ

5.^o ANNO. 1908

NUMERO DE SETEMBRO E OUTUBRO



O HEROE DO

«AMOR DE PERDIÇÃO»

EM GOA

Os que tenham lido o *Amor de Perdição*—um dos mais notaveis romances de Camillo Castello Branco, d'um cunho singularmente nitido, a que o applaudido engenho do sr. dr. João Arroyo veio dar um novo e muito apreciavel relevo com a sua magnifica opera que, ha de haver anno e meio, foi magistralmente executada pela sr.^a Gagliardi e outros artistas de valor, no theatro de S. Carlos em Lisboa—devem estar lembrados da acrisolada paixão que, em vivissimas

côres, se pinta no livro, do extraordinario drama d'amor que ahi se desenrola com um epilogo pungentissimo, capaz de interessar espiritos mais dispe-
gados, e de confranger corações mais apathicos.

Simão Antonio Botelho, tio paterno de Camillo, jovem robusto e assomado, rixoso e brigão — no que bem sahiu a seu pae e tio, irmãos «valentes, desen-
voltos e absolutos», segundo se lê n'um documento coévo —, enamora-se de Thereza, donzella «regular-
mente bonita e bem nascida», filha unica de Thadeu
de Albuquerque, velho fidalgo, que tinha o seu solar
visinho á casa da familia Botelho. Thereza, sintindo
a impressão, corresponde-lhe com igual intensidade,
e ateia-se assim entre ambos uma paixão ardente, que
vae sempre crescendo na proporção das dificuldades
que lhes levantam os paes de ambos, a ponto de
Thadeu, desesperado por vêr que a filha se recusa a
casar com seu primo d'ella, Balthazar Coutinho, fidal-
go de Castro d'Ayre, internal-a no convento de Mon-
chique do Porto.

Por seu turno, e antes que as grades do mosteiro
se fechem sobre a pobresinha, Simão Botelho apro-
veita um ensejo propicio, e com um tiro de pistola
acaba n'um prompto com o seu rival, igualmente
odiado pelos dois amantes. Mas, não foge á respon-
sabilidade do assassinio; offerece-se logo á prisão,
digno e alevantado até roçar pela soberba. E, emquan-
to Thereza está a consumir-se, vendo apagada a
luminosa radiação da sua juventude e esvaidos os
sonhos de suprema ventura, que o amor lhe creára,—
insensível aos cuidados e confortos que se lhe prodi-

galisam na clausura, — indiferente ás animadôras caricias da madre prioreza e das monjas, — Simão vae arrastando uma existencia martyrisada nas cadêas, primeiro de Vizeu, e, depois, da Relação do Porto, onde tem, por longos dois annos e nove mezes, a adoçar-lhe as agruras da reclusão uma gentil e sizuda moça, chamada Mariana, filha d'um ferrador, que em tempo fôra o seu guardacostas, a qual espontaneamente faz assidua assistencia ao malaventurado homicida com desinteressada e inexcedivel dedicação. Um adoravel typo de mulher essa Mariana, a repulsar moralmente para longe, muito longe, as Albinas de Zola e as Amelias do Eça.

Seguindo o processo crime os seus termos, e correndo igualmente empenhos encontrados do pae de Thereza e do pae de Simão, é este a final condenado á pena ultima, que lhe é commutada em dez annos de degredo para a India.

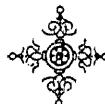
A 17 de março de 1807 embarca para a India em a nau de viagem, obtendo préviamente passagem tambem para a boa Mariana, que o quer acompanhar como creada. Thereza, gasta já pelo tormentoso soffrimento, morre no mirante do convento donde viu o seu adorado no barco, não sem lhe dirigir um ultimo adeus, derradeira nota das vibrações apaixonadas da sua alma; e Simão, sabedor já do lastimoso termo da sua bem-amada, segue ao seu destino junto com a sua carinhosa amiga, muito recommendedo por um desembargador ao commandante da nau, mas letalmente vencido pelas tristezas consumptivas que lhe deixára a historia tragica dos seus amores. Adoece logo e morre

ao romper da manhã do decimo dia da enfermidade, que de febre maligna foi capitulada pelo facultativo de bordo. Lança-se ao mar o seu cadaver, e, simultaneamente, no insondavel tumulo do oceano vae fazer-lhe eterna companhia, n'um grato suicidio, a fiel e devotada Mariana.

Eis pouco mais ou menos, e muito pela rama, mas quanto basta ao nosso fim, o encantador enredo, desatando-se em admiraveis quadros, do *Amor de Perdição*.

Mas, qual é esse fim? — pergunta-nos certamente o leitor n'este momento.

Vamos dizer-lh'o.



Acompanhando com particular interesse o excelente trabalho de conscienciosa e erudita investigação, que, no *Archivo Historico Portuguez*, tem publicado o sr. Pedro A. de Azevedo, sob a epigraphe *Os antepassados de Camillo*, vimos no fasciculo dos n.^{os} 1 e 2 d'este presente anno, varias e curiosas referencias aos episodios do *Amor de Perdição* e ao seu infeliz protagonista. Relativamente a Simão Botelho, escreve o illustre conservador do Real Archivo da Torre do Tombo:

«Em 17 de março de 1807 embarcou para a India Simão Antonio Botelho, segundo diz uma observação existente no livro das entradas dos presos da cádeia da Relação do Porto; de 1803 a 1805, de que

nos dá conhecimento Camillo no *Amor de Perdição*. O crime que o levou ao degredo não é o que nos conta o grande romancista. Os documentos dizem-nos só, que elle foi criminado pelo estropiamento que praticou com um tiro da sua carabina ou clavina na pessoa do creado de um individuo de Vizeu. De ter sido o amor que lhe armou o braço, estão mudos os processos que compulsei; só o archivo da Relação do Porto nos dirá alguma cousa, no caso que este ainda exista. Quanto a Theresa, seu pae, seu primo, o ferrador João da Cruz e a filha d'este, são figuras ao que me parece criadas pela fantasia de Camillo. Não seria todavia muito improvavel que o amor de Simão tivesse sido consagrado a uma rapariga pobre e de tão baixa condição, que ao juiz de fóra sobreviesse repugnancia em a admittir por nora, a qual, todavia, praticado o crime pelo amante, o tivesse acompanhado até á morte, quer nas profundidades do oceano, quer nas regiões do Oriente.

Esvae-se assim uma lenda, mas aumenta-se o brilho de Camillo, porquanto retirou da sua imaginação uma das narrativas de maior sentimento que possuímos.»

O que acabamos de transcrever despertou-nos, como é natural, intensa curiosidade. Lêramos, há 35 annos ou mais, o *Amor de Perdição*, n'uma edade em que se devoram novellas e romances, enlevando-se apenas no enredo, ou na these do autor, e, quando muito, para se familiarisar com as boas letras. Relémol-o agora com o estudo do sr. Pedro de Azevedo á vista.

Se o desgraçado Simão embarcou para a India, como degredado, e se a dedicada moça Mariana o acompanhou, alguma cousa deveria constar nos documentos contemporaneos do archivo da secretaria geral do governo d'este Estado, embora ambos tivessem morrido durante a viagem. A data do embarque, fornecida pelo sr. Azevedo *apud* Camillo, que não é exacta, como logo se verá, foi o fio conductor das nossas investigações, e não tardou que achassemos tudo quanto queríamos, no livro das *monções*, n.^º 187, correspondente ao anno de 1807-1808, faz á justa um seculo. Assim fossemos felizes em outras buscas, mesmo menos affastadas, e de assumptos mais importantes, que nos têm feito suar o topete, sem resultado apreciavel!

Nem Simão Antonio Botelho achou a sepultura no caminho da India, antes chegou sāo e escorreito a Goa, nem Mariana o acompanhou, menos podia acabar os seus dias tão romanticamente como refere Camillo, que, da mesma forma como deformou a narrativa do crime, fantasiou igualmente um desenlace tragico para o heroe do drama, e para as duas sympatheticas figuras que em torno d'elle gravitam.



Simão Antonio Botelho veio á India a bordo da nau da monção de 1807, denominada *Conceição e S. Antonio*.

Com o aviso de 18 de abril d'esse anno, envia o

ministro Visconde de Anadia ao vice-rei Conde de Sarzedas a relação dos soldados, voluntarios, soldados e presos sentenciados que, em numero de 205, «devem partir nesta monção para esse Estado a bordo da nau de viagem *Conceição*». (L.^º citado, fl. 250.) Na relação que é datada do Presidio da Torre de S. Julião da Barra, 16 de abril de 1807, e assinada por Antonio Elesbão Xavier de Almeida, capitão de mar e guerra, commandante, inclue-se entre os 35 «presos sentenciados por dez annos para a India» :

Simão Antonio Botelho, filho de Domingos José Correia Botelho e de D. Ritta Thereza Caldeirão Castello Branco, natural da cidade de Lisboa, de 18 annos». (Ib., fl. 272 v.).

Portanto, o embarque deve ter-se realizado, não em 17 de março, mas em 18, ou em qualquer dos dias subsequentes, de abril de 1807, pois não ha dado algum para se saber qual precisamente o dia em que a nau sahiu de Lisboa.

A nota, que o romancista extraiu dos livros da cadêa de Relação do Porto, e que diz — «foi para a India em 17 de março de 1807» — refere-se de certo á saída do preso do carcere para o Presidio da Torre de S. Julião, onde devia ter estado até ao embarque. Um lapso de penna explica tudo.

Na relação não existe o nome de Mariana, nem parece que a um degredado vulgar, de leva, como se vê arrolado o nosso Simão, seria permittido acompanhar-se d'uma creada.

A nau *Conceição e Santo Antonio*, de que era comandante o capitão-tenente Antonio José Freire, chegou a Goa em 7 de novembro de 1807 com toda a gente que trazia, e que não era pouca (¹), faltando apenas um — Manoel Semedo, de Niza, soldado sentenciado por doze annos, — o qual falleceu a bordo no dia 27 de junho de 1807. E' o que se mostra da relação (contra-prova) enviada em 2 de janeiro de

(¹) Mais de 200 homens, entre os quaes especialisaremos os seguintes 7 officiaes despachados para a India e 5 ecclesiasticos :

Officiaes

Francisco Augusto Monteiro Cabral, filho de Ladislau José Monteiro Barbuda e de D. Genoveva Ignacia Xavier Cabral, natural de Setubal, de 32 annos — capitão do real corpo d'engenheiros.

João Baptista Alves Porto, filho de Lourenço Alves Porto e de D. Anna Ignacia dos Reis, natural de Lisboa, de 23 annos — capitão do real corpo d'engenheiros.

Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, filho de Francisco José da Gama Lobo e de D. Maria Miguelina Machado de Souza, natural de Bastos, de 21 annos — tenente d'infanteria.

Fernando José de Figueiredo, filho de João Capistrano de Figueiredo e de D. Gertrudes Germana Guterres, natural de Lisboa de 22 annos — 2.^º tenente d'artilheria.

Manoel de Souza Machado de Moraes Sarmento, filho de outro e de D. Luisa Maria Anna, natural de Torres-Veiras, de 30 annos — alferes d'infanteria.

Francisco de Paula Pereira de Azambuja, filho de José Jorge Sequeira e Abreu e de D. Thereza Manoela Pereira de Azambuja, natural de Lisboa, de 36 annos — era cadete da 7.^ª companhia do regimento de Lisboa e veio servir com a mesma praça.

Acerca dos capitães Monteiro Cabral e Alves Porto lêa-se o *Catálogo do assentamento da gente de guerra*, pg. 42. Do primeiro sabemos também que falleceu em Goa a 3 de março de 1832, e no mesmo dia foi sepultado na capela-mór do convento de S. Francisco d'Assiz:

1808 pela Intendencia Geral da Marinha e do Real Arsenal de Goa ao vice-rei, e por este remettida ao ministro em officio de 26 de fevereiro do referido anno (L.^o cit., fl. 370.) N'essa relação que é assignada por José Rodrigues Moreira, lê-se no logar competente, entre «os presos sentenciados por dez annos para a India» :

«Simão Antonio Botelho, filho de Domingos José Correia Botelho e de D. Ritta Thereza Caldeirão Castello Branco, natural da cidade de Lisboa, de 21 annos, feira de Belém». (Ib., fl. 380 v.)

Ecclesiasticos

Frei José de S. Joaquim, converso da província da Arrabida, filho de Joaquim Gregorio e de Anna Joaquina, natural de Lisboa, de 22 annos — preso á ordem de Sua Alteza Real, por aviso da secretaria d'Estado do reino, dirigido em 15 de outubro de 1806 ao Intendente geral da polícia, — commutado no acto de mostra para a India sem tempo determinado, por ordem do ministro Visconde de Anadia. Em virtude do aviso régio de 26 de maio de 1809, foi este frade, ouvido o arcebispo coadjutor D. fr. Manoel de S. Galdino, que informou não ter n'elle notado maus procedimentos, durante 2 annos que o teve em sua companhia, admittido no convento de S. Francisco de Goa. (L.^o das monções, n.^o 189, fl. 147-149).

O padre Caetano Francisco da Silva, natural de Sirulá, de 55 annos.

O padre Mathias Bernardo da Fonseca, natural da ilha do Chorão de 63 annos.

O padre Jorge Dias, natural da villa de Pangim, de 52 annos.

O padre João Baptista Pinto, natural de Candolim, de 52 annos.

Estes quatros ecclesiasticos com outros implicados na conjuração de 1787, haviam sido enviados presos para Lisboa na monção de 1789, pelo governador Francisco da Cunha e Menezes, a bordo da nau *S. Luiz e Santa Maria Magdalena*, do commando do capitão-tenente Antonio Joaquim dos Reis Portugal. Obtendo o régio perdão, tornaram á patria. Veja-se *A Conjuração de Goa* por Cunha Rivara, pg. 36 e seg..

Os dois assentamentos, do reino e de Goa, divergem apenas na idade de Simão, não sabemos porquê. O do Presidio da Torre de S. Julião dá-lhe 18 annos, e 21 o da Intendencia Geral da Marinha e do Real Arsenal de Goa. Camillo diz no *Amor de Perdição* que Simão nasceu em 1784 na freguezia da Ajuda, em Lisboa; concorda, portanto, com o assentamento de Goa.. De resto, é este um pormenor de pouca monta.



Seria curioso saber qual o destino que teve em Goa o degredado Simão Antonio Botelho. Teria cumprido aqui todo, ou uma parte do prazo do degredo, e depois regressado ao reino? Teria morrido em Goa? Metter-se-ia por cá em alguma nova aventura? Por agora fallece-nos o tempo para esta investigação.

J. A. ISMAEL GRACIAS.



D. GUTERRE DE MONROY ^(a)

Capitão da cidade de Goa

1515

D Guterre, que em 1515 passou á India, como castelhano, e como castelhano se deu a partido, em 1541, em Cabo de Aguer, os dois extremos da sua pouco brilhante carreira militar, ao serviço de Portugal ⁽⁴⁾; D. Guterre, que poderia ter-se naturalizado portuguez, como outros compatriotas seus, como Antonio de Salzedo, de Logrono um dos do seu tempo, como outros estrangeiros: «o janoez» Salvago, por exemplo, que deu o seu appellido a uma viella de

(a) Excerpto d'uma memoria que no *Archivo Historico Portuguez* vêm publicando o illustre escriptor sr. Gomes de Brito, sob a epigrafe *As Tenças testamentárias da Infanta D. Maria*. Por interessar á historia de Goa, transcrevemol-o com a devida venia, do fasciculo dos n.^o 5 e 6 do corrente anno. (*N. do D.*)

(4) Se é que a não iniciou, antes da sua partida para a India, como fronteiro em Azamor, visto que Manso de Lima nos diz ter lá tido, quando no exercicio d'este cargo, o filho D. Tristão.

Lisboa e porventura construiu o seu carneiro, na egreja do mosteiro de S. Francisco (¹); D. Guterre, que preferiu ficar,— e teria para tal suas razões— e ficou, até o sumir-se por entre as misteriosas sombras que envolveram a tragedia em que teve tão principal papel, castelhano para todos os seus contemporaneos, castelhano, para as memorias historicas dos desastres em Africa e dos desacertos da India ; castelhano, com o seu *castello de oiro, em campo vermelho*, — triste irrisão do destino ! — campeando no primeiro quartel do seu vistoso brasão, como fidalgo dos de mais antiga stirpe na Europa, segundo o douto Severim de Faria ; como fidalgo que vinha dos

(¹) Entre os diversos Arcebispos confirmados por Paulo IV, dois o foram nossos conhecidos, e um d'elles compatriota nosso, e nosso conterraneo; D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. Foi o outro, Agostinho Salvago, Arcebispo de Genova, presente, como o antiste de Braga, ao Sagrado Concilio Tridentino. A carta de naturalisação mandada passar por el-rei D. Manoel ao parente do Arcebispo, Antonio Salvago, «mercador janoez», tem a data de 15 de setembro, de 1500.

Segundo Christovão Rodrigues de Oliveira, terá havido na segunda metade do seculo XVI em Lisboa, e freguezia de S. Gião (S. Julião), um beco denominado «do Salvago». No seculo XVII, elevada a categoria da viella á classe de «travessa», mas transfigurado o distico, segundo costume, apparece-nos em Carvalho da Costa, o «beco do Salvago» feito «Travessa do Salvagem». Meiado o seculo XVIII, já este «Salvagem», que o vulgo creria ter sido algum *selvagem*, de outras eras, estava *no plural*; — já eram «Salvagens» os dominantes na tal travessa. O terremoto de 1755 pulverisou tudo isso, e o espirito aprumado e nivelador do Grande Marquez assentou-lhe em cima a cidade Baixa.

Quanto ao carneiro dos Salvagos, em S. Francisco da Cidade, reporta-se a nossa presumpção ao que lemos in *Elem. para a Hist. do Mun. de Lisboa*, nota 1, da pag. 2 do Tom. XI, sem que, por agora, nada mais possamos acrescentar.

godos, a maior, a mais incontestavel nobreza de toda Hespanha . . .

Mas que D. Guterre ficasse castelhano, servindo Portugal, não é exemplo peregrino. Embarcou, levando já consigo a nomeação de capitão de Goa? E o gallego João da Nova, não foi primeiro Alcaide de Lisboa, que D. Manoel lhe desse a capitania de uma nau para a India? E Sancho de Toar, que poetou no *Cancioneiro*, outro que também foi patrono de uma rua n'esta capital (⁴), não foi capitão de Sofala? E aquelle tão bem humorado Guadalajara, «muy gracioso em seu fallar», Alcaidemór de Cananor? E Antonio de Saldanha, «fidalgo castelhano, irmão de João de Saldanha, Vedor da Casa da Raynha Dona Maria», que em 1503, indo para a India, descobriu a Agoada, a que ficou ligado o seu appellido? E João de Rojas e Pero Valdez, que para a India passaram, em 1512, nas naus de Jorge de Mello? E tantos, e tantos outros castelhanos; os Ortegas e os Mancias, os Sayvedras e os Vilhalobos, os La Torre e os Inhigues, os Calatayud, os Alvarados, que, seculos revolvidos, chegaram á litteratura do theatro, os La Puentte, os Almansas, de appellido fatal ás armas portuguezas, pullulando todos nas paginas da nossa historia da India, com diversos merecimentos e fortuna diversa também?

O recenseamento dos castelhanos que, em todos os tempos, serviram em Portugal, independente, e

(⁴) Em Christovão Rodrigues de Oliveira, *Summario, &*, «Rua de Sancho de Toar», na Freguezia da Magdalena (-da Madanela-).

em suas possessões do ultramar, na guerra, na magistratura e até em altas funcções ecclesiasticas, se fôsse possivel fazel-o exacto e completo, demonstraria plenamente uma verdade: — que a politica de Portugal, sob o ponto de vista da *immigração*, foi de todos os tempos, exemplarmente acolhedora e tolerantissima.

De facto, se de França e da Italia; se ultimamente, da propria Flandres, perturbada por motivos de religião, tantos individuos vieram procurar em Portugal, e naturalmente em Lisboa, capital do reino, uma segunda patria, continuando a justificar assim as asserções de Damião de Goes (¹), e acharam aqui livre curso e favor a seus meritos e aspirações, concorrendo com os naturaes aos empregos e preeminencias públicas, bem vistos e recebidos sempre por nossos monarchas, por que motivo não lograriam castelhanos eguaes vantagens, sendo ininterruptas e cordealissimas as nossas relações politicas, sociaes e commerciaes com Castella, primeiro, depois com a entidade politica assimiladora, que passou a denominar-se «Hespanha»?

E' verdade que nem sempre taes acquisitiones para a obra gigantea do avassallamento indiano, davam os melhores resultados, como no caso presente, como em outros, taes quaes o d'aquelle Don Luis de Gus-

(¹) — «... quo factum est, ut multi mortales ex diversis nationibus terrisque remotissimis, caeli puritate pellecti, illuc commigrarint, derelictoque solo natali et patriæ, cura posthabita, perpetuam ibi sedem vitæque domicilium posuerint».

Olissiponis descriptio, in Hispania Illustrata — Tom. II — 1603.

mão, de quem, andando homisiado em Portugal, e conseguindo passar á India, n'uma nau cheia de compatriotas seus, a historia d'aquelle Imperio nos conservou tão execrandas recordações. Como o do proprio João da Nova, a quem o grave e conspicuo Barros, presta tão honroso testemunho de capacidade e aptidão (¹), e que nem por isso deixou de ser, afinal, um dos causadores dos desgostos e malquerenças que mataram Affonso de Albuquerque, «mal com Deus, por causa dos homens, mal com os homens por causa de Deus» . . .

Que provam, porém, estes ou semelhantes exemplos? Um outro facto inilludivel; — que o individuo é o mesmo em toda a parte; bom e mau, e que, portanto, não ha nação alguma que possa reclamar para si o exclusivo, em assumptos de bondade absoluta de caracter, de valentia e de intelligencia, tres condições, pelas quaes o genero humano se exalta ou se rebaixa.

D. Guterre de Monroy partiu, como dissemos, para a India, em companhia de seu irmão D. Fernando e do sobrinho de ambos, D. João, na armada do Governador Lopo Soares de Albergaria, que Barros nos diz ser tio de sua mulher, D. Marianna da Silveira (²).

Este esclarecimento explicará, porventura, o motivo por que D. Guterre ia já do reino despachado capitão de Goa, «com alabardeiros de sua guarda»,

(¹) *Decada I* — Liv. V, cap. X.

(²) *Idem III* — liv. I, cap. VII.

como nota o minucioso Gaspar Corrêa. O que suscita, não sabemos se justificada admiração, é a inconsciencia com que isto se fazia; a facilidade com que a corôa dava uma capitania d'aquellea importancia a um *estrangeiro*, castelhano ou não castelhano; um fidalgo de brasão, é certo, mas que nem sequer se naturalisara, só porque na mercê se empeñhou, bem provavelmente, o tio da mulher do agraciado, recebendo na régia acquiescencia um dos muitos favores, socios da sua nomeação para o alto cargo em que ia investido.

Seja, porém, como fôr, D. Guterre de Monroy, — é impossivel desconhecel-o — não se mostrou digno da régia confiança. A armada que foi á India em 1515 ia eivada d'aquellea especie de peste que ataca o espirito, e podemos chamar *zizania*. As más paixões que a compuzeram, haviam de produzir seu fructo. Toda aquella gente, desde o Governador nomeado até o simples capitão do navio mais somenos, ou da fortaleza de menor consideração; toda aquella gente ia persuadida da missão vingadora de que a encarregara o reinante, affrontado elle proprio pelas suppostas demasiás, em que habilmente lhe haviam feito acreditar incorrrera contra o real poder, o terrivel, o implacavel perseguidor dos que atendiam mais ao proprio interesse, do que ao serviço de el-rei; o intemerato Affonso de Albuquerque.

Por isso, os que voltaram á India, para vingar-se d'elle, saboreando o prazer diabolico de assistirem á sua deposição, e fartar-se de fazerem quanto elle lhes não permittira, acobertados com a delegacia do ma-

gestatico despeito, considerando-se no exercicio de um dever de obediencia, disfarçavam com hypocrisia as pessoaes intenções ruins sob o aspecto de um devotado zêlo pelo serviço do monarca.

Pelo que respeita aos que iam de novo, e nada tinham que ver nos ajustes de contas dos inimigos do Grande Capitão com elle proprio, esses não se deveriam considerar menos ligados ao pensamento que figurava ter inspirado a composição d'esta armada; — continuar a mantença da posse de todo o commercio oriental, mas sob a inspecção suprema da régia auctoridade, a qual, de cá, de Lisboa e com os apoucados meios que então começavam a ensaiar-se apenas, para manter a ligação maritima da extrema Europa com a extrema Asia, a ninguem deixava, com ridículo ciume, suppor que Sua Alteza não vivia nos Paços da Ribeira, e não era dahi que se fazia obedecer. — Ora, para o affirmar, com pessoal proveito, é que elles ahi iam, cada qual com a vontade e o braço feitos ao duplo proposito.

Assim uns e outros, viajavam para a India n'um commum accordo tacito; tirar da India quanto pudessem, quaesquer que fôsssem os meios a empregar. A feição que tomaram as cousas n'aquellas remotas paragens, desde que o novo Governador *entrou a emendar os erros* do Grande Extincto, mostrou bem claramente que o zêlo dos que se não se descuidavam em ajudar Lopo Soares a «desfazer em todalas cousas» do seu predecessor, longe de esfriar, sempre que o pessoal proveito se offerecia, redobrava, pelo contrario, a tal ponto, que nada mais foi preciso;

para que, em um momento, em toda a India se divulgasse a fatal nova: — «Não ha dúvida que morreu Affonso de Albuquerque!»

Para isto, bastou tão só que Lopo Soares «désse licença a todos que navegassem, e fôssem tratar por onde quigessem». Começámos então a fazer á navegação indígena da India o mesmo que os hollandezes nos fizeram depois, acoitados atrás do «esparavel» da Ilha de Santa Helena. Com esta só diferença; que elles procediam como a aranha, esperando a presa do fundo da sua teia, e nós abordavamos as naus de Méca, percorrendo aberta e denodadamente os mares que ellas sulcavam. D. Fernando e o sobrinho, tanto que chegaram a Goa, foram despachados, para irem roubar, um ás Maldivas, outro na costa de Cambaya.

D. Guterre poderia ter agora seus trinta e seis annos, dado que orçasse pelos sessenta e dois, que teria em 1541. «E passo de sessenta annos», escrevia elle então a D. João III. Sem saber onde ficava a India, nem o que era, já levava para ella uma das melhores, senão a melhor, de certo, e, depois da do Governador, mais honrosa representação; — a capitania de Goa, «com alabardeiros de sua guarda»; E ali, na mais alterosa d'aquellas doze naus, vinha o representante de Sua Alteza, no Oriente, o Governador da India, seu protector, seu parente, ainda que por afinidade; o todo poderoso tio de sua mulher. Porque não seria, pois, D. Guterre, elle, o descendente de uma familia de turbulentos e de roncadore, entre os quaes de raro as generosas qualidades de

caracter que assignalam os verdadeiros valentes, sabem aliar-se ao esforço e ao valor pessoaes; porque não seria elle, que, no decurso d'essa tão malfadada viagem para a sua honra de cavalleiro leal e destemido, concebeu a tenção de uma vingança covarde e miseravel; porque não seria elle já «o philaucioso castelhano» que, em duas palavras, ficou retratado no livro *Sepulturas do Espinheiro?* (¹).

Era-o, com effeito, porque um philaucioso é, em regra, um pusilanime, e um pusilanime, não tem dúvida em vingar-se, não de rosto a rosto, mas traíçoeira, mas indirectamente, pela obra de um sicario.

Foi o que fez D. Guterre, tanto que pôz pé em terra; tanto que entrou aquella cidade, onde ia ser o supremo arbitro da paz e da guerra. Foi o que fez o capitão de Goa, logo em tomando posse do seu governo; — um assassinio, por mãos de terceiro, abusando da boa fé amiga de um aliado do seu rei (²).

Escrevemos para ser, naturalmente, lido por uma ordem de leitores, aos quaes os diversos episodios do nosso dominio na India, de maior transcendencia e vulto, não podem ser apresentados por novidade. Nem a repetição do que tão autorisados narradores e historiadores deixaram memorado nos cumpriria emprehender, quando tal ousassemos. Limita-se o

(¹) A pag. 28, a proposito da Sepultura n.º 16, de que ainda viremos a fallar.

(²) O assassinio de Fernão Caldeira, por mandado de D. Guterre, começando pelo vil proposito de uma aleivosã vingança, teve posteriormente, segundo o dá a entender Barros (*Deo. III, L. I, cap. VII*), outro movel não menos abjecto; os bons olhos com que D. Guterre via a mulher do assassinado.

nosso empenho ao succinto recordar de factos que bastem ao proposito: — esboçar o triste papel que D. Guterre a si proprio se destinou. Acceitando o das circumstancias da occasião, com tanta imprudencia, quanta vileza, este nosso detestavel auxiliar castelhano ficou sendo o prototypo da legião de mal intencionados, de ambas as nacionalidades, que prejudicaram, na India, a obra da consolidação amiga e judiciosa politica, de que Affonso de Albuquerque, que tambem teve amigos castelhanos, deixou lançadas as admiraveis bases.

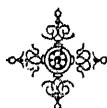
E' de lembrar, pois, e n'este só intuito, que a *façanha* com que D. Guterre de Monroy inaugurou a sua capitania de Goa teve seguimento. Vingado Fernão Caldeira, na propria hora da sua aleivosa morte pelo seu amigo e seu hospedeiro, o Angoscão, premeditou logo D. Guterre tomar a desforra da deseita que este lhe fizera, remettendo-lhe o corpo do assassino, por elle proprio mandado matar. Originou-se d'estas represalias, e dos desvairados tramas de D. Guterre contra o honrado capitão de Pondá; tramas em que a esfaimada cobiça do capitão de Goa ia consócia com o seu desejo de vingança, o famoso cérco da capital das nossas possessões na India.

Assim punha o estrangeiro D. Guterre de Monroy o prestigio portuguez no Oriente á mercê de seus tão imprudentes, quanto criminosos caprichos; assim rebaixava o indigno *fidalgo* castelhano á sua prosapia, a sua posição, a sua autoridade e a representação politica de que se achava investido, ao nível do mais covarde assassino, do mais aleivoso roncador.

A emboscada de Pondá, que houve de custar a vida ao abjecto autor do plano, o degradado João Machado, constituiu pretexto para as «primeiras armas», que na India fizeram o irmão de D. Guterre, o irrequieto D. Fernando, e o sobrinho, o desastrado D. João, a quem a natureza parece ter assemelhado, na curta intelligencia, a seu tio D. Guterre. O experimentado auctor do *Índice Heraldico*, sr. visconde de Sanches de Baena, attribue aos dois «distinto valor», na sua passagem pela India. Como o *distinto valor* d'estes dois *condottieri*, d'estes dois futuros piratas dos mares orientaes, se assinalou, fugindo diante das gentes do Angoscão, deixou-nos a Historia circumstanciado relato. N'isto, porém, se mostra ainda o que valia a penetrante intelligencia de D. Guterre, posta ao serviço de suas ruínas paixões, e de sua desenfreada cobiça; — que nem para propiciar o exito da arriscada traição, em que resolvera interessar o prestimo do vil degradado, soube captar-lhe a boa vontade e animar-lhe o desejo de o bem servir, não lhe negando, pretendendo da' ao irmão, a direcção d'aquelle *honrosa* empresa.

Semelhantes expressões ás do sr. visconde de Sanches de Baena empregou Manso de Lima, como vimos, promettendo-lhes nós ulterior referencia, ácerca da parte que a D. Fernando coube, no sustentar, com seu irmão, o cérco de Goa. Ora, se em Pondá, a tentação diabolica de ser primeiro, no tomar a cobiçada presa — o thesouro do Angoscão —, fazendo-lhe commetter contra o seu auxiliar, a falsidade de pretender adiantar-se-lhe, transpondo a linha de limi-

te das propriedades do representante do Hidalcão, lhe frustrou, com sacrificio de gente e armas, a empreza a que se abalançara, sem reflexão, sem escrupulos, voltando de lá acossado e vergonhosamente corrido, no cérco de Goa, a lição recebida por estreia dá ao seu «grande valor», o merito de quem outro remedio não tem, senão fazer boa cara á má fortuna, esperando que outros venham livral-o das aperturas da situação. Tal é a parte commum aos dois irmãos, n'este triste episodio, tão imprudentemente suscitado, redivivas ainda as recordações saudosas do Vencedor do Sabayo.



INICIO DE ESTUDOS MILITARES NA INDIA



esde quando existiria, em terras portuguezas da India, algum estabelecimento official de instrucção superior, destinado a estudos militares de fortificação ou de artilheria, de navegação ou de marinha?

E' o que pretendemos investigar rebuscando os delineamentos iniciaes de sua implantação em Goa; e n'este empenho iremos lançando a vista pelos documentos e noticias, que, sobre o assumpto, estejam disseminados por diversas publicações relativas a factos e sucessos antigos.

Começando a investigação pela ordem das aulas acima enumeradas, encontra-se na vanguarda de todas a aula de fortificação, como sendo o mais antigo instituto de instrucção superior, que se pretendeu fundar em Goa, devendo ficar aqui registado que a primeira tentativa para a creaçao d'aquelle aula, data dos fins do seculo XVII; pois foi, em 1699, que o governo do reino, considerando a conveniencia de haver em Goa *aula de fortificação*, mandou que algum dos engenheiros vindos de Portugal á India e aqui assistentes, fosse o mestre da mesma aula, dando para ella, pelo conselho ultramarino, o competente regimento, o qual consta da seguinte carta de Sua Magestade, dirigida ao vice-rei da India Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho.

«Vice-Rei da India. Amigo. Eu ElRei vos envio muito saudar. Por ser conveniente a meu serviço, Hei por bem que nesse Estado, em que ha engenheiro, haja aula, em que elle possa ensinar a fortificação ; havendo nella tres discipulos de partido, os quaes serão pessoas que tenhão a capacidade necessaria para poder aprender ; e para se aceitarem terão ao menos desoito annos de idade; os quaes sendo soldados, se lhes dará além do seu soldo meio tostão por dia; e não o sendo, vencerão só o dito meio tostão. E todos os annos serão examinados, para se ver se se adiantão nos estudos, e se tem genio para elles ; porque quando não aproveitem pela incapacidade, serão logo excluidos ; e quando seja pela pouca applicação, se lhes assignará tempo para se vêr o que se melhorão ; e quando se não aproveitem nelle, serão tambem despedidos. E quando haja pessoas que voluntariamente queirão aprender sem partido, serão admittidas e ensinadas ; para que assim possa nessa mesma conquista haver engenheiros, e se evitem as despezas que se fazem com os que vão deste Reino, e as faltas que fazem ao meu serviço em quanto chegão os que se mandão depois dos outros serem mortos. De que me pareceo avisar vos, para que tenhaes entendido a resolução que foi servido tomar neste particular. E esta ordem mandareis registar nas partes necessarias, e fareis com que se faça publica, para que venha á noticia de todos. Escrita em Lisboa a 15 de janeiro de 1699. Rey. — Para o V. Rei e capitão geral do Estado da India.— O Conde de Alvor».

Esta régia providencia, porém, não chegou a ter efeito senão após um seculo, sem que por então tivesse podido ser creada a pretendida aula de fortificação por motivos constantes da seguinte resposta dada pelo dito vice-rei Camara Coutinho á carta acima transcripta.

«Senhor. A resolução que V. Magestade foi servido tomar sobre haver aula nesta cidade, em que se ensine a fortificação, he de grande utilidade para este Estado ;

porem no em que de presente se acha não he possivel dar-se á execução o que V. Magestade por esta carta ordena, porquanto de presente não ha aqui mais que hum engenheiro, que se chama João Pires Rebouça, por ter falecido o outro antes de eu tomar posse deste governo, como já fiz presente a V. Magestade o anno passado ; e este mal poderá ensinar o que não sabe, porque na minha consideração sabe tão pouco que se não pode fazer confiança do seu prestimo, baldando-se o tempo, e acrescentando-se as despezas com que mandando V. Magestade engenheiro capaz de ser mestre, cessarão todos estes inconvenientes, e se porá logo em effeito e execução o que V. Magestade por esta carta dispõe. Goa 28 de dezembro de 1699. Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho». (a)

Tendo falhado a tentativa feita no ultimo anno do seculo XVII, terminou este sem que em Goa houvesse nenhuma aula de fortificação ou qualquer outra de ensino official militar.

Percorramos o seculo immediato. Na sua terceira decade, apparece a provisão do conselho ultramarino de 10 de janeiro de 1733, mandando pôr em execução, em Goa, a lei de 24 de dezembro de 1732, pela qual foram creadas no reino varias academias militares ; mas essa provisão foi de nenhum effeito por longos annos, podendo por isso ficarmos na certeza de que decorreu a primeira metade do seculo XVIII sem ter sido instituida na India nenhuma academia militar. Mas prosigamos na investigação para ver se, em seu caminho, defrontamos com qualquer aula official

(a) Ambos estes documentos foram por Cunha Rivara publicados no *Chronista de Tissuary*, n.º 26, fevereiro de 1868, pag. 28, transcrevendo-os do *Livro das monções* da secretaria geral do governo. Estão também publicados a pags. 147 e 148 da *Noticia Historica e Legislação da Inst. Pub.* pelo pe. Filipe Nery de Souza.

que, na segunda metade daquelle seculo, tivesse tido existencia duradoura e legal.

A primeira noticia que se encontra da *aula de navegação* é em um dos periodos do extenso officio que o vice-rei da India, conde da Ega, dirigiu ao governo da metropole, em 14 de dezembro de 1758, onde se lê o seguinte :

«A lista dos officiaes do mar consta de quatorze Capitaens de mar e guerra, e doze Capitaens Tenentes ; dos primeiros numero muito superabundante para o das nau's em que se podem empregar, cauza natural de não terem a intelligencia necessaria por falta de exercicio, e da aplicação que se lhes difficulta, por não haver Aulla, nem quem ensine ; a este deffecto pertendo suprir estabelecendo uma Aulla, aonde possão hir os mesmos officiaes já graduados, e os que postulão sello, para o que assentei fixamente em não promover ao posto de Capitão Tenente a ninguem sem que preceda hum rigoroso exame da pilotagem, e da manobra, para que desta forma seja menor o numero, mas ao menos escolhido, e com a necessaria capacidade para saber conduzir e marear cada hum sua nau». (a)

Daqui se vê que até ao fim do anno de 1758 não havia em Goa aula de navegação ou de marinha, que o conde da Ega pretendia estabelecer, e assim o informou ao governo de Sua Magestade. Esta aula, porém, tem a sua certidão de edade no anno de 1759, em que effectivamente foi estabelecida pelo mesmo vice-rei Manoel de Saldanha de Albuquerque, como se conhece de uma sua carta escripta para Portugal, em 12 de janeiro de 1762, onde dizia em um dos periodos :

«Estabelei Aula de Navegação, de que vão sahindo

(a) E' um trecho do officio que está publicado a pag. 99 do Tomo 3º dos *Documentos comprobativos do Bosquejo das Possessões Portuguezas no Oriente*, por Joaquim Pedro Celestino Soares.

·officiaes de esperanças, quando os que havia, raros sabião
o nome a hum só cabo». (a)

Esta aula continuou até 1775 sob a direcção do chefe
de esquadra José Sanches de Brito.

Em 1774, mandou-se estabelecer em Goa uma *aula de nautica*, como se mostra das «Instrucções com que El-Rei D. José I.^º mandou ao Estado da India o governador e capitão general D. José Pedro da Camara». Na segunda destas «Instrucções», n.^º 31 do cap. VII, se ordena «que no Arsenal de Goa haja quatorze Guarda Marinhas, que entrem na Aula da Nautica, que Sua Magestade manda estabelecer».

O governador D. José Pedro da Camara, quando chegou a India, encontrou já estabelecida a aula de navegação, que também era tida e conhecida como aula de marinha, da qual o mesmo governador falando largamente, em carta de 4 de abril de 1777, dirigida ao ministro Martinho de Mello e Castro, diz o seguinte:

«Na Aula de Marinha fazem os officiaes daquelle Corpo (de armada), que a frequentão com bastante cuidado, e aplicação, os progressos mais vantajosos, e se admirarião mais brilhantes se V. Ex.^a se intereçasse para que Sua Magestade mandasse a este Estado pára seguir estes importantes estudos hum Lente Professor habil que não só instruisse no conhecimento da Nautica, mas que também conduzisse estes officiaes a perfeição de fazer os seus respectivos deveres, navegando nos navios nas ocasiões de dar cassa e de combater quando estão a bordo nos portos, e também quando estão em terra tratando do armamento, desarmamento, e dos arranjamendos económicos de sua inspecção». (b)

(a) É parte de um trecho do officio do conde da Ega, que está publicado a pag. 119 do livro acima citado.

(b) Vide o mesmo livro, pag. 163.

Ao mesmo governador D. José Pedro da Camara, se deve o estabelecimento, por 1776, de uma *aula de artilharia regimental*, onde um lente proprietario e um substituto leccionavam por apostillas o curso mathematico de *Belidor*. Sobre os progressos d'esta aula, dizia este governador em carta para o governo da metropole, datada de 4 de abril de 1777, o seguinte:

«Na aula de artilharia seguem o progresso mais feliz os officiaes que a frequentão aplicadissimos, e muito satisfeitos com o seu Lente, o capitão de bombeiros João Bautista Vieira Godinho, que sem duvida faz os seus deveres com a formalidade mais attenta e mais util aos officiaes daquele corpo que se adiantão grandemente, respeitando o talento e a sciencia solida do seu mestre, como devem e elle meresse». (a)

Outro governador e capitão general da India, D. Frederico Guilherme de Souza, foi quem deu, em maio de 1784, uma nova organisação á aula de navegação, creada em 1759, denominando-a *aula de marinha*. Esta aula, onde se ensinava o curso de *Bezout*, era dividida em duas partes, constando a primeira de principios de arithmetic, geometria, trigonometria rectilinea e espherica, e algebra; e a segunda de geographia, astronomia e pilotagem.

De caracter mais regular e estavel que as anteriores, esta aula de marinha funcionou por mais de trinta annos, habilitando pilotos e officiaes de marinha.

Até aqui os successos e os factos concernentes á criação e organisação de estudos militares na India, desde o seu inicio antes do seculo XIX, em cujos primeiros annos foram aquelles estudos refundidos, passando a ter a denominação de *academia militar* de Goa.

(a) Ib., pg. cit.

Entremos agora no seculo XIX, percorrendo as suas primeiras duas decadas.

N'este periodo, vê-se que o vice-rei conde de Sarzedas acabou com a *aula de artilheria*, substituindo-a por um curso de *fortificação*, unido ao da *marinha*, que lhe servia de preparatorio. Era regido por dois engenheiros, mandados do reino, em 1807, os quaes principiaram a ensinar as materias do curso da academia de fortificação do reino.

Em 1812, foi creada uma aula de *mathematicas applicadas á architectura militar*, que era dirigida por dous maiores engenheiros vindos de Portugal.

Cinco annos depois, se fez a fusão geral de todas as aulas até então existentes, cabendo ao vice-rei conde do Rio Pardo o reformar todos estes estudos e fundar a *academia militar de Goa*, dando-lhe estatutos em portaria de 26 de julho de 1817, os quaes foram approvados pelo régio aviso de 1 de junho de 1818.

A esta academia, que se abriu em janeiro de 1818, accrescentou se uma aula de desenho, desde julho de 1820.

E' aqui a meta de nossa investigação.

J. M. DO CARMO NAZARETH.



NEGOCIOS CONSULARES EM BOMBAIM

JOÃO DE SOUSA FERRAZ

Ao senhor Visconde de Wrem.

 o decurso d'uma investigação em uns códices da antiga Feitoria d'esta praça, de que nos incumbimos para a obra em preparação — *Iconographia Monetaria de Diu* — do distinto archeólogo e numismata portuguez sr. Manoel J. de Campos, fômos encontrar o registo de varios documentos officiaes em ligação com o caso Ferraz, de que tratou ha pouco o illustre director d'*O Oriente Portuguez* (¹). Vamos trasladal-os para este logar, porque dão a súmula authentica da pretensão d'aquelle brioso e lastimado fidalgo portuguez, João de Sousa Ferraz, um dos sobrevivos de Baçaim, e porventura o que mais soffreu, em haveres e influencia, com essa triste capitulação que os marathas do Angriá nos impuzeram ali a vivo corso.

Lêem-se taes documentos a fls. 20-22 v. do livro dos *Registos currentes dos prouimentos e mais dependencias*, de

(¹) N.^o de janeiro e fevereiro do corrente anno.

1745-49, sob a rubrica — *Registo de hum requerimento de João de Sousa Ferraz, rezidente da Nasção Portuguesa na Ilha e Castello de Bombaim, por seo procurador.* Pertence esse livro á serie dos que se chamam de *Registros geraes*, está inventariado sob o n.º 15 (novo) e contém 175 folhas, numeradas e rubricadas por Estevão Larangeira, escrivão da ouvidoria. Abre com o registo d'um bando do castellão-governador d'esta praça, Matheus V. da Silva Bandeira, de 18 de outubro de 1745, e fecha com o das condições das rendas de passagem de Brancavará, sem data nem assignatura. Encadernado a couro. Traçado pela cária desde fl. 150 em diante, mas ainda muito legivel.

Os documentos que vamos transcrever, além de informarem sobre o abono mandado fazer áquelle fidalgo pela Feitoria de Diu, de que os leitores já tiveram noticia por esta revista (¹), são principalmente um valioso subsidio para a historia do estabelecimento do Consulado de Portugal em Bombaim, de que Sousa Ferraz, bemquisto dos ingleses pela sua bondade e hospitalidade, foi o primeiro funcionario, após a cessão. Ferraz permaneceu muitos annos em Bombaim — favorecido e estimado — e lá umas vezes se assignava *Rezidente Portuguez*, e outras era conhecido pelo pomposo nome de *Director da Nasção no Porto de Bombay*; na técnica moderna, chamar-se-ia, provavelmente, Agente Consular.

E', pois, sob esse duplo aspecto, por igual interessante, que vimos trazer ao conhecimento dos nossos leitores o teor dos doze documentos inéditos que seguem, com a orthographia dos respectivos registos, pela ordem em que se encontram no corpo a que pertencem.

(¹) Vols. III—277, IV—346, V—4.

I**Petição**

Dis João de Sousa Ferrás por seu Procurador, que a elle lhe convém que os papeis inclusos se registem nesta Feitoria para bem do seu vencimento determinado pello assento do Conselho da Fazenda, e portaria do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Marques V. Rey, por tanto P. a v. me. Sr. Feitor e Alcaidemor desta Fortalesa de Dio seja servido mandar que o Escrivão registe os ditos papeis, e torne ao supplicante os proprios no que R. Mce. — Despacho: Registese. Feitoria 3 de janeiro de 1746. — Pereira.

II**Procuração**

Por esta de minha letra e sinal pellos privilegios que me são concedidos nomeyo por meus procuradores geraes e abastantes na fortaleza de Dio ao sr. Capitão de mar e guerra Aires da Cunha Siqueira e ao sr. Pedro Varjão da Silva, para estes por mim procurarem e cobrarem na feitoria da dita Fortalesa os soldos que Sua Magestade me tem determinado de cem x.^s cada mes como residente da Nação portuguesa nesta Ilha de Bombaim, e poderão os ditos meus procuradores cada hum por sy assinar na folha do meu vencimento na dita Fortalesa para o que lhes dou os meus poderes e por satisfeito do que elles cobrarem da dita feitoria no que respeita aos ditos cem x.^s cada mes, sem a isso ter que duvidar cousa alguma. Bombaim 15 de Novembro de 1745. — João de Sousa Ferrás.

III**Petição**

M. R. Sr. Pe. Vigario. Dis João de Sousa Ferrás, Residente da Nasção Portuguesa nesta Ilha de Bombaim que a elle supplicante para bem dos seus requerimentos convem certidão de V. R.^{ma} pella qual declare e certifique se o supplicante he vivo e habitante nesta Ilha com a incumbencia do dito cargo por tanto — P. a V. R.^{ma} lhe faça m.ce passar a dita certidão jurada in verbo sacerdotis, no que R. M.ce. — Certidão: Certifico eu abaixo assinado ser verdade conhecer a João de Sousa Ferrás, Residente da Nasção Portuguesa, habitante nesta Ilha de Bombaim, e actualmente vivo, e por verdade passei esta sob juramento in verbo sacerdotis. Igreja de N. S.^a da Esperança de Bombaim 14 de Novembro de 1745.—*Fr. Alexandre de S. Segismundo, Carm.*.... (¹) Miss; ap. vigario actual de N. Sr.^a da Esperança e Residente da missão de Mogol.

IV**Outra petição**

Ill.^{mo} e Ex^{mo} Sr. Pe. Vigario. Dis João de Sousa Ferrás, residente da Nasção na Ilha de Bombaim que no Conselho da Fasenda se tomou assento de se pagar de soldos ao supplicante cem x.^s por mes determinados na Feitoria de Dio, conforme o mesmo assento; pelo que P. a V. Ex.^a seja servido mandar ao Feitor e Alcaidemor de Dio satisfaça e continue a dita satisfação pella data do mesmo assento do Conselho, E. R. M.ce. — Portaria: O Feitor de Dio dê inteiro cumprimento ao assento do Conselho sem duvida alguma. Panelim 27 de Outubro de 1745. Rubrica do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Marques de Castello Novo.

(¹) Imperceptivel,— parece *carmelita*.

V

Outra petição

Dis João de Sousa Ferras, Director da Nasção no Porto de Bombay que elle tem havido assento do Conselho da Fasenda para se lhe pagar cem x.^s por mes a resão de mil e duzentos x.^s em cada anno, consignados na feitoria de Dio, e pello despacho junto do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Marques V. Rey manda que o Feitor de Dio satisfaça ao supplicante, e como a elle convem haver ordem de V. S.^a para que o Feitor de Dio lhe satisfaça por quartel incluindo na folha de ordenados daquella Praça, e que o seu Procurador a possa cobrar; pello que P. a V. S.^a Sr. Vedor geral da Fasenda seja servido mandar que o Feitor de Dio satisfaça ao supplicante na forma do asento junto, incluindo na folha de ordenados daquella Praça, donde está consignado o seu pagamento no que R. Mce. — Despacho: O Feitor de Sua Magestade na Praça de Dio satisfaça ao supplicante cem x.^s por mes, incluindo este vencimento na folha da mesma Praça, o qual terá principio desde o dia desanove de Agosto em diante conforme a portaria de S. Ex.^a junta neste requerimento Ribr.^a 22 de Agosto de 1745. — *Freire.*

VI

Outra petição

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Dis João de Sousa Ferrás, residente da Nasção no Porto de Bombaim, que pello assento junto lhe concedeo cem x.^s por mes para o seu sustento durante o tempo que estivesse naquelle Porto, consignado a sua satisfação na Feitoria de Dio, como o mesmo assento declara, e como se carece ordem de V. Ex.^a para que o dito Feitor actual, e os que lhe suceder, satisfaser (*sic*) ao supplicante incluindo esta satisfação na folha de ordenados

daquelle Praça para o seu Procurador cobrar por elle naquelle Praça, e assignar na folha, visto o supplicante não poder sahir de Bombaim; pello que P. a V. Ex.^a seja servido mandar ao Feitor de Dio que hora he e aodiente for, que satisfaça ao supplicante na forma que rellata. E. R. Mce. — Portaria: O Feitor da Praça de Dio satisfaça ao supplicante na forma do assento do Conselho da Fazenda apresentando-se-lhe certidão devida, e em quanto se lhe não mandar o contrario. Panely 19 de Agosto de 1745. Rubrica do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Marques de Castello Novo.

VII

Outra petição ao Conselheiro da Fazenda

Snōr. Dis por seu procurador João de Sousa Ferrás, residente da Nasção Portuguesa na Ilha de Bombaim provido pello Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde de Sandomil, V. Rey de Vossa Magestade pella portaria junta, com os ordenados de tres mil xerafins por anno, declarados na mesma portaria, e confirmados pelo assento do Conselho da Fazenda que com esta offerece, que elle supplicante desde o dia em que foi provido na dita occupação athe o presente continua o exercicio della, com notorio zello, actividade e dispêndio da sua propria fazenda, em forma que vem a despender mesmo mais do que vence dos ordenados annuaes, o que he publico e notorio a toda esta...⁽¹⁾ nas expedições das ordens de Vossa Magestade. e dos Ill.^{mos} e Ex.^{mos} V. Reys e Governadores deste Estado e mais Ministros particulares d'esta Côrte, e dos Capitaens das duas praças do Norte Damão e Dio, dando execuções a tudo o que convem ao serviço de Vossa Magestade e á sua

⁽¹⁾ Parece corte.

Real Fazenda, na condução das armadas, expedições das náus de guerra, resgate das embarcações mercantes que foram apanhadas pelo Angríá do Cullabo, e de Griém, Marata, e outros inimigos do Estado, fazendo avisos as praças do Norte de qualquer movimento que ha entre elles, mandando patamares a sua custa por terra, e galvetas por mar, condusindo soldados Portugueses desertores para as Praças do Norte, sustentando-lhes a sua custa em todo o tempo que se demorarão na dita Ilha, achando-se varias veses no Conselho do General da dita Ilha disputou sobre o crime e liberdade dos Christãos refugiados á aquella Ilha, representando o lugar de Director da Nasção Portuguesa com toda a actividade, e zello devido ao real serviço de Vossa Magestade; e porque o supplicante não tem sido pago dos ditos ordenados, mais do que do tempo de hum anno vencido em 10 de outubro de 1740, recorre a Real grandesa de Vossa Magestade com justificadas razões, que o fazem merecedor da Real attenção de Vossa Magestade para se lhe mandar satisfazer os referidos soldos, não só do tempo vencido, senão tambem do tempo que for vencendo pello futuro; e suposto que o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Conde de Sandomil por attenção á necessidade do Estado e falta do dinheiro, aliviou ao supplicante da dita occupação, fasendo-lhe aviso por huma carta, nem por isso deixou de lhe dar occasião de continuar o supplicante no exercicio della em todo o tempo do seu governo, e dentão a esta parte tem cumprido com a mesma obrigação, o que tudo concorre para o supplicante se faser digno da attenção de Vossa Magestade, acrescendo mais a circunstancia de se achar o supplicante privado de suas fasendas, e de todos os bens que possuia na praça de Baçaim, sem meios de poder sustentar o trato descente a dita occupação em terra estrangeira por tanto — P. a Vossa Magestade que em attenção de todo o reffrido nesta suplica lhe faça merce mandar que, feito o ajuste dos ordenados do supplicante, se passe ordem para se lhe satisfazer na feitoria de Dio, visto a falta de dinheiro que experimenta a fasenda Real.

E. R. Mercê.—Assento do Conselho da Fasenda—Assentou-se que haja vista ao Desembargador Procurador da Fazenda. P. 22 de julho de 1745. Rubrica do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Marques de Castello Novo—*Alcassova—Freire—Almeida—Dr. Pereira e Silva.*

VIII

Resposta do Desembargador Procurador da Fazenda

O Ex.^{mo} Sr. Pedro de Mascarenhas nomeou ao supplicante residente para assistir em Bombaim, e lhe mandou dar tres mil xs. por anno, e reconhecendo a pouca necessidade que o Estado tem (¹) de ter em Bombaim Procurador de tanto custo, fes com que em Conselho da Fazenda se assentasse não continuar com os ordenados ao supplicante; he este assento justo do Conselho, e ha tambem huma ordem de Sua Magestade neste Conselho que revoga a concessão dos ordenados que pretende, á qual se deve obedecer; e innovar estes gastos nos termos em que estamos, he contra as ordens de Sua Magestade vindas na monção passada, que todos os do Conselho sabem.—*Sarmento.*

IX

Assento do Conselho da Fazenda

Assentou se que se dê ao supplicante por mes cem xs. sendo ocupado pello Governo nas dependencias do Real serviço, e terá sua satisfação na Feitoria de Dio, á qual satisfação não porá duvida o Feitor apresentando ordem do Governo para o reffrido pagamento. P. 12 de Agosto de 1745. Rubrica do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Marques de Castello Novo—*Alcassova—Freire—Almeida—Dr. Pereira e Silva—Sequeira.*

(¹) Pouco legivel; pode ser *tinha*.

Registo da Fazenda

Registada a fl. 404 do L.^º 29 dos registos das petições despachadas em Conselho da Fazenda que serve nella. Goa 14 de Agosto de 1745.—Vasconcellos.

X

Portaria

Porquanto se fas preciso, e convéniente ao serviço de Sua Magestade que na Ilha de Bombaim assista huma pessoa em quem concorrão as circunstancias de prestimo, capacidade e zello para tratar dos negocios e dependencias do Estado, e todas estas se acharem em João de Sousa Ferrás que actualmente se acha na dita Ilha, Hey por bem que o dito João de S.^a Ferrás assista na dita Ilha de Bombaim por residente da Nação Portuguesa para tratar dos negocios e dependencias do mesmo Estado, que por mim lhe forem encarregados, enquanto eu não mandar o contrario, e vencerá por anno tres mil xs. para a sua subsistencia, na forma determinada por assento do Conselho da Fazenda, que se devem contar desde 10 de outubro do anno passado, dia em que comessou a executar o dito Lugar em diante, na forma declarada na minha Carta de 2 de janeiro do presente anno, e gosará das honras, franquesas e prerrogativas que em resão do dito lugar lhe pertencerem. Goa 22 de Fevereiro de 1740.—Rubrica do Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde de Sandomil.

XI

Petição

Dis João de Sousa Ferrás ausente em Bombaim por seu procurador que a elle para bem de seu requerimento lhe he necessario treslado do assento do Conselho da

Fasenda em que se lhe consignou tres mil x.^s de soldos como residente da Nasção Portuguesa no Porto de Bom-baim; pello que P. a V. S.^a Sr. Vedor geral da Fasenda lhe faça merce mandar que na Fasenda geral se lhe dê o dito treslado. E. R. Mce. Despacho: Sem inconveniente. — *Freire.*

XII

No L.^o 22 dos assentos do Conselho da Fazenda que serve nella e della a fl. 107 se acha o assento de que a petição assimas menção, do theor seguinte:

Assentou-se em Conselho da Fasenda que se dê da Fasenda Real dusentos e sincoenta x.^s por meſ a João de Sousa Ferrás que assiste em Bombay para as dependencias a elle encarregadas do serviço de Sua Magestade, a qual quantia se lhe concede desde o dia em que o Ex.^{mo} Sr. Conde V. Rey o tiver ocupando nas ditas dependencias, de que se fes este assento, assinado pelo Ex.^{mo} Sr. Conde V. Rey e Ministros. Aleixo de Sá o fes a quatro de Dezembro de mil setecentos e trinta e nove annos. José de Sousa e Vasconcellos escrivão geral da Fasenda o fes escrever. Rubrica do Ex.^{mo} Sr. Conde V. Rey — *Freire* — *Soares* — *Dor. Figueiredo* — *Pra. Silva*. —

O qual treslado está conforme com o proprio, e assim o certifício. Caetano de Bragança o fes a vinte e tres de Fevereiro de mil setecentos e quarenta e cinco annos. *José de Sousa e Vasconcellos.*

Diu.

JERONYMO QUADROS.



ANTIGAS ESCRIPTORAS, LETRADAS E HEROINAS

De Portugal (¹)



Como eu de tempos a tempos vejo apparecer traducções do francez e do inglez publicadas por mulheres, procurei informar-me sobre as damas portuguezas instruidas e sábias, que no decurso do seculo findo déram trabalho aos editores do paiz.

Como guia na materia, existem alguns escriptos publicados; mas os melhores esclarecimentos encontram-se na «Bibliotheca Luzitana», por Diogo Barbosa Machado. Para evitar o aborrecimento de enumerar uma longa lista de nomes e qualidades, mencionarei apenas o que a este respeito me pareceu mais notavel.

As escriptoras portuguezas, na sua maior parte, são de origem fidalga; mas entre ellas ha muitas abbadessas e freiras de diversas ordens.

(¹) O sr. A. F. vem desde algum tempo publicando no *Diario de Noticias* a versão da *Viagem em Portugal* de C. J. Ruders, pastor protestante suéco, que esteve ahi entre 1798 a 1802. Permitimo-nos transcrever, por muito curioso, o presente excerpto que saiu no n.º 15.353 de 16 de agosto ultimo.

Os seus trabalhos compoem-se na maior parte de lendas de monjas e de santos, chronicas de conventos, livros d'orações, dialogos espirituales e escriptos asceticos, theologia mystica, vidas edificantes, das proprias autoras ou de outras freiras, e muitas outras coisas d'este mesmo genero e valor.

Entre ellas, porém, apparecem tambem certos escriptos theologicos, que ninguem poderia esperar de senhoras, como por exemplo eruditos estudos biblicos, historia da Egreja, homilias, etc., etc., etc. Com a arte da poesia, como é facil de suppôr, tambem se occupou um grande numero de escriptoras feminis.

No catalogo das suas obras, ha tragedias e comedias, tanto espirituales como profanas, romances, sonecos, eclogas, psalmos, uma epistola em verso de Joana Vaz ao pápa Paulo III, escripta em latim, grego e hebraico, uma traducçao em hespanhol do conhecido poema «Il Pastor Fido», com notas eruditas de D. Isabel Corrêa, uma bella elegia em latim d'uma joven viuva D. Luiza d'Azevedo, ao marido morto, um trabalho de Monica Joaquina Josefa contendo um paralelo entre Homero e Virgilio, vantajoso para este, comedias de D. Beatriz da Silva e Sousa, que ora se occupava com trabalhos theatraes, ora com o desenvolvimento das casas religiosas.

Em muitos outros ramos as damas portuguezas illustraram, — não direi o futuro, porque muitos dos seus trabalhos já estão esquecidos, — mas o seu tempo, com estudos de historia, genealogia, medicina, dietetica, historia natural, philosophia e moral, philo-

logia, critica, rhetorica, architectura, pintura, musica, etc., etc., etc.

Uma filha de um professor de theologia em Coimbra frequentou as escolas vestida de homem e preparava-se para succeder ao pae, quando por acaso o seu sexo foi descoberto, sendo então tomada ao serviço da rainha D. Leonor, onde permaneceu alguns annos. Enfastiada, porém, com a vida da corte acabou freira n'um convento. Escreveu sobre «theologia polemica».

Brigida de Marcam, que tinha aversão pelo casamento, escreveu sobre Sansão e Judith.

Brigida de Santo Antonio fugiu da casa opulenta da mãe para entrar no convento; foi depois abbesse e prophetica, descobriu novas torturas de penitencia, e publicou escriptos de devoção. Morreu em 1655.

Cecilia da Natividade escreveu sobre theologia mystica. A seu respeito conta-se que nem uma só vez commetteu na vida um peccado venial. Falleceu em 1646, de 76 annos de edade.

Uma outra religiosa, D. Feliciana de Milão occupou-se conjunctamente de poesia e alchimia, escrevendo um tratado sobre a pedra philosophal. Morreu em 1705.

D. Archangela Josepha de Sousa publicou, além de outros escriptos, um livro sobre a conservação da saude, que não lhe aproveitou pessoalmente, porque falleceu aos 24 annos.

D. Filippa Borges Barreto escreveu em verso sobre as desgraças de um padre mascarado.

D. Helena de Tavora viveu como viuva durante 14 annos, sem uma unica vez sair a porta de sua casa ; entrando depois para um convento, fez grandes dadivas a certas egrejas e escreveu quatro volumes de poesias, que nunca foram publicadas.

Josepha Thereza de Monte Carmelo entrou aos 3 annos para um convento, onde morreu como mestra de ceremonias, tendo escripto um Tratado sobre os importantes deveres d'este cargo.

Uma senhora anonyma deixou um livro sobre a communidade christã no Japão.

Paula Vicente, filha do poeta Gil Vicente, podia tocar muitos instrumentos musicaes ; poz em scena as comedias do pae para a familia real e escreveu outras ella propria, além de uma grammatica hollandeza e ingleza. Paula de Sá contava-se entre as escriptoras mais instruidas e eruditas. Notabilisou-se tambem na arte da escultura.

D. Anna de Lima escreveu versos portuguezes muito elogiados e foi appellidada a decima musa. Publia Hortensia de Castro escreveu prosa e verso, tanto em latim como em portuguez, era forte na philosophia aristotelica e poderosa na controversia. Morreu em 1595.

D. Rita Joanna de Sousa, natural de Olinda, em Pernambuco, quando falleceu, aos 24 annos, já tinha publicado quatro tratados de historia, philosophia natural, e arte de pintura.

De Sebastiana de Magalhães existe um «Epitome Regum Francorum», dedicado á conhecida escri-

ptora madame Dacier, além d'outras obras historicas, philologicas e criticas.

D. Thereza Margarida da Silva e Horta publicou um estudo sobre os heroes e as heroinas gregas. A principio apresentava-se sob o pseudonymo de Dorotheia. D. Leonor de Menezes, condessa de Orem e Atouguia, falava latim, francez e hespanhol aos 10 annos de edade. Escreveu um romance muito apreciado no seu tempo (1655).

Entre os escriptores de Portugal apparecem tambem algumas altas personalidades principescas: a Infanta D. Catharina, que nasceu em 1436 e morreu em 1463, deixando uma traducçao e alguns outros escriptos originaes; a infanta D. Filippa de Lencastre, que viu a luz em 1435, e da qual existem poesias e meditações divinas; a infanta D. Isabel, mulher do Infante D. Duarte, morta em 1576, e autora de annoitações aos Evangelhos dos domingos, de que ainda se fala; a infanta D. Maria, morta em 1577, que escreveu varias obras em latim; a princeza de Parma D. Maria, nascida em Lisboa em 1538, a qual trabalhou para a edificação da sua epoca, e D. Catharina, duqueza de Bragança, que nasceu em 1540 e morreu em 1614, tendo defendido por escripto os direitos da sua familia ao throno de Portugal. Se tivesse vivido até á edade de 100 annos, tel-o-hia visto de facto ocupado por ella.

Um livro intitulado «Theatro Heroico ou Abecedario Historico de mulheres illustres em sciencias, armas, letras, acções heroicas, e artes liberaes, por Damião de Froes Perim, Lisboa Occidental», Tom.

1. 1736, Tom. 2, 1740, enumera muitas outras mulheres notaveis de Portugal, e entre ellas algumas que tanto nas Indias, como na Africa e na Europa, se tornaram dignas dos louros do heroismo.

D'essas destaco D. Joanna da Silva, tão orgulhosa que nunca se batia com um só homem, desafiando sempre muitos de cada vez (esgrimiou um dia contra tres castelhanos ao mesmo tempo, e venceu-os), D. Jeronyma Mendes, a qual armada apenas d'uma navalha conseguiu com essa arma bater alguns hollandeses que pretendiam assaltar-lhe a casa no Rio Grande; D. Guiomar, que matou o noivo na propria egreja, entrando em seguida para um convento.

E' tambem muito celebrada Gervasia Antunes, por nunca ter tido medo de espectros, confiada na sua grande força physica; e a infanta D. Isabel, filha de D. João I, se não pôde pretender directamente as honras do heroismo, possuia um espirito guerreiro; fomentou as cruzadas contra os turcos, e dirigiu pessoalmente muitas negociações politicas.

Entre as mulheres cultas, mas que não legaram obras á posteridade, podem citar-se: Hortensia de Castro, que no reinado de D. Manuel estudou em Coimbra; Joanna Micaela, natural de Guimarães, que em seis mezes aprendeu a lingua chineza, com um joven china de Pekim; Luiza Morescoti, oriunda do Porto, promovida em Bolonha a «Magistra artium», D. Luiza Maria de Faro, filha do Conde de Atouguia e mulher do Conde de Penaguião, camarista-mór do rei João IV. Esta senhora era muito apreciada pelo seu amor á sciencia e pelo seu grande saber em

questões de etiqueta, que ella decidia em ultima instancia. Morreu aos 80 annos de edade.

Por ultimo, entre as portuguezas que se dedicaram ás bellas-artes, ha muitas que sobresairam na musica. D. Izabel de Castro, Condessa d'Assumar, é celebre pelos seus desenhos á penna, e a camareira-mór D. Anna de Lorena por muitos retratos bem pintados.



PLANTAS EXOTICAS

introduzidas na India pelos portuguezes

(Continuação da pg. 222)

Arachis Hypogaea. (*Leguminosas*).

Mossambichum bhiknam (konk.) ; *Bhui-xingh* (Mar.) *Mendozi* ou *amendoim* (port.).

Habitat. — Africa e America ; cultivado na India. Conhecido em Bengala pelo nome de *Chini-badám*, o amendoim é possível que tenha sido ali introduzido da China ; mas na India Occidental deve ter sido importado pelos portuguezes do Brazil ou antes da Africa, como o faz suppor o nome konkani.

Propriedades e usos. — Das sementes, que se comem cruas ou, melhor, assadas e são nutritivas, extrahe-se um óleo levemente amarellado que não se tornando rançoso com facilidade, é admittido na Pharmacopéa da India para substituir o azeite e o óleo de amendoas.

Argemone Mexicana. (*Papaveraceas*).

Phiringui dutró (konk.) ; *Figo do inferno* (port.).

Habitat. — America. Tão bem naturalizada na India, que, não fosse a historia botanica, ninguem hesitaria em consideral-a indigena.

Segundo Dymock foi provavelmente introduzida pelos portuguezes que introduziram com a planta tambem o uso do visco como applicação externa nas conjunctivites.

Propriedades e usos. — Das sementes extrahe-se um oleo que segundo uns é laxativo, segundo outros é efficaz na dysenteria; o sumo é empregado na hydropsisia, ictericia e affecções cutaneas.

Artemisia Sieversiana, (Compositas).

Afsantin (Bombaim)

Habitat. — Persia.

Desta planta encontram-se duas variedades em Bandorá, cultivadas por familias christãs, que lhes chamam *Azarona* e *Mazarona*; «foram sem duvida introduzidas no paiz pelos portuguezes». (Dymock).

Propriedades e usos. — E' tonica, desobstruente febrifuga e antihelmintica, e passa tambem como efficaz na hypochondria, ictericia, hydropsisia, gotta etc.

Artocarpus Incisa. — (Urticaceas).

Arvore da fruta de pão (port.)

Habitat. — Java, Amboyno; cultivada na India; introduzida pelos portuguezes?

Propriedades e usos. — Esta bella arvore produz uma fruta oval, muito parecida com a nossa *juca*, embora de dimensões menores, e a qual quando torrada dá farinha de que se faz pão na Oceania, donde lhe veiu o nome portuguez.

Averrhoa Bilimbi e Averrhoa Carambola (Geraniaceas).

A 1.^a — *Bimblim* (konk.). *Bilimbim* ou *Bilimbino* (port.).

A 2.^a — *Cormol* (konk.). *Carambola* (port.).

Habitat. — «O seu paiz nativo é incerto, mas supoem alguns terem sido trazidas das Moluccas pelos portuguezes que lhes chamam Carambolas e Bilimbinos». (*Pharmacographia Indica*). G. d'Orta (1563) e antes d'elle o autor das *Memorias do imperador Baber* (1530) fazem menção d'estas fructas e dos seus usos na India. O 1.^o ainda diz que *carambola* é um nome malabar, «ficando-nos

em uso os nomes malabares por ser a primeira terra que conhecemos», e acresenta que em canari e em decani se chama *camariç* e em malaio *balimba*. D'onde é para duvidar que a sua introducção seja devida aos portuguezes.

Propriedades e usos. — Os bilimbinos são quasi cílindricos e do comprimento de cerca de 2 pollegadas; contêm polpa acida. As carambolas «formosas são, e são agrasdoces e não muito azedas: são do tamanho de ovos de galinha pequenos, e são muito amarellas; no que melhor parece nellas é serem fendas em quatro partes que fazem quatro partes menores de circulo..... não sei o uso dellas em medicina. Somente sei que medicinalmente a dão por dieta nas febres, com o sumo dellas e outras cousas fazem um colirio para a nevoa dos olhos; e acham-se bem com elle; muitas pessoas acham nella muito sabor..... faz-se dellas uma conserva de assucar muito graciosa que eu mando dar em logar de xarope acetoso». (G. d'Orta).

Ambas as fructas comem-se em caril, acepipes (*balchão*) e compotas; as carambolas dão ainda geleia.

Capsicum frutescens (*Solanaceas*).

Mirsang (konk.); *Lal mirchi* (Mar.); *Pimenta vermelha ou da Guiné* (Port.).

Habitat. — America.

«Clusius affirma que os capsicos foram trazidos de Pernambuco para a India pelos portuguezes; da India foram introduzidos na Allemanha, chegando finalmente para Inglaterra em 1595» (*Pharm. Ind.*).

Em nenhuma parte da India Occidental é esta pimenta tão extensamente cultivada como em Goa, que a exporta para Bombaim, onde é conhecida pelo nome de *Govai-mirchi* = pimenta de Goa. Os ingleses chamam-lhe *chili*, nome mexicano. Nenhuma das variedades dos capsicos é mencionada nos livros sanscritos.

Propriedades e usos.—A pimenta vermelha é muito usada na India como condimento, especialmente no caril e é considerada estomachica e estimulante. Na medicina é empregada como rubefaciente e em gargarejos nas pharangites e anginas.

Carica Papaya (*Passifloraceas*).

Papai (konk. e mar.); *Papaia* (port.).

Habitat.—America, principalmente o Brazil.

«O facto de não ter sido conhecida esta fructa antes da descoberta da America, de não ter nenhum nome sanscrito e de os seus nomes modernos indianos serem todos evidentemente derivados do nome americano *papaia* ⁽¹⁾ prova concludentemente a origem não asiatica da planta», que foi introduzida ⁽²⁾ na India pelos portuguezes, devendo tel-o sido logo depois da descoberta da America, porque em 1626 tinham sido enviadas para Napoles algumas sementes da India. (G. Watt).

Propriedades e usos.—Encontram-se d'esta planta duas variedades que se distinguem em *papaia macho* e *papaia femea*, sendo preferida esta ultima pelos seus fructos mais saborosos ⁽³⁾ e volumosos. A papaia verde, cortada em lascas dá com vinagre um excellente *axar*,

(¹) No Brazil a papaia é tambem designada pelo nome de *mamão*, distinguindo-se em mamão macho e mamão femea.

(²) Linschoten indica precisamente a via de introdução da papaia na India: «Ha tambem uma fructa que veiu das Indias-hespanholas, trazida de além das Filippinas ou Luson para Malacca, e d'ali para India; é chamada *papaios* e é muito semelhante a melão». Cit. no *Hobson-Jobson*.

(³) A respeito do gosto de papaia são dignas de nota as opiniões dos seguintes autores: «... insipida, para não dizer repugnante, fructa...» (*Yule e Burnell*); «esta fructa a principio por ser extraña foi muito estimada, mas hoje não lhe dão nenhum apreço» (*Linschoten*); «...popaias, cocos e bananas, todas doces e deliciosas...» (*Sir*

O succo leitoso de *C. Papaya* contem um principio activo (Papaina), considerado *pepsina vegetal*, o qual tem como a pepsina animal a propriedade de digerir a carne e de coagular o leite, propriedade que se aproveita para amollecer a carne dura deitando sobre ella poucas gottas do succo; o mesmo effeito se obtém deixando por algum tempo envolvida a carne em folhas do papaieiro, ou mesmo, segundo dizem, suspendendo-a dos ramos da arvore ou guardando-a por uma noite abaixo d'esta.

(Continúa)

MARIANO J. DE SALDANHA.

T. Herbert); «papaias ... de sabor mais ignobil (que os melões), (*Gul. Piso*); «...seu fructo... não deixa de ser gostoso e salutifero, e pode ser empregado em bello doce» (*Fr. Clemente da Resurreição*); «a fructa tem a cõr e o gosto de alperce....o seu sabor agrada a alguns paladares, mais quando se acha em meia maturação do que quando bem madura, porque então torna-se mais aquosa» (*Bernardo F. da Costa*; «tem um gosto adoçado e aproximado do da maçã». (*J. C. Lisboa*).

O CHRISTIANISMO EM TRANQUEBAR NO SÉCULO XVII ⁽¹⁾

Os dinamarquezes e a missão jesuita



endo lido o artigo que, sobre Tranquebar, appareceu recentemente no *Madras Mail*, julgo que acerca d'aquelle importante estabelecimento podem interessar aos leitores novas informações e pormenores do primeiro desembarque dos dinamarquezes e da missão jesuita, precedentemente ahí fundada,—informações e pormenores extraídos dos relatórios anuais da missão, denominados *Litterae Annuae*, que presentemente estão guardados nos arquivos da Companhia; limito-me apenas a traduzir documentos em latim e português, ainda não publicados, que me conste.

A egreja portugueza

Litterae Annuae 1620.—Em julho do corrente ano chegaram tres navios dos herejes da Dinamar-

(1) O *Examiner*, de 15 de agosto ultimo, transcreveu do *Catholic Register* esta interessante comunicação.

ca, que ancoraram no porto de Tranquebar. Desembarcaram alguns dinamarquezes; eram esperados pelos mouros que, com o auxilio d'aquellos, esperavam exterminar do paiz a religião christã e propagar assim livremente, a bel-prazer, a sua.

Para melhor conseguir o seu fim, conduziram imediatamente os dinamarquezes á nossa egreja, que por acaso estava vaga e sem defeza, visto o vigario ter ido a Negapatam tratar de negocios importantes. Encontrando fechada a porta, arrombaram-n'a, ajudados pelos dinamarquezes, o que, com os bons instrumentos que tinham, lhes foi muito facil. Mostraram-lhes detidamente a igreja, insinuando-lhes por todos os meios que era o melhor logar para ahi se estabelecerem. Voltaram os dinamarquezes satisfeitos aos seus navios, a fim de levar mais gente e o que fosse necessario para fortificá a casa e estabelecer a sua feitoria. O padre, mal o soube, apressou-se em voltar de Negapatam, abandonando os negocios que para ahi o tinham levado. Dois dias depois, chegaram os herejes, bem seguros de que occupariam a casa.

O padre, porém, acompanhado da gente do logar, foi ao seu encontro e de tal modo fallou ao Odigar, ou governador da região, aliás feito com os dinamarquezes, que conseguiu deixassem estes o seu intento, proclamando em voz alta que o Nayakkan, soberano do paiz, não permittiria que se apoderassem d'um logar que, ha 40 annos, estava occupado pelos padres.

Vendo a volta que tinha tomado o negocio, desistiu o Odigar, mas presuadiu os dinamarquezes a enviarem ao soberano, a quem chamam Nayakkan,

alguns presentes com o fim de obter d'elle uma ordem por escripto, para se lhes entregar a egreja como para feitoria. Mandaram 1000 *patacas* (a *pataca* equivale a 2 rupias) porque o povo prefere esta moeda á outras de maior valor (?), enquanto o padre enviou unicamente o titulo authentico da posse, e era apoiado por um individuo de grande influencia local. O rei, que tinha percebido o intento dos dinamarqueses, ordenou que fossem bem tratados e alojados na mesquita dos mouros, onde ficaram até hoje, muito vexados e irritados porque ainda lhes não foi dada a nossa egreja. E tanto trabalham para profanar o nosso templo que, quando lhes morreu um dos seus sacerdotes, empregaram o melhor dos seus esforços para o queimar na nossa egreja, mas não o conseguiram. Fechando as portas tão seguramente quanto possivel, tornou o padre a Negapatam. Não se esquece de vir, de tempos em tempos, a Tranquebar, animar os christãos que anhelam muito a presença e o ensino do padre, que é seu protector em todas as afflictões e necessidades.

A missão jesuita em 1602

Litterae Annae 1602. — A cinco leguas de Negapatam existe uma importante cidade, habitada pelos pagãos, que se chama Tranquebar; é tambem habitada por alguns christãos paravanas. A cidade tem um porto, muito frequentado por barcos de pesca da costa de Mannar e S. Thomé.

Poucos annos antes, tinha certo christão indigena construido uma egreja, que, no anno passado, veiu

por terra. Tornou a construir-a, mas com maiores proporções e melhor architectura.

Um dos nossos padres vai para lá algumas vezes, durante o anno, dizer missa, e confessar e catechisar os christãos. Seria muito bom, tanto para a conversão dos pagãos, como para os christãos, que esse padre tivesse ali assento definitivo. Ultimamente, construída a nova egreja, celebrou-se a festa do respectivo patrono, a que foi assistir um de nós, acompanhado d'um acolyto, do novo seminario, e de grande concurso de povo. A egreja foi ornamentada para este acto e estava tão bonita que vieram hindús de 3 a 4 leguas de distancia, e vendo-a diziam que estavam contemplando o ceu. Constando ao Odigar, que desejavamos fazer uma procissão no dia da festa, recommendou-nos a levarmos-a pelas principaes ruas dos pagãos, que as ornamentaram para a occasião. A procissão foi tão solemne e concorrida do povo, que os pagãos, que nunca d'antes tinham visto uma coisa assim, ficaram muito admirados e disseram que realmente era muito bom o Deus dos christãos. A' noite foi representado um drama em tres actos na lingua do paiz. Visto a nossa igreja ser da invocação de Santa Cruz, o assumpto do drama foi o milagre da Cruz, narrado por S. Gregorio na sua Moral.

Uma especie de peste

Litterae Annuae 1604. — O anno passado, no dia da Exaltação da Santa Cruz, fizemos uma procissão n'um limitado recinto por causa da oposição dos

gentios. Desde então estão todos acommettidos d'uma especie de peste, excepto os que moram em casas, pela frente das quaes passou a procissão.

E assim, este anno, a pedido de christãos e pagãos, a procissão percorreu um transito muito maior. Mais abundantes fructos colheríamos se houvesse maior numero de ceifeiros.

O Lirio entre os espinheiros

Litterae Annuae 1611.— Na nossa egreja de Tranquebar, que floresce no meio da multidão de pagãos e turcos, como o lirio entre os espinheiros, muitos christãos deram os seus nomes para serem baptisados. (Segue a narrativa da conversão d'uma velha mulher mussulmana).

A invocação da egreja, muito gloriosa na verdade, é a Exaltação da Cruz, — 14 de setembro. Foi tão solemne a festa n'esse dia, que não só foram os neophitos confirmados na fé, mas os pagãos formaram um grande conceito da nossa santa religião.

Uma imponente procissão percorreu todas as ruas da cidade. Aos hombros de alguns homens foram conduzidas em andores, lindamente decorados, (certamente os conhecidos *suprams* do paiz) as imagens da Virgem Mãe de Deus e de outros santos. Alçamos cruzes de prata e bandeiras militares. Sob um sombreiro iam tres padres, paramentados, levando o do meio um precioso relicário, que continha uma particula da Santa Cruz. Por toda a parte reinava alegria. Havia dois córos de cantores, cantando um

á nossa moda, e o outro á do paiz; todos os canticos eram acompanhados a instrumental. Aqui e acolá verdes ramos de arvores ornavam o logar, estando o chão juncado de palmas e hervas aromaticas; homens e mulheres mostravam-se todos alegres, contentes e satisfeitos. Havia uma multidão enorme de curiosos pagãos, que estavam assombrados com este spectaculo, por elles nunca d'antes visto.

Mais admirados ficaram ainda com a representação d'um drama, executada com não pequena difficultade, attentas as circumstancias do logar. Durante a representação, foram pelos actores quebrados muitos idолос, o que foi presenciado pelos pagãos sem mostras de indignação; pelo contrario, déram louvores aos ceus e reconheceram a santidade da nossa religião pela forma virtuosa da representação a que tinham assistido.

Tudo isto já é muito em vista das circumstanças; mas não basta. Praza a Deus que possam esses homens, attrahidos por tão innocentes diversões, tragar a isca (litteralmente, o livro) da fé e, como os peixes, ser colhidos na barca de Deus, isto é, a Egreja.

Tradução de

J.



CENTENARIO DA RESTAURAÇÃO DO REINO

1808-1908

I

DÉCRETO ⁽¹⁾

uerendo solemnizar a data memorável em que, no anno de 1808, vencidos os exercitos invasores nas famosas batalhas da Rolica e do Vimeiro, foi de novo restaurado o Reino, arvorando-se a gloriosa bandeira nacional no castello de Lisboa, como é conforme aos meus patrióticos sentimentos e de toda a Nação, bem como ao programma oficial da commemoração do centenario da guerra peninsular, proposto pela benemerita comissão nomeada por decreto de 19 de agosto ultimo: hei por bem determinar que o proximo dia 15 do corrente mez seja considerado de grande gala, para todos os efeitos legaes e do estilo.

(1) *Diario do Governo*, n.º 203 de 10 de setembro de 1908.

O Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, e os Ministros e Secretarios de Estado das outras Repartições assim o tenham entendido e façam executar.

Paço, em 9 de setembro de 1908.—REI.—*Francisco Joaquim Ferreira do Amaral—Arthur Alberto de Campos Henriques—Manuel Affonso de Espregueira—Sebastião Custodio de Sousa Telles—Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha—Wenceslau de Sousa Pereira Lima—João de Sousa Calvet de Magalhães.*

II

Telegramma ministerial ⁽¹⁾

Lisboa 12-9-908

Governador — GOA

Decreto 9 manda considerar grande gala dia 15 corrente centenario restauração reino 1808.

Ministro.

III

PORTARIA PROVINCIAL ⁽²⁾

N.º 319 — Devendo ser considerado de grande gala o dia 15 do corrente, centenario da restauração de Portugal em 1808;

(1) Suplemento ao *Boletim Official* n.º 17 de 1908.

(2) Ib.

Hei por conveniente determinar :

1.^º Que se suspenda amanhã o despacho e o serviço dos tribunaes, repartições e estabelecimentos publicos;

2.^º Que se façam todas as demais demonstrações do estilo.

As autoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do Governo Geral, em Nova Goa, 14 de setembro de 1908.

O GOVERNADOR GERAL,

José M. de S. Horta e Costa.

IV

O monumento commemorativo

O lançamento da primeira pedra do monumento aos heroes da guerra peninsular, que se vae erigir na praça Mousinho de Albuquerque, foi um dos numeros de programma das festas que, no dia 15 de setembro, se realizaram em Lisboa, com grande brilho e imponencia, celebrando o primeiro centenario da guerra peninsular.

Sua Magestade El-rei procedeu a esse acto com o costumado ceremonial, recebendo das mãos do sr. ministro do reino o material necessario para a sua execução, e batendo por fim sobre a pedra as tres martelladas do estilo.

A illustre commissão do centenario acaba de abrir concurso entre artistas portuguezes para a adjudicação do monumento, publicando o respectivo programma e bases, terminando com os seguintes trechos que merecem registo:

«Como aclaração e additamento ao n.º 1.º d'este programma, n'elle se insere a seguinte observação historica :

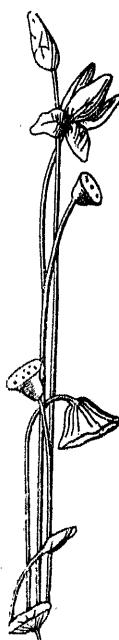
E' ao levantamento nacional e popular de 1808, começado em julho, sem recursos, nem direcção suprema, e á custa dos maiores sacrificios e desgraças, que se devem a installação de juntas locaes de defesa e restauração da independencia, a organisação da junta provincial do governo supremo no Porto, e a constituição dos pequenos exercitos portuguezes de Bernardim Freire, Bacellar e Conde de Castro Marim, que permittiram a intervenção britannica, as victorias da Rolica e do Vimeiro, e o completo restabelecimento da integridade da Patria em 15 de setembro de 1808.

E' ainda o povo quem, em 1809, 1810 e annos seguintes, á custa dos maiores esforços de abnegação, ou dá os seus filhos válidos para o exercito, que se bate gloriosamente por toda a parte, ou luctam velhos e mulheres, até o abandono dos lares, para repellir e vencer o inimigo.

Eis o motivo por que o monumento deve honrar esse povo, que se immortalisou nas luctas de 1808 a 1814.

Nos heroes da guerra, d'essa guerra que levou os nossos batalhões, sob a admiração de aliados e ini-

migos, até o sul da França, n'esses heroes incide ainda tanta luz, escreveram e escrevem sobre elles tantos autores illustres de Inglaterra, de França, de Hespanha e de Portugal, que só basta indicar livros ao artista desejoso da gloria de crear o monumento glorificador de tão soberba epoca da nossa historia nacional».



NOTICIAS ARCHEOLOGICAS

Excavações em Suza



delegação do ministerio de instrucçao publica de França na Persia, de que é chefe o eminent archeologo mr. J. de Morgan, vae expôr nas salas do Louvre as collecções de curiosos objectos encontrados nas excavações d'essa extraordinaria cidade que se chamou Suza, nada menos de 80 caixotes, contendo vasos, pratos decorados de harmoniosos arabescos ou de figuras de animaes, estatuetas religiosas, brinquedos de crianças, utensilios de cosinha, estatuas notaveis, como as do rei Monichtousou (4 mil annos antes da nossa era) e tambem do rei Untas Gal que vae fazer companhia á de sua esposa, a rainha Napirason, já existente n'aquelle museu. As inscripções, muitas vezes millearias, que se vêm n'esses objectos, manifestam a sua antiguidade.

As ultimas excavações fizeram-se até aos limites extremos, em profundidade, vindo a descobrir-se os

restos da primitiva cidade, que florescia 5 mil annos antes da nossa era, e, entre esses restos, numerosos exemplares de ceramica, vasos pintados nos quaes se reconhecem todos os caracteres da technica grega, confirmando-se assim a opinião, já emittida, da arte chaldaica ser a base da arte grega. Com effeito, os reis d'Elam, depois de ter destruido a Chaldéa, levavam para a sua capital todas as obras d'arte possuidas pelos vencidos, a fim de ornarem os seus palacios. Em Suza, mais do que na propria Babylonia, encontram-se recordações d'este genero.

E' a mr. de Morgan que se deve a convenção franco-persa, de 1900, pela qual a França gosa do monopólio de excavações na Persia e da exclusiva propriedade de objectos que forem descobertos em Suziana. (*Les Annales politiques et littéraires*, n.º de 6 de setembro).

Antiguidade do hypnotismo

Referindo-se ao livro *Hypnotismo e Espiritismo*, do dr. Lapponi, que foi médico do papa Leão XIII, escreve o *Examiner* que, na antiguidade, se conhecia muito bem um grande numero de phenomenos que actualmente se attribuem ao hypnotismo. Não os ignoravam, de certo, os medas, os chaldeus, os brahmanes da India e os sacerdotes do antigo Egypto.

Algumas praticas mencionadas em escripta cuneiforme, de que Lenormant dá noticia, — certos casos

relatados por Maspero na sua *Historia antiga dos povos do Oriente*, — muitos factos anormaes observados na primitiva sociedade, — e as maravilhas que, ainda nos nossos tempos, fazem os brahmanes da India, guardas zelosos das sagradas tradições de casta : eis o bastante para atestar a grande antiguidade das operações que constitúem o hypnotismo dos nossos dias. Tambem, os milagres que, nas molestias nervosas, se faziam no templo egypcio de Serapis, sem duvida eram o resultado de influencias hypnoticas. N'um papyro magico do Egypto, citado por Harris, escripto 3 mil annos antes de Christo, e traduzido em 1860 por Chabas, estão largamente descriptos os processos que empregam os modernos hypnotistas.

Os sacerdotes gregos eram indubitavelmente versados em semelhantes praticas. Parece que as Sybillas eram tambem sujeitas a phenomenos hypnoticos, poisque, depois de crises nervosas, vaticinavam futuros acontecimentos.

Não consta que os romanos prestassem culto ao hypnotismo ; mas é provavel que o não ignorassem, attendendo-se á influencia grega que os havia penetrado.

Portugal em Mombassa

Lê-se no *Ultramar*, n.º 2613 de 10 de setembro, na carta do seu correspondente de Mombassa, data da de 4 de agosto :

«Se Portugal deixa em toda a parte aonde chegou, vestigios gloriosos da sua passagem, os deixa tambem

n'esta ilha, onde se desenrolou tanta façanha, carnificina, trahição e tragedia por causa da supremacia entre os arabes e os portuguezes.

Deixa edificios, uns em bom estado de conservação, outros em ruinas, que, se no seu noivado imprimiram admiração e surpresa, assim pela sua magestade, como pela sua colossal e massiça estructura, não deixam de attestar ainda hoje, embora derruidos e destituidos do seu pristino garbo e magnificencia, a historia do glorioso passado da épica Lusitania; e são de certo padrões immorredouros que cantam silenciosamente um cterno e rasgado elogio e hosannas aos inclitos portuguezes, que, com o seu arrojado valor, inconcussso caracter e probidade e arrraigado patriotismo, percorrendo *mares nunca d'antes navegaíos*, descobrindo terras ignotas e extendendo o dominio lusitano, não só immortalisaram o seu proprio nome, mas ainda da patria que lhes déra o berço, e legaram á nação um diadema fulgurante de gloria e de renome.

Além de monumentos em fórmula de edificios, existem outras recordações que perpetuam a passagem luminosa de Portugal por estas paragens longinquas. na lingua *swahili*, fallada pelos indigenas de Mombassa, Lamu e mais algumas cidades da costa, na sua pureza, e em fórmula degenerada por todo o littoral e interior da Africa Oriental, ingleza e allemã, merecendo justamente por isso a denominação da lingua commercial e franca, se encontram palavras portuguezas, que, ainda que mutiladas e prostituidas, não deixam de manifestar a sua origem. E' realmente este um legado perduravel no testamento de despedida de Portu-

gal a uma parte do seu vasto imperio colonial da Africa Oriental.

Eis a seguir algumas palavras que fazem parte do vernaculo *swahili*:

<i>Swahili</i>	<i>Portuguez</i>
Achali	Axar
Angili	Evangelho
Bambo	Bambu
Bomba	Bomba
Bendera	Bandeira
Barra	Barra
Bwuli	Bule (de chá)
Bweta	Bofete
Calamu	Calamo (penna de escrever)
Chai	Chá
Chapeo	Chapeu
Dadu	Dado (de jogo)
Fullano	Fulano
Kanju	Caju
Kasha	Caixa
Lenso	Lenço
Limau	Limão
Machera	Machilla
Mamã	Mamã (mãe)
Mesa	Meza
Mrheno	Reinol
Nanazi	Ananaz
Padri	Padre
Papayi	Papaia
Parafujo	Parafuso

Pera	Pêra (goiava)
Pilau	Puláo
Pepa	Pipa (barril)
Sukari	Assucar
Tasa	Taça
Tufano	Tufão
Zambarau	Jambulão
Vizia	Vigia (sentinella)

Embora me faltem provas authenticas para affirmar que as sobreditas palavras teem a sua origem na lingua de Camões, todavia — á vista da sua approximação d'esta, e o significado da palavra em *swahili* corresponder ao da lingua portugueza, e admittido que a nação portugueza foi a primeira da Europa que mais contacto teve com os indigenas destas regiões, onde se fala o dialecto *swahili*, e tendo este dialecto verbos portuguezes para mencionar por nomes artigos e coisas que até então não existiam ou eram desconhecidas dos nativos, -- inclino-me a crêr que essas palavras tiveram a sua derivação da lingua portugueza.» (a)

Descoberta de moedas em Mombassa

Na citada carta lê-se tambem :

«Um jornal local traz a descripção de algumas moedas antigas de bronze, descobertas, ha 5 annos

(a) Veja-se analogo specimen a pg. 229 d'este volume.

atraz, n'uma das ruinas d'esta cidade, que semanas depois eventualmente o editor do mesmo jornal chegou a ter á mão. Tres d'ellas contém a effigie de homem cuberto de um manto, que se assimilha muito á toga romana. A effigie tem na cabeça uma corôa de laureis parecendo no todo com a dos imperadores de Roma.

Na quarta moeda o homem traz uma longa barba e em vez da corôa de laureis na cabeça, se nota um «chiffon» que segura a cabelleira e, enroscando na testa, vae cair pelos hombros abaixo. O reverso d'estas moedas traz, respectivamente, uma aguia com uma cobra no bico, uma mulher ordenhando leite d'uma vacca e a quarta uma mulher com os olhos vendados e sustenta na mão direita uma balança. Suppõe-se que estas moedas, provavelmente de origem romana, foram trazidas para estas paragens pelos antigos phenicios que, em tempos seculares, vagueiam pela costa oriental da Africa.»

Vasco da Gama com sangue inglez? (a)

Em carta de 1 de setembro, escripta ao director d'esta revista, diz o sr. Antonio Ferreira de Serpa, muito digno consul geral da Republica de Guatemala em Lisboa :

«Sobre a duvida de v..., de Vasco da Gama ter

(a) Veja-se o artigo d'esta epigrapha a pg. 251 do presente volume.

origem estrangeira; direi que sim; tinha-a, pela mãe, D. Isabel Sodré.

Sodré é corrupção de Sudries ou Sudrey, condado de Inglaterra, hoje Surrey.

Um Sudrey vindo para Portugal foi tronco dos Sodrés».



DOCUMENTOS DA COMMISSÃO DE ARCHEOLOGIA

Officio á Secretaria geral do governo

III.^{mo} Ex.^{mo} Sr.—Os vogaes d'esta commissão, sres. dr. Osorio de Castro e Carmo Nazareth, n'uma excursão feita na cidade velha de Goa, no domingo ultimo, descobriram dentro da cerca ao norte da sé primacial e patriarchal, que foi o antigo cemiterio da sé, indicado por Pyrard, seis pedras pretas, soltas, com lavores de grande merecimento artistico, que ali jazem meio soterradas, sem serventia conhecida. E' de presumir, que pertenceram a algum antigo pagode destruido, que existisse n'esse local onde os portuguezes vieram a construir o sumptuoso templo da sé, cuja posse com a referida cerca tem a fabrica da cathedral. E' mais provavel, porém, que este formoso *canto* lavrado, de motivos decorativos evidentemente hindús, proviesse do entulho da *Serra*.

Podem e devem aquellas seis pedras, que pertencem ao Estado, figurar e ficar reunidas a outras peças architectonicas similares, que estão no Museu archeologico a cargo d'esta commissão. Não devem

de modo nenhum perder-se, por fazerem parte do patrimonio artistico de Goa.

E assim rogo a v. ex.^a, se digne levar o exposto ao conhecimento de s. ex.^a o sr. Governador Geral a fim de solicitar de s. ex.^a revd.^{ma} o sr. Patriarcha das Indias a permissão da sahida das seis pedras do logar onde estão, para o Museu archeologico, podendo perfeitamente entregar-se em troca, caso isto se queira, outras pedras pretas, basalticas ou graniticas, que estão no atrio do Museu.

Deus guarde a v. ex.^a — Nova Goa, 20 de dezembro de 1906. — Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Secretario Geral do governo. — O Presidente da commissão, *V. de Castelões*.

Resposta

Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sr. — Em resposta ao officio de v. ex.^a, n.^o 35 de 20 do mez findo, s. ex.^a o sr. conselheiro Governador Geral encarrega-me de dizer, ouvido o ex.^{mo} e revd.^{mo} sr. Patriarcha das Indias, que não ha inconveniente em se transferirem para o Museu archeologico as 6 pedras lavradas, a que se refere o citado officio.

Deus guarde a v. ex.^a — Secretaria geral do governo, 7 de janeiro de 1907. — Ill.^{mo} e Exm^o. Sr. Presidente da commissão de archeologia. O Secretario Geral, *Francisco M. Peixoto Vieira*.



O ORIENTE PORTUGUEZ

5.^o ANNO. 1908

NUMERO DE NOVEMBRO E DEZEMBRO



OS 2 PADRES COUTOS

Implicados na conjuração de 1787



a chamada conjuração de 1787, descripta em 1875 pelo doutor Cunha Rivara n'uma desenvolvida memoria (¹), entraram, com outros ecclesiasticos de Goa, dois de apellido Couto : o padre Caetano Francisco, um dos cabeças, natural de Pangim, e seu irmão (?), o padre Diogo Caetano, cumplice. Este não pôde ser preso, porque fugiu a

(¹) *A Conjuração de 1787 em Goa*, memoria historica, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1875. Cf. *Goa sob a dominação portugueza*, por A. A. Bruto da Costa, pg. 77-85.

tempo, e aquelle foi remettido com os outros seus collegas para Lisboa. Dando a informação circunstanciada acerca do destino final de todos esses ecclesiasticos e de outros co-réus, confessou Cunha Rivara não ter conseguido averiguar o do padre Caetano Francisco, e affirma que ao padre Diogo Caetano não foi concedido perdão, nem restituição dos bens sequestrados.

Ás infatigaveis investigações do benemerito escritor escaparam, porém, documentos que fomos felizes em achar n'esse mesmo archivo da secretaria geral do governo, que elle explorou com tanta diligencia, como proveito, e donde extrahiu os principaes elementos para a sua monographia,—documentos que, a respeito dos dois padres Coutos, adiantam muito mais do que n'ella se lê, e quasi o completam. Damol-os á seguir, como reverente homenagem á memoria do sempre venerado mestre.

I

O padre Caetano Francisco do Couto

Escreve Cunha Rivara a pag. 47-48 :

«O padre Caetano Francisco do Couto, preso em 1787 como um dos cabeças da conjuração, foi na devassa o que maiores provas ministrou contra os seus socios, e mais amplas explicações deu sobre os trabalhos dos conjurados. Enviado a Lisboa em 1789 com os mais padres, que todos foram recolhidos na Torre de S. Julião da Barra, passados poucos dias

foi mandado para o convento de S. Francisco da cidade, para alli se examinar se padecia loucura ; porque, tendo-se conduzido todos os mais com moderação e sujeição, elle o fizera tanto ao contrario, que não era possivel reduzil-o á confissão, não querendo em muitas occasiões comer, e em outras quebrando a louça ; o que já em outro lugar referimos, e consta de uma carta do secretario d'Estado, de 9 de maio de 1790.

«Se a loucura foi real, e não ha razão para crêr o contrario, a que poderia ella attribuir-se ? Tão variadas e occultas são de ordinario as causas de tal enfermidade, que seria temeridade nossa querer assinalar-lhe n'este caso o verdadeiro motivo. Mas com toda a reserva, que tão delicado assumpto pede, filhamos atrevimento (como diria Gomes Eannes de Azurara) para propôr a suspeita de que aquellas amplas e abundantes provas, que o padre Caetano Francisco do Couto ministrou na devassa contra seus socios, não perdoando a irmãos e parentes, lhe dariam depois da pavorosa catastrophe das execuções e castigos, tal embate no animo, que não he muito de espantar lhe perturbasse o entendimento ; principalmente, se a isso se juntassem, como he provavel, as incessantes invectivas e exprobrações, que os outros padres, què com elle iam presos para Lisboa, não deixariam de lhe dirigir em tão dilatada viagem ; invectivas e exprobrações, que tanto mais lhe pungiriam o coração, quanto mais facilmente andariam associadas ao receio de que elles todos viessem ainda no reino a padecer penas como aquellas, que em Goa

haviam sido executadas nos socios seculares. A carta do secretario d'Estado, de 9 de maio de 1790, he o ultimo documento, que falla n'este padre. Ignoramos se a alienação mental progrediu, ou se foi curada. O seu nome não se encontra entre os que falleceram na prisão, nem entre os que foram perdoados, e restituídos á patria com levantamento do sequestro de seus bens.

«Este silencio poderia dar lugar a varias conjecturas, ou duvidas. Seria solto, e ficaria em Lisboa? Em tal caso parece que devia participar da restituição dos bens sequestrados, de que não ha notícia. Falleceria no hospital, ou na prisão antes da soltura dos outros, e como cabeça da conjuração não seria julgado digno de contemplação, nem ainda de se fazer a seus herdeiros mercê do levantamento do sequestro, como se fez aos dos outros fallecidos? Assentaria o governo por aquella mesma razão retê-lo em carcere perpetuo? A todas estas duvidas, dizemos, dá occasião o silencio dos documentos.....»

N'estas hesitações, diz em seguida Cunha Rivara ter ouvido sobre o assumpto tres homens velhos de Pangim, seus contemporaneos: Philippe Nery Xavier, fallecido depois ao tempo da publicação da memoria, Diogo Philippe de Andrade e João Antonio de Salданha. Não conseguiu, porém, dilucidar o ponto escuro.

Filippe Nery declarou que o padre Couto regressará á patria, e que pessoas antigas lhe tinham dito que fôra sepultado na egreja de S. Domingos, da cidade velha, — D. F. de Andrade, que não tinha

memoria alguma de conhecer o padre, nem de ter ouvido que elle voltasse a Goa; — e J. A. de Saldaña, que ouvira dizer que o padre voltára e d'aqui partira para as partes do Sul onde fallecêra. (¹)

Com estes encontrados depoimentos cerrou Cunha Rivara as suas investigações relativamente ao padre Couto, esperando que sobre a sorte d'este viessem provas decisivas demonstrar cabalmente a verdade.

Achámos estas provas no livro das *monções* n.º 196, até ao qual, certamente, não alcançou o exame de Cunha Rivara, porventura na persuasão de que, depois dos avisos régios de 3 de dezembro de 1806, e de 5 de fevereiro, 13 e 23 de março de 1807, pelos quaes foram perdoados outros ecclesiasticos implicados na conjuração de 1787, e mandados restituir os bens sequestrados aos proprios ou aos herdeiros dos que haviam falecido, avisos que se transcrevem na memoria citada, e depois do cumprimento dado a esses avisos em 1808 pelo vice-rei Conde de Sarzedas, nada mais haveria a consultar.

Por sentença de 17 de setembro de 1813 foi Pascoela Joaquina do Couto, filha de Antonio do Couto e viuva de Vicente Caetano Ribeiro, natural da

(¹) D. F. de Andrade, official-maior aposentado da secretaria geral, faleceu a 15 de novembro de 1882, e João Antonio de Saldaña, que, por longos annos, foi regeedor da parochia de Pangim, a 25 de agosto de 1896. A's reminiscencias de ambos que, apezar da sua senectude, conservavam ainda excellente memoria, tivemos de recorrer, bastas vezes, e sempre com proveito, para informações sobre factos do seu tempo. *Interroga majores tuos et dicunt tibi*, como ensina o Deuteronomio.

(então) villa de Pangim, e n'ella residente, julgada unica e universal herdeira de seu tio paterno, o padre Caetano Francisco Couto, fallecido em Lisboa. Levou o processo de habilitação quasi 2 annos a concluir. A carta de sentença tem a data de 15 de outubro de 1813; referendada por Joaquim João da Costa, escrivão do juiz da sublevação, e assignada pelo chanceller do Estado, Antonio Gomes Pereira da Silva (juiz da sublevação), termina com o reconhecimento das assignaturas, feito em 15 de novembro de 1815 pelo desembargador ouvidor geral do cível e juiz das justificações, Antonio Ribeiro de Carvalho.

O requerimento inicial, trasladado n'essa carta, diz assim:

«III.^{mo} Sr. — Diz Pascoela Joaquina Couto, viúva de Vicente Caetano Ribeiro, moradora na villa de Pangim, que a ella convém habilitar-se neste juizo como sobrinha e unica herdeira do revd.^º Caetano Francisco do Couto, que foi sublevado e veio a falecer em Lisboa sem testamento, para se investir da posse judicial do património e mais bens do dito seu padre thio, e abrir o seu título no respectivo livro da aldêa Raia de Salsete, onde he sito o dito património — pede a v. sr.^a sr. conselheiro chanceller etc....»

O chanceller proferiu o seguinte despacho: «Distribuido, justifique, citados os interessados e partes».

A isto acodiu a mulher com mais dois requerimentos ao chanceller: declarando no 1.^º que o «defuncto padre não tem herdeiro algum, nem interessado neste Estado, senão unicàmente a supplicante», — e pedin-

do no 2.^º, em que ao chanceller se dá tambem o tratamento de «juiz da sublevação», que, por estar doente o inquiridor do juizo da inconfidencia, se mandasse «inquirir as testemunhas por qualquer advogado desta côrte», pedido que teve deferimento.

Nenhum d'estes tres requerimentos e dos respectivos despachos tem data.

Segue a inquirição feita pelo advogado Lourenço Francisco de Paula e Barbosa em 8 de novembro de 1811. Foram 3 as testemunhas, todas de Pangim : Caetano Dias, varzeiro (*sic*), de 70 annos,—Gabriel Soares, varzeiro (*sic*), de 37 annos,—e Caetano José Vás sacristão da egreja, de 37 annos. Depuzerám unanimemente que a justificante era «unica e universal herdeira de seu tio paterno, o padre Caetano Francisco do Couto, sublevado e fallecido em Lisboa, por não ter elle ascendentes ou descendentes, nem outro parente mais chegado».

Não atinamos nos fundamentos dos longos intervallos que decorreram entre a inquirição e a sentença, nem entre esta e o reconhecimento das assignaturas. Não ha tambem no processo a certidão do obito do padre. Attendendo, porém, á data da inquirição, podemos conjecturar que a petição inicial de Pascoela do Couto fosse de outubro ou dos primeiros dias de novembro de 1811, e, por ultimo, que ella tivesse recebido a noticia da morte do tio na monção do mesmo anno, — pelo conseguinte, que o padre tivesse fallecido em 1810, ou em janeiro a abril de 1811.

Ao mesmo passo que obteve a sentença de justi-

ficação, Pascoela do Couto conseguiu igualmente da secretaria do Estado certidões dos avisos régios já citados, de 1806 e 1807, e com todos estes documentos dirigiu a Sua Magestade a seguinte supplica, evidentemente escripta no Rio de Janeiro por algum procurador.

«Senhor —Diz Pascoela Joaquina Couto, viuva de Vicente Caetano Ribeiro, natural e moradora na villa de Pangim, no Estado de Goa, que ella he sobrinha, e unica herdeira do fallecido padre Caetano Francisco do Couto, hum dos que foram comprehendidos no crime de sublevação ultimamente acontecida naquelle Estado, como mostra por sua sentença de habilitação junta em n.^º 1.^º. E por este titulo lhe compete succeder em todos os seus direitos e acções.

Foi V. Magestade servido usar dos efeitos da real commiseração, e perdoar-lhes qualquer pena em que pudessem estar incursos; e mandar lhes levantar o sequestro posto em seus bens e que estes lhes fossem restituídos, e entregues, para os poderem administrar como proprios, o que se mostra pelos avisos régios 1.^º, 2.^º e 3.^º, em n.^º 2.^º, e na falta dos sobreditos sublevados, como mostra o n.^º 4.^º.

E porque o sobredito padre Caetano Francisco não poude supplicar a Vossa Magestade igual graça, por isso que falleceo em Lisboa, como se prova da sentença n.^º 1.^º, nem a supplicante poude antes de agora dirigir suas supplicas a Vossa Magestade pela distancia em que se acha, a supplicante muito humildemente—P. a Vossa Magestade que, por efeitos da sua indefectivel clemencia e real beneficia, se digne fazer mercê á

supplicante de lhe conceder o mesmo perdão liberalizado aos mais sublevados e ordenar igual levantamento de sequestro de bens para que estes sejam entregues á supplicante como sua herdeira — E. R. M.» (L.º das *monções* cit., fl. 71).

Este requerimento não tem data, mas deve ter sido feito em 1817, ou pouco depois, porque a folha, em que está escripto, traz a marca d'agoa — *Hagar & C.º 1817*. No alto da folha lê-se o despacho — *Como pede* — sem data, nem assignatura, e junto á petição este aviso régio :

«N.º 29 — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sua Magestade atendendo ao que representa no requerimento incluso Pascoela Joaquina do Couto, e não sendo da sua real piedade que fique excluida a supplicante dos efeitos do régio indulto que houve por bem conceder aos cumplices na sublevação em que foi envolvido o padre Caetano Francisco do Couto, de quem a supplicante se mostra herdeira pelo documento junto ao seu requerimento, he servido determinar que v. ex.^a passe as ordens necessarias afim de verificar-se a favor della, nos bens que ficarão por morte do sobredito padre, a execução daquelle régio perdão, sendo-lhe restituídos, e entregues os mesmos bens para os administrar como proprios.

O que participo a v. ex.^a para que o faça executar nesta conformidade, quando lhe não obste a consideração de algum inconveniente, que daqui possa resultar, do qual v. ex.^a me dará parte nesse caso para nova decisão de Sua Magestade.

Deus guarde a v. ex.^a — Palacio do Rio de Janeiro

em 30 de junho de 1818 — (a) *Conde dos Arcos — Sr. Conde do Rio Pardo.*» (L.^o cit., fl. 70).

A este aviso respondeu o vice-rei:

«N.^o 51 — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor — Expedi ao chancellér da Relação, por ter sido o juiz dos sublevados, a ordem da copia junta (¹), em consequencia, e cumprimento do aviso n.^o 29, datado a 30 de junho antecedente, no qual Sua Magestade ordena se entreguem a Pascoela Joaquina de Couto os bens, que tinham sido sequestrados ao padre Caetano Francisco do Couto, para os administrar como proprios por se mostrar sua herdeira.

«Deus guarde a v. ex.^a — Goa 12 de novembro de 1818 — Ill.^m e Ex.^m Sr. Conde dos Arcos. — Rubrica do vice-rei Conde do Rio Pardo» (L.^o cit., fl. 78).

Depois da leitura d'estes documentos ocorre perguntar: porque motivo o padre Caetano Francisco do Couto não foi perdoado conjunctamente com seus companheiros? não o teria solicitado? ou havendo-o pedido, ter-lhe-ia sido recusado? Parece-nos mais provavel que o padre continuasse doido no hospital, e, por isso, que o governo julgassem preferivel retê-lo no reino, tanto mais que, por então, devia o padre ser pelo menos sexagenario.

II

O padre Diogo Caetano do Couto

Cunha Rivara — já o dissemos — affirma que a este padre não foi concedido perdão, nem a restituição dos

(¹) Não está no livro este documento.

bens sequestrados (cit. *Conjuração*, pg. 41). No livro das *mionções*, n.º 185, encontram-se, porém, os seguintes documentos : (¹)

Carta

«III.^{mo} Sr. José Gomes Loureiro.
Bombaim 6 de dezembro de 1803.
Muito da minha especial veneração e particular
respeito.

Por meio desta vou valer-me da protecção de v. ill.^{ma} sr.^a, certo que v. ill.^{ma} sr.^a desempenhará em aceitar a minha procuração que inclusa remetto, e como o valimento e conhecimento de v. ill.^{ma} sr.^a he muito grande nessa corte, como tem mostrado e por isso dou este trabalho excessivo, v. ill.^{ma} sr.^a não pode ignorar o que eu padeço, as muitas molestias e achaques, discomodo que tenho na existencia em Bombaim, pelo que me escuso de relatar por miudo para não causar tedio, esperando da benignidade de v. ill.^{ma} sr.^a tomar na sua mão esta minha dependencia como cousa sua, e como me insinuou o ill.^{mo} sr. Miguel de Lima e Souza que eu procurasse a v. ill.^{ma} sr.^a por meu protector, na segurança de que não poderia achar melhor para consecução do meu intento, que he recolher-me para minha patria, o que melhor v. ill.^{ma} sr.^a verá da substancia do requerimento

(¹) Estes documentos já foram por nós publicados no *Boletim Official* n.º 3 de 1892, mas aqui os reunimos aos que respeitam ao pe. Caetano Francisco do Couto, para ficar tudo archivado n'um logar.

que poderá accrescentar ou diminuir, conforme melhor entender, demais me occorre advertir a v. ill.^{ma} sr.^a que Sua Magestade está prompto para perdoar áquelles que pedirem humildemente o perdão.

Toda despeza ordinaria e extraordinaria que v. ill.^{ma} sr.^a entender justa para consecução desta dependencia, hei por bem feita e segundo o aviso de v. ill.^{ma} sr.^a entregarei á pessoa que destinar, sem minima tardança; o que será melhor que venha remettido decreto do meu levantamento ao ill.^{mo} sr. Miguel de Lima e Souza, e na ausencia d'elle ao sr. José Francisco Pereira.

A pessoa de v. ill.^{ma} sr.^a guardé Deus muitos annos.

Capellão muito humilde e venerador servo — Pe. *Diogo Caetano Couto.*» (L.^º cit., fl. 49—50).

Requerimento

«Senhor—Diz o pe. Diogo Caetano Couto, vassallo de Vossa Alteza Real, natural de Goa, ora existente nos districtos do dominio inglez em Bombaim, nella se acha refugiado por causa de huma ordem que sahio na segunda apreção em tempo da sublevação, procedida mais da denuncia feita pelos seus emulos que do real concurso do supplicante a semelhante attentado, talvez porque suppuzessem que o supplicante sabendo não houvesse de denunciar como devia, o que aconteceu por ignorar as leis; e como o supplicante de presente se acha reprezentado do seu lamentavel designio a falta de todo o necessario, que pede a honestidade, decoro e reputação do ecclesiastico, não

tendo abrigo de pessoa alguma, se expoem ao espetáculo do despreso e ludibrio, sendo da idade de 70 annos, sobrevindo nella continuos e perigosos áchaques da sua doença, e por tal já não poder mais exercitar no seu ministerio, e não ter meio com que possa o supplicante manter a sua vida; recorre prostrando humildemente aos benignos pés de V. Alteza Real que se digne compadecer dò supplicante e fazer a mercê e graça com a faculdade de tornar á sua patria, e mandar restituir o seu patrimonio retido com os fructos comissos, por ser o unico bem que o supplicante espera possuir para sua manutenção pelo beneplacito de V. A. Real, que como pae benigno fazer a graça com alguma contribuição como mercê, assim como pela sua benignidade inata usou V. A. Real com o R. Pe. Manuel Expectação, tambem natural da Indja, proximamente se recolheu para Goa com a mercê de quatrocentos réis fortes por dia; por tanto—P. a V. A. Real seja servido compadecendo-se do supplicante conceder ao pedido, e R. M.^{ee}.» (L.^o cit., fl. 48).

Procuração

«Por esta por mim feita e assignada com as testemunhas abaixo assignadas, eu Pe. Diogo Caetano Couto, natural de Goa, ora residente em Bombaim, nomeio e constituo por meu procurador geral e abastante na cidade de Lisboa ao ill.^{mo} sr. José Gomes Loureiro, com todos os meus poderes abastantes e necessarios para procurar por mim, e requerer em juizo e fora delle do meu livramento e regresso para minha patria e assinar em todos os papeis precisos e

necessarios que por taes subirem por meu nome em juizos competentes para o fim da consecução do meu regresso para patria e sendo preciso jurar de calunia e na sua ausencia nomear, substabelecer outro qual quer em meu nome para o que dei (*sic*) os meus poderes que em direito forem necessarios e para firmeza d'esta hei por declarar todas as clausulas que em direito esprecas para valimento de semelhante instrumento da procuração. E para verdade do conteudo passei esta. Bombaim 7 de dezembro de 1803 — *Pe. Diogo Caetano Couto — Fr. Joaquim do Espírito Santo Alvares, testemunha — Francisco Xavier Vás, testemunha.*

Os assignados supra reconheço por proprios e verdadeiros, era ut supra — *Miguel de Lima e Souza.*» (L.^o cit, fl. 51).

Estes tres documentos foram enviados ao governador Francisco Antonio da Veiga Cabral com o seguinte aviso régio, obtido, sem duvida por José Gomes Loureiro.

«N.^o 67 — Ill.^{mº} e Ex.^{mº} Sr. — O Principe Regente N. Sr. manda remetter a v. ex.^a o requerimento junto de Diogo Caetano Couto, presbytero secular, actualmente residente em Bombaim, e he servido que v. ex.^a ouvindo o arcebispo primaz, e não encontrando no parecer deste prelado cousa que se opponha á pretensão que tem aquelle clérigo de voltar a essa cidade de Goa, lhe conceda licença para o seu regresso, assim como tambem lhe mande restituir, e entregar na forma que requer, os bens que se lhe apprehende-

rão huma vez que se não sigão daqui por causa do exemplo consequencias prejudiciaes ao socego do Estado.

Deus guarde a v. ex.^a — Palacio de Queluz em 6 de maio de 1805 — *Visconde de Anadia*. — Sr. Francisco Antonio da Veiga Cabral». (L.^o cit., fl. 47).

Veiga Cabral mandou a informar ao arcebispo D. fr. Manuel de Santa Catharina, o qual respondeu n'estes termos :

«Ill.^{mº} e Ex.^{mº} Sr. — Não se me offerece duvida alguma em que o supplicante padre Diogo Caetano Couto goze da singular graça que Sua Alteza Real o Principe Nossa Senhor lhe faz, por me persuadir, que a causa, que elle allega da ignorancia da lei, he verdadeira, e não outra, por ser de capacidade muito limitada, como o mostrou no primeiro exame que lhe fiz para confessar, da doutrina christã, no principio do meu governo, respondendo-me que o Espirito Santo foi o que encarnou (⁴). Também me tem constado as grandes necessidades que tem padecido fora de sua casa, á tantos annos em Bombaim.

Deus guarde a v. ex.^a muitos annos — Igreja de Orlim, em visita a 14 de janeiro de 1806. — Ill.^{mº} e Ex.^{mº} Sr. Francisco Antonio da Veiga Cabral -- (a) *Arcebispo Primaz do Oriente*.» (Ib., fl. 53).

(⁴) Pasmoso, incrivel, se não estivésse escripto e assignado por um Prelado !

Com a copia d'este officio, o governador respondeu ao aviso régio pela forma seguinte :

«N.^o 32— Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.— No real nome do nosso augusto Soberano, concedi licença ao pe. Diogo Caetano Couto, para se recolher a este Estado, por que ouvindo o arcebispo primaz como Sua Alteza Real foi servido determinar, informou que julgava o dito padre digno da real piedade do mesmo augusto Soberano; e pelo que pertence ao seu limitadissimo patrimonio, que foi confiscado, remetti o exame ao chanceller da Relação, para se verificar coherentemente a entrega do que lhe pertencer.

A ill.^{ma} e ex.^{ma} pessoa de v. ex.^a guarde Deus muitos annos — Goa a 18 de fevereiro de 1806. — Ill.^{mo} e Ex^{m.}º Sr. Visconde de Anadia — Rubrica do governador F. A. da Veiga Cabral» (Ib., fl. 52).



Não terminaremos este escripto, sem uma investigação que naturalmente suscita o nome do padre Caetano Francisco do Couto, e a sua *magna pars* na conjuração. Segundo se lê na sentença, um dos logares em que se formaram os conventículos preparatorios do movimento, foi a casa d'esse padre em Pangim (¹). Onde precisamente teria sido tal casa? Em Pangim houve e ainda existem muitas casas que têm historia, e bom serviço prestará quem a possa fazer; mas,

(1) Cit. *Conjuração*, pg. 6 dos *Documentos*.

á vista da successiva transformação por que tem passado o primeiro bairro da cidade de Nova Goa, bem difficult e dia a dia mais difficult é identificar algumas. Com o auxilio das reminiscencias de alguns homens antigos, podemos informar os leitores de que essa casa era todo o predio situado, ás Fontainhas, na rua do Conde do Redondo (que pela ultima nomenclatura official veio substituir, sem fundamento algum, a antiga travessa do Rego, denominação, aliás, mais conforme ás circumstancias locaes)— predio ha muito dividido symetricamente em dois, mas com escada commum, — n'um reside o sr. Viriato de Albuquerque, e n'outro o sr. pe. Manuel José Gabriel de Saldanha.

J. A. ISMAEL GRACIAS.



QUAL ERA A LINGUA DE S. FRANCISCO XAVIER? ⁽¹⁾

ual era a lingua paterna, ou materna, do Padre Francisco Xavier? Poderia julgar-se que o castelhano, comquanto elle fallasse portuguez, e o escrevesse menos mal, ainda que eivado de castelhanismo.

Nem castelhano, nem portuguez. O Padre era natural das Vascongadas, nascido em Xavier, na actual provincia de Navarra (em vasconço *Echeberri* «casa nova»). Apezar disto, porém, poderia a lingua natural d'elle ser o castelhano, como o era então, e mais ainda hoje o é, a de muitos dos seus patricios.

O Padre havia de, com mais ou menos facilidade, fallar francez, visto haver seguido o curso universitario de Paris, desde 1525 até 1536. Devia fallar ita-

(1) Interessante nota addicional que o erudito philologo, sr. A. R. Gonçalves Vianna, juntou á excellente memoria que o illustre escriptor, sr. Jordão de Freitas, publicou em 1905, no *Instituto de Coimbra*, e depois em separata, sob o titulo *Subsidios para a bibliographia portugueza relativa ao estudo da lingua japoneza etc.*

liano, isto é, toscano, por isso que residiu em Italia desde 1537 até 1540. Devia fallar correntemente latim, lingua não só douta, mas usual de todo o individuo instruido do seu tempo. Havia de saber grego litteral, com maior, ou menor perfeição, e talvez hebreico. Ao depois fallou e escreveu malaio ; conheceu alguma das linguas dravidicas da India, o mala-bar nomeadamente ; fallou o chim, ou qualquer dialeto vulgar d'este, e o japonez emfim, em que prégou. Estranha gente esta do seculo xvi, e ao pé da qual os mais facundos polyglottas modernos fariam triste figura ! Tanto podiam n'elles a tenacidade, o lucido espirito, e o empeño firme de converterem á sua fé os mais variados povos, sem outra recompensa, nem outro estímulo, nem outra gloria, além da satisfação da propria consciencia.

Na primeira das nove cartas colligidas no livro intitulado *Missões dos jesuitas no Oriente, nos seculos XVI e XVII* (publicado em 1894 pelo sr. Jeronymo da Camara Manuel) escriptas pelo Padre Francisco Xavier, lê-se o seguinte passo que resolve completamente a dúvida : — «Luego que llegue a esta costa donde ellos estan, procure de saber dellos el conocimento que de Christo N. S. tenian y demandandoles acerca de los articulos de la fe lo que creyan, o tenian mas aora que eran christianos que quando erã gentiles, no hallava en ellos otra respuesta sino que eran christianos y que por no entender ellos *nuestra* lengua no sabian *nuestra* ley, ni lo que avian de creer. Y como ellos no me entendiesen, ni yo a ellos, por ser su lengua natural Malauar, y la

mia *bizcayna*, ayunte los que entre ellos eran mas sabidores, y busque personas que entendiessem nuestra lengua y la suya dellos . . . ».

Esta carta é datada de Cochim em 15 de janeiro de 1544, convém saber quinze mezes depois da chegada do Padre á India. Vê-se que então ainda elle não sabia malabar; vê-se tambem que o castelhano era uma língua aprendida, já por esse tempo um tanto lusificada, provavelmente, e que a propria era o vasconço, *biscainho*, como então genericamente se denominavam os varios dialectos do euscaro.

Muito depois de eu ter chegado a esta conclusão, facultou-me o autor dos *Subsidios*, que a respeito do japonez têm sido publicados n'esta Revista e de que estas notas fazem parte, a consulta da obra do Pe. José Maria Cros, *Saint François Xavier, sa vie et ses lettres* (Toulouse-Paris, 1900): ahi lê-se, a páginas 228 do tomo I, uma nota, na qual se observa que o Padre Francisco Xavier se declara vasconço (basque), com relação á sua língua natural, e afiança o autor que essa língua era para o apostolo do Oriente paterna e materna. Diz mais a nota o seguinte, que reproduzo textualmente: — «François semble dire que son interprète pour la traduction de la doctrine et des prières entendait le basque; surement ce ne fut pas en basque, mais en portugais, que François conversa avec ses interprètes, des Malabars» —.

Não me parece procedente a dúvida; o apostolo diz da língua vasconça, — *la mia bizcayna* — do idioma em que se expressou com os intérpretes, — *nuestra lengua* —, isto é — *a portugueza*, geral então na

India como lingua commum, ainda que acrioulada, na boca dos indigenas:— «El Portug.^s como lo falan los esclavos de la manr.^a que lo hazia quando ala esta-va» (¹)—. Era o denominado *indo-portuguez*, que ainda subsiste, e tem mesmo sua literatura catholica, e até grammatica.

Nem mesmo podemos suppôr que fosse a castelha-
na (quanto menos a vasconça!) visto que, na carta
por elle escrita em 8 de maio de 1545, pede o seguin-
te:— «Sy de nuestra Companhia vinieren algunos
estraneros que no sepan hablar portugues, es neces-
sario que aprendan a hablar, porque de otra manera
no aura topaz (intérprete) que los entienda» —.

Nem admira: só quem está habituado a estudar
linguas, pôde bem avaliar a exactidão da affirmativa:
por muito semelhantes que pareçam, escritas, duas
linguas diversas, torna-se uma d'ella inintelligivel para
o estrangeiro que só conheça a outra, se ouve falar
a que não sabe.

Ha individuos que, com o longo uso de uma lingua
estranya, perdem pouco a pouco o da propria: dá-se
este phenomeno principalmente entre pessoas abso-
lutamente illetradas, e exemplo flagrante d'elle são os
pretos, vindos das duas costas africanas, os quaes, ao
cabo de alguns annos, não só perdem o exercicio da
lingua que aprenderam com as mães, mas até a facul-
dade de a entenderem.

(¹) Carta de S. Francisco Xavier, de 5 de novembro de 1549.

Com gente letrada, todavia, o phenomeno raras vezes se produz, a não ser que o individuo, apartado dos seus conterraneos em tenra idade, nunca mais tivesse ensejo de praticar na lingua materna, nem de a ler.

Não estava n'este caso Francisco Xavier: o vasconço, se bem que lingua não litteraria no seu tempo, diríamos quasi apenas vernacula e analphabetica, continuou a ser aquella em que pensava e rezava: — «A minha lingua, escrevia elle em 1543, é o biscaïnho» —. N'essa lingua, aprendida na infancia, rezou elle ainda á hora da morte (¹), naturalmente o *Aitá gureá*, o «Padre nosso».

Qualquer pessoa, que falle várias linguas, por maior que seja a sua familiaridade com uma ou mais, estranhas, rezará, contará sempre na propria; porque tanto uma operação, como a outra se lhe tornaram, a bem dizer, mecanicas, espontaneas; n'ellas quasi não intervém a logica fatal do encadeado das ideas, predominando, ao contrario, o hábito adquirido pela repetição dos mesmos actos.

A. R. GONÇALVES VIANNA.

(¹) J. M. Cros, *op cit.*, t. II, p. 348, n. 2.

OS RELIGIOSOS DA INDIA E AS BEXIGAS

Nunca deixará de ser util recordar factos que, embora pareçam de somenos importância, devem todavia ficar registados, para que possam de futuro servir de exemplo e imitação.

Governava a archidiocese de Goa, como seu arcebispo primaz, D. Fr. Agostinho da Annunciação, e foi no seu tempo que se deram os factos, que agora vamos registrar, colhendo-os de dois suggestivos documentos do seculo XVIII, dos quaes um foi publicado em 1867 e agora é reeditado, e outro é inedito e continua a estar no archivio a que pertence sem ver a luz da publicidade.

Antes disto, porém, não são aqui descabidos alguns traços biographicos daquelle virtuoso prelado, para se poder apreciar e aquilatar a sua vida apostolica e a paternal caridade que exercitou na India, enquanto aqui esteve desde setembro de 1691 até 6 de junho de 1713, em que falleceu.

Ouçamos, pois, o que a este respeito nos diz um antigo MS., a «Chronologia da congregação do Oratório de Goa» do padre *Sebastião do Rego*, no Liv. 2.^º, cap. 16.

— O Illustríssimo sr. D. frey Agostinho da Annuncação, religioso freire da ordem de Christo, foi natural da villa de Alhandra no Ribatejo do arcebispado de Lisboa. Chamou-se no seculo Bartholomeu Carvalho da Fonseca: fez solemne profissão na dita ordem na idade de desasete annos, mudando o nome de Bartholomeu em Agostinho. Conta-se que sendo de vinte e um annos leu a cadeira das artes dentro dos seus claustros. Foi doutorado na universidade de Coimbra, aonde foi oppositor ás cadeiras e por substituição leu a dos conceitos. Foi excellente pregador, assim na eloquencia e facilidade, como no espirito e fervor, com que pregava, missionando em algum tempo varios logares do reino

— Contava trinta e oito annos de edade quando foi eleito, e para aceitar a dignidade foi compellido pelo geral da sua ordem, que vendo a sua renitencia, lhe mandou que abrisse a santa regra, e lesse o que nella achasse; as primeiras palavras que nella achou foram estas: *Obedientia sine mora*. Em 25 de março de 1691 saiu de Lisboa na não S. Francisco de Borja: na viagem que durou mais de cinco meses deu muitos testemunhos da sua paternal caridade: visitava todos os dias aos doentes, e algumas vezes repartia com elles as iguarias da sua meza, fazendo-lhes pratos com suas proprias mãos. Em onze de setembro surgiu em Goa, e logo que tomou a posse do

arcebispado se achou tambem com o governo secular em companhia do governador do Estado da India Fernandes Martins Mascarenhas (a)

— Governou esta egreja oriental o sr. Dom frey Agostinho da Annunciação vinte e um annos, nove meses e cinco dias, e neste discurso visitou unica vez as parochias das Ilhas de Goa, Salsete e Bardez, com muita edificação de suas ovelhas, dando-lhes não só o pasto espiritual da doutrina, mas tambem o corporal em esmolas, com que que soccorreu aos pobres, orfãos e viuvas, fazendo nisto o dispendio de doze mil xerafins, alem do consideravel, com que mandou pagar as dvidas dos que ficavam encarcerados no tronco de Rachol (b). Em uma grande fome, que houve nesta cidade repartiu aos pobres duzentos murras de batte, que fazem mais de cem moios de arroz limpo. Acabou o curso da sua vida aos sessenta e dois annos da sua edade, em seis de junho de 1713. Foi decimo sexto arcebispo de Goa, primaz da India, e duas vezes governador della (c)

(a) D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre governou a India, em companhia do secretario do estado Luis Gonçalves Cotta e do arcebispo D. Fr. Agostinho da Annunciação, desde 9 de janeiro de 1691 até 8 de maio de 1693, em successão ao governador D. Miguel de Almeida, fallecido em 9 de janeiro de 1691.

(b) Tronco de Rachol era a prisão da antiga praça de Rachol.

(c) As duas vezes que D. Fr. Agostinho entrou na governança da India, foram : a primeira vez, desde 20 de setembro de 1691 até 28 de maio de 1693, em companhia de D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre e de Luiz Gonçalves Cotta; e a segunda vez, desde 17 de setembro de 1701, até 2 de outubro de 1702, em companhia de D. Vasco Luis Coutinho da Costa em successão ao vice-rei Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho que regressara para o reino.

Entremos agora no assumpto que principalmente nos occupa — o das bexigas.

Corria o anno de 1705 e em algumas aldeias de Bardez grassava, com intensidade, a epidemia de bexigas, dizimando familias inteiras, que pereciam em completo abandono.

Eram então as bexigas muito temidas em Goa, porque os seus habitantes — especialmente de baixa camada — tinham aquella enfermidade em conta de perigosa, alem de contagiosa, succedendo assim e não raro, em algumas daquellas familias, quando seus membros fossem atacados da mortifera varjola, afastarem para longe os paes dos filhos, o marido da mulher, o irmão da irmã, o amo do servo, deixando-os em total desamparo.

E diga-se aqui de passagem que a esse tempo nem conhecido era em Goa o preservativo da vaccina, que neste paiz foi introduzida só depois de 1798.

Em Bardez, onde as bexigas faziam mais victimas era na aldeia de Anjuna, sendo este lamentavel resultado devido não tanto á enfermidade, como á falta de necessarios soccorros ou da precisa assistencia.

Nestas condições, não consta que por parte da competente auctoridade tivesse sido tomada providencia alguma para extincção ou attenuação da virulenta epidemia, mas sabe-se que a auctoridade ecclesiastica procedeu por forma diversa; pois que o arcebispo D. Fr. Agostinho, logo que lhe constou os estragos que a epidemia fazia em Anjuna, sempre sollicito em acudir as suas ovelhas que gemiam no leito da dor e pressuroso em remediar a falta de soc-

corros temporaes e espirituaes aos que delles careciam, dirigiu ao padre preposito da Congregação do Oratorio a seguinte carta, datada de 1 de fevereiro de 1705.

Leiamos a carta, onde ha mais perfume de caridade e de humildade, do que preceitos de auctoridade.

— Reverendo padre Preposito. Consta-me que em Anjuna morre alguma gente de bexigas com tal desamparo, que nem quem lhe leve o sustento natural tem; e para estas occasiões são os ecclesiasticos. V. m. pratique este negocio com os Padres, e havendo dous ou quatro que queirão fazer este serviço a Deos, me dará noticia amanhã na See, porque determino ser seu companheiro neste santo exercicio; e quando v. m. não ache no recolhimento pessoas que tenham esta charidade, dando-me resposta, o não diga a ninguem. Deos guarde a v. m. — Arcebisco Primaz — (a)

E' sabido que antes da extincção das ordens religiosas em Goa, a assistencia e enfermagem nos hospitaes estava ao cuidado dos frades do convento de S. João de Deus; mas a dos doentes particulares, especialmente quando atacados de enfermidade epidemica, era feita por outros religiosos. Foi por isso que o arcebisco escolheu para enfermeiros dos doentes de Anjuna, querendo até ser seu companheiro, os congregados de S. Filipe Nery.

(a) Esta carta foi publicada por Cunha Rivara no «Chronista de Tissuary» n.º 18 de junho de 1867.

O padre preposito desta congregação apenas recebeu a carta do arcebispo, fez logo reunir os religiosos consultores do seu convento, os quaes resolvem que para acudir aos enfermos de Anjuna fossem mandados não só quatro padres, como pedia o arcebispo, mas tantos quantos necessarios fossem; e tendo dado parte desta resolução ao arcebispo, achou este que por enquanto bastavam somente quatro. E effectivamente, no immediato dia, partiram para Anjuna quatro daquelles religioos levando consigo a seguinte carta de guia.

= Meus Padres. O Illustrissimo Sr. Primas foi servido de me representar por huma carta a necessidade que havia de acodir aos enfermos de bexigas, que morrem ao desamparo na aldea de Anjuna, sem haver pessoa, que lhes dê ao menos huma canja (*a*) nem quem os carrete depois de mortos a sepultura, e

(*a*) Convém aqui observar que o arcebispo na sua carta notava a falta de *sustento natural*, e o padre preposito substituiu estas palavras por *canja*, parecendo assim que a canja era o unico sustento dos doentes. E realmente assim o diz o «Diccionario Portuguez — Concanim» composto por um missionario Italiano e publicado em Nova Goa, na Imprensa Nacional, 1868, como vamos ver:

Canja. Os Indianos não usam nenhuma sôpa ao modo europeu, usam porem de comeres, que tem semelhança com a sôpa. O arroz cozido em muita agua com sal sem mais nada pode dizer-se a primeira, principal e communissima sôpa dos Indianos, e tomam-na por almoço, muitos ainda por merenda: e este he o unico comer dos enfermos; chama-se, *peza*, e; os Portuguezes lhe deram o nome de canja. Às vezes conservam o caldo, o qual depois de alguns dias vem a ser muito acido e se servem delle para vinagre: chama-se *cançim*, *ya*. Parece que disto os Portuguezes tem corrompido o seu precedente nome.....

ordenar que mandasse para lá quatro sogeitos que voluntariamente se offerecessem a este serviço de Deos, pelo que praticando com os Padres da Consulta, sobre este particular, resolverão que não devião mandar quatro como ordenava o dito sr., mas todos se fossem necessarios para acodir a todos os enfermos com a charidade christam, e porque tendo dado parte desta resolução ao dito sr. que bastavão somente quatro por hora, mando a V.^s RR. para esta santa empreza, por confiar que obrarão do modo que seja Deos bem servido, e o proximo soccorrido na alma e no corpo; e assim ordeno que partidos desta congregação com a benção de Deos, da Sr.^a do Bom Successo (*a*) e do nosso Santo Patriarcha (*b*) observem pontualmente o que abaixo digo.

— Primeiramente hirão beijar a mão a sua III.^{ma} pelo favor que nos fez de nos ocupar neste grande serviço de Deos, e tomando-lhe a Paternal Bênção lhe peção huma carta ao R. Pe. Reytor de Anjuna (*c*)

(*a*) A antiga egreja da Cruz dos Milagres, que depois ficou pertencendo á congregação de S. Filipe Nery, foi construida no Monte da Boa Vista da cidade velha de Goa, nos principios do seculo XVII, e reedificada a custa de Fr. Agostinho dos Reis, ficando concluida em 1670. A' convite da famosa irmandade de *N. S. do Bom Successo* e por provisão do cabido sede vaccante, de 14 de março de 1684, foi aquella egreja entregue aos clérigos que viviam no recolhimento de S. João do Deserto em Guadalupe de Batim, conhecidos vulgarmente por *congregados*.

(*b*) O patriarcha dos congregados oratorianos era S. Filipe Nery.

(*c*) *Reitor* de Anjuna era o parocho da sua egreja, fundada no anno de 1603. De 24 egrejas de Bardez eram parochos os religiosos franciscanos observantes da Província de S. Thomé, e tinham todos a denominação de *reitores*.

para que o dito R. Pe. entenda de como vāo V.^s RR. por ordem do dito Sr. e outrosy peção hum regimento para segundo elle se regerem para mayor acerto e agrrado de Deos.

— Havida a dita carta e ordem do Ill.^{ma} Sr. vāo V.^s RR. apresentar-se ao dito R. Pe. Reitor e offerecer-se ao que elle ordenar para bem de suas ovelhas, não se metendo em mais que no que toca a administração dos sacramentos e ao cuidado corporal dos doentes.

— Acuidão aos enfermos não só com o pasto espiritual ensinando-lhes a bem morrer e levar os trabalhos da doença com pacienza e com a conformidade com a vontade de Deos, mas tambem com a charidade para o corpo, principalmente aos mais necessitados e pobres, dando-lhes tudo o necessario para viverem, sem reparar nos gastos e despezas, pois a esse fim se erigio esta congregação.

— Sigão V.^s RR. em tudo o conselho do Pe. mais antigo que os acompanhar, e nas couzas difficultozas consultem entre sy para não errarem.

— Fação sua morada nas cazas do palmar da congregação (*a*) e a ninguem sejaão onerosozos para o agazalho, e quando a distancia seja tanta que não possão voltar para o jantar, ou a necessidade dos enfermos

(*a*) A Congregação Oratoriana da Cruz dos Milagres possuia no bairro Caissua da aldeia de Anjuna, um grande palmar, com casas de morada, que pertencera a D. Garcia da Silva e fôra comprado pelos congregados, como para seu patrimonio, pelo preço de 1750 xerasins. Vid. «Noticia da fundação da congregação de Goa» pag. 266 da *Vida do Veneravel Joseph Vas*, 2.^a edição, por J. C. Barreto Miranda.

peça assistencia maior, V.^s RR. contentessem com o que Deos lhes administrar.

— Advirto ultimamente a V.^s RR. que vão servir a Deos e a edificar o proximo e que para este effeito hão de ser as suas obras taes, que em tudo pareçam verdadeiros ministros de Deos e filhos do nosso Santo Patriarcha, e nisto consiste todo o nosso merecimento e o credito desta congregação.

— Santa Cruz dos Milagres 2 de fevereiro de 1705. Gabriel de Saa. (a)

Ao terminar a transcripção dos documentos acima trasladados, devemos dizer que os factos constantes daquelles documentos, são os que quizemos pôr em evidencia para não continuarem a ficar em esquecimento e serem conhecidos de todos que olham com desdem estes e outros serviços que de boa vontade prestavam os religiosos da India.

J. M. DO CARMO NAZARETH.

(a) O padre Gabriel de Sá, que em 1705 encontramos preposito da Congregação do Oratorio de Goa, entrara na mesma Congregação como simples Irmão, em setembro de 1690.

O COFRE DOS JESUITAS EM DAMÃO⁽¹⁾

Que motivo ponderoso teria forçado os padres da Companhia de Jesus a sahirem de Damão, abandonando o seu notável collegio das Onze mil Virgens e o sumptuoso convento de S. Paulo?

E' uma pergunta a que, após annos consecutivos de estudo, não podemos ainda responder, não obstante manusear com persistencia os velhos e bolorrentos infolios que, nas nossas horas vagas, constituem o nosso mais preferido passatempo. Infelizmente os livros mais antigos desappareceram.

E' facto incontestavel, á face da mesma documentação, que por um feliz acaso chegou ao nosso seculo, que os reitores do referido collegio, em virtude

(1) Foi a primeira ordem religiosa que entrou em Damão e tambem a primeira que cessou. O ultimo reitor foi o pe. Luiz Pegado em 1757. As demais ordens religiosas abandonaram a cidade nos seguintes annos: Dominicanos, 1822,— Franciscanos, 1835,— Augustinianos, fev. de 1835,— e os frades de S. João de Deus em 1834.

das ordens e determinações de Sua Magestade, estavam investidos do alto cargo de administradores d'esta cidade, cargo este que desempenharam cabalmente desde 1559, o anno da reconquista, até ao meiado de 1759. Dois seculos dourados d'uma odyssea famosa, perpetuada nos annaes da historia damanense.

Tudo de grandioso que existe dos tempos do apogeo da gloria da cidade de Damão, é da sua paciente lavra e arrojada iniciativa. Os mesmos documentos dão solemne testemunho da confiança illimitada que o governo depositou n'estes primeiros arautos do Evangelho e pioneiros do progresso, na obra da sua conservação e despeza, pelo longo periodo de duzentos annos.

O padre administrador era quem superintendia em tudo, desde a cunhagem do *bazaruco* ate o pessoal do armazem da cidade. O governo, em compensação, subsidiava a Companhia com 1277 pardaos e 2 larins annuaes, quantia relativamente insignificante comparada com o que percebia o capitão da praça.

Verdade seja que, com a perda da maior parte da Provincia do Norte, os padres da Companhia ficaram igualmente privados das suas propriedades, pois n'essa jurisdicção possuiam muito mais de vinte aldêas, alem de muitas outras terras de cultura, e talvez por esta causa não pudessem manter o equilibrio financeiro. Seja como fôr, não nos parece que governo, continuando elles na administração, lhes tivesse retirado o costumado subsidio.

O famoso decreto pombalino, que derrubou com

mão de ferro as ordens religiosas, com o insolente cortejo das suas confiscações, não attingiu a Companhia de Jesus n'esta cidade, com quanto tenhamos visto bens que posteriormente foram adjudicados ao fisco, e que ficaram tendo a mesma denominação de bens confiscados.

Seria motivado pela azeda e acintosa correspondencias entre o collegio e o Senado da leal cidade que fazia exasperar os animos dos seus reitores? É possivel. Com o supremo mando que os officiaes militares tinham n'aquelle corporação, não olhavam com vistas benevolas os amplos poderes que gozavam os religiosos padres jesuitas. Houve terriveis conflictos tanto na posse de varios bens dentro da cidade, como no velho privilegio em bater as moedas de tutanaga = *os bazarucos* =. Em todas essas questões o jesuita sahia triumphantemente, pois os vice-reis, estudando em Goa as questões com serenidade e justiça, punham termo com umas *cartas* ao Senado, censurando-lhe o proceder. Mais tarde renovavam-se as velhas e manhosas questiunculas, e de novo apparecia em scena nova correspondencia accesa e fulminante de santa indignação.

Vejamos uma parte d'ella no anno de 1748. Dizia o padre Manoel Joseph :

«O collegio tem sido o objecto das sem-rezoens e injustiças que contra elle se tem executado pois v. m.^{ces} sem temor algum de Deos e das penas ecclesiasticas tem incorrido, o privarão dispoticamente do que era seu, e por conseguinte patrimonio de Christo, e como estes sacrilegios são os que arruinão as cida-

des como para não hirmos longe se vio proximamente na de Baçaim que rezistiu aos inimigos em quanto seus defensores se não coinquinarão com os furtos das igrejas, despois dos quaes não só a perderão, mas conseguirão tambem em castigo proprio o serem ignominiozamente degolados pelo Bonsoló em Bardez, como athe o Ex.^{mo} V. Rey Conde de Sandomil conheceo, proferindo que bem tinhão pago os taes sacrilegios, por isso e neste sentido dizem bem que he precizo a circumstancia da *decadencia e mizeria desta cidade* e graças a divina bondade seja a da sua ultima ruina».

E ainda em outra parte:

«Não sei agora, postos todos estes falsos testemunhos, que nova rezão achasse o zelo de v. m.^{ces} mais que o quererem aumentar a cidade com o injusto procedimento de *esbulharem este collegio*, do mais que lhe pertence, como tem feito do que já se tem apropriado, sem lei nem direito algum, antes sem attenção ás penas cominadas nelle que não são para intimidar senão que em efeito se ocorrem, uzando de força que lhe fizerão, e com a mesma se podem fazer senhores do restante e ainda do mesmo collegio, porque estou prompto para o largar com notificação de v. m.^{ces}, lembrado do que ensinão os santos que a igreja de Deos se não hade defender com esquadroens armados = *more castrorum non est defendenda Ecclesia Dei*.= E ainda que tudo isto seja patrimonio de Christo, de que indignamente sou administrador, nem por isso heide rezistir com outra força

senão tomar o conselho do mesmo Xpo, que ordena que, quando nos perseguirem em hua cidade, fujamos para outra = *cum autem persequentur vos in civitate ista, fugite in aliam* = e athe alimparei os pés della sacudindo a area dos sapatos em testemu-nho de deixar desta, como em outro preceito determinou = *exeuntes de civitate illa, etiam pulverem pedum vestrorum excutite in testimonium supra illos,* = e por esta cauza não temo os ameaços etc.» (Vid. carta do Reitor Manoel Joseph, de 12-8-1748, *Liv. 2.º de Cartas Patentes do Senado*, fl. 244).

Bem terríveis e desastradas têm sido as funestas consequencias do *anathema* proferido pelo jesuita que sahiu d'esta cidade, contra a primeira e a mais poderosa corporação que então gosava de largas regalias. Vêmos com extrema magoa e com o coração a sangrar a desdita de tão deploravel descalabro, — a visivel forma, como de anno para anno o seu aniquilamento é tão pronunciado !

Detemo-nos, porem, n'esta ingrata corrente de idéas, já que não somos *pessimista*, para dar logar a um documento inédito, que mostra o destino que teve o cofre dos jesuitas de Damão. Eil-o :

«Asento que se tomou para tirar dinheiro do cofre de Jesuitas para as despezas da construção da segunda Fragata»

«Aos dous de março de mil setecentos setenta e hum nas cazas da fortaleza (antiga denominação do palacio do governo) prezente o Adjunto e de mim escrivão abaixo assinado foi proposto que, visto não haver dinheiro algum destinado para a construção

da nova fragata que se acha construindo na ribeira desta Praça⁽¹⁾ pela ... (a pagina está corrupta) fazenda geral de Goa se acha destinado o anno proximo passado para a dita ... se acha já despendida segundo afirma o feitor desta referida Praça. R. (resolveu que?) por nenhum principio devia parar a obra da dita construcção, pelas perniciozas consequencias que sem duvida se hande seguir a dita construcção, em rezão de serem a mayor parte dos carpinteiros e mais officiaes da conducta da dita nau, moradores nas terras do marata, e despedidos estes com facilidade, se não poderão acarear segunda vez, para darem fim á mencionada construção e como sem duvida se não pode continuar a dita obra sem dinheiro promto, assim para os pagamentos que todos os mezes se fazem aos referidos officiaes e as mais despezas precizas e necessarias, e para atalhar todos estes inconvenientes se assentou que *do cofre dos donominados Jesuitas e bens confiscados*⁽²⁾ se fosse fazendo as ditas despezas para a mencionada cons-

(1) Vimos no referido liv. do Adjunto, a fl. 4. v., lançada, no governo de Francisco Palermo de Sousa, a seguinte despeza no anno de 1760 = «Se pagaráo ao mestre da Ribeyra Caliana (*sic*) de 96 jornaes dos officiaes carpinteiros, torneyros e furadores a rezão de meyo xerafim por dia e de seis jornaes de machins a huma tanga e quinze reis por dia que trabalharão no armazem da administração, baluartes desta Praça e na Estacada» (que ficava no extremo do baluarte da Praça que dá para o bairro Machivará). Os machins que ahi morram ficaram com a denominação = *estaçao*.

(2) Alem d'este cofre havia um outro = dos cathecumenos =, tambem pertencente ao mesmo collegio, donde se fazia a despeza necessaria para os necessitados que se convertessem á religião christã. De ambos estes cofres tirou-se mais de 900 x.s para a collocação dos tres

truccão, tomando-se por emprestimo ao dito cofre as porçoens que fossem precizas e necessarias e fazendo dellas o dito feitor carga em si no livro da feitoria, já para conhecimento em forma o qual se deva guardar no dito cofre athe nelle ser reposto as quantias

altares, pulpito e sacrario do convento de S. Paulo dos jesuitas, na Sé matriz, por falta de recursos da feitoria. (1779).

Em 31-5-1763 gastou o Adjunto 44⁵ x.⁸: 4 r. no «concerto das barracas e cortinas e armazem de polvora do forte Sam Hyeronimo, como constou da folha das despezas dadas por Filipe José Ripado, commandante do dito forte».

Em fev. de 1764, o vigario do forte de S. Jeronimo era pago de «ceira, vinho e hostia» 14 x.⁸: 2 t. 30 r. — vid. cit. Liv.

O cofre dos «cathecumenos» passou para o vigario da vara no anno 1766 (1-5) na occasião em que o pe. Francisco Caetano Peixoto, vigario do forte de S. Jeronymo, era interinamente prior da matriz. Em 4 de agosto de 1768, o Adjunto presidido por D. Christovão de Carcromo Lobo e com cinco vogaes mandou que se fizesse «despezas de vestiarias para elles (cathecumenos) que são seis homes e duas mulheres, a saber a cada home para duas vestias, dous calçoens de linha, duas camisas, dous calçoens brancos, hu par de sapatos e hu chapeo, e para cada huma das mulheres dous pannos, quatro bajus, hu par de chinellas e huma saraça; como tambem hu lenço pintado ordinario a cada home e dous a cada mulher para se poderem compor para tomar o sacramento de baptismo». Fl. 4 do cit. Liv. dos cathecumenos. Em 1774 havia neste cofre 3,690 x.⁸ 23 r. «sobre penhores sem dinheiro». As contas continuaram até o anno 1781 em que era administrador do cofre o prior pe. Sebastião de Albuquerque.

A fl. 22 do cit. Liv. o Adjunto deliberou o seguinte: «Aprovamos todas as despezas acima e atraz feitas assim no subsidio dos catechumenos, como na colocação dos retabulos, pulpito e da mais obra da matriz, por ser feita por ordem deste nobre Adjunto, em obra tão utilissima e importante em ocasião que a *fazenda real não se achava com dinheiro* para fazer semelhante despeza e alias se teria damnificado a douração dos retabulos com sol e chuva, e os que tinha a matriz erão muito indecentes — Damão em Meza do Adjunto aos 31 de agosto de 1779. Brito (gov.) — Mello — Albuquerque.» Os cathecumenos eram das seguintes castas — «abramane, moura, machim, parse, marata, magala, bandarim» — O cofre tinha um escrivão que era pago

que do mesmo se tirarem; em quanto S. Ex.^a (o Vice-rei) rezolver o que julgar ser mais conveniente, a quem se deve dar parte, por hum patamar expresso, desta determinação, de que se fez este assento em que se asinarão os deputados do dito Adjunto, comigo José Coutinho Pereira, escrivão do Adjunto, que o escrevi e me asinei. *José Coutinho Pereira—Franco—Ripado—Mira.*

a 1 x.^s por mez. No anno de 1771 dava-se azeite ao «cabo da guarda deste collegio para as noites não ficar escuras».

D'este Liv. extrahimos o seguinte importante documento que revela a generosidade das damas portuguezas para com o collegio das Onze mil virgens dos jesuitas. As folhas estão muitó corruptas e com dificuldade podemos compilar o seguinte: de fl. 2 a 3. o seguinte «Treslado da Petição que fez o Pe. Antonio Roiz Reytor deste collegio ao Ouvidor desta Cidade para que mandasse a Luis da Guarda de Menezes, testamenteiro da defunta Anna da Menezes, para que declarasse com que condições e circunstancias a dita defunta deixou tres mil e quinhentos xes. para dizer huma missa perpetua por sua alma; visto não haver por verba do seu testamento, nem codicillo; e da receita que deo o dito Luis da Guarda feita por termo de hum Tabelião:

Petição — Diz o Pe. Antonio Roiz, da Compauthia de Jesus, Reytor do collegio das Onze mil virgens desta cidade de Damão, que Luis da Guarda de Menezes, sobrinho da defunta Anna de Menezes, seu testamenteiro, e tão bem herdeiro entregou neste collegio tres mil e quinhentos xes. para com os reditos delles dizer huma missa perpetua neste collegio pela alma da dita defunta; de que não ha consto por verba do testamenteiro, ou codicillo, e como a elle supplicante lhe convem que haja consto de como a dita defunta deixou a dita missa portanto, — Pede a V. Mce., Senhor Ouvidor como Provedor dos defuntos, seja servido mandar ao dito Luis da Guarda de Menezes que declare ao pé desta com que condições e circunstancias deixou a dita defunta a dita missa, visto não conhecer de seu testamento, nem codicillo, e declare todo o pedido feito pelo Es... (escrivão?) desta Provedoria pela... do tempo; e R. mercê. — *Despacho* — Como pede — Damão 23-9-1713 annos — Culimão. — *Termo*. Aos vinte e cinco dias do mez

Se esta quantia foi reposta no referido cofre que ficava ao cargo do vigario da vara, não sabemos dizer. Do referido livro nada consta, mas d'um outro se vê que, em 1786, se pagaram 100 xerafins ao prior.

Damão.

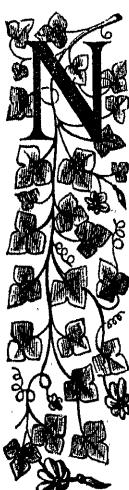
ANTONIO FRANCISCO MONIZ.

de setembro de mil setecentos e treze nesta cidade de Damão, eu tabalião que vão (sic) avante nomeado em comprimento do despacho acima do Ouvidor e Provedor dos defuntos desta cidade Bernardo Culimão e Pinna, fuy ás pouzadas de Luis da Guarda que é o sobrinho e testamenteiro de Anna de Menezes defunta, e lhe dey vista desta petição em ordens ao dito despacho e por elle me foy declarado que he verdade que elle, como testamenteiro da defunta sua thia Anna de Menezes, por ella lhe haver recomendado e deixado por sua lembrança que do preço da *aldeia Cocharvá* em que elle foy nomeado pelo direito da renovação, dêsse no collegio das Onze mil Virgens desta cidade tres mil e quinhentos xens. para huma missa perpetua pela alma da dita defunta sua thia para o reverendo pe. reytor do dito collegio presente e ao que ao diante se seguirem mandarem dizer; o que... satisfeito conforme a dita declaração e reccomendação e de como assim declarou, fiz este termo em que nelle se assinou o dito Luis da Guarda de Menezes, comigo Manoel de Fretas e Menezés, tabalião publico das notas e escrivão da fazenda dos defuntos que o escrevi — Manoel de Fretas e Menezes — Luis da Guarda — A qual petição fica no cartorio da Procuratura deste collegio.» Segue este termo de declaração: «Começarão-se a dizer as missas da *capella* etc — 1-9-1713 — (a) Antonio Roiz, Reitor. As missas eram rezadas por diversos padres que assignavam a importancia recebida a titulo de «esmola»; no anno 1713 disseram 63 missas pela alma da finada e no anno 1714, 356 missas á razão de meio x. e por missa, até 1740. D'entre os conventos d'esta cldade, o de S. Francisco tinha varios d'esses legados ou capellas, que administravam os frades de S. Agostinho. O collegio das Onze mil Virgens foi fundado em 17-3-1567 e o Padre Geral, Claudio Aquaviva, enviou no anno de 1581 uma das cabeças das companheiras de Santa Ursula. Os jesuitas tinham uma caza especial para os catechumenos. Ambrosio Lopes, boticario, de nação abexim, deixou aos mesmos a renda annual de 100 pardaos, — *Oriente Conquistado*, vol. I, div. II, §§ 37 e 38.

DIALECTO INDO-PORTUGUEZ DE CEYLÃO

I

Te Deum Laudamus

 Nós te lôvá per ti, oh Deos : nós te reconheçê que tu tem o Sinhor.

Todo mundo te adorá per ti, o Pai eterno.

Os Anjos te clamá per ti com alta voz : os Ceos, e todos seos poderes.

Per ti os Cherubins e Seraphins ; continuamente te clamá.

Santo, Santo, Santo ; Sinhor Deos de Sabaoth ;

Os Ceos, a terra tem enchido de o Magestade de Tua Gloria.

A glorioso campanha de os Apostolos ; te lôvá per ti.

A santa congregação de os Prophetos ; te lôvá per ti.

O nobre exercito de os martyres : te lôvá per ti.

A santa Igreja em todo o mundo : te reconheçê per Ti.

Oh Pai de Majestade: infinita.

Teu magnifico verdedeiro: e unico Filho.

Tambem o Santo Ispirito: o Consolador.

Tu, oh Christo: tem o Rey de Gloria!

Tu tem o eterno Filho: de o Pai.

Tu quando já tomá sobre Ti pera redimê per homi: nunca já despressá o ventre de a virgem.

Tu quando já vencá (¹) a amargura de morte: já abri o reyno de Ceos per todos os fieis.

Tu te santá (²) per a mão direita de Deos: ne o Gloria de o Pai.

Nós te cré que Tu lô vi; pera ser nosso Julgador.

Poristo nós te rugá com Ti ajudá per teus servidores: quem Tu já redim com Teu precioso sangue.

Fazê que ellotros seja contados com Teus santos; ne Gloria eterna.

Oh Sinhor, salvá per Teu povo: e benzê Tua herança.

Governará per ellotros; e levantá ellotros pera sempre.

Dia per dia nós te magnificá per Ti.

E nós te adorá per Teu nome: para sempre sem fim.

Nós té rugá com Ti, oh Sinhor; pera guardá par nós, hoje sem peccado.

Oh Sinhor, tem misericordia de nós: tem misericordia de nós.

(¹) *Vencá* = venceu

(²) *Santá* = sentou.

Oh Sinhor, Tua misericordia dessê vi (1) sobre nós; como nossa confiançá tem em Ti.

Oh Sinhor, em Ti eu já confiá; mi não dessê ser envergonhado pera sempre.

II

Benedicite, omnia opera

Oh todas as obras de o Sinhor, benzê per o Sinhor: louvá e magnificá per Elle pera sempre.

O vós Anjos de o Sinhor, benzê per o Sinhor: louvá, e magnificá per Elle pera sempre.

O vós Ceos, benzê per o Sinhor: louvá, e magnificá per Elle pera sempre.

O vós Aguoadas que tem arribá de o Firmamento, benzê per o Sinhor: louvá e magnificá per Elle pera sempre.

O vós todos todos os Poderes de o Sinhor, benzê per o Sinhor: louvá, e magnificá per Elle pera sempre.

O vós Sol e Lumara (2), benzê per o Sinhor: louvá, e magnificá per Elle pera sempre.

O vós Istrellas de o Ceo benzê per o Sinhor: louvá, e magnificá per Elle pera sempre.

O vós Chuvas e Orváio (3), benzê per o Sinhor: louvá, e magnificá per Elle pera sempre.

(1) *Dessê vi* = deixa vir.

(2) *Lumara* = lua.

(3) *Orváio* = orvalho.

O vós Fogo e Quentura (¹), benzê per o Sinhor,
louvá e magnificá per Elle pera sempre.

O vós Ventos de Deos, benzê per o Sinhor, louvá
e magnificá per Elle pera sempre.

O vós Inverno e Verão, benzê per o Sinhor: louvá
e magnificá per Elle pera sempre.

O vós Orváios e Geada, binzê per o Sinhor: louvá,
e magnificá per Elle pera sempre.

O vós Geado e Frio benzê per o Sinhor; louvá, e
magnificá per Elle e pera sempre.

O vós gelo e Neve, benzê per o Sinhor: louvá e
magnificá per Elle pera sempre.

O vós Noites e Dias, benzê per o Sinhor; louvá, e
magnificá per Elle pera sempre.

O vós Lume e Iscuridade benzê per o Sinhor: louvá,
e magnificá per Elle pera sempre.

O vós Relampagos, e Nuvems, benzê per o Sinhor:
louvá, e magnificá etc.

O dessê a Terra benzê per o Sinhor: e ella dessê
louvá e magnificá per Elle, etc.

O vós Montes, ou Outerias (²), benzê per o Sinhor:
louvá e magnificá etc.

O vós Plantas de a Terra, benzê per o Sinhor:
louvá e magnificá etc.

O vós Fontes, benzê per o Sinhor: louvá e magnifi-
cá per Elle pera sempre.

O vós Mars e Rios, benzê per o Sinhor: louvá e
magnificá per Elle pera sempre.

(1) *Quentura* == calor.

(2) *Outerias* == outeiros

O vós Baleas, o todos que te nadá ne as agoas, benzê per o Sinhor: louvá, etc.

O vós todos os Pástros (¹) de o ar benzê per o Sinhor: louvá, e magnificá etc.

O vós Animaes e Gados, benzê per o Sinhor: louvá, e magnificá etc.

O vós Filhos de Homen, benzê per o Sinhor: louvá e magnificá, etc.

O Israel, benzê per o Sinhor: louvá, e magnificá per Elle pera sempre.

O vós Sacerdotes de o Sinhor, benzê per o Sinhor: louvá e magnificá etc.

O vós servidores de o Sinhor, benzê per o Sinhor: louvá e magnificá etc.

O vós Ispiritos e Almas de os justos, benzê per o Sinhor: louvá, etc.

O vós Santos e humildes de coração benzê per o Sinhor: louvá, etc.

O Ananias, Azarias, e Misael, benzê per o Sinhor: louvá e magnificá etc.

Gloria per o Pai, e per o Filho: e per o Ispirito Santo.

Como tinha ne o coméço, tem agora, e lô ser pera sempre e eternamente. Amen.

(¹) *Pástros* = passaros.

III

A Istorie de o Cruz

Seu vistido tingido
 Com seu sangui;
 Mulheres com tristéze
 Elle sigui.

Pézu Crus cartando, (¹)
 Bem cansado
 Hum ajude esperai
 Bem perto.

Ai! ellis caminhami
 Ne careiro (²)
 Simão participai
 O pezu.

Ah, ondi caminhami
 Com este albri? (³)
 Priméro quem cartai
 Quem ellí?

(1) *Cartando* == acarretando.

(2) *Careiro* == curso, viagem, caminho.

(3) *Albri* == arvore.

Sigui per Calvari
 Ne mesmo staps (¹)
 Elli sempre Filho
 De o Deos.

Vos quem Elli lô amai,
 Face olhai,
 O parai, hum pôco (²)
 Esperai.

Como momentos vai,
 Ne esta suman (³)
 Lés (⁴) a istorie, Crus
 Ensiná

Nuntem bonito per
 Vós quem passai
 Ne aquel figure Céo
 Sinelai? (⁵)

Ne Crus levantado
 Teu face olhai
 Cartando crus per mi
 O Homi.

(¹) *Staps* = passos.

(²) *Pôco* = pouco.

(³) *Suman* = semear.

(⁴) *Lés* = ler.

(⁵) *Sinelai* = assemelha.

Corova (¹) de ispinhos
 Pau Teu thróno
 Per nós sanguentado
 Per nós só.

Nem alfada per baixo (²)
 De cabesa
 O rabentado crus
 Per came (³)

Prégos firi mão, pé,
 Lançê, ilharga (⁴)
 Ninguem tem perto per
 Ajudá

Sombres de anoite
 Ne didia
 Cambrados fugindo
 Ti largá

Forti tem Teu grito:
 Ne teu peito,
 Pindrai (⁵) cabeça, sem
 Descanso.

(¹) *Corova* = coroa.

(²) *Alfada per baiço* = almofada por baixo.

(³) *Came* = cama.

(⁴) *Lançê, ilharga* = a lança á ilharga.

(⁵) *Pindrai* = pendurai.

Jumbecaõs (¹) de ladrão,
 Asselai Ti.
 Poi meu Salvador todo
 Ser per mi ?

Olhando de longi,
 Sem papiai, (²)
 Tem os lamentadors,
 Tu chomai.

Eu olhai Teu Titlo
 Escruvido (³)
 «Jesus Nazereno»
 Rey d'amor.

Qui, O meu Salvador,
 Ja Tu olhai,
 Per suffrê e murrê
 Per mi ?

Filho de meu penes (⁴)
 Quem eu amá,
 Eu per ti chamai per
 Aribê. (⁵)

(1) *Jumbecaõs* = zombarios.

(2) *Papiái* = fallar.

(3) *Escrivido* = escripto.

(4) *Penes* = penas.

(5) *Aribê* = arribar.

O tu hum vandelar (¹)
 Longi de Mi:
 Em amor ti buscai
 Não fugi.

Sangui per ti vasai
 Per a ti só:
 Pera comprai ti, per
 Mi mesmo.

Não chorai vidé Mi, (²)
 Meu amado,
 Buscá per com Mi
 Ne o ceu.

Oh, per Ti eu sigui,
 O meu Estrella
 Meyo sombre de vide (³)
 Eu passar.

Sem, Teu crus eu cartai
 Cade dia,
 Sem pezu emportai,
 Tu judá.

(1) *Vandelar* = vagabundo.

(2) *Vide Mi* = por causa de Mi.

(3) *Meyo sombre de vide* = a meia sombra da vida.

Sinhor si Tu lô fazê
 Teu mesmo mi.
 Não outro cambrado
 Senão Ti.

Da cade hum dia
 Per vi per Ti
 Ne a manhão sempri
 Ser com Ti.

IV

O Credo de São Atanasio

Cada hum quem te deseja per ficá salvado; antes
 de todos cousas tem necessario que elle te confessá
 a Catholica Fê.

A qual fé, cada hum si não guardá, enteira e sem
 corrupção, sem duvida lô perece eternamente.

E a Catholica fê tem esta: que nós te adorá hum
 só Deos, ne a Trinidade, ne a Unidade;

Nem confundindo as Pessoas, nem dividindo a
 Substancia.

Para que tem hum pessoa de o Pai e outra de o
 Filjo; e outra de o Espírito Santo.

Mas a Divinidade de o Pae, e de o Filjo, e de o
 Espírito Santo, tem toda hum: a gloria tem igual, e
 a magestade co-eterna.

Qual tem o Pai, tal tem o Filho, e tal o Espírito Santo.

O Pai não criado, o Filho não criado, e o Espírito Santo não criado.

O Pai incomprehensivel, o Filho incomprehensivel e o Espírito Santo incomprehensivel.

O Pai eterno, o Filho eterno e o Espírito Santo eterno.

E com tudo não tem tres eternos; senão hum eterno.

Como tambem não tem tres incomprehensiveis, nem tres não creados; sinão hum não creado, e hum incomprehensivel.

De mesmo modo o Pai tem Omnipotenti, o Filho Omnipotenti e o Espírito Santo Omnipotenti.

E comtudo não tem tres Omnipotentis; sinão hum Omnipotenti.

Assi, o Pai tem Deos, o Filho tem Deos e o Espírito Santo tem Deos.

E com tudo não tem tres Deoses, senão hum só Deos.

Assi tambem o Pai tem Sinhor, o Filho tem Sinhor, e o Espírito Santo tem Sinhor.

E com tudo não tem tres Sinhores; sinão hum só Sinhor.

Parque assi como nós tem obrigados de a Christiano verdade pera confessá cada Pessoa pera ser Deos e Sinhor.

Assi tambem nós tem tulidos de a Catholica Religião, pera falla que tem tres Deoses ou tres Sinhores.

O Pai não tem feito de ninguem; nem criado, nem gerado.

O Filjo tem de o Pai só ; não feito, nem creado, mas gerado.

O Espirito Santo tem de o Pai e de o Filjo : não feito, nem creado nem gerado, senão procedido.

Assi tem hum só Pai, não tres Pais ; hum só Filjo, não tres Filhos ; e hum só Espirito Santo, e não tres Espiritos Santos.

E nesta Trinidade nenhum não tem antes, ou depois de o outro : nenhum não tem mayor ou minor de o outro ;

Mas todos as tres Pessoas tem co-eternas juntamente : e co-iguas.

Assi que em todas cousas, como tem dantes fallado ; a Unidade ne a Trinidade, e a Trinidade ne a Unidade tem pera ser adorado.

Por isto elle quem te deseja pera ficá salvado, assi dessê elle siente tocando a Trinidade.

E tambem, tem neccessario, pera eterna salvação, que elle direitamente te crê tocando a Encarnação de Nosso Senhor, Jesus Christo.

Parque a verdadeira fé tem, que nós te crê e te confersá, que nosso Senhor, Jesus Christo, o Filjo de Deos, tem Deos e Homi.

Deos de a substancia de o Pai, gerado antes de o mundo : e Homi, de a substancia de sua māi, nacido ne o mundo ;

Perfeito Deos, e perfeito Homi: de huá⁽¹⁾ alma racional, e de a carne humana ;

(1) *Huá* = uma.

Igual per o Pai tocando Sua Divinidade ; e inferior per o Pai tocando Sua humanidade.

O qual ainda que Elle tem Deos e Homi, comtudo não tem dous, sinão hum só Christo.

Hum só; não de o convertimento de a Divinidade ne a carne ; mas de o tomar de a Humanidade ne a Divinidade.

Hum totalmente ; não em confusão de substancia ; sinão de a unidade de a pessoa.

Parque como a alma racional e a carne tem hum só homi ; assi Deos e Homi tem hum só Christo ;

Quem já padicê per nossa salvação ; já discê ne inferno , e já resuscitá de os mortos o terceiro dia.

Elle ja subi per os ceos ; Elle tem santado per a mão direita de Deos, o Pai Todo poderoso : donde Elle lô vi (¹) pera julgá per os vivos e os mortos.

Em a vinda de quem todos homis lô ficá resuscitados com seos corpos : e lô dá conta de suas obras.

E ellotros quem já fazê bem lô andá em vieda eterna : e ellotros quem já fazê mal em eterno fogo.

Esta tem a Fé Catholica : que si hum homi nunca cré fielmente, elle não podê ser salvado.

Gloria per o Pai, e per o Filjo : e per o Espírito Santo ;

Como tinha ne o coméço, tem agora, e lô ser pera sempre e eternamente. Amen.

(¹) *Elle lô vi* = Elle virá.

V

Oração per chuva

Oh Deos, Pai celestial, quem de Teu Filjo, Jesus Christo já primêtê per todos quem te buscá Teu Reyno, e sua justicia, todas as cousas que tem necessarias per a sustento de seos corpos ; Nós te rugá com Ti, que Tu lô mandá par nós em nossa presente necessidade, tal moderada chuva que podê recebê os fruítos de a terra per nossa conselaçao, e per Tua honra ; per meyo de nosso Sinhor, Jesus Christo. Amen.

VI

Oração per bom tempo

Oh Omnipotenti Sinhor Deos, quem por causo de os peccados de homi hum vez já destruivê ⁽¹⁾ tudo o mundo, excepto oito pessäos ⁽²⁾, e despois de Tua grande misericordia já primêtê naq mais tome assi pera destruí aquel ; Nós humildamente te rugá com Ti, que, ainda que nós per causo de nossos peccados justamente já mericê o prague ⁽³⁾ de chuvas e agoas, com tudo per nossa verdadeira repentaçao que Tu lô mandá par nós tal tempo, que nós podi recebê os fruítos de a terra em seu tempo ; e prendê ⁽⁴⁾ tambem

⁽¹⁾ Já destruivê = destruiu, exterminou.

⁽²⁾ Pessäos = pessoas.

⁽³⁾ Prague = praga.

⁽⁴⁾ Prendê = aprendeui, instrui.

com Teu castigo pera emendá (¹) nossas viedas (²) e per Tua misericordia pera dá per Ti louvor e gloria; per meyo de Jesus Christo, nosso Sinhor. Amen.

VII

Oração por o Rey, a Rainha, o prinspe de Wales, o Reyal Famiilo, o Governador, etc.

A Omnipotente e moito gracióso Deos e Pai, nós tê rugá com Ti per tem misericordiósso sobre nosse Sinhor Soberano Rey Edwrd VIII., a Rainha Sinhora Alexander e prinspe de Walcs e todo o Reyal Famiilo, e sobre e alto Courto de Parliamento (³) e aqui ne Ceylon nós te rugá per o Governador e Conselhe, Julgadors e todos em authoridade baioso de nosse Rey, que ellotros podi ordená todo couosas ne cizo (⁴), justicia e misericordia, per a honra de Teu Santo Nome e per o bem de Teu Igreja e povo, per meyo de Jesus Christo, nosso Sinhor. Amen.

VIII

Oração ne o tempo de guerra e tumultos

Oh omnipotente Deos, Rey de os Reys e Governador de todos couosas, o poder de quem nenhum creature não podi dessá, per quem te compêtê justo-

(¹) *Pera emenda* = para emenda.

(²) *Viedas* = vida.

(³) *Courto de Parlamento* = casas de parlamento.

(⁴) *Ne cizo* = tino, prudencia.

mente pera castiga per peccadors e pera ser misericordioso per ellotros quem verdedeiramente te arrepêndê; Salvá e livrá par nós, nós humildamente te rugá com Ti, de as mãos de nossos inimigos ; Abaixá sua subérba, abatê sua malicia e confundê suas treçaõs (¹) ; que nós, sendo armadas com tua defençā sempre podi ser preservados de todos perigos, pera glorificá per ti, quem só te dá todos victorias; por meyo de os merecimentos de teu unico Filjo, Jesus Christo, Nosso Sinhor. Amen.

IX

Oração ne o tempo de pestia geral ou outras doenças

Oh omnipotenti Deos, quem em Tua ira ja mandá a pestelencia sobre Tua povo ne o deserto, per sua obstinado rebelião contra Moses e Aaron ; e tambem, em tempo de Rey David, já matá com a prague de o pestelencia setente mils, e ainda alembando Tua misericordia já salvá per os demais ; Tem misericordia de nós, miseraveis peccadors, quem agora tem visitados de grandes doenças e mortalidade ; que de o mesmo modo que Tu já acceptá aquelhora de expiação, e já ordena per o Anjo destruidor pera larga de castigo, assi tambem podi ser Tua vontade pera tirá de nós esta pestia e grandes doenças ; por meyo de Jesus Christo, nosso Sinhor. Amen.

(¹) *Confundê suas treçaõs* = confundi suas trahições.

X

Oração por os clérigos e o povo

Omnipotenti e eterno Deos, quem só te fazê grandes maravilhas; fazê disçê sobre nossos Bispos, e Sacerdotes. e todos congregaçãos de baixo de sua cuidade, o salutifero Espírito de Tua favor; e que ellotros verdadeiramente podê contentá per Ti, derrama sobre ellotros o continual orvalhe de Tua benção. Concedê isto, oh Senhor, por a honra de nosso Advogado e Intercessor, Jesus Christo. Amen.

V. Oh Senhor mustrá Tua misericordia sobre nós, peccadours.

R. E concedê per nós Tua salvação.

V. Oh Senhor salvá Teus bispos, sacerdotes e todos congregação.

R. E benzê Tua herança.

V. Oh Deos alimpá nossos corações dentro de nós

R. E não tirá Teu Santo Espírito de nós.

Raia.

B. C. TAVARES DE MELLO



A COMMEMORAÇÃO

DA

RECONQUISTA DE GOA

(As Ex.^{mas} Sr.^{as} D. Maria do Pilar de Aguiar e D. Carlota de Aguiar)

Que gloriosas palmas tecer vejo,
Com que victoria a fronte lhe corôa,
Quando sem sombra vâ de medo, ou pejo,
Toma a ilha illustríssima de Goa!
Depois, obedecendo ao duro ensejo
A deixa, e occasião espêra boa,
Com que a torne a tomar; que esforço e arte,
Vencerão a fortuna, e o proprio Marte.

Lusiadas, canto x, est. XLIX.

Lá veem as naus de Angediva.
Nas velas a Cruz bordada.
Nos pendões de toda a armada
mesmo symbolo da Cruz!...
A vaga freme captiva
sob as quilhas gloriosas,
mar em furia ou mar de rosas,
e, a salvo, a frota conduz.

Toda ornada de bandeiras,
côres frescas dos poentes,
ao som das tubas frementes,
transpõe a barra ; eil-a ahi
a frota de naus guerreiras ! . . .
E á sua entrada festiva
sobe em maré d'agua viva,
sobe junto o Mandovy.

Entra, passa triumphante,
velas pandas, vento em pôpa,
vaidosa da sua tropa,
frente aos canhões de Pangim.
Pára — floresta de côres ! . . . —
Deita ferros . . . e aos clangores
estremece Banguinim,
e estremece a cidade, o echo alue as mesquitas,
e á uma voz : — Quem são ? ! —
— Cruz no peito, cruz na espada, nas naus cruzes malditas:
é o impio do christão. —
E — Morra, morra — ruge indomita a mourama.
Em toda a parte á voz de — Allah — o odio inflamma,
e lhe tempera o alfange e lhe aquece as metralhas,
as tranqueiras reforça e reforça as muralhas.

No dia 25, em noite escura ainda,
na riba a negrejar sob a palmeira linda
foi a Confissão, foi a Absolvção geral,
como ora relembra esta Missa Campal.

E o terribil heroe, já no Monte Sagrado,
tinha sobre a cidade o seu olhar cravado ! . . .
Mal se enxerga, Lacerda e D. João de Lima
marcham sobre a tranqueira e nada ha que os reprema !
A voz de — San Thiago e Santa Catharina ! —
a coragem se inflamma e o denodo fulmina.
Mas a mourama afflue como onda que se arroja

para logo recuar aos berços de Timoja.
Cem vezes se encapella ainda o vagalhão
a espumar em sangue á voz de Pulatcão.
No remoinho feroz de fogo, settas, pique
os muros lhes escala o arrojado Fradique,
e erguendo alto o guião clama em voz que domina :
— Victoria, Portugal, a Santa Catharina ! . . —

Entrados na cidade, eil-os contra o castello.
D. Jeronymo, a quem abraça o irmão ao vê-lo
cahido moribundo á flecha que o colheu,
diz : — hi vosso caminho, irmão, que eu vou o meu —
E exprirava a indicar dos deveres a senda !!
Oh ! quantos mais assim que a historia não desvenda ? !
Quanto soldado raso, oh ! quanto não cahira
só por salvar um chefe, sem ter na gloria a mira ? !
Quantos, mais que Lacerda, em coragem provada,
mais que Diniz e Lima, a medir pela espada ? !
A pugna a referver, Lacerda era qual raio :
rosto em sangue a escorrer, espada em sangue e escudo,
mortos cem dos seus... sobe as casas do Sabayo ! ...

E — Eia ! Victoria ! — clama...

Diogo Mendes, porém, recua ante a mourama,
que aos gritos de — Allah — vae-lhe a força dizimando.

E ao ruir da espada e settas,
ao ferir, ao exprirar
era o unico mando
na bôcca das trombetas :
— Avançar, avançar ! —

E Mendes avançou, poz o mouro em derrota,
em desesp'rada ruina,
soltando, á uma voz, todos a mesma nota
de — Gloria a San Thiago e a Santa Catharina ! —
No alto, Diniz de Mello a Lacerda secunda :
a arena em sangue mouro inunda
e entre o fragor da atroz chacina,
lá grita : — Santa Catharina ! —

E ao brado igual o mouro em cada rua se aterra :
 quando o recontro choca e estua,
 sente que o vence e que o domina
 o grito : — Santa Catharina ! —
 que a propria Goa
 repete... echôa...

N'um cavallo que ao mouro arranca João Pereira
 sobe, á brida, a ingreme ladeira
 levando a nova gloriosa ;
 e o Viso-Rei, então, e a columna belliciosa
 em quatrocentas boccas, do alto da collina,
 bradam á uma :
 — Victoria á Santa Catharina ! —
 como um trovão que cruza o céu da arena em bruma !! ...

E desce a força, pressurosa
 por acudir seu camarada
 exposto á morte, envolto em guerra,
 mas logo se ouve, antes d'a entrada,
 a voz que brada sonorosa
 commandando :

— Alto —

— Joelho em terra —

A prece é breve mas genuina
 e logo em marcha accelerada
 vão a bradar — Victoria á Santa Catharina ! —
 e o mouro põe-se em debandada...

No alto das casas do Sabayo
 tremulam já as lusas Quinas
 co'as mesmas côres afamadas,
 que dão as mãos brancas e finas
 ás novas que, hoje abençoadas,

auguram, bem, novo porvir.
E o mesmo culto á mesma Santa
diz que a alma lusa se elevanta,
diz que a nação ha de surgir.

Goa, 25 de novembro de 1908.

JOSÉ JOAQUIM FRAGOSO.



O PURANA CHRISTÃO

DO

Padre Thomaz Estevam



importantissimo é o serviço que prestou ás letras e ás christandades nativas da India o sr. J. L. Saldanha, publicando a 4.^a edição (¹) d'este primeiro poema escripto em lingua indiana pelo primeiro inglez, que chegou á India.

Os padres Thomaz Estevam, Roberto de Nobili e José Beschi podem ser considerados os pioneiros dos orientalistas europeus, porque, durante a sua longa permanencia na India, não só estudaram e cultivaram com perfeição algumas linguas do paiz, mas ainda conseguiram o que não fez nenhum orientalista moderno: escreveram n'essas linguas obras que vieram enriquecer a respectiva literatura. Com que apreço não é lido até hoje pelos tamulenses o *Tembavani* do padre Beschi! E quam popular não é no Concan e no

(¹) As primeiras tres edições foram feitas em Goa: a 1.^a em *Rachol com licença da Santa Inquisição, e Ordinario no Collegio de todos os Santos da Companhia de Jesu*. Anno 1616.—A 2.^a, começada em

Canará o *Purana* do padre Estevam, monumento de gloria para as missões portuguezas no Oriente! (¹)

Tres questões principaes suscita o estudo critico do *Purana*, relativas á lingua e ao metro em que está escripto e ao systema de romanisacão n'elle seguido; questões que estão sufficientemente discutidas pelo editor na sua interessante e lucida introducção.

Quanto á lingua do *Purana*, sustenta o editor ser a maratha, ao contrario do dr. Gerson da Cunha e outros que affirmaram ser um konkani «hieratico» ou marathisado, tal qual era então usado em praticas religiosas. Mas seja konkani marathisado ou maratha konkhanizado, o certo é que o poema offerece a estructura e peculiaridades syntacticas da lingua maratha antiga com larga intervenção do elemento konkani.

Quanto ao metro, o editor classifica-o de *ovi*, embora o autor diga no prefacio que escreveu o seu poema no metro *abhangā*. E com effeito, a simplicidade e a regularidade das estancias e o numero das syllabas dos versos correspondem mais antes ao genero *ovi* do que ao *abhangā*; é, porém esta uma questão secundária, porquanto ha casos em que difficil se torna distinguir os dois generos. De resto os poetos marathas do seculo XVII, contemporaneos do padre Estevam (especialmente Eknath, de quem, dizem, mais se aproxima o nosso poeta) escolheram todos

1646, foi concluida em 1649, tambem com respectivas licenças.—e a 3.^a em Goa com licença da Santa Inquisição, e Ordinario no Collegio de S. Paulo novo da Companhia de Jesu, 1654. De nenhuma d'estas edições consta existirem exemplares impressos; e a nova edição foi feita unicamente sobre copias manuscriptas. Veja-se Cunha Rivara, *Ensaio Historico da lingua concani*, e Ismael Gracias, *o A Imprensa em Goa nos seculos XVI, XVII e XVIII*.

(¹) Do padre Thomaz Estevam existem igualmente duas notaveis cartas, escriptas de Goa, uma em 10 de novembro de 1579 a seu pae, residente em Inglaterra, e a outra em 24 de outubro de 1583 a seu

o metro *ori* para descrever as glorias dos heroes da sua mythologia. Ainda no começo do seculo XVIII, o elegante Sridhar serviu se do mesmo metro para os seus populissimos *pothis*, cuja leitura em familia, ou n'uma roda de amigos, faz as delicias de todos os hindús do Concan principalmente nas tediosas noites de inverno.

«O systema de transliteração adoptado pelo autor, diz o sr. Saldanha, é extremamente simples, e, até certo ponto,* quasi original, ainda que, no começo da sua *Arte da Lingua Canarina* (konkani), elle o menciona como pratica bem estabelecida no seu tempo. Não se sabe quem tenha sido o seu inventor; mas é provavel que tenha sido organizado pelos antigos jesuitas de Goa O finado dr. A. C. Burnell no n.^o 1 dos seus *Specimens of S. Indian Dialects* d'z: «O seu (do padre Estevam) systema de transcripção era baseado exclusivamente no alphabeto portuguez, mas é muito mais perfeito que os systemas preconisados 200 annos mais tarde em Calcutta»; enquanto o dr. Cunha no seu ensaio — *A Lingua e Literatura Konkani* —, a que mais d'uma vez nos temos referido, observa que, embora «cada escriptor tenha interpretado os sons por seu methodo particular de transcripção, dando assim logar a um modo confuso e muitas vezes caprichoso de transliteração ou romanisação», comtudo o systema em questão «parece ter sido em muitos casos satisfactorio, e, sob certos pontos de vista, ainda accurado e completo».

Não discutimos aqui o valor de tal systema, notando apenas que basta uma pequena pratica para se poder lêr correntemente a obra.

irmão, prelector na Universidade de Paris. A 1.^a foi publicada no *Instituto Vasco da Gama*, vol. II, pg. 263, pelo dr. Gerson da Cunha, e também na citada *Imprensa em Goa*, — a 2.^a na *Mangalore Magazine* vol. de 1899, d'onde a traduziu o sr. Amancio Gracias para o *Oriente Portuguez*, vol. IV, pg. 309.

O autor denominou o seu poema *Purana* (¹) e com razão, não só porque trata, como os Purannas hindús, da criação, do diluvio universal, da genealogia dos prophetas e dos patriarchas e finalmente da vida do principal heroe do poema, o Divino Salvador, mas porque, na aurora da christianisação da India, os novos convertidos, habituados a deleitarem-se na leitura dos seus velhos Puranas, precisavam d'um outro Puranna que lhes celebrasse igualmente os mysterios e as glórias da nova religião.

Explicando os motivos que o levaram a optar pela língua maratha para compôr a sua obra, diz o autor:

«Tudo isto foi escripto em língua maratha. Entre as línguas d'este paiz foi esta que me pareceu mais apropriada a descrever as cousas de Deus, mas como o maratha puro não é comprehendido pelas classes médias, para que maior numero de pessoas pudesse tirar proveito d'este *Purana*, escrevi o meu poema á maneira dos poetas meus contemporaneos, facilmente intelligivel, omittindo muitas expressões difficeis, usadas pelos poetas anteriores, e misturando muitas outras que se encontram na linguagem simples dos brahmanes. Assim por graça de Deus será satisfeito o desejo de muitos».

Sridhar, justificando a sua idea de vulgarisar em língua pracrita (do povo) varios poemas sanscritos, diz no *Ráma-Vijaya* (Triumpho de Ráma):

«Os panditas não desprezem este poema por ser escripto em pracrita ... Como as mulheres não entendem o sanscrito e tem grande sêde da religião, satisfaço as ordens do Poderoso, compondo esta obra na língua pracrita».

(¹) Pelas *Licenças* que acompanham as edições se vê que o nome *Puranna* é dado ao poema so desde a 2.^a edição, sendo antes intitulado: *Discurso sobre a vinda do Salvador—em línguage bramana-marastta,*

Mas o nosso poeta, sendo estrangeiro, fez mais do que Sridhar. Logo no primeiro capitulo faz da lingua maratha um elogio tão rasgado e de feição tão characteristicamente oriental, que não podemos deixar de transcrever e traduzir n'estas paginas as respectivas estancias :

Zaissy harallā mazi ratnaquilla
 Qui ratnā mazi hira nilla
 Taissy bhassā mazi choqhallā
 Bhassa Marathy

Zaissy puspā mazi puspa mogary
 Qui parimallā mazi casturi
 Taissy bhassā mazi saziry
 Marathiya

Paqhiā madhém maioru
 Vruqhiā madhém calpataru
 Bhassā madhém manu thoru
 Marathiyessi

Tara madhém bara rassy
 Sapta varā mazi ravý sassy
 Yā dipicheā bhassā madhém taissy
 Boly Marathiya.

Tradução

Como entre as pedras são as preciosas
 Ou entre todas estas a saphira,
 Tal o valor nas linguas numerosas
 Da lingua maratha

Como a flôr do *mogri* entre as mais flores
 E o almíscar forte em todos os perfumes,
 Tanto excede entre as linguas sem favores
 A lingua maratha.

Como entre as aves sobresae o pavão
 E entre as arvores só o *Kalpataru*, (¹)
 Tal entre as linguas é a consid'ração
 Da lingua maratha.

Como luzem nos ceus os doze signos,
 Lua e sol no systema planetario, (²)
 Assim entr'as linguas dão louvores dignos
 A lingua maratha.

A leitura do poema revela no autor dotes poeticos de que tem sabido aproveitar em mais d'uma occasião para pintar com as mais vivas côres os quadros mais tocantes da Biblia. Seria longo enumerar aqui todas as passagens que encantam e arrebatam o leitor. Leiam por exemplo a invocação á SS. Trindade e á Virgem, a descripção do diluvio e das torturas do coração maternal no capitulo em que a mãe de Moysés, em obediencia a uma lei iniqua, se vê obrigada a matar o filho, a Paixão de Christo e os patheticos lamentos da Mãe.

(¹) *Kalpataru* ou *Kalpavriksha*, uma arvore do ceu de Indra, que tinha o poder de dar tudo quanto cada qual desejasse.

(²) Entendemos que por *Sapta vara* o autor se refere aos sete componentes, então conhecidos, do systema planetario, e não aos sete dias da semana, e por *ravy* e *sassy* os proprios sol e lua e não os dias de sol (domingo) e de lua (2.^a feira), como traduziu um articulista no *Times of India* (n.^o de 5 de agosto do corrente anno) dando noticia d'este poema. E' verdade que nem o vocabulario do editor, nem o diccionario de Molesworth dão á palavra *var* a significação em que a tomamos, comtudo, salva a devida consideração, parece-nos ser este o sentido do autor — 1.^o, porque sendo o domingo e a 2.^a feira tão bons dias como quaesquer outros da semana, não ha motivo para serem considerados superiores a estes; — 2.^o, porque o proprio autor descrevendo a criação (canto 2.^o, 42-45) diz que Deus creou no firmamento *sete varas* a quem destinou sete ceus, e que são: Lua, Mercúrio, Venus, Sol, Marte, Jupiter e Saturno; e é claro que aqui os *sapta vara* são os sete astros do systema planetario.

Para amostra damos a seguir uma parte da *Descripção do diluvio*, em que a viveza da imaginação corresponde á grandeza do phenomeno:

«O astro do dia havia ido esconder-se atraz dos montes e as trevas começavam a cobrir a terra; as nuvens levantando-se uma apoz outra vinham encastellar-se no firmamento, occultando a formosa lua e produzindo a mais cerrada escuridão. Assim como os crueis salteadores, sahindo dos escondrijos em que se abrigam de dia, vão de noite errar pelas povoações e cercar as casas, não dando sahida a ninguem, assim as nuvens surgiam em grupos e se espalhavam pela atmosphera; e assim como o deshumano caçador, armando os laços trahidores apanha os passaros que, inexperientes e ignorantes do medo, voam descuidosos em busca do alimento cantando suas alegres melodias; assim os peccadores n'esse dia folgavam satisfazendo os gosos do corpo; uns banqueteavam-se e passavam a noite em divertimentos em casas de amigos; outros com musicas e folias festejavam um casamento, e muitos dormiam socegados um sonno profundo sem desconfiar que estava proxima a hora da morte.

«A' meia-noute principiou a cahir a primeira chuva, mas tão fina que ninguem lhe ligou importancia. De repente fuzilou um relampago e pairou uma trovoada medonha que abalou a terra. Os raios e relampagos repetiam-se offuscando os olhos e a cada ribombo do trovão as mães apertavam os filhos contra o peito. O vento bramia nas florestas e nas montanhas e deitava por terra as arvores.

«Até então foi engrossando a chuva. Dos ceus pareciam descer grossas e interminaveis cordas d'agua que, enchendo os rios, os lagos e as alagoas, ia transformando a terra n'um vasto oceano, em que os redemoinhos revolviam as aguas em torno das arvores e no fundo rugiam as correntes.

«As ondas invadiam as habitações; as vaccas e os bezerros corriam espantados, e por todos as casas ouviam-se

gritos lancinantes de mulheres e creanças. A escuridão era tão profunda que um não reconhecia outros e todos ficavam surprehendidos diante de tão extraordinario phe-nomeno. Os homens procuravam salvar as suas riquezas, mas em vista das aguas que cresciam d'um modo espan-toso, exclamavam: «Como havemos de salvar o thesouro u'esta desgraça em que é difficult salvar a vida!» Uns pro-curaram fugir do perigo subindo ás mais altas galerias; mas as ondas aluindo os alicerces, precipitam a casa e o tecto. Outros tentam refugiar-se no cume dos oiteiros, mas é tal a força da chuva que a corrente os arrasta ao mar. Alguns fogem montados em cavallos, mas as aguas engolem o cavallo e o cavalleiro. Muitos estavam abrigados nos ramos das mais altas arvores e as vagas quebrando os ramos arrastavam-nos para o mar. As vaccas fogem em companhia das cabras, o leão solta bramidos no mar e os animaes aquaticos vão encontrar os homens refugiados no topo dos coqueiros.

«Quando já não era sufficiente a chuva das nuvens, abriu Deus as torneiras das aguas encerradas no seio da terra e o mar, subindo de nível, foi invadir os montes e outeiros, palacios e castellos, e n'essa noite medonha quantos morreram submersos! Os poucos que se haviam refugiado sobre uma montanha, molhados pela chuva tiritavam nas trevas, os seus dentes rangiam de frio e elles esperavam anciosos pela manhã.

«Rompeu-se finalmente a escuridão e no horisonte surgiu o sol. Lá ao longe divisava-se a Arca como uma nuvem negra e sobre a vasta superficie das aguas fluctuavam os cadaveres dos submersos e entre estes os dos parentes e amigos. Vendo este triste espectaculo diziam entre si: «Vêde a sorte que nos espera dentro de poucos momen-tos.» E então os paes e as mães apertavam contra o peito os filhinhos e dos olhos commovidos jorravam correntes de lagrimas. As mulheres abraçavam se em pranto aos maridos, os irmãos aos irmãos, os amigos entre si, e com

profunda consternação murmuravam: «Mais felizes do nós foram os que nos precederam na morte, porque se livraram de maiores tormentos; e nós sem esperança de vida, condenados á morte mais horrivel; debalde esca pámos da inundação anterior».

«No entanto as aguas cresceram e cercaram o cume da montanha. «Ai, que cruel desgraça a nossa! Já está proxima a morte e nada resta agora que nos salve», exclamavam desesperados. Quando o monte ficou totalmente coberto pelas aguas, saltaram todos ao mar em direcção ao outro mais alto; mas no caminho foram devorados pelos jacarés e crocodilos, e dos que se escaparam d'estes animaes, foram alguns bater-se nas rochas e nas arvores e morreram submergidos; e os restantes vendo proxima a Arca faziam esforços para alcancal-a e com altos gritos chamavam a attenção dos seus habitantes; mas estes com o barulho dos animaes encerrados e o chôro das mulheres afflictas pela trovoada que rugia medonha sobre a Arca, não puderam ouvir os gritos dos de fóra.

«Já que não tinham ouvido a palavra de Deus, não lhes foi ouvida tambem a sua e todos morreram afogados no vasto mar.

«Durante quarenta dias continuou a chover em abundancia, e subindo as aguas quinze *ddais* (mãos?) acima dos mais altos montes, não se via no horizonte um só ponto da superficie da terra.

«Homens e animaes morreram todos, e quantas aves existiam no espaço todas se afundaram tambem; só os que estavam abrigados na Arca se salvaram e Deus não se esqueceu d'elles.

«Ao cabo de quarenta dias fechou Deus as cataractas do céu e da terra, desfizeram-se as nuvens, abrandou o vento e limpou-se o horizonte; o sol brilhou de novo sobre a terra e as aguas foram descendo a pouco e pouco».

Quanto sentimento n'estas estancias, donde transborda a vehemencia do pathetico alliada á belleza das imagens !

Este e outros episodios, tão habilmente delineados pelo poeta, abonam muito os meritos litterarios da sua obra. E, se a linguagem do poema nem sempre prima pela pureza, se as faltas grammaticaes e idiomaticas são frequentes, nem por isso pode o *Purana Christão* deixar de merecer as sympathias dos amigos da litteratura maratha; e o nome do Padre Thomaz Estevam é bem digno de figurar ao lado de Eknáth, Tukárám, Rámdás e Mukteshvar, na galeria dos grandes poetas marathas do século xvii.

MARIANO J. DE SALDANHA.



AS FESTAS DE 25 DE NOVEMBRO

I

DOCUMENTOS

Ofício a S. Ex.^a o Sr. Governador Geral

G

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sendo hoje, 21 de agosto de 1908, o dia em que, em Portugal, se commemora o centenário da batalha do Vimieiro, batalha decisiva que obrigou o exercito francez invasor a abandonar precipitadamente o territorio da nossa querida Patria, nós, portuguezas pelo nascimento e pelo coração, vimos pedir nos seja acceite um estandarte de sêda com a forma regulamentar, o qual poderá servir para a guarnição da India Portugueza, que nenhum tem. E' modesta a offerta pelo seu valor intrinseco, mas é grande pelo que symbolisa e porque vem fixar uma data — *21 de agosto de 1908* — tão gloriosa para as forças alliadas do exercito portuguez e do exercito inglez.

Rogamos a V. Ex.^a, se digne solicitar de Sua Ex.^a o Sr. Conselheiro Governador Geral a necessaria autorisação para se effectuar a entrega do referido estandarte no quartel general d'este Estado.

Deus guarde a V. Ex.^a — Nova Goa 21 de agosto de 1908. — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Sub-chefe do Estado maior da India Portugueza, servindo de chefe. — *Maria do Pilar de Mello Ferreira d'Aguiar* — *Maria Carlota de Mello Ferreira d'Aguiar*.

Resposta

Quartel General do Estado da India — Secretaria Militar.
N.^o 843 — Ill.^{mas} e Ex.^{mas} Senhoras — Em resposta ao officio de VV. Ex.^{as}, offerecendo uma bandeira nacional á guarnição militar da India Portugueza, como commemoração do 1.^º centenario da batalha do Vimieiro, venho gostosamente communicar-lhes que acceito e agradeço a patriotica offerta, tão captivante para o meu coração de portuguez e de soldado, e que é mais uma assinalada prova de quanto o sagrado amor patrio vibra intenso, hoje como sempre, no coração das damas portuguezas.

No intuito de dar a maxima solemnidade a tal acontecimento, vou communical-o a Sua Ex.^a o Ministro da Marinha e Ultramar, afim de que tal acceitação tenha sancção superior.

Mais uma vez agradeço do intimo d'alma, como chefe da colonia e como militar, a cuja classe tanto me honro de pertencer, a patriotica offerta de VV. Ex.^{as}.

Deus guarde a VV. Ex.^{as} — Palacio do Governo Geral em Nova Goa, 21 de agosto de 1908. — Ill.^{mss} e Ex.^{mas} Senhoras D. Maria do Pilar de Mello Ferreira d'Aguiar e D. Maria Carlota de Mello Ferreira d'Aguiar. — O Governador Geral, *José Maria de Sousa Horta e Costa*.

Officio da Direcção Geral do Ultramar

N.^o 210/1203 — Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Sua Ex.^a o Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar encarrega-me de comunicar a V. Ex.^a, em referencia ao

seu officio n.^o 864 de 27 de agosto ultimo, que pôde ser aceite a bandeira nacional a que o citado officio se refere, e que deverá ser arrecadada no quartel general d'esse Estado, não podendo, todavia, servir nos actos de ratificação de juramento de praças de pret, o qual deverá ser feito sob a espada do commandante da respectiva unidade, conforme se acha determinado.

Deus guarde a V. Ex.^a — Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, em 5 de outubro de 1908.
— Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Conselheiro Governador Geral do Estado da India — O Director Geral, *F. F. Dias Costa.*

Portaria (1)

N^o 384 — Tendo as excellentissimas senhoras D. Maria do Pilar de Mello Ferreira d'Aguiar e D. Carlota de Mello Ferreira d'Aguiar, offerecido uma bandeira nacional ás tropas da guarnição d'este Estado, cuja acceitação foi autorisada por sua ex.^a o Ministro da Marinha e Ultramar, em officio n.^o 210 de 5 de outubro do corrente anno, e sendo o dia 25 do corrente mez uma data gloriosa para as armas portuguezas: hei por conveniente escolher este dia para a benção solemne de tão patriotica offerta na Velha Cidade de Goa, pelas seis horas da manhã, a qual se effectuará ante toda a guarnição de Pangim, formada em parada.

As autoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento

(1) Esta portaria e os tres documentos antecedentes foram publicados na *Ordem & força armada*, n.^o 17 da serie corrente, distribuindo-se exemplares durante a solemnidade em Velha Goa.

e execução d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo geral em Nova Goa, 21 de novembro de 1908.

O Governador Geral,
José M. de S. Horta e Costa.

II

AS FESTAS

Como os nossos leitores sabem, commemorando a data —25 de novembro de 1510— da segunda e definitiva tomada de Goa pelo inclyto Affonso de Albuquerque, desde longo tempo se celebra, todos annos, na velha capital d'este Estado a festa a Santa Catharina, que à Egreja resa n'esse dia, e que o glorioso heroe proclamou protetora da cidade. Outr'ora corria muito apparatosa e luzida essa festa, actualmente se faz bem simplificada. Este anno juntou-se-lhe porém, e muito opportunamente, a solemnidade da benção da bandeira, a que se referem os documentos que precedem, realisando-se com desusado brilho e rara imponencia as festas militares e ecclesiasticas, lembrando, por momentos, em prospecto embora bastante attenuado, os dias de magnificencia e esplendor da antiga e afamada cabeça do império portuguez-oriental.

Na vespera, fundeára defronte do Arco dos Vice-Reis a canhoneira *Sado*, do commando do sr. capitão-tenente Augusto Neuparth. A's 4 da manhã, os sons estridentes das marchas, lançados pela banda militar e por clarins e cornetas da tropa, que áquelle hora matutina ali entrava, produziam na cidade morta o effeito de um renascimento das glorias extintas.

Em quanto, porém, com a luz do dia, se ia dissipando a nevoa que envolvia as ruinas e os templos que são hoje

as unicas testemunhas das nossas pristinas grandezas, as forças militares foram tomndo as posições que lhes haviam sido préviamente designadas, a fim de assistirem ás ceremonias religiosas que se iam celebrar.

A força militar

A força que tomou parte na formatura que ali houve, compunha-se de um batalhão indigena, da bateria de artilharia, da companhia europeia de infantaria e d'um contingente da armada.

i — *O batalhão indigena*, em que haviam sido incorporadas praças de diversas unidades, compunha-se de quatro companhias e tinha a seguinte constituição:

a) *Commandante* — major Francisco Xavier de Brito. *Ajudante* — tenente Carlos da Costa Campos. *Medico* — cirurgião-ajudante José Joaquim Fragoso. — *Porta-bandeira* — alferes Luis da Costa Pereira — *Sargento-ajudante* — Sebastião Malaquias Fragoso — 1 ordenança do commandante, 1 corneta ás ordens e cinco praças, condecoradas com a medalha de prata de comportamento exemplar, e de cobre D. Amelia, para a guarda da bandeira.

b) *Officialidade* — 1.^a *companhia* — *Commandante*, capitão Luis Roque da Silva; *subalternos*, tenentes João Wenceslau de Mello e Francisco Xavier Jayme de Quadros, e alferes Nicolau José Ludgero de Noronha — 2.^a *companhia* — *Commandante*, capitão Julio Cesar Roncon; *subalternos*, tenentes Adelino Herculano de Moura e Francisco Antonio Lobato de Faria e alferes Affonso Augusto Corrêa Mendes — 3.^a *companhia* — *Commandante*, capitão Arthur Marques de Sequeira; *subalternos*, tenentes Antonio Conceição de Mattos Sequeira e Ricardo Freire dos Reis, e alferes Frederico Guilherme de Sá e Sequeira — 4.^a *companhia* — *Commandante*, capitão Francisco Xavier da Silva; *subalternos*, tenente Joaquim

Cypriano e alferes Joaquim Francisco Xavier Gomes da Silva e Jorge Fernandes Dionisio de Spinola.

c) *Estado menor e praças* — 25 sargentos, 28 musicos, 11 corneteiros e 391 cabos e soldados.

2 — *Bateria de artilharia* — *Commandante*, capitão Antonio Martins de Andrade Vellez; *subalternos*, tenente Antonio Augusto Dias e alferes Antonio Pedro Lopes de Mendonça e Mattos; 4 sargentos, 3 clarins, 1 ferrador e 36 cabos e soldados.

3 — *Companhia europeia de infantaria* — *Commandante*, capitão José da Luz Brito Queiroga; *subalterno*, alferes João Lopes Gonçalves; 3 sargentos, 3 cornetas e 44 cabos e soldados.

4 — *Contingente da armada* — 1 cabo e 11 soldados.

Total na forma — 585 homens.

Era soberbo o aspecto da tropa formada no vasto largo de S. Francisco Xavier, circundada por milhares de pessoas envolvendo o local onde devia celebrar a missa e em seguida proceder-se á benção da bandeira.

O altar

A oeste do largo de S. Francisco Xavier, no angulo proximo á descida para a capela de Santa Catharina, e no local onde se travou em 1510 a gloriosa batalha, erguia-se sobre um elegante macisso de verdura o alto onde se celebrou a missa, resguardado por uma tenda de campanha em lona branca forrada de azul, encimada pela cruz de Christo a ouro, tendo na cupula outra cruz vermelha e ornamentada de tropheus com bandeiras portuguezas abraçadas pelas bandeiras franceza e italiana.

Uma escadaria alcatifada e ladeada de vasos com flôres dava ingresso ao altar, e por entre o macisso de verdura destacavam-se duas pequenas peças de bronze com os respectivos reparos, espingardas ensarilhadas, pyramides de balas, de picaretas, de pás, e espalhados, como que ao acaso, mas artisticamente dispostos, outros petrechos bellicos

que, não tirando a severidade e simplicidade precisas, davam á improvisada capelinha um aspecto majestoso e elegante.

A' distancia de alguns metros á direita, e reservado para as damas especialmente convidadas, fôra levantado um pavilhão guarnecido de escudetes, panoplias e tropheus, tendo como varanda e sacadas um avultado numero de sabres, espadas e espingardas dispostas com arte, e por fórmula a surtir o mais encantador effeito.

Os espaços demarcados por arames para os funcionarios publicos, não foram utilizados, visto o publico em geral haver-se espalhado por todo o recinto destinado á tropa, e a donde mais proximamente ouvia a missa.

A missa campal

Ás 6 horas em ponto, chegou s. ex.^a revd.^{ma} o sr. Bispo de Meliapor, D. Theotonio Vieira de Castro, Governador da Archidiocese, acompanhado pelo seu familiar, o bacharel padre Theodoro Martins, sendo recebido ao som de uma salva de artilharia e do hymno nacional, com todas as honras militares. Entre as pessoas que o aguardavam, via-se um grande numero de clérigos, tendo á sua frente o muito revd.^º Vigario Geral da Archidiocese, monsenhor Joaquim João d'Abreu.

Momentos depois, chegava s. ex.^á o sr. Governador Geral do Estado, conselheiro José Maria de Sousa Horta e Costa, acompanhado do chefe do estado-maior, major Joaquim José Ferreira d'Aguiar, e dos ajudantes de campo, capitão Arnaldo Joaquim da Cunha Rolla Pereira e tenente Sertorio Sebastião Lobato de Faria, sendo igualmente recebido com uma salva de artilharia, hymno nacional e continencia militar, indo collocar-se defronte do altar e á frente das tropas.

Começou immediatamente a missa, que s. ex.^a o Bispo Governador disse, ajudado pelo muito revdo. Vigario Geral e pelos conegos Jeronymo da Piedade de Sou-

sa e Elvidio Messias, assistido do mestre de ceremonias e mais pessoal da Sé Patriarchal. Ao levantar da Hostia, momento em que os primeiros raios do sol vieram incidir com rútilos reflexos na prata do crucifixo e dos círios do altar, a bateria deu nova salva e os clarins e cornetas tocaram á continencia, tendo durante a missa a banda executado peças apropriadas. A guarda do altar era feita pelo contingente da armada.

Era numerosissima a assistencia.

A tribuna reservada para senhoras, completamente cheia; o elemento militar *au grand complet*, e do civil muitos altos funcionários, além de pessoas de todas as classes desde as mais gradas. Era um mar de cabeças n'uma extensão enorme, cercando a tropa formada e o altar, e, todavia, reinava um silencio profundo, respeitosissimo, enquanto o venerando prelado offerecia o santo sacrificio no altar. Em todas as physionomias era evidente a satisfação de assistir a tão grave e majestoso acto.

Terminada a missa, o sr. Bispo revestiu-se de paramentos pontificaes, sendo logo levada á sua presençā a bandeira, que se conservava, coberta em um salva de prata, n'uma credencia guardada por um marinheiro da armada, ali collocado com a respectiva lança na mão.

A bandeira

A bandeira, a que já nos referimos, tem as dimensões regulamentares de estandarte, isto é, é um quadrado de 1 m., 30 de lado, de sêda azul e branca, bipartida verticalmente.

O escudo das armas portuguezas é a retalho e cordão. Os ramos de loureiro são bordados, bem como a ligação do cruzamento, que é bordada a sêda encarnada; d'este cruzamento pende a cruz da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo, tambem lavrada a sêda encarnada. Inferiormente tem, a cordão, uma fita, onde se vê a legenda — India Portugueza — em grandes letras bordadas a

preto. O escudo é encimado pela corôa real tambem bordada.

A cada angulo tem a cifra real corôada, bordada a sêda amarella. O laço é de 0,"60 de comprimento e formado por quatro listas de sêda alternadamente azues e brancas, guarnecididas de franja de sêda das mesmas côres.

Os cordões são de sêda azul e branca.

Enverga na haste da antiga bandeira da guarda municipal de Nova Goa, bandeira esta que ainda existe no deposito do material de guerra e de que mal se conhece a cifra real de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro V, de saudosa memoria.

A bandeira é um trabalho primoroso, das proprias mãos das illustres offerentes, o que lhe avulta o valor.

A benção da bandeira

O sr. Bispo-Governador, depois de paramentado, e tendo o sr. Governador Geral com o seu estado maior subido á capelinha, entôou as orações do rito e lançou a benção, entregando em seguida a bandeira a s. ex.^a o sr. Governador Geral, que a recebeu de joelhos, recebendo tambem, n'esta occasião, na testa um osculo do sr. Bispo. Imagine-se a solemnidade do momento, vindo augmental-a uma salva de artilharia dada na occasião pela bateria e o hymno nacional.

Terminada a benção, foi a bandeira enfiada na haste e entregue por s. ex.^a o Governador Geral ao porta-bandeira, alferes Costa Pereira, que se foi collocar no centro, cercado pelas 5 praças condecoradas, que faziam a guarda da bandeira.

Em seguida, toda a tropa mudou de posição e foi postar-se em linha ao longo da rua que defronta a egreja e casa professa do Bom Jesus, indo então a bandeira collocar-se á frente do batalhão indigena.

Entretanto o sr. Governador Geral foi collocar-se ao pé do mastro plantado no centro do largo e que trazia

içada a bandeira nacional. Acompanharam s. ex.^a o seu estado maior, o illustre commandante e a officialidade da *Sado*, todos os officiaes do exercito do reino e da guar-nição, muitos altos funcionarios e outras pessoas de con-sideração. Estando s. ex.^a assim collocado, desfilaram diante do chefe do Estado todas as tropas, fazendo-lhe a de-vida continencia, indo depois formar no largo da Sé, para a

Procissão de Santa Catharina

Organisou-se logo a procissão em que se incorporaram, como é de uso, todos os vigarios das freguezias do con-celho das Ilhas com a sua cruz alçada, e o Cabido da Sé, com os porteiros de maça, meninos do côro, capelães e conejos de capa e respectivas insignias de prata, condu-zindo a custodia monsenhor Abreu. Atraz da custodia ia o sr. Governador Geral com o seu estado maior, o conselho do governo, a municipalidade das Ilhas com o seu rico estandarte, muitos funcionários civis, officiaes com guarda de honra, militares e immenso povo, indo no couce a tropa com a banda de musica.

A procissão que descêra pelo lado norte da Sé, entrou na capela de Santa Catharina, onde se cantou uma anti-phona, e prosseguiu pelo norte terminando na mesma Sé, onde ás 8^{1/2} começou a missa de festa, cantada pelo conejo Antonio Vicente Mascarenhas, com assistencia do sr. Bispo, do sr. Governador Geral, dos vogaes do conse-lho do governo, etc.

Ao evangelho subiu ao pulpito o conejo João Vicen-te Lopes, que proferiu um brilhante sermão, elegante na fórmula e substancioso no fundo, cheio de conceitos salutares e de recordações patrioticás, — enaltecedo as glórias portuguezas conquistadas á sombra da cruz e chorando a sua decadencia,—aviventando a fé antiga,—esperançando de que tudo resurja com o exercicio das virtudes que tão por-tuguezas são. O revdo. orador no decurso do seu pane-

gyrico teve por vezes eloquentes raptos, que produziram no auditorio excellente impressão.

A' elevação da Hostia houve nova salva de artilharia.

Regresso

Entretanto, com excepção da bateria, toda a mais tropa foi indo por turnos para bordo da canhoneira, sendo o embarque dirigido pelo sub-chefe do estado maior, capitão Amandio Cruz e Sousa. Às 10 horas levantou ferro a canhoneira que, embandeirada em arco, veio descendo majestosa o Mandovy até deitá-lo outra vez defronte do palacio do governo, e ao meio-dia toda a tropa se encontrava formada em linha no aterro marginal, frente ao rio e flanco direito apoiado no palacio, para fazer a continencia á bandeira, que, conduzida pelo alferes Costa Pereira e com a sua guarda especial, passou em frente de toda a tropa, que lhe prestou a devida continencia, sendo afinal arrecadada n'uma especial vitrine no quartel general, no gabinete do chefe do estado maior, sendo antes d'isso recebida á porta do palacio por s. ex.^a o Governador Geral e toda a officialidade presente, os quaes a acompanharam até ao logar em que ficou depositada.

Depois d'isto, as forças desfilaram em continencia dando a volta ao palacio do governo, em cujas varandas se encontravam os srs. Governador Geral e Bispo, e muitas damas e cavalheiros, e recolheram aos seus quartéis, no meio de grande entusiasmo de todos que admiraram o seu bello porte e a correccão, garbo e precisão com que fizeram todas as evoluções. A banda, que acompanhava as tropas, executou a marcha *Continencia á Bandeira*, de L. Filgueiras, ensaiada expressamente para este dia, tendo sido muito applaudida a execução.

No Palacio

S. ex.^a o sr. Governador Geral convidára para o palacio, á recepção da bandeira, todos os officiaes e suas familias e muitas outras pessoas, inclusive o sr. Bispo-Governador; e logo que todos os convidados se reuniram, as damas deram entrada na sala do docel, onde momentos depois entrou s. ex.^a acompanhado de todos os officiaes. Tendo-se em seguida servido uma taça de *champagne*, o sr. Governador agradeceu em nome da guarnição ás gentis senhoras que fizeram a patriotica e captivante offerta da bandeira, e, terminando o eloquente brinde, offereceu a cada uma um ramo de flôres naturaes.

Em seguida, s. ex.^a levantou o brinde do sr. Bispo-Governador, frisando o brilho que a presença de s. ex.^a revd.^m déra á festa militar; depois ainda outro, do exercito e da armada, das forças do reino e do ultramar, sendo todos os tres brindes correspondidos com muito entusiasmo. Terminando, s. ex.^a levantou tres vivas a Sua Magestade El-Rei, á Familia Real e á Patria Portugueza, egualmente correspondidos com grande alvoroço.

Notas soltas

As honras da erecção da formosa capélinha para o altar da missa campal, de sua primorosa ornamentação e admiravel disposição, como do resto do recinto, cabem ao director das obras publicas, capitão Pedro Bessone Basto, e ao conductor Hygino da Costa Paulino, os quaes dirigiram pessoalmente aquelles trabalhos, que mereceram admiração geral.

O brilhante successo da festa militar foi em grande parte devido ao sub-chefe do estado maior, capitão Cruz e Sousa, que se mostrou incansavel em acudir a tudo e em tudo superintender.



BIBLIOGRAPHIA

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas :

— *A India Portugueza*. Conferencia feita em 16 de março de 1908, por Hypacio de Brion. Typ. da Cooperativa Militar, 1908 — Lisboa. (Offerta da Sociedade de Geographia de Lisboa)

— *A riqueza petrolifera d'Angola*. Communicação feita em sessão de 30 de março de 1908, por João Carlos da Costa. Typ. da Cooperativa Militar, 1908 — Lisboa. (Offerta da mesma Sociedade).

— *Catalogo* das edições e algumas obras de fundo da livraria de Arnaldo Bordalo. Imp. Lucas — Lisboa.

— *Hygiene de Pangim*, por Ayres Fernandes de Sá. Typ. Arthur e Viegas. 1908 — Nova Goa.



EXPEDIENTE

Durante o anno de 1908 foram recebidas as seguintes publicações periodicas, cuja offerta agradecemos :

Jornaes

- *O Ultramar*, de Margão — Salsete.
- *Noticias*, de Margão — Salsete.
- *O Nacionalista*, de S. Thomé — Salsete.
- *A Voz do Poro*, de Calangute — Bardez.
- *A Convicção*, de Saligão — Bardez.
- *O Aryano*, de Chinchinim — Salsete.
- *O Anglo-Lusitano* — Bombaim.

Revistas

- *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa* — Lisboa.
- *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* — Collecção illustrada de materiaes e noticias publicadas pelo Museu Ethnologico Portuguez — Lisboa.
- *O Instituto* — Revista scientifica e litteraria de Coimbra — Coimbra.
- *O Archeologo Português* — Lisboa.
- *Annaes do Club Militar Naval* — Lisboa.
- *Revista Militar* — Lisboa.
- *Estudos Sociaes* — Revista mensal catholica — Coimbra.
- *Revista de Guimarães* — Publicação da Sociedade Martins Sarmento — Porto.
- *Archivo Historico Portugues* — Lisboa.
- *Portugalia* — Materiaes para o estudo do povo portuguez — Porto.
- *The Mangalore Magazine* — Mangalore.
- *Luz do Oriente* — Pondá.
- *Rassegna Numismatica* — Roma.

ERRATAS NOTAVEIS

— A pag. 4 d'este volume, onde se lê=portaria de 22 de fevereiro de 1734= e = 10 de outubro de 1733=, lê-a-se= portaria de 22 de fevereiro de 1740= e = 10 de outubro de 1739=.

— A pag. que segue a pag. 230 é 231 e não 131, como por engano saiu.



Archaeological Library,

54186

Call No. 946.905 / O-P

Author—

Title—*O Oriente Portuguez*
Volume V 1908

Borrower No.	Date of Issue	Date of Return